

LÍLIAN HENRIQUE DE AZEVEDO

A CONSTRUÇÃO DA NOVA MULHER

NAS REVISTAS QUERIDA E CLAUDIA

(Décadas de 1960 e 1970)

ASSIS
2009

LÍLIAN HENRIQUE DE AZEVEDO

A CONSTRUÇÃO DA NOVA MULHER NAS

REVISTAS QUERIDA E CLAUDIA

(Décadas de 1960 e 1970)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Orientadora: Prof^a. Dra. Zélia Lopes da Silva

ASSIS
2009

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

A994c Azevedo, Lílian Henrique de
A construção da nova mulher nas revistas Querida e Claudia
(décadas de 1960 e 1970) / Lílian Henrique de Azevedo. Assis,
2009
215 f. il.

Tese de Doutorado – Faculdade de Ciências e Letras de
Assis - Universidade Estadual Paulista.

1. Periódicos para mulheres. 2. Mulher na imprensa. 3. Mu-
lheres – História – Brasil. I. Título.

CDD 070.48347
301.412

LÍLIAN HENRIQUE DE AZEVEDO

A CONSTRUÇÃO DA *NOVA MULHER* NAS REVISTAS *CLAUDIA* E *QUERIDA*
(Décadas de 1960 e 1970)

Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Doutora em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade).

Professoras/es da banca:

Nome

Assinatura

- | | |
|--|-------|
| 1) Prof ^ª . Dra. Zélia Lopes da Silva (Orientadora) | _____ |
| 2) _____ | _____ |
| 3) _____ | _____ |
| 4) _____ | _____ |
| 5) _____ | _____ |

Data:

Para Cecília, Téia e Josi.

Mais que amigas, norte pro
trabalho e inspiração
pra vida.

AGRADECIMENTOS

Listar nomes que interferiram com críticas, ajudaram ou de alguma forma fizeram parte desse processo não é fácil. Mas que sejam aqui, neste pequeno espaço, permitidos inclusive os devaneios pra lá de piegas. Peço essa especial licença a todas/os!!

A lista tem que ser encabeçada pela Zélia, minha fiel orientadora. Fiel porque a desafiei e chateei com meus perrengues, imaturidade acadêmica e outras... Ganhou uma fã, querida, para o bem e para o mal!!

Ao Adenil pelo incentivo e pelas palavras certas que me encorajaram a tentar de novo. A nossa amizade surgida durante as aulas resultou nisso. Não sei se fui boa aluna, mas, espero que, para essa oportunidade, esteja a contento!

Ao Programa de Pós-Graduação, em especial aos/às professores/as que participaram do processo de seleção e acreditaram no potencial do então projeto. Agradeço, também, aos/às meus/minhas queridos/as professores/as, pelo incentivo e pelo modelo que são como meus mestres.

À CAPES pelo financiamento da maior parte do trabalho e pelo incentivo, sem dúvida, providencial. Espero que as sementes aqui lançadas sejam revertidas à sociedade, da qual sou devedora contumaz!

À Fátima Salum pelas considerações e sugestões preciosas, durante o Exame de Qualificação, bem como à Lídia Possas.

Aos meus filhos Pedro Vítor e Rafael que tiveram que dividir a mãe com textos, livros, computador e muito estresse. Amo vocês, meninos e se estamos juntos nessa é também por vocês.

Ao Émerson e à Maria Ester (Téia) Batista, à Adélia, à Maria Cecília M. Campos, à Josiane Magalhães e à Danielli Almeida, minha família de coração. À Marcela Velosa pela inimaginável e impagável ajuda, tanto para esse trabalho, quanto para a minha reorganização pessoal, familiar, afetiva etc. Amo vocês!

Ao Arthur Monteiro Júnior, mais que amigo, um cúmplice e co-responsável pela materialização desse sonho. Sem você não haveria revistas, fontes, livros fundamentais para essa empreitada. Também dedico a você esse trabalho.

Às/aos colegas de trabalho do IESB e da UNIP pelo incentivo e pelas trocas de experiências, em especial à Daniela Bochembuzo pelos empréstimos dos livros que foram fundamentais para a composição de boa parte das discussões aqui desenvolvidas e à Marisa Sormani pelo carinho com que acolheu o texto e sugeriu as devidas correções. Muito obrigada!

Às/aos minhas/meus alunas/os pelo incentivo e pela oportunidade que me dão, dia a dia, no enfrentamento de questões que vão além das discutidas nas salas de aula.

Ao Grupo de Pesquisa Cultura e Gênero, em especial à Lídia Possas pela parceria e pelo apoio ao trabalho cotidiano em prol do feminismo que acreditamos.

À minha mãe, novamente, sempre.

RESUMO

O tema central do trabalho foi a verificação de como se deu a construção e as representações de uma nova mulher no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, por meio das revistas *Claudia* e *Querida*. Desenvolvida a partir de uma perspectiva histórico-cultural, essa temática centrou-se na análise de fenômenos/temas/fatos em torno dos feminismos, suas representações e apropriações, expressos no debate sobre a sexualidade feminina e a luta por igualdade política mais atenta aos direitos civis em relação aos homens. Tais temas foram apropriados, capitalizados e devolvidos às leitoras como discursos ideológicos materializados na prestação de serviços pelas revistas *Claudia* e *Querida* que viam, nas ditas redefinições, ora um fenômeno de mudança cultural de caráter revolucionário, ora acomodações de práticas sociais modernas, que se afirmavam em meio às disputas com os segmentos que defendiam as ideologias tradicionais, voltadas às ações das mulheres nos espaços públicos e privados. Das principais fontes utilizadas, foram selecionadas matérias informativas sobre assuntos diversos, considerados de interesse das leitoras, como a atuação política, os direitos das mulheres, o casamento, o desquite e o divórcio e o controle da natalidade, além das seções de cartas e colunas de “consultório sentimental”, que circularam em vários exemplares de *Claudia* e *Querida*, entre os anos de 1960 e 1979.

PALAVRAS-CHAVE: Representações; Nova Mulher; Revista *Claudia*; Revista *Querida*; Brasil.

ABSTRACT

The central theme of this work was the verification of how the representations of a new type of woman was built in Brazil, during the 1960's and 70's, through the examination of two periodicals, the magazines *Claudia* and *Querida*. Based on a cultural-historical point of view, this theme was centered upon the analysis of facts, themes and phenomenon concerning feminism, its representations and appropriations expressed in the debate about female sexuality and the struggle for political equality, particularly on the civil rights in respect of men. Such topics were appropriated, capitalized and returned to the women, readers of those magazines, as ideological discourses manifested in the format of services carried out by *Claudia* and *Querida*, which considered the redefinitions of the new woman, either a phenomenon of cultural change marked by revolutionary features, or adjustments of modern social practices being affirmed among the disputes with segments of traditional ideologies defenders, concerning women's actions in public and private spaces. Informative issues on several subjects were chosen from the main sources, taking into account the interest of female readers such as political actions, women's rights, marriage, divorce, birth control besides the letters and sentimental advisory sections, which were easily found in various copies of *Claudia* and *Querida* in the 1960's and 70's.

KEYWORDS: Representations; New woman; *Claudia* magazine; *Querida* magazine; Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Montagem de Ícones da Juventude dos “Anos 60” -----	55
Figura 2 – Cena do Filme “Quem é Você Polly Magoo?” -----	58
Figuras 3 e 4 – “Parada de Tricô” -----	59
Figura 5 – “Mulheres Elegantes Preferem Helanca Por 3 Razões” -----	60
Figuras 6 e 7 – “Moda de Verão” -----	61
Figura 8 – “Às Nossas Leitoras” -----	63
Figura 9 – “ <i>Claudia Apresenta Hollywood</i> ” -----	65
Figura 10 – “Uma Nova Ingênua Libertina: Uma Nova Lolita” -----	86
Figura 11 – Twiggy em 1967 -----	87
Figura 12 – Capa de <i>Querida</i> , abril de 1965 -----	88
Figura 13 – Twiggy, Década de Sessenta -----	88
Figura 14 – Capa de <i>Querida</i> junho de 1966 -----	88
Figura 15 – Capa de <i>Querida</i> , julho de 1966 -----	88
Figura 16 – Capa de <i>Querida</i> , março de 1969 -----	89
Figura 17 – Peça Publicitária do Sabonete <i>Lux</i> -----	90
Figura 18 – Peça Publicitária <i>Max Factor</i> -----	00
Figura 19 – Capa de <i>Querida</i> , outubro de 1965 -----	00
Figura 20 – Capa de <i>Querida</i> , abril de 1967 -----	91
Figura 21 – Capa de <i>Querida</i> , novembro de 1967 -----	92
Figura 22 – “Quando Iniciar um Tratamento de Beleza?” -----	93
Figura 23 – “Escolha Melhor Seu Anticoncepcional” -----	114
Figuras 24 e 25 – Vasectomia e Ligadura de Trompas -----	115
Figura 26 – Capa de <i>Querida</i> , abril de 1968 -----	120

Figura 27 – “O Que Pensam os Homens Sôbre a Virgindade” -----	130
Figura 28 – Detalhe da Imagem Com a Flor Despetalada -----	132
Figura 29 – “Quanto Vale a Virgindade” -----	138
Figuras 30 e 31 – “Limitação: Um Problema Mundial” -----	146
Figura 32 – “Procriar é Complementar o Amor” -----	147
Figura 33 – “Antes de Tudo o Amor Total” -----	148
Figura 34 – “Os Trinta e Dois” -----	154
Figura 35 – “Os Novos Direitos da Mulher Casada” -----	157
Figura 36 – Capa da Revista <i>Realidade</i> , janeiro de 1967 -----	186

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO I

Revelações e Apropriações: As Mulheres no Mundo e o Mundo das Revistas	48
---	-----------

Anos Rebeldes no Brasil: Cultura Engajada e Cultura de Massa	56
--	----

Feminina <i>versus</i> Feminista?	74
---	----

<i>Femme Fatale versus Lolita</i> : Capitalizando as Construções do Feminino	82
--	----

CAPÍTULO II

A Sexualidade, a Família e o Trabalho em Questão	98
---	-----------

Breve Histórico da Contracepção	100
---------------------------------------	-----

Educação Sexual: Necessidade ou Ofensa à Instituição Familiar?	119
--	-----

A Pílula: Arma (Capitalista) Contra os Pobres, ou Conquista Feminina?	139
---	-----

A Atitude Extrema: o Aborto	149
-----------------------------------	-----

CAPÍTULO III

Psicologia no Varejo: Consultórios Sentimentais e Prestação de Serviços nas Seções de Cartas.....	155
--	------------

Pergunte à <i>Querida</i>	164
---------------------------------	-----

<i>Claudia</i> Responde	184
-------------------------------	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	206
--------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Poderia dizer que a vida é bela, e muito, e que a revolução caminha com pés de flor... mas não. O poeta mente. A vida nós amassamos em sangue e samba enquanto gira inteira a noite sobre a pátria desigual. (Ferreira Gullar)

As mulheres conquistaram seu espaço. De que espaço se está falando? E o que tem significado essa conquista? Diversos meios de comunicação têm lançado mão de observações que recorrem às movimentações de grupos de mulheres a partir da década de 1960 e do que se acordou sobre quais seriam tais conquistas femininas que foram expressas no direito ao trabalho, à liberdade sexual, à escolha do parceiro, ou parceira para formar uma “família” e divorciar-se sem carregar o peso da marca social da mulher que falhou na sua missão mais sagrada. Nessa década, teriam sido delineadas significativas alterações culturais e comportamentais no desempenho de papéis sociais e na(s) identidade(s) feminina(s), os quais mantiveram seu vigor, de forma quase absoluta, durante várias gerações de mulheres no Brasil.

As diferentes vertentes de grupos e de ideologias que compuseram os *feminismos*, presentes naquela conjuntura, defenderam ou rechaçaram um fenômeno que passou a ser conhecido por “revolução sexual” e se ligou ao advento da pílula anticoncepcional, que ocorreu simultaneamente às movimentações de grupos de mulheres organizados politicamente. Nesse processo, o divórcio, a luta por igualdade de direitos civis e o exercício, de fato, dos já existentes em relação aos homens, por exemplo, foram os principais ideais defendidos por boa parte das feministas. Tais temas identificaram o período como culturalmente “revolucionário” e foram motivos de combates por outros grupos que os consideravam maléficos e deletérios à família.

Tratar da construção e das representações de uma nova mulher por meio das revistas *Claudia* (Editora Abril) e *Querida* (Rio Gráfica Editores) em um período relativamente recente, as décadas de 1960 e 1970, é o que está no centro desta pesquisa que se propõe investigar como se deu a construção e as representações de uma nova mulher no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, por meio das revistas *Claudia* e *Querida*. Desenvolvida a partir de uma perspectiva histórico-cultural, a

temática central apresentou-se em temas/fatos como os feminismos, suas representações e apropriações, expressos no debate sobre a sexualidade feminina e a luta por igualdade política mais atenta aos direitos civis em relação aos homens. Tais temas foram apropriados, capitalizados e devolvidos às leitoras como discursos ideológicos e prestação de serviços pelas revistas *Claudia* e *Querida* a partir de percepções dos contemporâneos que viam, nessas redefinições, diferentes orientações: ora um fenômeno de mudança cultural de caráter revolucionário, ora acomodações de práticas sociais modernas, que se afirmaram em meio às disputas com os segmentos que defendiam as ideologias tradicionais para as ações das mulheres nos espaços públicos e privados.

As principais fontes analisadas nesta pesquisa foram matérias informativas sobre assuntos diversos, considerados de interesse das leitoras, como a atuação política, os direitos das mulheres, o casamento, o desquite e o divórcio, o controle da natalidade, além das seções de cartas e colunas de “consultório sentimental”, que circularam em vários exemplares de *Claudia* e *Querida*, entre os anos de 1960 e 1979.

Para tanto, balizar as questões culturais, políticas e sociais do contexto das décadas de 1960 e 1970, no Brasil, ainda que necessárias aos historiadores, pode soar como artificial e parcial na medida em que muitos foram os fatores que geraram o processo social e culturalmente transformador em que se apóiam as considerações aqui expostas¹. Mas é possível, de um lado, distanciar-se e de outro, validar-se muitas das considerações que, na atualidade, apresentam-se sobre aquelas décadas como deflagradoras de uma série de mudanças radicais nas representações sobre **as** e **nas** práticas sociais contemporâneas das mulheres.

Por isso, é válido tomar-se o período proposto em sua inegável fonte de conhecimento dos nossos traços identitários e culturais hodiernos ainda por ser mais bem discutido. Mesmo que a tarefa seja proposta por aqueles que não atuaram em tal contexto, como é o caso de minha geração, que nasceu em meio a esse processo e “aprendeu”², nas décadas de setenta e na primeira metade da

¹ A ressalva é válida, portanto, para que fique claro que as questões aqui abordadas são fruto de um processo social e cultural e, portanto, histórico. Não se está pretendendo criar artificialmente um fato que possa justificar-se por si só. E, ao longo da explanação, cada um dos campos de conhecimento teórico citados deverá ser tratado dentro da sua especificidade.

² A ideia, aqui, expressa o tipo de ensinamento comum às crianças e aos adolescentes (e mesmo aos adultos do sistema MOBREAL) nas escolas que adotavam livros didáticos com conteúdos históricos e sociais favoráveis ao *status quo* repressivo da ditadura militar instalada no Brasil em 1964. Disciplinas

década seguinte, a negar o passado recente, a silenciar as torturas, as reivindicações, as movimentações inflamadas e engajadas dos que esperavam “a volta do irmão do Henfil.”³

Na década de 1960, as transformações sociais e culturais advindas das lutas de grupos que buscavam sua auto-afirmação na trama social, como os negros e as mulheres, começaram a ter visibilidade. Nos anos oitenta, entretanto, abriram-se novas expectativas para ampliarem-se as discussões sobre as diferenças entre homens e mulheres e sobre as atribuições de gênero necessárias para o entendimento dos variados arranjos culturais e sociais percebidos e vivenciados nos conglomerados urbanos, em várias partes do mundo ocidental.

Por isso, o recorte temporal, 1960-1979 justifica-se à medida que se organizaram social, política e intelectualmente as construções de uma “nova mulher”, até o momento em que o movimento feminista tivesse conquistado algumas de suas reivindicações e passado à cena pública de forma mais abrangente, não apenas buscando a igualdade de direitos entre homens e mulheres, mas também ampliando o debate para a necessidade de se conquistar e/ou preservar o direito às diferenças. O feminismo também foi, a partir de fins da década de 1970, capitalizado e apropriado por outros meios de comunicação de massa (sobretudo a televisão, cujos exemplos mais notórios foram as novelas, minisséries, especiais musicais e jornalísticos⁴), além das revistas analisadas.

O feminismo como movimento político organizado, ressurgido na década de 1960, ou como conhecido entre a historiografia pertinente por Segunda Onda, teria apenas começado a ganhar certa visibilidade naquele período. Contou com algumas produções isoladas, algumas vozes entre a intelectualidade nacional e estrangeira e se viu confundido com outro movimento que deu nome a uma “revolução” - a sexual - a partir da liberação da pílula anticoncepcional, em 1961. Apesar de serem confundidas com as reivindicações feministas, que via de regra possuíam caráter político, algumas dessas práticas foram sendo tomadas como assuntos preferenciais entre as revistas femininas, como *Querida* e *Cláudia*. Tais ideias

como *OSPB (Organização Social e Política do Brasil)* e *Educação Moral e Cívica* contribuíram para a legitimação de certa educação determinada pela adesão ao regime e aos seus mentores.

³ Frase da música *O Bêbado e a equilibrista* de João Bosco e Aldir Blanc, de 1979.

⁴ Novela: *Locomotivas* de março de 1977 (na abertura, uma mulher bonita é maquiada e depois dá um murro com uma luva de boxe na câmera); *Malu Mulher* (minissérie) de maio de 1979; TV Mulher iniciado em 1980 (programa de entretenimento, jornalismo e variedades apresentado por Marília Gabriela); Especial *Mulher 80*, exibido em 1979 (programa especial de cantoras da MPB – Música Popular Brasileira), todos produzidos e exibidos pela Rede Globo de Televisão.

levantavam questões recônditas da intimidade doméstica, que, em tese, interessavam diretamente às mulheres, como a educação de crianças, o trabalho feminino, o direito ao prazer, o casamento em crise, o planejamento familiar, o divórcio e o aborto.

As revistas, como veículos de transmissão de valores sociais e morais, cumpriam um papel de divulgadoras de um tipo de sociedade, não raro, idealizada. No entanto, buscavam abrir um diálogo entre o público e as “novidades” nos mais diversos campos da vida social e cultural do país, por meio de farto material jornalístico, noticioso, publicitário, ficcional e “científico”, por exemplo⁵.

Já os movimentos efetivamente organizados de feministas, que passaram a ser conhecidos publicamente no Brasil, ganharam maior espaço de atuação a partir de 1975, com a Conferência do México que resultou na criação do *Ano Internacional da Mulher* pelas Nações Unidas. Nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, intelectuais, universitárias e donas-de-casa vincularam as comemorações à criação do Centro da Mulher Brasileira - CMB, considerado um marco na efetivação de uma organização resultante daquele *novo feminismo*. O CMB foi o resultado de um evento oriundo das orientações da ONU sobre o início da Década da Mulher, a partir de 1975.

Para tratar do surgimento e das representações sobre a nova mulher por meio das revistas com a propriedade que o tema exigiu, é necessário, de início, apontar algumas abordagens que se confundem no conceito *feminismo* e, depois, demonstrar o que se conhece por *feminismo* historicamente para justificar o termo no plural e as respectivas especificidades que foram consideradas neste trabalho. Por último, localizar as abordagens que sinalizaram as práticas feministas, bem como as opiniões sobre o que se entendia por feminismo a partir das revistas, do ponto de vista das diferentes maneiras de expressão dos feminismos.

Apropriado de formas diferentes, o conceito “feminismo” abrange algumas especificidades que transitam entre as considerações absolutas e racionais e as subjetivas, impregnadas de juízo de valor ou como atribuição de identidade:

⁵ Pela sua importância e por representarem dois tipos de público-alvo importantes para os fins deste trabalho, tais periódicos foram tomados como o *corpus* documental preferencial. Questões sobre o público-alvo de cada publicação adotada como fonte estão mais bem discutidas ao longo do trabalho.

a) Atribuído como termo sociológico: trata-se do movimento iniciado na Europa, com o intuito de conquistar a equiparação dos direitos políticos e sociais de ambos os sexos⁶;

b) No pensamento marxista, é objeto de controvérsia: de um lado, o feminismo (igualdade entre mulheres e homens) seria “essencialmente uma doutrina do liberalismo e do Iluminismo, que pouco deve ao marxismo revolucionário”. De outro, para que a libertação da mulher de todas as formas de opressão e exploração fosse conquistada, teria que se encaixar dentro de um projeto maior, a revolução socialista que se encarregaria de libertar todos os seres humanos. No entanto, “houve considerável tensão entre o pensamento marxista e o pensamento feminista, e o próprio Marx oferece, em seus escritos, pouco estímulo ao feminismo.”⁷

c) O termo significaria coisas diferentes para diferentes pessoas: “as muitas variantes de feminismo se agrupam ao longo de um espectro de perspectivas filosóficas e políticas”. Feminismo definiria uma perspectiva e não um sexo. “Embora, historicamente, a maioria das feministas tenha sido de mulheres”, não é acertada a associação restrita às mulheres o que “aliena homens simpáticos ao movimento”. Também deixaria sem análise as formas como os homens contribuíram para rígidas noções de masculinidade e foram, por isso, constrangidos.⁸

Como definição, propõe-se aqui tratar *feminismo* nos seguintes termos: a multiplicidade das práticas exercidas por grupos de pessoas, sobretudo mulheres, que, a partir de uma orientação político-ideológica⁹, desejaram romper com alguma imposição legal, política, econômica, social ou cultural, determinada pela ideologia de gênero¹⁰.

Neste sentido, um certo tipo de feminismo teve como marco inicial o século XIX, por ser historicamente reconhecido e por apresentar as características aqui

⁶ MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998, p. 948.

⁷ BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, pp. 148-149.

⁸ SCHIEBINGER, L. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001, p. 45.

⁹ Político, aqui, e ao longo do trabalho está sendo tratado como envolvimento de grupos, sobretudo, de mulheres em relação às ações junto à sociedade civil e que indicassem a organização e consequente movimentação de ideias e práticas políticas. Creches, escolas, participação nos poderes do Estado como representantes e como eleitoras, busca por justiça social, equidade nas leis, direito a decidir sobre como lidar com seu corpo em relação ao aborto e ao planejamento familiar; atenção especial aos casos de violência contra a mulher, como a criação de instâncias destinadas às mulheres para evitar-se a discriminação e a culpabilização da vítima, como a criação da Delegacia da Mulher, entre outros.

¹⁰ Adotaram-se, aqui, as considerações sobre categorias de análise de gênero a partir de SCHIEBINGER, L. Op. cit., p. 46.

propostas, em países da Europa Ocidental e Estados Unidos. Iniciativas particulares surgiram de forma isolada, tanto por parte de homens, como pelas mulheres.

Porém, é necessário reconhecer que, em diferentes regiões do mundo ocidental, um fator como a alfabetização tanto foi restrita às massas, quanto mais ainda às mulheres. Dessa forma, os documentos existentes, efetivamente elaborados por mulheres, apresentaram-se bem mais escassos. Maiores são as possibilidades com documentos que se tornaram públicos, como manifestos, livros, textos em jornais, revistas, panfletos ou oriundos das esferas públicas.

Sendo assim, foi necessário historicizar o conceito *feminismo* para compreender-se que existiram diferentes orientações político-ideológicas nas reivindicações dos grupos que se formaram no Brasil, entre os anos 1960 e 1979. E então, discutir as apropriações dos discursos e das práticas de certo feminismo que, por meio de representações veiculadas nas revistas, tiveram divulgados, de algum modo, seus anseios e suas lutas, ou, ainda, por terem apresentado de maneira deturpada os elementos que resultaram de uma série de conquistas (a pílula, escolher ou não casar-se e ter ou não filhos; trabalhar fora de casa), ou polemizado contra o que havia se tornado motivo de muita controvérsia na esfera pública: o divórcio e o aborto. Tais questões, na verdade, mais contribuía para desviar o foco político e social do movimento que, aos poucos e com dificuldade, vinha ganhando maior orientação ao longo dos anos setenta do século XX.

Atribuir-se o *marco* inicial do movimento costuma ser arriscado. Entretanto, foi necessário balizar-se as diferentes manifestações de grupos de mulheres ou sobre o feminismo no período da pesquisa, que, por sua vez, contribui para o recorte temporal proposto.

A organização de grupos de mulheres em torno de causas comuns, como o direito à educação, ao voto, à representatividade, que tiveram início no século XIX, estenderam-se ao século seguinte. Dentre esses grupos, os que pleiteavam o direito ao voto simbolizaram o que é conhecido pela historiografia sobre o movimento, como uma primeira fase do movimento feminista.¹¹

A busca por igualdade pelas mulheres, ao menos nesse primeiro momento, era menos em relação à sexualidade ou ao direito de exercerem atividade

¹¹ Textos que fazem parte desta historiografia podem ser conferidos nos seguintes trabalhos: *Cadernos AEL: Mulher, História e Feminismo*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH, 1995/1996; SCHIEBINGER, Londa. Op. Cit; SCHUMACHER, S. e BRAZIL, É. V. *Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500 Até a Atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

remunerada, que exigisse longas jornadas fora do lar, do que a possibilidade de desempenharem o papel de cidadãs (em uma sociedade liberal e democrática) e formadoras das gerações futuras. Por fazerem parte de maiores redes de sociabilidade, que incluíam algumas atividades nos espaços públicos, deram-se por tarefa reivindicar esses direitos, para si mesmas e por aquelas que já sofriam sérias implicações de ordem moral ou física¹², por atuarem fora do *domínio sagrado do lar*.

No caso dos países ocidentais que participaram de forma mais direta na I Guerra Mundial, a reivindicação pelo direito ao trabalho em igualdade de condições demonstrou, quando acatada, o viés que tal ação afirmativa assumiu. Por um lado, muitas mulheres substituíram os homens nas tarefas originariamente masculinas, porque estes estavam no *front*. Por outro, ao término do conflito, aquelas tiveram que retornar às atividades domésticas, secularmente *destinadas* a elas.

Os ânimos se acirraram ainda mais após a II Guerra Mundial, durante a qual a participação feminina foi mais intensa do que na I Guerra, como substituição de mão-de-obra. Após a experiência anterior algo havia mudado em relação às perspectivas sociais além do lar, e muitas mulheres não desejaram repetir o exemplo, já conhecido, de retorno à “normalidade”, nos mesmos moldes. Este impasse redundou no apelo crescente de pessoas, ideológica e economicamente afeitas ao liberalismo, à sua causa e acelerou o ingresso das mulheres em várias profissões, gerando uma série de equívocos:

Os liberais geralmente vêem as mulheres como, em princípio, iguais aos homens – tudo o mais sendo equivalente – e, portanto lutam para dotar as mulheres das habilidades e oportunidades para vencer num mundo masculino. (...) Na tentativa de estender os direitos do “homem” às mulheres, os liberais tenderam a ignorar diferenças de gênero, ou a negá-las completamente. Para todos os propósitos práticos, raciocinam, as mulheres pensam e agem de maneiras indistinguíveis das dos homens. Apenas as mulheres têm bebês, mas espera-se que o parto ocorra exclusivamente aos fins de semana e feriados, para não perturbar o ritmo de trabalho cotidiano.¹³

Neste caso, houve uma inversão dos discursos: a economia política liberal adotou, ainda que timidamente, no Brasil, o preceito feminista de igualdade em

¹² CAULFIELD, S. Que Virgindade é Esta? A Mulher Moderna e a Reforma do Código Penal no Rio de Janeiro, 1918 a 1940. *Acervo*. Revista do Arquivo Nacional. Volume 09, n.º 01/02 - Jan/dez 1996.

¹³ SCHIEBINGER, L. Op. Cit., p. 23.

setores onde elas poderiam ser mais bem aproveitadas. Mas a questão que se seguiu, na verdade, já era antiga: foi a de desempenharem atividades iguais aos homens, recebendo salários menores. Ou, ainda, atividades menos rentáveis, mas que permitisse compor a classe dos economicamente ativos e, ato contínuo, como *consumidoras*.

Após a concessão, ou conquista do voto às mulheres, em várias partes do mundo entre as décadas de 1930 e 1940¹⁴, o movimento feminista deixou de sustentar uma de suas principais bandeiras da primeira fase, a que mais mulheres e homens haviam angariado para a causa. Outras questões, no entanto, ficaram latentes e se dispersaram entre as demais, consideradas mais imediatas nas sociedades que se envolveram no conflito bélico, iniciado em 1939.

Tempos depois, outra movimentação surgiu como forma alusiva ao período de reestruturação de grupos de mulheres, cuja terminologia vem sendo conhecida e utilizada, em vários artigos que fazem referência ao movimento¹⁵, por Segunda Onda do feminismo. Foi neste período que se atribuíram *slogans* como “nosso corpo nos pertence” e “o privado também é político” ou “é público”. Isso significou que, ao mesmo tempo em que as mulheres passaram a reivindicar publicamente o direito ao próprio corpo, também se debateram por demonstrar que as questões recônditas da esfera privada deveriam ser tratadas publicamente.

O conflito pela definição do conceito *feminismo* não tem sido menor que o mal-estar gerado pela narrativa originária de uma segunda fase do movimento¹⁶. Atribuir-se à atividade organizada de mulheres, em um outro contexto, com diferentes desejos e ideais de luta entre os anos sessenta e setenta, ainda pautados na busca por reconhecimento social e digno de metade do gênero humano, pode

¹⁴ Nos Estados Unidos, o sufrágio feminino foi anterior a esse período, em 1920. No Brasil, em 1932; no Japão, na França e Itália, em 1945.

¹⁵ A utilização do termo *Segunda Onda*, é possível ser conferida nas seguintes obras: CARVALHO, M. J. e PRÁ, J. R. *Feminismos, Políticas de Gênero e Novas Institucionalidades*. *Labrys: Estudos Feministas*. Brasília: UNB, janeiro/julho 2004. Disponível em: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/mariejanep.htm>; Revista Movimento, Volume 12 - número 1. Porto Alegre: UFRGS, Jan/Abr 2006. SCAVONE, Lucila. *Dar Vida e Cuidar da Vida*. Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

¹⁶ Uma discussão sobre o início da segunda fase do feminismo, manifesta por alguns trabalhos aparentemente isolados, contou com a organização de intelectuais como Maria Odila Dias, Betty Mindlin, além de Célia Sampaio, Walnice Nogueira e mais tarde Marta Suplicy. Essa informação pode ser verificada no verbete *Feminismo Pós-1975* no trabalho SCHUMAHER, S. e BRAZIL, É. V. op. Cit., pp. 229-239. O mesmo verbete também traz informações importantes e condensadas sobre os primeiros jornais feministas dessa nova fase como o *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, a participação feminina na formação de grupos que lutaram pela Anistia, tendo por principal articuladora Terezinha Zerbini e da articulação de grupos, como a Associação das Donas-de-Casa surgida nos anos 60, na zona Leste de São Paulo.

ser uma via mais razoável. Foi, portanto, a partir dessa premissa que se desenvolveram as considerações a seguir.

"O Segundo Sexo" de Simone de Beauvoir, veio à luz em 1949. Traduzido para o inglês em 1953, foi amplamente divulgado e utilizado nos Estados Unidos como a base para as discussões sobre a condição inferiorizada da mulher. Inferioridade que não deveria ser assumida como um destino como o casamento e a maternidade. Para ela, tais itens seriam as principais formas de submissão: "não se nasce mulher, torna-se mulher", tem sido, desde então, a frase-símbolo reconhecida como referência ao movimento e para os estudos feministas que se pretendem culturais.

Betty Friedan, americana de pouco mais de quarenta anos, jornalista afastada de suas atividades profissionais e exercendo a função de dona-de-casa, convidou suas pares a se rebelar: "nenhuma mulher consegue um orgasmo ao encerrar o chão da cozinha", bradou de forma retumbante. Em 1963, publicou "A Mística Feminina"¹⁷ e se lançou à atividade feminista junto às mulheres que, como ela, passaram a atuar politicamente, apesar das dificuldades em aliar a militância às atividades domésticas e familiares.

Betty Friedan, a autora de *Mística feminina*, publicado em 1963, teve a coragem de dizer em público e por escrito que as mulheres não se sentiam completas só por casar e ter filhos. Demitida do emprego de jornalista em 1958, quando teve o segundo filho, resolveu escrever e revelar toda a frustração das mulheres de sua geração e formação – universitárias, cheias de energia e criativas – obrigadas, por convenções sociais, a escolher entre os filhos e a carreira. Mulheres que "sofriam do mal sem nome", com o qual conviviam à custa de antidepressivos e a da felicidade pessoal. Para a sociedade norte-americana, Betty Friedan soou como uma herege ao discordar do padrão estabelecido de felicidade familiar: o marido fazendo carreira e a mulher em casa, preparando os filhos para um futuro igualmente risonho cujo cenário já estava pronto – os homens seriam executivos e as mulheres, donas-de-casa.¹⁸

¹⁷ Do original em inglês, *The Feminine Mystique*.

¹⁸ ALMEIDA, L. M. de. *Betty Friedan (1921-2006): A Animadora da Mística Feminina*. <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=367MEM001> Disponível em meio eletrônico. Acesso em 10/02/2006. Nascida em 1921, faleceu no dia em que completou 85 anos, em 04 de fevereiro de 2006.

Sua contribuição como escritora feminista engendrou a organização de entidades como a (*NOW*), Organização Nacional das Mulheres nos EUA, da qual foi a primeira presidente.

Para o caso brasileiro, Joana Pedro identificou algumas das narrativas de origem e suas respectivas autoras.

Esta narrativa foi resultado de disputas de poder entre diversos grupos feministas, e entre estes e os diversos personagens envolvidos na luta contra a ditadura militar, instalada no país entre 1964 e 1985. Esta luta envolvia, para uns, a dicotomia entre “lutas gerais versus lutas específicas”, de um lado, e de outro, “verdadeiramente feministas versus não-feministas”. A forma como foram definidas estas datas refletem interpretações oriundas de diferentes lugares. Falam de poderes e conflitos.¹⁹

As considerações de Joana Pedro demonstraram que a personificação ou o reclamo pela autoria das ideias, que discutiam a condição social da mulher como sendo diferente e inferior aos homens, ressurgiram a partir de algumas pioneiras, por assim dizer. Apesar de ser uma discussão menor para os propósitos deste trabalho, foi importante localizar as primeiras manifestações, fossem de grupos ou por iniciativas pessoais sobre a retomada das discussões sobre o feminismo.

A segunda fase organizada e mais notória do movimento feminista foi, no Brasil, oficialmente retomada em 1975, a partir das orientações da ONU para o *Ano Internacional da Mulher* e início da *Década da Mulher*. Foram orientações que buscavam nortear as atividades organizadas de grupos da sociedade civil, em conjunto a outros órgãos competentes para viabilizarem encontros para discussões e levantamento de problemas que as mulheres do mundo todo ainda sofriam. As mulheres deveriam participar ativamente do processo de redemocratização do país em um tempo marcado pelo recrudescimento do regime ditatorial dos militares, que ocupavam o poder no país desde 1964.

Tratava-se de grupos que estavam se formando no período imediatamente pré e pós Conferência e cujos perfis não eram homogêneos por possuírem diferenças ideológicas e dificuldades de coesão interna. Havia integrantes que pretenderam exercer a atividade educativa e formativa da mulher para a ação

¹⁹ PEDRO, J. M. Narrativas Fundadoras do Feminismo: Conflitos e Poderes (1970-1978). Texto de Comunicação apresentada no XV - Simpósio de História: Etnia, Gênero e poder, 2005, Vitória: UFES (grifos no original).

política. Isso significava uma possibilidade de exercício da atuação feminina em áreas que não se mostravam receptivas às mulheres, nos partidos políticos existentes, da forma como desejavam, por serem mulheres. Este grupo apresentava, ainda, características de esquerda e contrária ao regime político estabelecido no Brasil, a partir de 1964.

Outro grupo pretendia que as ações fossem pontuais, consideradas mais urgentes, “realistas” e menos “teóricas”, ou seja, que conseguissem benefícios sociais às mulheres, como creches e escolas nos bairros mais carentes.

A partir dessas discussões, portanto, buscou-se elaborar uma agenda a ser cumprida pela sociedade e pelo Estado, com o auxílio da Comunidade Internacional.

Em 1975, dentro das atividades propostas pelos organizadores internacionais de conferências e encontros para o Ano Internacional da Mulher, o Centro de Informação da ONU realizou, na ABI (Associação Brasileira de Imprensa), no Rio de Janeiro, o encontro “O Papel e o Comportamento da Mulher na Realidade Brasileira.

As Nações Unidas estão celebrando em 1975 o Ano Internacional da Mulher, cujos principais objetivos – já proclamados na Carta de São Francisco e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como de outros instrumentos internacionais – são a luta contra todas as formas de discriminação contra a mulher, a conquista da igualdade de direitos entre homens e mulheres, a integração da mulher no processo global de desenvolvimento e a plena participação desta na sociedade de nossos dias.

Como parte desta programação, o Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil e a Associação Brasileira de Imprensa decidiram patrocinar uma semana de **Pesquisa sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira.**²⁰

Realizada entre os dias trinta de junho e seis de julho de 1975, a semana de debates contou com a presença de palestrantes, como a jornalista-articulista e psicóloga Carmen da Silva, da revista *Claudia*, as sociólogas Moema Toscano, Eva Blay, Heleieth Saffioti e Neuma Aguiar, as/os psicanalistas Eduardo Mascarenhas, Raquel Moreno, Marília Graciano, Fúlvia Rosemberg, Naomi Vasconcelos (que aparece no convite do evento como sexóloga) e Luís Paiva de Castro, além do economista Celso Furtado e da escritora Marina Colassanti. No encerramento da semana de debates, no Rio, Saffioti fez um relato da Conferência no México, da

²⁰ Documento disponível em meio eletrônico: <http://www.clam.org.br/publique/media/programa.pdf>
Acesso em 06/09/2007. Grifo no original.

qual participou ativamente e da importância da reunião na ABI. Temas como a situação jurídica da mulher, a mulher no trabalho, a educação e os papéis sexuais, a imagem da mulher na arte e nos meios de comunicação pautaram as discussões e demonstraram

que a inferiorização da mulher não se restringe apenas às condições da estrutura econômica, mas resulta de um condicionamento cultural que vem sendo transmitido de geração em geração. Qualquer discussão sobre a mulher deve partir do princípio de que vivemos num país subdesenvolvido com divisão de classes. A realidade econômica tem como reflexo uma realidade cultural que ao mesmo tempo lhe serve de reforço. A realidade brasileira tem como uma de suas características o desemprego; não se tratando para os desempregados, a maioria dos quais é constituída de mulheres, de uma opção entre trabalhar ou não, mas da impossibilidade de fazê-lo por falta de oportunidade. A orientação tecnocrata da nossa economia marginaliza profissões de cunho nitidamente social tais como as que são voltadas para a saúde e educação.²¹

A ideia de “revolução cultural”, cujo conceito está sendo apropriado para os fins deste trabalho²², refere-se a uma série de novos arranjos culturais iniciados nos anos sessenta: sexuais em relação às identidades hétero ou homossexuais (novidade não muito bem-vinda em relação ao tratamento público da questão); aumento do número de casos de divórcio e nascimento de relacionamentos não legalizados, cujas mães mantiveram o *status* de solteiras; ascensão política de um grupo etário, o jovem, que passava a reivindicar o reconhecimento social como indivíduo atuante e politizado e que dizia para “não confiar em ninguém com mais de trinta anos”, à exceção do guru ocasional²³.

Para o contexto brasileiro, o escritor e jornalista Zuenir Ventura²⁴, por exemplo, mencionou com propriedade outras questões-chave daquele momento de efervescência cultural. É inegável que houve, entre vários setores sociais no Brasil, a absorção de muitas daquelas ideias e influências vindas de fora. Contudo, foi

²¹ Carta Final da Semana de Pesquisa Sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira. Documento disponível em meio eletrônico: <http://www.clam.org.br/publique/media/cartafinal.pdf> Acesso em 06/09/2007. Esta carta serve, para os fins deste trabalho, como um importante documento produzido pelas feministas que se debateram pelo reconhecimento da importância política do movimento organizado de mulheres para alcançarem visibilidade pública e aceitação social.

²² HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

²³ Idem, pp. 314-336.

²⁴ VENTURA, Z. *1968: O ano que Não Terminou. A Aventura de uma Geração*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

grande, também, a movimentação local com as especificidades que o momento político, ideológico e cultural delineou para uma *onda* revolucionária, sobretudo com a presença massiva de jovens, nas décadas de 1960 e 1970.

Diante disso, do ponto de vista sociológico, a família tradicional nuclear burguesa, originária na Europa do século XIX, estaria se deparando com outra formulação até então estranha e/ou indesejável.

Goldenberg, assim como Ventura, falou da difusão da Psicanálise no período, como uma forma de reconhecimento do *Eu* no mundo, um mundo mais urbanizado, tecnológico, conflituoso e individualista para se compreender as transformações das esferas de atuação das mulheres na sociedade:

(...) os movimentos de contracultura e a difusão da Psicanálise no Brasil, fenômenos que atingiram, em especial, as camadas médias urbanas e que valorizavam o 'aqui e agora' e o *Eu*. Fenômenos que, por sua vez, são manifestações da ideologia moderna ou individualista que se impõe nos anos 60.²⁵

Entre os depoimentos concedidos a Ventura em seu livro, nota-se a busca pelo autoconhecimento por meio de um psicanalista, por melhores orientações de como agir frente aos novos ares culturais e desafios de uma sociedade que se especializava em um ritmo frenético, o que Lasch tratou como um tempo em que os cientistas sociais e demais especialistas passaram a ter grande importância social e a demonstrar os desajustes percebidos na esfera familiar, até então a cargo de religiosos ou mesmo dos próprios pais:

A notável popularidade do livro de Benjamim Spock, *Baby and Child Care*, que alcançou mais de duzentas edições entre 1946 e meados da década de 70, constituía apenas o exemplo mais óbvio desta dependência dos pais com relação ao conselho e à ajuda externos.²⁶

Acompanhando este raciocínio, aliado à ideia do individualismo, exacerbada pela cultura de consumo e da sensação de vazio existencial do sujeito sufocado pelas multidões, Goldenberg apontou o seguinte:

um individualismo de cunho psicologizante e libertário caracteriza o espírito dos movimentos que eclodem na década de 60, que colocam

²⁵ Id. Ibid., p. 447. Grifo da autora.

²⁶ LASCH, C. *Refúgio Num Mundo Sem Coração*. A Família: Santuário ou Instituição Sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991, p. 220 e seguintes. Grifos no original.

na ordem do dia temas como a subjetividade, a desrepressão e a radical contestação de todas as instâncias de poder e de todas as autoridades constituídas (o Estado, a família, a Igreja etc.).²⁷

Cabe, aqui, a ressalva de que não se está afirmando que a instituição familiar originária no século XIX – burguesa, nuclear, urbana - tenha sido modificada apenas no período analisado. Para desenvolver tais questões, lançou-se mão dos estudos sociológicos de Lasch, que afirmou estar aquele modelo familiar em um processo de desintegração há mais tempo. Explica-se o autor:

Na verdade a família vem se desintegrando lentamente há mais de cem anos. A crise do divórcio, o feminismo e a revolta da juventude se originaram no século XIX e desde então têm sido objeto de controvérsia. Por sua vez, essa controvérsia popular suscitou uma tradição nos estudos sociológicos que ainda definem os temas que informam a maior parte das observações sobre a família.²⁸

Ventura, além de comentar sobre uma “onda divorcista” que se tornou desejável entre mulheres de segmentos da elite carioca, também trouxe à lembrança Hélio Pellegrino, psicanalista famoso e atuante na geração de 1968, a respeito da desconfiança pelos jovens das gerações anteriores, porque julgavam não terem agido de forma correta diante dos acontecimentos políticos que redundaram em regimes ou manifestações de opressão em fins da década de 1960.

Ventura debruçou-se sobre relatos memorialísticos de alguns atores sociais que viveram no período de estabelecimento do AI-5 pelo governo militar em 1968. Segundo ele, em relação ao movimento político pretendido pela juventude engajada nas manifestações estudantis e intelectuais, contrários ao regime, pode não ter havido uma demonstração explícita de eficácia. Por outro lado, fenômeno contrário ocorreu com o comportamento, cujos efeitos “se fazem sentir até hoje, ou pelo menos até o momento em que a AIDS passou a liderar a contra-revolução”, nos anos oitenta.

As revistas analisadas estamparam alguns dramas do âmbito privado ao tratarem publicamente, por exemplo, de casamentos desfeitos de pessoas comuns

²⁷ GOLDENBERG, M. Leila Diniz: A Arte de Ser Sem Esconder o Ser. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/Escola de Comunicação UFRJ, Vol. 02, n.º 02, 1994, p. 446. Grifo da autora.

²⁸ Continuou Lasch a explicar a sua proposta: “Este livro descreve e critica essa tradição, demonstra como refletiu e influenciou as políticas sociais e analisa a destrutiva influência de certos planos de ação – o impacto das chamadas ‘profissões assistenciais’ sobre a família.” LASCH, C. Op. cit., p. 20.

bem como de famosas. Em relação aos famosos, havia certa complacência, e a atitude dos meios funcionava como um noticiário de *fofocas*. Para o caso dos comuns, as discussões variaram da aceitação tácita à condenação pública, seguida das devidas restrições sociais, inclusive com a ameaça de perda do poder (pátrio poder) da mãe sobre os filhos.

Ao longo da pesquisa, foi notável o tom didático associado às preocupações de cientistas sociais e psicólogos no trato dessas questões. Demonstraram funcionar como atestado de comprovação científica e do poder. Ou pelo menos, de desejo de poder sobre a sociedade que, por sua vez, necessitava ser corretamente inserida nos modelos de convivência saudável,²⁹ nos centros urbanos, ditados pelos cientistas e pela *intelligentsia*.

Goldenberg tratou, em seu texto, de Leila Diniz, que se tornou personagem-símbolo da liberação da mulher no período. Discutiu sua trajetória como personagem de um tempo em que vislumbrou o surgimento e o desenvolvimento de uma nova construção social da identidade feminina no Brasil, que foi marcada pela transgressão de se buscar assumir, publicamente, uma condição já latente no âmbito privado. Também, indicou alguns elementos culturalmente fundantes da década de sessenta, os quais possibilitaram o surgimento de grupos de mulheres que lançaram novos caminhos a serem percorridos para uma “real” mudança de atitudes ser bem sucedida:

A década de 60 teve uma importância fundamental nas transformações dos papéis femininos. O movimento feminista, que estava sendo organizado na Europa e nos Estados Unidos, começou a repercutir no Brasil. Os primeiros livros de feministas brasileiras foram publicados. Os jornais, as revistas, o cinema, o teatro e a televisão começaram a dar espaço para uma **nova mulher** preparando o terreno para a década seguinte quando surgiram, em todo o Brasil, os movimentos organizados de mulheres. O trabalho extra-doméstico passou a ser valorizado e a mulher começou a exercer profissões não essencialmente femininas, o que modificou substancialmente o papel feminino no domínio público e privado.³⁰

Um dos principais desdobramentos da “revolução cultural” e comportamental de que tratou Hobsbawm³¹ bem demonstra o caráter inovador e contestador do movimento que passou a ser conhecido por “revolução sexual”. Este não está sendo

²⁹ Este assunto está discutido no Capítulo II.

³⁰ GOLDENBERG, M. op. cit., p. 446. Grifo no original.

³¹ HOBSBAWM, E. Op. cit.

considerado como um mero evento comportamental, mas como rompimento de uma série de padrões comportamentais e morais que deram origem a um novo modelo de mulher. Resta saber o quanto deste modelo foi mais uma construção abstrata ou uma nova perspectiva prática de atuação das mulheres na vida social e cultural no Brasil, ou de outro ponto de vista: as mudanças ocorreram nos dois campos, mas onde especificamente foram mais efetivas?

Para os fins deste trabalho, tal enfoque permitiu discutir essa mudança no comportamento, admitindo-se que também funcionou como uma estratégia do capital que se expandia e necessitava das mulheres no mercado de trabalho e, em igual medida, como consumidoras de bens e ideias culturais que eram divulgados pelos meios de comunicação de massa.

Isso significou, portanto, que, para além do movimento cultural que atingiu muitas mulheres, outras questões que fizeram parte do desenvolvimento das discussões e das lutas efetivas pela liberação do aborto, pelo direito à posse do próprio corpo, pelo fim da violência contra as mulheres assassinadas em crimes passionais³², pelo reconhecimento das diferenças onde se pressupunha igualdade, por exemplo, foram apropriadas também pela indústria cultural.

Questões como essas assumiram feições menos polêmicas nas revistas,³³ em relação ao que ocorreu publicamente entre grupos de feministas. Por tais periódicos, muitas vezes foram extirpados os temas-tabu e suavizadas as lutas das feministas militantes que, como mulheres, serviam de inspiração por serem *apenas* modernas.

Esta postura tem respaldo no fato de muitas mulheres não conhecerem o objeto da luta das feministas e não se identificarem com o movimento, ainda que lutassem pelas mesmas causas. Não reconhecendo as reivindicações daqueles grupos de mulheres e dos que se seguiram como sendo também as suas, muitas

³² O assassinato de mulheres por alegados motivos passionais não era novidade. Porém, a movimentação de grupos de feministas, em torno do julgamento nos anos oitenta, do playboy “Doca” Street, que matou Ângela Diniz em dezembro de 1976, tornou célebre a frase “Quem ama não mata”, escrita em um muro no Rio de Janeiro.

³³ As fontes consultadas, na sua totalidade, possuem grande riqueza de questões que poderiam ser abordadas. No entanto, foi necessário selecionar os textos que fossem capazes de demonstrar a validade da proposta desse trabalho, que é a construção da nova mulher nas revistas *Claudia* e *Querida* entre as décadas de 1960 e 1970. Alguns números e/ou anos, portanto, foram utilizados em maior quantidade por tratarem de temas como a moda em 1967, que adotou temas ligados à Op Art, discutida no Capítulo I. Ou, também, a questão do Estatuto da Mulher Casada, de 1962, discutido com mais propriedade no Capítulo III e a movimentação para o Ano Internacional da Mulher, em 1975, discutido no Capítulo II.

mulheres tenderam a confundir as bandeiras e as ações de grupos de militantes feministas. Coube aos *media* e ao senso comum deturparem ou construírem outra perspectiva do movimento, como sendo *modernas, avançadas* e moralmente *liberais* ou como o estereótipo de mulheres exacerbadas.

Tornou-se necessário, contudo, esclarecer o que significam termos como *Feminismo e Gênero*.

Considerada a iniciadora do debate de gênero entre o meio acadêmico, ao enfatizar a relação politicamente conflituosa entre as identidades sociais desempenhadas por homens e mulheres, Joan Scott propôs pensar-se a diferença sexual como frente de debate epistemológico

Na verdade, há uma razão importante para se argumentar que os desenvolvimentos na história das mulheres estão fortemente relacionados “à força crescente e à legitimidade do feminismo como um movimento político”, como também para insistir que está aumentando a distância entre o trabalho acadêmico e o político. Mas tomar-se a história das mulheres simplesmente como um reflexo do crescimento da política feminista externa à academia, também é falho.³⁴

Os debates entre as mulheres na esfera pública – e, portanto com fins políticos - buscavam maior abertura nas discussões que diriam respeito à sua condição de cidadã, de mãe, de trabalhadora, de mulher e, portanto, diferente do homem então politicamente atuante e legalmente “superior” a elas. Porém, a legitimação dessas discussões também ressoou na academia, e as dificuldades de aceitação de uma epistemologia feminista ou de estudos que se pretendiam gerais sobre uma história no feminino não provocaram menores discussões.

Maria Odila Dias, em um conhecido artigo sobre essa questão,³⁵ chamou a atenção dos pesquisadores que se dedicam aos estudos feministas, afirmando que considera prematura obras de história geral das mulheres, na medida em que ainda existiria a necessidade de elaborar trabalhos que pudessem superar as polaridades tanto nesse campo, como também nas categorias de pensamento, o que implicaria “lidar com os problemas teóricos de mudança, ruptura e descontinuidades

³⁴ SCOTT, J. História das Mulheres. In, BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 66.

³⁵ DIAS, M. O. L. da S. Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: Uma Hermenêutica das Diferenças. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/Escola de Comunicação UFRJ, Vol. 02, n.º 02, 1994, pp. 373-382.

históricas”. Afirma que, ao se lançar mão da hermenêutica para que se apreenda o sujeito como parte do mundo e não o mundo do sujeito, tal via de análise possibilita aos pesquisadores chegarem a importantes formas de apreensão da subjetividade feminina em outras épocas do passado.

Os estudos feministas propõem uma redefinição dos processos de subjetividade, uma crítica ao conceito de identidade, assim como ao conceito da própria racionalidade no mundo contemporâneo, que se volta para o passado a fim de se reencontrar, devidamente relativizada, no presente. (...) O que decididamente não deve ser tentado é a inclusão nos estudos femininos de métodos tradicionais, funcionalistas, apropriados a sociedades estáveis, bem assentadas, e cuja permanência eles pretendem reforçar. É o risco no qual incorrem trabalhos de história das famílias quando são tomadas como instituições fixas e não processos em permanente mudança. Da mesma maneira, pesquisas sobre o processo de construção das normas culturais da Igreja, do Direito ou do próprio senso comum por vezes incorrem no erro de aceitar a sua funcionalidade, incorporando sem querer as premissas universais em que se basearam. Armadilha sutil e amplamente presente na bibliografia de estudos da mulher, que compromete muitos dos seus resultados, para a qual devem estar alertas as pesquisadoras ou pesquisadores que escolham temas relativos à história da família e de papéis femininos.³⁶

Propôs, ainda, Dias que as/os pesquisadoras/es assumam a temporalidade histórica do tema e, a partir de então, leve-se a efeito a construção do objeto de estudo, delimitando e problematizando todas as balizas do conhecimento relativas a estas mulheres, inclusive o próprio conceito de mulher ou a categoria de mulheres. Para que se possa utilizar os conceitos mais adequados, é necessário que se proceda à contextualização e à temporalização histórica dos mesmos, que funcionariam como “balizas instáveis, porém críticas, renegadas todas e quaisquer categorias universais, abandonados quaisquer parâmetros fixos ou permanentes” porque fazem parte de um manancial teórico, fruto de um longo processo de construção do conhecimento “movediço num mundo transitório”.³⁷

Outra perspectiva, surgida dos estudos feministas iniciados na década de sessenta, vem ganhando mais visibilidade nos estudos sobre as mulheres e os embates que cercam as relações de poder entre os sexos. Londa Schiebinger³⁸ referiu-se aos termos que cercam a categoria gênero e outros como, “sexo”,

³⁶ Idem., pp. 374; 376.

³⁷ Id., *ibid.*, p. 382.

³⁸ SCHIEBINGER, L. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru: Edusc, 2001, pp. 45-49.

“mulheres”, “homens”, “macho”, “fêmea” e “ciência”. Advertiu que costumam ser abordados a partir de uma terminologia utilizada, não raro, com um sentido carregado de preconceito e com tendência a se tornar antipático academicamente.

O termo *gênero* surgiu, segundo Schiebinger, como categoria de análise na década de 1970 como forma de

refrear o então avassalador determinismo biológico, no sentido de distinguir formas culturalmente específicas de masculinidade e feminilidade de ‘sexo’ biológico, construído como cromossomos, fisiologia e anatomia. Os deterministas biológicos, na época, como agora, fundamentavam certas características masculinas, como relações especiais agudas, na anatomia do macho.³⁹

Contudo, continuou, a popularidade do termo provocou a sua utilização indevida. Hoje, *gênero* costuma ser utilizado como uma “palavra de código para ‘sexo’, ‘mulher’, ou ‘feminista’”. Porém, é mais apropriadamente utilizado para referir-se a um sistema de “signos e símbolos denotando relações de poder e hierarquia entre os sexos.” Gênero também, portanto, pode “referir-se a relações de poder e modos de expressão no interior de relações do mesmo sexo.”⁴⁰ Nestes casos, a homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade também emergiram como temas acadêmicos, uma vez que se tornou impossível não compreender estas questões como frutos de sérios conflitos de poder com consequências sociais e culturais.

Para Schiebinger, o termo *gênero* abrange formas diversas no tocante à sua utilização como categoria de análise e deve ser devidamente esclarecida a que, especificamente, se destina e qual a proposta que encerra:

“*Ideologias* de gênero prescrevem características e comportamentos aceitáveis para homens e mulheres. Europeus e americanos, desde pelo menos o século XVIII, por exemplo, foram hipnotizados pela noção de mulheres modestas e delicadas, protegidas por homens robustos e valentes. As ideologias de gênero são específicas à região, religião, idade, classe, etnia e assim por diante.(...)

A *identidade* de gênero denota como um homem ou mulher individual apropria aspectos de ideologias de gênero como parte de seu senso de eu. As identidades dos indivíduos podem mudar de acordo com o contexto, ambiente e época.(...)

³⁹ SCHIEBINGER, L. Op. cit., p. 45.

⁴⁰ SCHIEBINGER, L. Op. cit., p. 45.

Finalmente, a *atribuição* de gênero refere [-se aos] comportamentos esperados de um indivíduo em virtude dele ser homem ou mulher.”⁴¹

Em vista disso, percebeu-se que o conceito tanto se apresenta de formas e situações diferentes, quanto denota entendimentos mutáveis e diversos em relação ao que significa ser homem ou ser mulher no interior de cada ambiente social. É historicamente construído e renegociado, reelaborado em relação a divisões culturais como *status*, classe e etnia. “Embora qualquer homem ou mulher particular possa rejeitar um conjunto particular de atributos de gênero, ele ou ela, não obstante, se sujeita às regras e regulamentos mutáveis de gênero”.⁴²

Rose Marie Muraro, no entanto, afirmou que o conceito foi criado na década de oitenta, em razão da ausência de um instrumento metodológico para explicar a entrada das mulheres no domínio público.⁴³ A autora estabeleceu que a categoria *gênero* começou a ser usada, de início, como forma de demonstrar a discriminação da mulher em “todos” os níveis, do econômico ao político e social. Mais tarde, algumas teóricas passaram a elaborar uma epistemologia questionadora das bases da filosofia platônica e cartesiana, estas últimas com base na objetividade, abstração e em generalizações⁴⁴.

Entretanto, a autora frisou que, de forma revolucionária, a inclusão da subjetividade e da concretude funcionaram como um achado metodológico, como categorias epistêmicas maiores ao lado da objetividade e da racionalidade. Houve, naquele momento, certo desconforto em relação à ideia predominante do domínio da razão, inclusive dentro das ciências exatas. Citou exemplos, como a Teoria do Caos, a Teoria das Catástrofes e da Complexidade em que o irracional se apresentaria como “o paradigma que ajuda a chegar perto das realidades científicas extraordinariamente complexas de um mundo tecnologicamente avançado.”⁴⁵

⁴¹ SCHIEBINGER, L. Op. cit., p. 46. (grifos da autora). A partir destas categorizações, sobretudo a de atribuições de gênero deverá referir-se ao que está disperso no texto como “papéis sociais e de gênero”.

⁴² Id., Ibid. Dessa forma, não parece incorreta a alegação de que não se tratam de individualidades que somadas resultam em uma sociedade. Mas de seres sociais que compõem diferenças e que são frutos delas, mas que pelos arranjos mais comuns, acabam por serem determinados dentro de uma categoria, ou por ela impelidos.

⁴³ MURARO, R. M. e PUPPIN, A. B. (orgs.). *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Faperj, 2001, p. 07.

⁴⁴ Robin Schott, Sandra Harding, Zillah Eisenstein, Lucy Irigaray, Julia Kristeva e Helen Cixous são os nomes de teóricas citadas pelas autoras ao longo do texto. MURARO e PUPPIN, op. cit., pp. 07 e 08.

⁴⁵ MURARO e PUPPIN, op. cit.

Desta forma, apesar de haver divergências em relação ao período em que as autoras admitiram a criação e/ou apropriação do conceito gênero, uma na década de 1970, outra na década seguinte, ambas foram tomadas como um importante referencial teórico.

Linda Nicholson, em outro texto importante sobre o termo, ao discutir uma desconstrução de significados dominantes de dois conceitos centrais da crítica feminista, gênero e mulher, demonstrou que, historicamente, as diferenciações marcadas pelas oposições binárias homem X mulher, masculino X feminino, sexo X gênero, tiveram grande importância para diferentes teóricos sobre a conformação da sociedade a partir de um determinismo biológico.

Este determinismo, tal qual apontado anteriormente, contestado pelas feministas na segunda fase do movimento (Segunda Onda), vem sendo discutido por ter preservado uma espécie de “pensamento dualista sobre a identidade da mulher e que analisasse a diferença entre mulheres como algo que pudesse ser separado daquilo que todas as mulheres compartilham”⁴⁶

Ao historicizar os diferentes tratamentos que a noção de corpo e identidade sexual se deram no Ocidente, apontando os marcos de separação ou junção da natureza e da cultura, a autora demonstrou como de Aristóteles a Locke e deste, a Marx, tais ideias redundaram na percepção, após o século XVIII, destas noções como antitéticas: “a ênfase numa consciência ampliada do corpo como fonte de conhecimento sobre o eu e a ênfase no sentido de um eu que toma forma de acordo com as influências que recebe do mundo exterior”.⁴⁷

No século XIX, Marx combinou as duas proposições ao lançar uma contribuição ao modo de pensar o caráter humano. Foi perspicaz ao reconhecer a importância do meio social na constituição do caráter, “mantendo um intenso materialismo enquanto elaborava também, e com alta sofisticação teórica, a ideia da constituição social do caráter humano”⁴⁸. Tal legado foi utilizado pelas feministas da segunda fase, que passaram a desafiar o entendimento corrente considerado puramente fisiológico da “identidade sexual”.

O que provavelmente não puderam vislumbrar foi certa tendência à continuidade de um dos aspectos básicos do determinismo biológico: o da

⁴⁶ NICHOLSON, L. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas*. Ano 8. Santa Catarina: CFH/CCE, 2000, p. 13.

⁴⁷ Idem, p. 16.

⁴⁸ Idem, p. 22.

existência de aspectos comuns a várias culturas. Isto se deu ao sustentarem a ideia da existência de “dados” fisiológicos que seriam utilizados de forma semelhante em todas as culturas para se proceder à distinção de homens e mulheres “e responsáveis, pelo menos parcialmente, por certos aspectos comuns nas normas de personalidade e comportamento que afetam mulheres e homens em muitas sociedades”.⁴⁹

Em suma, as discussões sobre a diferença ou a semelhança, tanto entre homens e mulheres, como entre as próprias mulheres, passaram a ser um tema de fundamental importância nas análises de gênero, em virtude de terem lançado sentidos distintos à composição social/cultural e biológica de acordo com diferentes situações. Isso quer dizer que, assumindo um dos discursos, ora se enfatizou a luta pela igualdade ou equidade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, ora se clamou pelo reconhecimento das diferenças básicas consideradas fundamentais, como a capacidade geradora pela gestação, para ficar apenas neste exemplo, de modo a diferenciá-los e classificá-los como superiores ou inferiores, um em relação ao outro.

Também a transexualidade, como espécie de “transgressão” do biológico, foi discutida nas perspectivas de gênero, demonstrando que os discursos tenderam a se afirmar na relação binária, masculino *versus* feminino.

Desta forma, foi possível validar a proposição de Nicholson ao sugerir pensar-se o sentido de “mulher” como sendo capaz de

Ilustrar o mapa de semelhanças e diferenças que se cruzam. Nesse mapa o corpo não desaparece; ele se torna uma variável historicamente específica cujo sentido e importância são reconhecidos como potencialmente diferentes em contextos históricos variáveis. Essa sugestão, desde que se assuma que o sentido é encontrado, não pressuposto, assume também que a procura em si não é um projeto político ou de pesquisa que uma intelectual será capaz de executar sozinha em seu gabinete. Ele implica, na verdade uma compreensão desse projeto como esforço necessariamente coletivo a ser feito por muitas, e em constante diálogo.⁵⁰

Diante de tais afirmações, pela perspectiva histórico-cultural, foi possível compreender que as construções do feminino por meio das revistas perpassaram a

⁴⁹ Id. *ibid.*

⁵⁰ *Idem*, p. 36.

ideia de mulher e tudo o que seu corpo possibilitou como um veículo de ideias, de sentimentos, de possibilidades reais e subjetivas, tanto para fins políticos e legais, quanto econômicos ao ser estampado, por exemplo, em propagandas nos anúncios publicitários.

Em meio a uma noção generificada de “cultura nacional”, segundo Hall,⁵¹ existiriam os grupos sociais que colocariam em xeque a desconstrução deste conceito, em busca de sua afirmação como identidade e diferença. Ou seja, nem sempre uma cultura nacional e as identidades nacionais que elas construíram são realmente unificadas, pois “as nações são sempre compostas de diferentes classes sociais e diferentes grupos étnicos e de gênero”, o que permitiu trazer à tona questões que foram cruciais para aquelas mulheres que tanto se debateram para que as relações sociais, nas suas representações (ideologia de gênero)⁵² e práticas (atribuição de gênero)⁵³, não fossem marcadas pela divisão sexual.

De uma outra perspectiva lançada por Hall, inversa à anterior, existe a relação do trabalho feminino e das tarefas domésticas como itens que não se anularam como costuma ocorrer em relação aos homens nas mesmas condições. Neste caso há também que se considerar a invenção de tradições que se confundem com heranças culturais historicamente construídas e que se *tornaram* tradicionais.

Como exemplo das primeiras, está o fenômeno do acúmulo de funções para as mulheres que passaram a trabalhar além dos limites domésticos, como proletárias, ou que estudavam, ou, ainda, que passaram a desempenhar as três funções. Se o contexto se modificou, essa relação prática também, em tese, deveria ter se modificado. O problema que se buscou demonstrar aqui, dá-se em relação ao segundo ponto que é uma tradição na maioria das civilizações: o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e a dedicação ao esposo, como *tarefas femininas*. E os discursos desenvolvidos sobre o assunto, bem como as queixas das mulheres costumam incidir sobre o fato de não haver quem as ajude, ou quem divida tais tarefas.

⁵¹ HALL, S. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997, p. 64-66.

⁵² De acordo com o que postula SCHIEBINGER, L. Op. Cit., p. 46, citado anteriormente.

⁵³ Id., *ibid.*

Heleieth Saffioti, a esse respeito, deixou claro que se a mulher requisita ajuda ao marido, por exemplo, está assumindo a tarefa como sua⁵⁴. Ou melhor, já é culturalmente internalizado pelas mulheres na nossa sociedade, desde a tenra infância, o cuidado com bebês e crianças pequenas por meio das bonecas; das tarefas domésticas por meio dos brinquedos (geladeira, vassoura, tábua de passar roupa, fogão e outros aparelhos domésticos que simulam o teatro do cotidiano); do cuidado de si e das preocupações com a beleza e o consumo, também por bonecas como *Susi*, criada e fabricada no Brasil a partir de 1966⁵⁵ e a sua similar e concorrente *Martinha*⁵⁶, da Trol, além da internacional *Barbie*.

Para o caso brasileiro, a organização de grupos de mulheres que se debateram no reconhecimento de uma posição de igualdade de oportunidades foi – e ainda é – um grande desafio ao *status quo* de forte herança machista de um modelo de origem patriarcal.⁵⁷

Um aspecto central que se impôs na questão de gênero foi, portanto, a sua ligação às relações de poder. É fato que a sociedade brasileira, dentro da perspectiva de uma identidade nacional se mantém, ainda, notadamente dividida política, social e culturalmente de acordo com o gênero de seus membros.

Desde fins do século XIX, sobretudo após a Proclamação da República, as mulheres foram convocadas para educarem as crianças que seriam os futuros homens públicos e as “rainhas do lar” da nação. Este pensamento passou a ser colocado publicamente em xeque e de forma incisiva a partir dos anos sessenta, por ter demonstrado estar corroído e maculado por uma ordem de poder impossível de ser sustentada sem maiores conflitos.

As críticas em relação ao casamento, a luta pelo direito ao divórcio e a decisão de ter ou não filhos por escolha, bem como o direito ao prazer e ao aborto

⁵⁴ SAFFIOTI, H. I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

⁵⁵ As primeiras bonecas possuíam formas mais arredondadas, rosto infantil e roupas de mulher comportada e sapato sem salto. Nos anos setenta, o visual se modificou, ganhou linhas mais finas e roupas que acompanhavam a moda: calças boca-de-sino e estampas que lembravam o psicodelismo. Essas informações estão disponíveis no sítio oficial da fábrica Estrela: <http://www.estrela.com.br/susi/> Acesso em 30/03/2009.

⁵⁶ A apropriação de modelos de mulheres para o segmento de bonecas pode ser demonstrada tanto em relação às donas-de-casa, quanto de jovens modernas e cantoras, como Celly Campello, pela Trol com Celly, em 1960 e Wanderléia, em 1967 da Estrela. No Capítulo I, a Jovem Guarda e os principais movimentos de juventude dos anos sessenta e setenta estão mais bem discutidos.

⁵⁷ Adotou-se o termo patriarcal, aqui, com o sentido de uma família moldada moralmente por uma religião, em que filhos e esposas são subordinados à figura do pai, chefe da família e o caráter hierarquizado do seu relacionamento. Cf. BURGUIÈRE, A e LEBRUN, F. *As Mil e Uma Famílias da Europa*. In: BURGUIÈRE, A. et. al. (orgs.) *História da Família*. 3º volume. O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998, p. 27-28.

no Brasil, foram questões tratadas socialmente como revolucionárias em um período de afirmação da mulher na cena pública:

Assim, as desigualdades entre homens e mulheres, as expressões da sexualidade, a maternidade, os relacionamentos familiares, as práticas de sociabilidade, as relações de trabalho, as manifestações subjetivas, os jogos de poder etc. são concebidos e representados de maneiras diferentes configurando relações de gênero distintas em vários espaços e momentos históricos.⁵⁸

“O privado também é político” foi o mote de mulheres que levaram à esfera pública as mazelas, as confissões, as dores e os prazeres da intimidade ao reivindicarem a participação política efetiva de homens e mulheres nas decisões governamentais. Questões como o direito ao prazer, à contracepção e ao aborto, às creches e ao trabalho com equidade de salários com os homens mobilizaram setores sociais importantes e deram início à movimentação pela formação de grupos de feministas.

Se, nas discussões das relações de gênero, bem como na atuação do feminismo entre grupos de mulheres, alguns países da Europa e mesmo os EUA fizeram escola, no Brasil, outro tema-tabu assustava ainda mais às elites que detinham o poder político e econômico: os problemas de ordem interna frutos do golpe civil-militar de 1964, sucedidos por atos institucionais, cassação de direitos políticos e civis de personagens-símbolo da resistência daquele período que criticaram tal estado de coisas. E, por conseguinte, a revolta de grupos de jovens que não perdoariam seus pais “reais e psicológicos” por haverem “marchado com Deus pela liberdade” e apoiado o golpe ou não o terem evitado.⁵⁹

A questão brasileira neste contexto teve, como reação, a defesa de valores cristãos – ou pretensamente justificados como tal - da propriedade e do Estado liberal ameaçado por um governo, segundo afirmaram os golpistas, com tendência comunista: o então presidente eleito democraticamente, João Goulart.

O período não era propício a esse tipo de dúvida sobre um governante que deveria representar uma nação liberal, ao menos em tese. Entre as sanções que

⁵⁸ BASSANEZI, C. *Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: Relações Homem-Mulher e Revistas Femininas, 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992, p. 11.

⁵⁹ VENTURA, Z. Op. cit., p. 16.

orbitavam em torno do então império estadunidense têm-se a “caça às bruxas”, a Guerra Fria e o medo da comunização do mundo e dos países sob sua influência.

As marchas “da Família com Deus pela Liberdade” foram, nesse contexto, a resposta político-social ao discurso da sexta-feira 13 (de março) na Central do Brasil. Contaram com inegável participação feminina, inclusive com grupos organizados de mulheres das camadas médias de duas capitais: São Paulo e Rio de Janeiro. Entidades como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que originou o IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), moveram a notória campanha contrária ao governo de João Goulart. Mas, não agiram sozinhos: apoiaram grupos organizados de mulheres formados no início dos anos sessenta, como a CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia), a LIMDE (Liga da Mulher Democrata) e a UCF (União Cívica Feminina), os quais “associavam ao ateísmo uma suposta ameaça comunista e, por decorrência, defendiam valores caros ao catolicismo.”⁶⁰

E aquelas manifestantes foram de tamanha importância que não seria exagero admitir-se que um significativo número de mulheres brasileiras estaria ao lado de quem, pela força se preciso, retomasse a defesa da moral, da propriedade e do comando da nação então ameaçados. Tanto que, por meio dessas manifestações e com a maciça presença feminina, o apoio civil ao golpe foi patente. Nesse sentido, a organização política e o engajamento ideológico movido por ações efetivas determinadas pelo gênero as tornaram militantes de certa corrente político-ideológica, no caso, de direita.

Embora diferentes das demais e mais famosas integrantes de grupos formados nos anos sessenta e que passaram à história como as defensoras de igualdade de direitos e de tratamento pela sociedade⁶¹, estas como àquelas, diferenciavam-se de outros movimentos de mulheres pela sua ação política. As “feministas de direita” participaram em um momento específico, mas sua organização teve início com a década de sessenta, de forma a repudiar a

⁶⁰ FICO, C. Com o Rosário na Mão. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n.º 05, março/2004, p. 40. Outro artigo do autor que trata de diferentes olhares sobre a historiografia do golpe de 1964 e confronta algumas questões controversas sobre o assunto estão em FICO, C. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.24, n.47, 2004, pp.29-60.

⁶¹ A partir da década de 1980, surge com mais vigor o “feminismo da diferença”. Portanto, o corte temporal justifica-se pela intensidade de ações e discussões sobre mudanças, entre outras, nas leis do país que previam igualdade onde deveria haver diferença e diferença, onde deveria haver igualdade.

possibilidade de um chefe de Estado e de Governo de esquerda assumir os destinos do país. Acreditavam ser ele contrário aos preceitos cristãos e envolvido com ideias comunistas.

Feministas, “militantes de direita”, “militantes de esquerda”, mulheres *modernas*. Se muitas mulheres atuassem em diversas áreas na sociedade brasileira, se saíssem de casa para trabalhar, se escolhessem seus companheiros, se optassem por ter ou não filhos, se se envolvessem em atividades políticas e se aderissem ao uso de métodos anticoncepcionais, certamente seriam tachadas de mulheres modernas. Mas, também, o termo poderia referir-se negativamente a muitas delas como “liberadas”. Não caberá, para os propósitos deste trabalho, a questão de se perguntar por que ou por quem foram “aprisionadas”, mas quais eram essas mulheres e por que estariam livres naquele momento, naquele contexto específico.

As revistas tomadas por fonte da pesquisa estampavam esses modelos de mulher. Assim como hoje, o *modelo* mais idealiza que propriamente reflete o real, mas o público leitor, se não reflete tal modelo, ao menos se inspira nele, e tem, ou busca nesses veículos informações e modelos de conduta.

A revista *Cláudia*, fundada pela Editora Abril, em 1961, apresentou-se paradigmática para este trabalho. Inclui desde textos com linguagem direta, com um formato visual e textual emprestado de grandes magazines estrangeiros, ao conteúdo ora parcimonioso, ora contestador. Medindo 26,50cm X 34,50cm (L X A), “trata de moda, beleza, decoração, culinária, atualidades, saúde, orçamento doméstico, comportamento, traz contos e variedades.”⁶² Bassanezi informou, em seu trabalho, que o público predominante nos primeiros anos de circulação da revista foi das “classes” mais abastadas (“A” e “B”). Ainda de acordo com a autora, da tiragem total da revista - cento e cinquenta mil exemplares - metade era destinada aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Já o número de páginas variava bastante. Ainda que tenha aumentado sensivelmente, ao longo do período analisado, manteve uma média superior a cem páginas por exemplar.⁶³

Quanto ao teor do discurso, de um lado, *Claudia* apresentava-se colaborando com a manutenção ou criação de padrões de comportamento desejáveis às

⁶² BASSANEZI, C. Op. cit., p. 34.

⁶³ A revista *Claudia* apresentou, por exemplo, uma tiragem de cento e dez exemplares em fevereiro de 1963, cento e trinta em julho do mesmo ano, duzentos e quarenta em maio de 1973, cento e sessenta e duas em abril de 1975 para ficar apenas nesses números.

mulheres; de outro, convidando-as e encorajando-as para atuarem além dos limites domésticos. Desde o seu surgimento, vem mantendo o caráter de *revista da mulher moderna*, cujo público-alvo é composto, em grande parte, pela dona-de-casa.⁶⁴

A aceitação das femininas da Abril, a partir da pioneira *Capricho*, de 1952, motivou Victor Civita a criar *Claudia*, que, surgida em 1961, logo se firmaria como a mais importante revista brasileira para a mulher. Pouco após seu lançamento, a revista começava a falar de pílulas anticoncepcionais e a ensaiar a luta pela liberação sexual.⁶⁵

As palavras acima registram a ideia defendida pela instituição sobre seu produto. Uma publicação do ano 2000, “*A Revista no Brasil*” tratou, de uma perspectiva institucional empresarial, o traçado histórico do surgimento e da atuação das revistas brasileiras até o ano de sua publicação. Como é próxima a uma enciclopédia sobre o assunto, foi utilizada como fonte de informação “oficial” sobre a revista *Claudia*, bem como sobre a Editora Abril. A realização das matérias e reportagens, ainda de acordo com “*A Revista no Brasil*”, ganhou tratamento especial:

Os diretores da publicação, fato raro à época, resolveram sair a campo – o país todo -, para melhor conhecer a mulher brasileira. *Claudia* inovava: em lugar de simplesmente estampar receitas, montou uma cozinha para testá-las.⁶⁶

Neste aspecto, a pesquisa revelou que houve grandes diferenças entre o material de *Claudia* e *Querida* em relação às reportagens. Em *Querida*, boa parte do que foi publicado, sobretudo na década de sessenta, passou por traduções e/ou adaptações ao público brasileiro, no que *Claudia* possuía grande vantagem por demonstrar falar de assuntos a partir das e para as personagens locais. No entanto, ao referir-se aos temas como a pílula e à liberação sexual, a citação acima deixa claro que foram assuntos tabus.

Porém, de acordo com a pesquisa, ao comparar-se com *Querida* não foi com o otimismo de quem renovou a linguagem desses temas que as palavras citadas

⁶⁴ Afora o discurso de legitimidade de seus realizadores, percebeu-se que a revista se encaixava em uma prática da Editora Abril: a de proporcionar produtos variados sem uma ideologia política única. Sua atenção maior, que resulta na sua adaptação e acomodação nos diversos segmentos sociais, dá-se em relação ao mercado.

⁶⁵ CIVITA, R. (org.). *A Revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000, p. 167.

⁶⁶ Idem, *ibid.*

deixam transparecer. Tais assuntos foram tratados com reserva, durante os primeiros anos de publicação, no corpo da revista, nas reportagens que os diretores da publicação afirmaram sair a campo para realizar. Caberia, contudo, a ressalva para a coluna surgida em 1963, “A Arte de Ser Mulher” da jornalista e psicóloga gaúcha Carmen da Silva.

Carmen teve um papel revelador e divulgador do feminismo militante por igualdade de gênero por meio da revista. A coluna que assinou, por vinte e dois anos ininterruptos, foi inspirada pelas cartas que recebia. Tratava das angústias e das conquistas femininas, dos problemas e das batalhas das mulheres por igualdade de gênero. A sensibilidade por ela demonstrada vem sendo reconhecida na produção recente de pesquisas a seu respeito e, vez por outra, é citada em trabalhos acadêmicos como referência ao movimento feminista. Ou seja, como poucas jornalistas que fizeram da profissão um palanque para suas ideias não raro polêmicas e como psicóloga com formação psicanalítica, Carmen projetou-se estrategicamente para o movimento feminista. Tornou-se uma porta-voz de certo tipo de feminismo na revista *Cláudia* por mais de vinte anos. Com ela, surgiu e findou-se a coluna “A Arte de Ser Mulher”, conforme o trecho a seguir:

A carta era sem dúvida fora do comum: endereçada ‘Ao Diretor da revista *Claudia*’, chegou às mãos do Luís Carta, diretor de então. O Luís me chamou, eu era o redator-chefe, e juntos desconfiamos ter encontrado a jornalista e articulista com quem sonhávamos para preencher um espaço que, já naquele momento, o Brasil de 1963, nos parecia ainda inexplorado. O de alguém que mostrasse para nossas leitoras que a mulher precisava se preparar para uma nova posição na vida, que os costumes estavam mudando, e que a mulher tinha que se conscientizar de que sua situação era igual à do homem, ao lado do homem, fosse ela uma dona-de-casa, ou uma profissional em qualquer atividade. (...) Termina com ela a seção “A Arte de Ser Mulher”. Não se substitui uma Carmen da Silva. Ela foi importante demais. E é assim que nós, seus colegas e companheiros de *Cláudia*, queremos conservá-la: insubstituível.⁶⁷

Assumir a bandeira feminista, ou qualquer conduta política que expressasse a luta por direitos das mulheres em um veículo de comunicação, que se tornou um dos mais importantes do gênero, foi, sem dúvida, inovador para o meio. E, dentro

⁶⁷ CORRÊA, T. S. Termina aqui “A Arte de Ser Mulher”. In, CIVITA, L. T. (org.). *O Melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, pp. 05-06. Alguns dos artigos foram reunidos neste livro. Uma compilação do que a autora considerou como sendo os melhores, nos 22 anos de permanência de Carmen como articulista da revista.

desta perspectiva, a revista foi utilizada como um veículo, ainda que limitado às razões de uma imprensa-empresa, fruto de uma sociedade subdividida social, econômica e culturalmente e divulgador de certo ideal feminista na figura de Carmen da Silva. Como psicóloga, Carmen desempenhava o papel de profissional-educadora, citando exemplos e situações do dia-a-dia das mulheres em uma linguagem direta e não-acadêmica. Tais situações, de acordo com a articulista, baniam as mulheres do mundo exterior ao lar e que, embora muitas não tivessem consciência disso, colaboravam com a sua desumanização e alienação.

Outra revista que obteve sucesso entre o público feminino jovem foi *Querida*, uma publicação da Rio Gráfica Editora, entre os anos 1954-1987 e depois Editora Camelot até seu término em 1999.⁶⁸

Em “*A Revista no Brasil*”, encontra-se uma informação que, infelizmente, não ganhou maiores detalhes de acordo com a importância do veículo citado:

Em meados dos anos de 1970, descortinou-se outra fatia de mercado – a da mulher jovem que lia *Pop*, da Abril, e para a qual a editora lançou uma revista específica: *Carícia*. O mesmo segmento abrigaria, ainda, *Querida* (o título fora sucesso da Rio Gráfica nos anos de 1950), *Atrevida* e *Toda Teen*.

Na verdade, o segmento já havia sido “descortinado” na década de cinquenta com a própria revista *Querida*. Ao longo das duas décadas analisadas (1960 e 1970), percebeu-se as diferenças por que passaram os discursos e a própria linguagem de *Querida*, dirigindo-se ao segmento mais jovem das mulheres. Um nome constante no próprio sumário, “Globojuvenil”, seguiu juntamente com os créditos e endereços para contato, confirmando que era um produto destinado ao público jovem⁶⁹. Caberia salientar, ainda, que, apesar de ser uma publicação que possuía na sua direção homens, a base da revista, a redação, era composta por uma editora-chefe, Gilda Chataigner, uma chefe de redação, Sylvia Ravache e quatro repórteres, todas mulheres. Dentre os colaboradores, homens e mulheres, o

⁶⁸ A editora, que pertencia ao jornalista e empresário Roberto Marinho, foi incorporada à *Editora Globo* e passou a fazer parte das *Organizações Globo* em 1987. *Querida* passou a ser editada pela editora *Camelot*, até deixar de ser publicada em 1999. Esta última fase da revista foi trabalhada em um artigo sobre saúde reprodutiva de adolescentes por meio de revistas destinadas a este público: MIRANDA-RIBEIRO, P.; MOORE, A. *Já nas bancas: a saúde reprodutiva das adolescentes vista através das revistas Querida e Capricho*. Texto disponível em meio eletrônico: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_15artigo_p263a276.pdf Acesso em 01/03/2008.

⁶⁹ Revista *Querida*, abril de 1962.

que a torna uma revista feita por e para mulheres. A maioria das matérias mais ousadas em relação à sexualidade para o período estudado circulou em *Querida*.

Também, no período analisado, percebeu-se a diminuição do número de páginas destinadas aos contos⁷⁰ e o aumento das matérias e reportagens sobre comportamento jovem e a necessária adaptação do público leitor aos novos tempos. O formato, 21cm X 27,50cm (Largura X Altura) até janeiro de 1969 passou para 27,50cm X 35,50cm (Largura X Altura) em fevereiro do mesmo ano, com a diminuição da periodicidade. De quinzenal, passou para mensal. O número de páginas, noventa e oito, em média, manteve-se constante, exceto em edições especiais, como as de Natal⁷¹.

O teor dos discursos passou por uma radical transformação, tornando-se mais enfático no compromisso com o seu público-alvo. Até a primeira metade da década de sessenta, a linguagem mais amena e comportada não contestava o ideal de mulher predestinada ao casamento e à educação dos filhos.

Carla Bassanezi observou o seguinte:

Querida é a revista quinzenal favorita na segunda metade dos anos 50 (conforme o IBOPE) – carioca, publicada desde 1954. Traz reportagens (entrevistas, vidas de artistas etc.), moda, beleza, decoração, culinária, enfim os chamados “assuntos femininos”. Porém, seu ponto forte são os contos, 4 ou 5 em cada exemplar, considerados “ousados” na época. Talvez sejam realmente os contos mais “picantes” os que marcaram mais a memória, mas há uma grande quantidade de histórias de mães e esposas extremamente dedicadas que dão ou recebem lições de fé, esperança e “comportamento exemplar”. Apesar de alguns dos contos de **Querida** abordarem temas mais ousados que os de **Jornal das Moças** (mas equivalentes aos de vários contos de **Claudia**) como o divórcio, relações ilícitas, filhos ilegítimos ou paixões proibidas: estes contos e as “histórias verídicas”, reforçam mais do que ameaçam a moral estabelecida. Um exame mais detalhado, mostra que **todos** os

⁷⁰ Em *Querida*, como em *Claudia*, as matérias vinham dispersas ao longo da revista. Era comum que o texto fosse interrompido e reaparecesse muitas páginas depois. Às vezes seguia como uma coluna “espremida” entre outros textos e a informação de que se tratava da continuação do conto *tal*. Embora essa questão não seja objeto do presente trabalho, é possível que a interrupção funcionasse como um balizador da leitura a partir de uma média de tempo que as leitoras poderiam se dedicar à matéria em questão. Tal como hoje se vê nos programas de televisão entremeados de propagandas. Ao anunciar que a matéria continuaria em página posterior, a leitora folhearia toda a revista até chegar onde interessava. Esta especificidade das revistas, do período analisado, as tornam excelentes fontes históricas, pois tinham a possibilidade de serem guardadas, manipuladas, rasgadas, recortadas, colecionadas e relidas. E, por isso, diferentes dos demais produtos culturais com conteúdo informativo e de entretenimento veiculados nos meios de comunicação, como televisão, rádio e cinema.

⁷¹ Em dezembro de 1967, a revista inovou no formato, que se tornou maior como o que ocorreu em 1969, e anunciou o número de páginas, cento e trinta. Os números de Natal foram uma tradição da revista desde o início da publicação.

contos de **Querida** trazem uma lição de moral (basicamente a mesma moral das outras revistas).⁷²

Mais adiante, Bassanezi informou que a revista havia recebido muitas críticas, sobretudo de pais que não aprovavam a leitura pelas jovens, que por sua vez, contrariavam a aparente proibição e citou a informação que se seguiu nas capas no início da década de sessenta, logo abaixo do título e entre parênteses, “revista para adultos”.

O fato de existirem muitas críticas à **Querida** na época e de muitas jovens lerem esta revista sem a aprovação dos pais, às escondidas, é mais um indício dos preconceitos e da rigidez moral, pelo menos aparente, de muitas famílias. Mas é também uma amostra da indisciplina e dos limites do controle sobre as jovens. Estas, se não são o público alvo da auto-intitulada “revista para adultos”, pelo menos recebem uma significativa atenção em vários artigos de **Querida**.⁷³

A autora, que em seu trabalho pesquisou revistas femininas entre 1945 a 1964, provavelmente se reportou à *Querida* em relação a um período anterior ao que está sendo abordado neste trabalho. O aviso de que se tratava de uma revista destinada a adultos pareceu, no entanto, claramente estratégica em detrimento do conteúdo. Após esta fase, várias questões ainda tidas como tabu no início da década de sessenta passaram a ser tratadas “à luz do dia” pela revista. O sexo antes ou fora do casamento, a virgindade, o uso de contraceptivos, os namoros não consentidos pelos pais ou ainda com homens comprometidos, a traição, além de discussões sobre carreira e estudo, foram tratados repetidas vezes e acompanhados de farto material publicitário.

No segmento jovem, a revista demonstrou ser bem mais “revolucionária”, para o que se acredita ter vigorado como padrões morais à época, do que qualquer outra publicação destinada às massas. Inclusive em relação à revista *Claudia*, foi mais vanguardista nesses quesitos.

⁷² BASSANEZI, C. op. cit., pp. 31-32, grifos no original.

⁷³ Id., p. 32. Diferentemente de *Claudia*, grande foi a dificuldade em se encontrar dados mais específicos sobre *Querida* para compor o histórico da revista. A escolha por essa publicação tendeu a buscar um veículo destinado à mulher jovem, o grande agente e alvo das mudanças culturais percebidas entre os anos sessenta e setenta do século XX. Mesmo com uma pesquisa bibliográfica exaustiva sobre os periódicos, pouco foi encontrado a respeito dessa publicação, o que torna o desafio de examiná-la e tomá-la como fonte ainda mais gratificante.

Afora o caráter mercadológico, várias questões abordadas pela revista confirmaram a vocação de tais periódicos como agentes de informação e educação das massas. Tinham em vista a linguagem dirigida, direta e simplificada amparada (ou criada?) por profissionais que prestavam consultoria às matérias e respondiam as cartas das leitoras.

Não existia uma educação sexual como disciplina escolar obrigatória e pouco faziam os pais e mães a esse respeito dentro dos lares. Também não havia, nas escolas que promoveram a educação para as massas, públicas ou privadas, disciplinas ligadas ao cuidado com as crianças (puericultura). As poucas escolas que ainda resistiram aos novos currículos, mantendo disciplinas dirigidas às tarefas domésticas, ou aos trabalhos manuais, foram as escolas femininas, não raro confessionais, que praticamente desapareceram na década de 1970.⁷⁴

Essas considerações iniciais têm por objetivo demonstrar o quanto é importante tratar da tensão entre as relações políticas e as movimentações sociais para o empreendimento cultural transformador que se discutiu ao longo deste trabalho. A divisão por capítulos seguiu uma lógica necessária ao desenvolvimento e aprofundamento de algumas questões já expostas.

O primeiro capítulo discutiu de que forma as revistas comerciais, notórias porta-vozes da sociedade capitalista, que funcionaram desde os seus primórdios como vitrines de produtos, os mais variados, da moda e de costumes, adotaram os discursos de rebeldia, artísticos e intelectuais deste grupo etário para capitalizar suas vendas? Ao longo do desenvolvimento desta questão, buscou-se contextualizar a produção cultural aliada à militância política que se seguiu aos anos cinquenta e se firmou como um dos mais profícuos arregimentadores de jovens no país. Nesse processo, foi perscrutado o engajamento político de setores da sociedade brasileira como as mulheres, e de que forma elas buscaram modificar o *status quo* repressivo e reducionista do gênero que as mantiveram distantes por muito tempo da cena pública. Como chegaram à atitude militante e desafiadora de início configurada por uma ideologia socializadora e que passou a instrumento das ambições capitalísticas atuais? Como as revistas trataram dessas questões?

⁷⁴ Sobre a educação feminina, currículos e processo de modernização da educação no Brasil, LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F. e VEIGA, C. *500 Anos de Educação No Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. Outro artigo sobre o mesmo assunto: LOURO, G. L. Mulheres na Sala de Aula, constante na obra PRIORE, M. Del (org.) *História das Mulheres No Brasil*. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997, pp. 443-481.

No outro extremo, mostrou-se profícua, durante a pesquisa, a junção de um modelo representativo da adolescente-jovem e a preferência dos meios em tomá-la como padrão e que resultou na denominação *arquétipo da Lolita*. Este modelo surgiu a partir de outro já conhecido e que funcionaria como seu contraponto: a mulher voluptuosa *Femme Fatale* da década de 1950.

O segundo capítulo tratou do surgimento de uma nova mulher atuante politicamente e engajada socialmente, liberada sexualmente, adepta da máxima “nosso corpo nos pertence”, que poderia escolher ter ou não filhos, casar-se ou separar-se sem que a atribuição de gênero esperada para as mulheres a lançasse em um ostracismo social. Ela poderia escolher manter o *status quo* ou transformar a cena pública – bem como empreender mudanças na esfera do privado. Também, nesse capítulo, foram discutidas as representações sobre a “revolução sexual” resultante de uma grande transformação cultural, iniciada em fins dos anos cinquenta, em vários países ocidentais. Alguns marcos costumam ser tomados como simbólicos para esse processo, como o fim da Era Vitoriana; no campo intelectual, Simone de Beauvoir com o livro *O Segundo Sexo* (1949) e Betty Friedan nos EUA com *A Mística Feminina* (1963). E, no campo médico, além e, sobretudo, no comportamental, com os desdobramentos que se seguiram à liberação da pílula anticoncepcional e os demais métodos químicos potentes e seguros para a contracepção.

No Brasil, as discussões sobre a ditadura implantada no país e a falta de liberdade de expressão, por exemplo, deram a tônica do discurso conjunto sobre as liberdades individuais. O contraste entre os jovens, sobretudo estudantes, das camadas médias que pretendiam “revolucionar” os costumes a partir de um comportamento *rebelde*, que chocaria boa parte da sociedade adepta de valores mais “tradicionais”, também pode ser demonstrado em cartas enviadas às redações de revistas femininas populares, como *Claudia* e *Querida*, reprovando, com veemência, aquele estado de coisas.

O terceiro capítulo abordou a vaga do psicologismo oferecido “gratuitamente” no varejo, nas seções de aconselhamento psicológico, ou nos consultórios sentimentais. As diferentes perspectivas abordadas em *Claudia* (após a contratação de Carmen da Silva) e *Querida* e a apropriação dos discursos psicanalíticos em tais seções deram a tônica da última parte deste trabalho. Foram citadas e discutidas as cartas e as respectivas respostas pelos articulistas responsáveis pelas colunas,

além de duas colunas em especial: “Você e Sua Vida”, de *Querida* e “A Arte de Ser Mulher”, em *Claudia*.

Por meio das revistas *Cláudia* e *Querida*, o tratamento das construções culturais, das representações sociais, da busca pela afirmação identitária e do reconhecimento à diferença, e do que isto implicou às práticas de diferentes grupos de mulheres (jovens, solteiras, casadas, trabalhadoras ou donas-de-casa), procurou problematizar algumas situações pelas quais passou a conjuntura político-econômica brasileira do período estudado.

CAPÍTULO I

REVELAÇÕES E APROPRIAÇÕES: As Mulheres no Mundo e o Mundo das Revistas

O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. (...) Para 80% da humanidade, a Idade Média acabou de repente em meados da década de 1950; ou talvez melhor, sentiu-se que ela acabou na década de 1960. (Eric Hobsbawm)

Se uma “revolução cultural” se avizinhava aos países pertencentes à ocidentalidade, após o fim da II Guerra Mundial, vários foram os fatores culturalmente revolucionários que concorreram entre aqueles e o Brasil. “A morte do campesinato”, inclusive na América Latina, segundo Hobsbawm, configurou, nas diversas nações em questão, uma mudança radical de perspectiva de vida, de “visões de mundo” e de uma nova tendência de dinâmica social de caráter mundial. O processo de urbanização, acelerado de forma espetacular em cerca de vinte anos, demonstrou o poder das novas regras de sociabilidade às populações migrantes.

Diferente do contexto vivido na passagem do século XIX ao XX, em que a permeabilidade da cultura citadina permitia a adoção ou a permanência de elementos culturais estrangeiros no pós-II Guerra, essa relação de dominância se inverteu. Os grupos humanos que chegavam às cidades deveriam adaptar-se a uma nova ordem social e econômica e à imposição de uma cultura de consumo que caminhava cada vez mais rápido para tornar-se global.

Também a busca pelas formas de educação disponíveis, o engajamento nas atividades produtivas, muitas delas estranhas, repulsivas e insalubres e o desejo de participação das benesses que a vida nas cidades tenderia a oferecer, ensejou novas formas de participação política e de adesão aos grupos de defesa dos

cidadãos. Destacaram-se os sindicatos, as organizações sociais, com ou sem ligação com igrejas, movimentos estudantis, os movimentos feministas e as organizações civis que originariam as hoje denominadas Organizações Não Governamentais (ONGs), iniciadas na década de 1970.

Dentre os grupos ou movimentos reivindicatórios mais aguerridos ao longo dos anos sessenta, os estudantes tiveram importante papel na elaboração de novas formas de atuação em sociedade, ora aliciando seus pares para a luta localizada na esfera estudantil, ora movimentando outros setores sociais por motivos mais políticos e ideológicos. Por este último item, despertaram a fúria do poder de Estado e de setores conservadores, ligados ao *status quo*, resultando, em vários países, como no Brasil, nas medidas radicais contra a “desobediência civil”, como analisa Hobsbawm.

(...) Em muitos aspectos, a existência mesma das novas massas implicava questões sobre a sociedade que as engendrara; e das questões à crítica é só um passo. Como nela se encaixavam? Que espécie de sociedade era aquela? A própria juventude do corpo estudantil, a própria largura do abismo de gerações entre esses filhos do mundo do pós-guerra e seus pais, estes capazes de lembrar e comparar, tornavam seus problemas mais urgentes, sua atitude mais crítica. Pois as insatisfações dos jovens não eram amortecidas pela consciência de ter vivido épocas de impressionante melhoria, muito melhores do que seus pais algum dia esperaram ver.⁷⁵

No Brasil, o contexto político e suas implicações de ordem institucional se tornaram o principal agravante a impulsionar os estudantes à ação contra o *status quo*. Por que representavam perigo, à época do golpe civil-militar, iniciado em 31 de março de 1964, ficou patente a atitude extrema da polícia do movimento que apoiava os golpistas, contra a sede da UNE, no Rio de Janeiro. Depredada e incendiada, já logo após o golpe, o primeiro de abril foi além de uma bravata “da direita enfurecida”. Esta última lançou-se contra os estudantes, contra os professores, contra os livros, que foram queimados em grandes fogueiras, repetindo a atitude fascista de impedir a propagação de um conhecimento, em tese, libertador.

Compreender o que foi o Brasil nos anos 60 tem sido tarefa de jornalistas, comunicólogos, cientistas sociais e, mais recentemente, historiadores. Muito do que vem sendo apurado até agora sinalizou que o golpe civil-militar de 1964 foi fruto de

⁷⁵ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 295.

ensaios (frustrados) anteriores. Não será o caso aqui de aprofundar tais questões, mas recuperar alguns fatos que bem justificariam o apoio de grande número de pessoas da sociedade civil, dentre estas, muitas mulheres organizadas em grupos de defesa dos valores considerados cristãos e caros a certa elite social. Passados mais de quarenta anos do golpe civil-militar de 1964, documentos oficiais ainda estão sendo “descobertos” e analisados, colocando cada vez mais a influência não apenas ideológica como estratégica e militar dos EUA nas ações golpistas que deram início ao regime ditatorial militar no Brasil, em vigor entre 1964 e 1985.⁷⁶

Após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, que, na análise de Gorender, foi uma tentativa de golpe fracassada, por seu significado, não seria motivo primeiro do sucesso dos setores mais conservadores em março-abril de 1964. Seria, conforme o autor⁷⁷, a *antecipação* de um projeto político antipopulista. O presidente Jânio Quadros "pretendia o que os golpistas de 1964 obtiveram: poderes excepcionais que reduzissem as atribuições do Congresso e permitissem ao presidente governar de maneira autoritária".⁷⁸ Desta forma, uma sucessão de fatos inflamou o já explosivo e conturbado clima político:

depois da renúncia de 25 de agosto e da reação da direita civil e militar à posse de Goulart, a resistência, em nome da "legalidade constitucional", adia o golpe, mas aceita a solução de compromisso

⁷⁶ Em matéria exibida na Rede Globo, no programa dominical Fantástico, no dia 19/11/2006 ressaltase o seguinte comentário: “‘Trata-se do envolvimento de autoridades nos negócios internos do Brasil, como talvez nunca tenha havido’, anuncia o historiador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Carlos Fico. ‘Nunca tinha sido trazido a público um documento que desse uma prova tão cabal da presença do governo norte-americano nesse episódio da história do Brasil’, afirma a diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Jessie Jane Vieira de Sousa.” *A Um Passo da Intervenção*. Texto disponível em meio eletrônico: http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0_AA1355999-4005.00.html. Acesso em 19/11/2006. A propósito, a hoje historiadora Jessie Jane foi uma das personagens do seqüestro frustrado de um avião da Cruzeiro, em julho de 1970 e teve como punição a detenção e as torturas pelos agentes do Doi/Codi. Foi uma das depoentes do dramático filme-documentário de 1989 “Que Bom te Ver Viva” de autoria da cineasta, também presa e torturada, Lúcia Murat.

⁷⁷ GORENDER, J.. *Combate nas Trevas*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Ática, 2003.

⁷⁸ De acordo com Codato e Oliveira, “essa discussão — se o golpe de 64 era evitável ou não, não é um exercício de história contrafactual porque está fundamentada em evidências objetivas e que permitem hipóteses válidas e conclusões (passíveis de discussão, evidentemente). Assim, por exemplo, é bastante difundida na literatura recente a opinião, resumida por Quartim de Moraes, segundo a qual ‘Goulart dispunha de meios militares de resistência’, sendo, portanto, as razões efetivas do resultado final *políticas e sociais*. No período janeiro-fevereiro-março as ‘divisões das forças democráticas e nacionalistas’ que apoiavam Goulart (conforme Gorender), de um lado, e, de outro, o desequilíbrio na ‘correlação política de forças na sociedade brasileira’ a favor dos golpistas (conforme Quartim de Moraes) contribuiu decisivamente para o sucesso do golpe de Estado.” CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. A Marcha, o Terço e o Livro: Catolicismo Conservador e Ação Política na Conjuntura do Golpe de 1964. *Revista Brasileira de História*. v.24 n.47. São Paulo: ANPUH, 2004.

do parlamentarismo (Emenda Constitucional nº 4) em troca de um plebiscito sobre a forma de governo em 1963. Essa parece ter sido, naquela circunstância precisa, a única fórmula possível para garantir a posse do vice-presidente, uma vez que, "na ótica dos militares e dos demais setores civis golpistas, Jango simbolizava tudo aquilo que havia de 'negativo' na vida política brasileira: demagogo, subversivo e implacável inimigo da ordem capitalista"⁷⁹.

O êxito dos partidários da direita⁸⁰ nas eleições de outubro de 1962 teria consolidado uma feição mais *conservadora* do Parlamento, mas, segundo Adriano Codato e Marcos Oliveira, os gabinetes Tancredo Neves, Brochado da Rocha e Hermes Lima não garantiram a governabilidade tampouco a estabilidade política ao sistema. "A pressão de Goulart para influenciar as decisões do Gabinete e as divergências entre Congresso e Conselho de Ministros" contribuíram para a campanha pela antecipação do plebiscito.⁸¹

Com grande participação popular, o plebiscito deixou claro que os brasileiros queriam o presidencialismo. No início de 1963, o governo passou a conviver com um

contexto de grave crise econômica (inflação de preços), com pressões à esquerda (dos setores nacionalistas, populares e comunista), contra o "Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social" e contra a timidez para nomear um ministério mais progressista e assumir uma política de fato nacionalizante; e à direita (latifundiários, o grande empresariado, udenistas e pessedistas, a alta oficialidade das Forças Armadas e a cúpula da Igreja (católica), contra as "reformas", principalmente a agrária, e o "caos, a desordem e a instabilidade política", representada pela ascensão do movimento popular e sindical. No Congresso Nacional a polarização ideológica mina o centro político, o apoio parlamentar ao governo, e bloqueia as iniciativas do Executivo.⁸²

⁷⁹ CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. Op. cit.

⁸⁰ A utilização dos termos *direita* e *esquerda*, para este trabalho, faz referência a certa vertente de pensamento e organização política caracterizada, em relação ao segundo, por ideários de origem socialista e, em menor número, de anarquistas. No século XX significava a oposição a um tipo de política e sociedade considerada reacionária e subserviente aos propósitos do avanço do capitalismo. Ainda hoje é comum a associação do termo *direita* com burguesia ou elite econômica e social e *esquerda* com os oponentes a esse sistema, quais sejam, os destituídos do capital e da posse dos meios de produção de riquezas. Tais conceitos, no entanto, encaixaram-se no período tratado e justificaram-se por seu significado.

⁸¹ De acordo com CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. Op. cit., "o resultado do plebiscito (9.457.448 votos a favor do presidencialismo e 2.073.582 a favor do parlamentarismo) destacou, nessa conjuntura precisa, o isolamento e a falta de apoio popular dos setores conservadores".

⁸² CODATO, A. N.; OLIVEIRA, M. R. de. Op. cit. (grifos no original)

O encadeamento dos fatores que agravaram a crise política enfrentada por Jango, já antipático às elites alinhadas ao liberalismo estadunidense, teve como continuidade as Reformas de Base que tomaram o lugar do Plano Trienal.

Na frente militar, a revolta dos sargentos, em setembro, adiciona um elemento a mais na crise política e repercute negativamente na cúpula das Forças Armadas. A recusa em aprovar o Estado de Sítio em outubro de 1963 isola politicamente o Presidente. A radicalização da política populista de integração política e econômica das massas urbanas (e também rurais) é a resposta à ascensão do movimento popular.⁸³

No ano seguinte, ficaram claras as posições contrárias que se equilibravam a duras penas até então. De um lado, o liberalismo conservador; de outro, o reformismo nacionalista. Ressalte-se uma série de fatores das posições políticas tomadas por grupos que influenciaram amplos setores da sociedade civil, tanto para a conjuntura golpista levada a cabo em 1964, cuja série de eventos demonstram que a temperatura política dos setores de oposição havia chegado ao limite, quanto dos que apoiavam Jango.

Grupos armados e movimentos de guerrilha se estruturaram e envolveram milhares de jovens numa luta desigual e insólita, ceifando a vida de centenas deles, ou maculando outros tantos que sofreram torturas físicas e/ou psicológicas, além da privação do direito de ir e vir, quando na clandestinidade ou no exílio.

Hobsbawm argumentou sobre o ímpeto jovem, conhecido historicamente, como sujeito às grandes paixões e nelas a possibilidade de desafiar as normas estabelecidas e se apoiar em ideias revolucionárias. Todavia, parece discutível o fato de que a “geração jovem dos anos oitenta”, e a brasileira em particular, não fugiriam a essa aparente norma, sendo tachada de alienada.

Ressalte-se que o contexto político de países, como o Brasil, que tiveram períodos ditatoriais ligados a autoproclamada direita liberal, poderia justificar a ausência de politização dos mais jovens. Mas, ainda segundo Hobsbawm, houve lugares em que os não jovens tomaram a frente das lutas por democratização, pois haviam sido devidamente doutrinados ou esclarecidos, ao contrário dos jovens despolitizados e desmemorializados.⁸⁴

⁸³ Idem, *ibid.*

⁸⁴ Idem, p. 294.

É importante para esse momento, portanto, recuperar a movimentação em setores culturais surgida nos anos cinquenta que iniciou o que se tornaria uma marcha social de rebeldia filosófica. Rebeldia essa que angariou adeptos e não poucos críticos, em diversas partes da Europa, além das Américas. Esses movimentos de alguma forma, deixaram algumas influências nos discursos das revistas analisadas na construção da nova mulher entre as décadas de 1960 e 1970, tanto para a sua utilização como modelo, como para a sua recusa.

Movimentos juvenis como os “*beats*”, “*flower power*”, “*hippie*”, partidários das máximas “*black is beautiful*”, e “*make love, not war*” foram fenômenos que se debateram contra o *status quo* e postulavam que o regime ideal a que deveria ser submetido o indivíduo era o da liberação.

Era o auge da Guerra Fria, que trouxe consigo episódios como a histeria anti-comunista do macarthismo, a Guerra da Coréia e, um pouco depois, a do Vietnã. O capitalismo estadunidense experimentava um estupendo desenvolvimento industrial e tecnológico, o que acirrava profundamente suas contradições internas. Produção em massa pressupõe consumo em massa. Estavam lançadas as bases para o desenfreado consumismo que conhecemos hoje.⁸⁵

Já nos anos cinquenta, os *beats*⁸⁶, ou *beatniks* (fusão do termo *beat* com *Sputnik*), propunham uma revolução estética e comportamental e foram buscar os elementos para essa revolução em várias fontes:

em Walt Whitman, poeta-cantor da liberdade, considerado o primeiro beatnik, vão buscar o verso livre; em William Carlos Williams, a própria experiência, o concreto, o cotidiano como tema de seus poemas e, portanto, a recusa dos temas metafísicos; no poeta maldito William Blake (e por que não dizer, no *enfant terrible*, Artur Rimbaud), o gosto pelo desregramento (“o caminho do excesso leva ao palácio da sabedoria”, nas palavras do herético Blake); em Herbert Marcuse, filósofo marxista oriundo da famosa Escola de Frankfurt, que tentou fundir Marx e Freud, vão buscar as críticas à

⁸⁵ NOGUEIRA, W. *América: Um Uivo Desesperado*. Jornal *O Povo*. Texto disponível em meio eletrônico. <http://www.noolhar.com/opovo/vidaearte/491988.html> .

⁸⁶ A associação dos *beats* como impulsionadores do movimento de liberação sexual indica, nesta passagem, a liberalização dos costumes entre jovens antes da pílula: “(em meados da década de sessenta, durante os festivais nos Estados Unidos) A revolução sexual atingia o seu ápice, depois de ver o seu começo na San Francisco do final dos anos 40. Naquela região, um grupo de escritores liderados por Jack Kerouac (autor de *On the Road*) e Allen Ginsberg (*O Uivo*) deu origem à geração *beat*.” Cf. LIMA, L. O. O Estado de São Paulo, edição eletrônica.

<http://www5.estado.com.br/edicao/especial/seculo/designer/temas/sexual/sexual4.html> Acesso em 10/05/2000.

sociedade industrial, que muito influenciaram toda a geração de maio de 64, a geração da contracultura.⁸⁷

Foi um movimento pelas letras de clara contestação social, cujas características eram o desejo de ruptura com as convenções de toda sorte, a busca do prazer sem culpa, o sexo livre e a ausência de comprometimento com o futuro e, sobretudo, de crítica à sociedade de consumo. Muitos *beatniks* cruzavam o país de carro ou se aventuravam em longas viagens, com uma mochila nas costas, em busca da ampliação de seus horizontes.

O consumo de drogas de diversas procedências e o som do *bebop* - a vertente mais moderna do *jazz* naquele tempo - davam o pano de fundo, assim como intermináveis recitais de poesia nos porões de bares modestos. A influência dos *beats* e a doutrinação de Timothy Leary, professor de Harvard que pregava abertamente o uso de LSD para abrir as mentes, seriam decisivas em meados dos anos 60, quando a América começou a viver uma crise social.⁸⁸

Os *beatniks* deixaram como legado a revelação das contradições do capitalismo e de sua sociedade cada vez mais absorvida pelo consumismo e pela competitividade. Não por acaso surgiu no centro do capitalismo, os EUA, mesmo lugar de inspiração e campo de trabalho de *Dialética do Iluminismo* de Adorno e Horkheimer.⁸⁹

Além da contracultura explicitada na literatura pelos *beatniks*, outros movimentos filosófico-culturais (Figura 1) como o existencialismo do após-guerra, o movimento negro de desobediência civil pacifista de Luther King, depois o *black power* estadunidense, os feminismos e a cultura *hippie* travaram um conflito direto com os mais aguerridos grupos reacionários, sobretudo àqueles ligados às igrejas e aos defensores dos valores familiares, tradicionais e elitistas.

⁸⁷ NOGUEIRA, W. Op. cit. Grifo no original.

⁸⁸ LIMA, L. O. O. Op. cit.

⁸⁹ Ambos fugiram do nazismo para a América na intenção de rumarem para um lugar onde, acreditavam, a democracia seria respeitada. Mas, o que inspirou a “Dialética do Iluminismo” ou “Dialética do Esclarecimento”, dos dois autores em 1944 foi o embuste provocado pelas tendências totalitárias dos regimes formalmente democráticos. Neste trabalho postularam que a população, sem o perceber, era mobilizada a se engajar em tarefas necessárias à manutenção dos sistemas econômico e social por meio do consumo estético massificado, articulado pela que denominaram Indústria Cultural. Cf.: RÜDIGER, F. A Escola de Frankfurt. HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. V. (orgs.). *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 131-147 e LIMA, L. C. *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

Entretanto, distantes das atuações e atividades ideologicamente voltadas para a desrepressão política, outra vertente de cunho cultural e social passou a ser sistematicamente capitalizada pelos meios de comunicação para as massas: a *juventude feminina* representada pelo conceito criado para os fins deste trabalho, o *arquétipo da Lolita*⁹⁰.



Figura 1: Montagem de ícones da juventude dos “anos 60”.⁹¹

A questão principal desenvolvida neste capítulo foi: por que e de que forma as revistas comerciais, notórias porta-vozes da sociedade capitalista, que funcionaram desde os seus primórdios como vitrines de produtos, os mais variados,

⁹⁰ Embora a representação da ninfeta tenha sido associada à personagem Lolita, de Nabokov, a expressão está sendo empregada, para os fins deste trabalho, por não haver sido encontrada outra que pudesse representar o que se está buscando discutir a respeito da grande utilização de imagens e textos, que aludem à imagem da adolescente, como padrão estético explorado, a partir dos anos sessenta. O sentido apropriado de arquétipo, para este caso, é o atribuído a Jung: conteúdo imagístico e simbólico do inconsciente coletivo, compartilhado por toda a humanidade, evidenciável nos mitos e lendas de um povo ou no imaginário individual, especialmente em sonhos, delírios, manifestações artísticas etc.; imagem primordial. HOUAISS, Antonio. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Objetiva, 2006.

⁹¹ Alguns dos principais ícones dos anos sessenta encontram-se nesta imagem. Destaque para Twiggy em primeiro plano lembrando uma colegial. Mais adiante, tratou-se da personagem como o modelo do *arquétipo da Lolita*. Disponível em <http://br.geocities.com/anosrebeldes1/anosrebeldes3.htm>. Acesso: 13/09/2008.

da moda e de costumes, adotaram os discursos de rebeldia, artísticos e intelectuais deste grupo etário para capitalizar suas vendas? Ao longo do desenvolvimento desta questão, buscou-se contextualizar o panorama da produção cultural, aliado à militância política que se seguiu aos anos cinquenta e se firmou como um dos mais profícuos arregimentadores de jovens no país.

Anos Rebeldes no Brasil: Cultura Engajada e Cultura de Massa

Se Hollywood e a contracultura estadunidense influenciaram boa parte da juventude dos centros urbanos, na década de 1950, no Brasil, lançaram, também, a perspectiva do consumo massificado de bens duráveis e de traços culturais “da moda”. Estar na moda era ser um indivíduo que consumia tendências que o identificasse tanto visual, quanto ideologicamente. Ecos do *american way of life*.

Na França, o imenso sucesso do programa de Daniel Filipacchi no canal Europa 1, *Salut les copains* [Saudação aos amigos], lançava a nova palavra de ordem: “Dêem lugar aos jovens”, amplificada pelo papel cada vez mais ativo da mídia. Toda uma geração tinha como fonte de inspiração o pop, oriundo da cultura rock vinda dos Estados Unidos. Sheila cantava *L'École est finie* [A escola acabou], François e Hardy, *Tous les garçons et les filles de mon âge* [Todos os meninos e meninas de minha geração], e Sylvie Vartan se fazia *La plus belle pour aller danser* [A mais bela para ir dançar]. Os jovens folheavam com um prazer irreverente a nova revista inglesa Honey, que dessacralizou uma certa maquiagem, bem comportada e convencional, que começava a sair de moda, e copiavam tudo que valorizava os olhos, com cílios postiços, duplos e triplos!⁹²

Apesar das influências forasteiras, não se pretendeu minimizar o valor que tiveram as produções culturais realizadas, em solo brasileiro, em relação às ideias e situações que refletissem o Brasil e os brasileiros. Pelo contrário. Ou mesmo que pudessem ditar modas e modos de agir às mulheres, jovens, ou nem tanto, e que consumiam as revistas. A vanguarda cultural buscou, também, aproximação à cor local, aos problemas brasileiros, além de criticar o *establishment*, de forma radical e com implicações políticas.

Nos anos que antecederam a efervescente produção cultural dos “60”, destacaram-se o cinema, as discussões a respeito de um novo meio de comunicação de massas, a televisão, o teatro e a música. Conforme Napolitano, a

⁹² FAUX, Dorothy Schefer (et alii). *Beleza do Século*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000, pp. 169-170. (Grifos e traduções no original)

música brasileira dos anos JK oscilou entre a maior popularidade interna, com grandes vendas de discos de expoentes do samba abolerado, do gênero samba-canção, e o elitista, mas que fez moda dentro e fora do país: a Bossa Nova.

No cinema, até mesmo a brasileiríssima chanchada utilizava os gêneros do cinema hollywoodiano, apesar de tratá-los como mote para as sátiras e enredos paródicos⁹³. Mas a vertente reativa à invasão estrangeira, bem como sensível às mazelas não tratadas pelo cinema do circuito comercial se fez presente em filmes como *Rio 40º* (1955) e *Rio Zona Norte* (1957) ambos de Néelson Pereira dos Santos. Filmes que buscaram questionar, de forma crítica, a urbanização caótica da sociedade brasileira, além de temas explorados pelo Cinema Novo da década seguinte.

Indo além do circuito que decidia nos meios de informação, nas demais artes que obtiveram reconhecimento entre setores da sociedade intelectualizada, destacaram-se as vanguardas literária, musical, teatral e artes plásticas.

De acordo com Napolitano, o concretismo dos grupos Ruptura (artes plásticas) e Noígrandes (poesia) buscava, por exemplo,

a abstração racionalista, geométrica, antiintuitiva além da incorporação de novas técnicas e materiais – gráficos, sonoros, imagéticos – proporcionados pela sociedade industrial e pela nova linguagem da publicidade, com seus cartazes e efeitos visuais inovadores.⁹⁴

E, pelas revistas pesquisadas, a adoção desses modelos foi imediata. Refinamento e atualidade aliados à criatividade, a moda foi em *Claudia* e *Querida* alimentada por esses elementos que surgiam nos meios artísticos e se misturavam nas páginas coloridas, ou mesmo em preto e branco. Ainda segundo Napolitano, o movimento constituído por Décio Pignatari, Augusto e Haroldo de Campos, tendia a radicalizar uma “visão geométrica e racional das artes”⁹⁵ a partir de uma perspectiva crítica e formalista. Para a poesia, a palavra passou a ser questionada, devendo ser fragmentada, decomposta em signos e disposta de forma visual e concreta.

⁹³ Dentre os filmes que se pode identificar a essa característica e que obtiveram grande sucesso de público foram *Matar ou Correr*, *O Barbeiro Que se Vira*, *Nem Sansão Nem Dalila*. Oscarito, Grande Otelo, Dercy Gonçalves, Zé Trindade, figuram entre alguns dos mais destacados e populares nomes do gênero. NAPOLITANO, M. *Cultura Brasileira: Utopia e Massificação* (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2004, pp. 14; 32.

⁹⁴ NAPOLITANO, M. Op. cit., pp. 22-23.

⁹⁵ Idem, p. 22.

No circuito das grandes movimentações artísticas mundiais, a I Bienal de Arte de São Paulo tornou-se um marco para a arte brasileira, colocando-a visível internacionalmente e chamando a atenção pelo grande potencial criativo e contestador, demonstrado tempos depois. Lygia Clark, Hélio Oiticica e Ferreira Gullar apresentaram outras questões que, embora acompanhassem a ideia visual das influências da tecnologia na vida urbana, buscavam afastar-se da “frieza e do rigor formalista e racionalista do Concretismo,”⁹⁶ dando início ao Neoconcretismo. Nele buscou-se recuperar o caráter simbólico e expressivo da arte, deixado como valores menos importantes pelos concretistas.

Os desdobramentos do Neoconcretismo arquitetônico, artístico e linguístico foram expressos pela *Op-art* (“arte óptica”). Eram obras que remetiam o espectador a uma espécie de ilusão de ótica, ao mesmo tempo em que primavam pelo movimento (Figura 2).



Figura 02: Cena do Filme “Quem é Você Polly Magoo?”⁹⁷

⁹⁶ Idem, p.23.

⁹⁷ A foto é ambientada na cabine de modelos que se maquam com clara referência à Op-art. Fonte: FAUX, Dorothy Schefer (et alii). Op. cit., p. 171. Embora não seja o propósito deste trabalho, a imagem traz referências importantes a uma análise semiótica: a modelo mais próxima à lâmpada é a figura central, apesar de estar deslocada do centro da foto, as roupas das modelos compõem uma rima com a parede ao fundo. Existe simetria entre as linhas e a aparência das modelos que é percebida pela maquiagem, pelos cabelos e pelos corpos esguios. Até mesmo a pergunta “Quem é você...?” intriga quem vê essa imagem porque não revela diferenças aparentes entre as personagens retratadas.

Ecoss dessas vertentes inspiraram a moda e a publicidade, veiculadas nos periódicos pesquisados, denotando a apropriação de uma atividade intelectual e artística para demonstrar ora afetação dos meios, ora divulgação de uma linguagem que passava a ser reconhecida pelo público. E a moda, além de significar uma possibilidade, não raro foi tratada pelas imagens e textos editoriais e publicitários como regra a ser seguida, sobretudo pelas mulheres.

Destaca-se, a seguir, um exemplo da série que compôs a seção especial sobre roupas de tricô, na revista *Claudia*, em julho de 1963. Os textos eram dispersos e, para serem lidos, remetiam o leitor a virar o exemplar em diversas direções (Figuras 03 e 04).



Figuras 03 e 04: Parada de Tricô. *Claudia*, julho de 1963, pp. 72 e 73.

Nota-se a composição gráfica entre as listras das roupas, que poderiam sugerir uma visão estática e, portanto pouco confortável, associada à leveza do tecido e do feitiço das roupas, representadas pela disposição dos textos e pela bola. A ideia circular representou o movimento e a disposição das descrições para cada modelo que foi acompanhada pela enumeração em sequência.

Na mesma direção seguiram outras imagens em seções de moda, como nas revistas *Realidade* e *Querida*, em 1967. Em uma propaganda de roupas composta por tecidos de material misto (Figura 05), por exemplo, o movimento e a liberdade formaram uma rima que compuseram a imagem. A mulher deveria sentir-se mais livre e podia sê-lo, pois havia uma indústria competente que proporcionava a aquisição de produtos à base de algodão e Helanca. As modelos apresentavam semelhança clara com o modelo lançado no cinema e que se inspirou na *op-art*.



Figura 05: “Mulheres Elegantes Preferem Helanca Por 3 Razões.” *Realidade*, janeiro de 1967, p. 13.⁹⁸

A tendência foi apresentada como demonstração de bom gosto destinada às mulheres de classes sociais abastadas. Percebe-se, pela imagem, as linhas retas e

⁹⁸ Assinada pela agência *Publitech* a peça publicitária representa a simetria linguística da arte concreta ao mesmo tempo em que cita a tendência *Op-art* lançada no filme de William Klein, “Quem é você Polly Magoo?”. O deslocamento dos textos provocando uma rima plástica com a posição das modelos da imagem, ambos representando a sensação de movimento, além do corte do vestido acima dos joelhos, os cabelos presos e a maquiagem marcando os olhos deram a tônica a várias campanhas publicitárias nas revistas. A liberdade de movimento seria possibilitada pelo tipo de composição do tecido utilizado na confecção dos modelos apresentados: a Helanca.

os acessórios a comporem o conjunto que, por sua vez, não aparentava ser acessível, nem destinado às mulheres de qualquer estrato social.

Também as modelos se apresentavam absolutamente magras e longilíneas, remetendo o observador da imagem à sensação de crescimento pessoal e social, a partir da utilização de tão valiosos bens de consumo da sociedade moderna. A intertextualidade presente que fundiu modelos lançados em filmes e em outras expressões artísticas pode ser considerada uma das principais fórmulas das revistas que lançaram modelos, modas e modismos.

Outros modelos inspirados na composição geométrica inspirada na *Op-art* podem ser demonstrados a seguir, em *Querida* (Figuras 06 e 07).



Figuras 06 e 07: “Moda de Verão”. *Querida*, fevereiro de 1967, pp. 14-15.⁹⁹

É interessante observar os textos que seguiam com as imagens e que comprovam o direcionamento da publicação ao ideal de consumo e de beleza feminina da “mulher moderna”:

O chemisier sem mangas em tecido de algodão é uma grande pedida para o verão tropical. É o vestido de tãda a hora: tanto para o trabalho quanto para outras atividades da mulher moderna.¹⁰⁰

⁹⁹ A alusão à *op-art* e a disposição geométrica que inspira formas e figuras variadas ficou patente nestas imagens e em toda a coleção apresentada que contou com 12 modelos diferentes.

¹⁰⁰ *Querida*, fevereiro de 1967, p. 14

Sua majestade, o tubinho, continua reinando neste verão. Pode ter o mais simples dos feitios, não importa. O importante é um bom caimento e uma estamperia moderna e vistosa.¹⁰¹

A confirmação de atributos ligados à modernidade, “mulher moderna” e “estamperia moderna”, buscavam associar a moda às atitudes das leitoras. Pelas revistas, tais modelos não só poderiam, como deveriam ser copiados. Para a revista *Querida*, não havia indicação de serviço, ou dos endereços onde se encontravam as peças apresentadas. No entanto, ficou flagrante no texto acima a sugestão “pode ter o mais simples dos feitios, não importa” como um indicador. Por isso a ideia era a de mostrar o modelo para que alguém - uma costureira ou a própria leitora - copiasse.

Outras influências sofridas pelas revistas podem ser percebidas pelas referências cinematográficas constantes, além de atores, atrizes e grupos musicais que passaram a ser conhecidos pela televisão. Esta última, começou a marcar mais presença a partir de fins da década de sessenta.

O surgimento da televisão no início da década de cinquenta parecia ter determinado o fim do cinema, tanto quanto o surgimento deste pareceu determinar o fim do teatro no início do século XX.

Um dos fatores mais visíveis para o grande incremento dos meios de comunicação, inclusive da televisão, ocorreu por meio da apropriação, ao longo do governo militar, da comunicação impressa e a criação de conglomerados de informação e entretenimento, pelo capital privado, por grandes empresas. Esta questão, particularmente, gerou ataques e mesmo uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) contra as empresas Globo, de Roberto Marinho, por sua associação ao capital estrangeiro com o Grupo *Time-Life*.

No bojo dessas associações, a revista *Querida* surgiu como um empreendimento voltado ao público jovem feminino. E, em virtude da junção de capital das empresas de Marinho com empresas estadunidenses, ao longo dos anos sessenta ficaram claras as pretensões “educativas” e dirigidas ao público-alvo da revista. Diante disso, muitos dos textos e matérias seguiam os padrões que eram também os desejados pelos sócios estrangeiros em seu país.

Os resultados das investigações da CPI respingaram dúvidas em relação às publicações da Editora Abril, da família Civita. A Abril foi também acusada de tramar

¹⁰¹ *Querida*, fevereiro de 1967, p. 15

contra a sociedade brasileira por meio de associação com empresas estrangeiras. Não tardou e a editora da revista *Claudia* defendeu-se em uma edição especial, *Claudia Apresenta Hollywood*, de abril de 1967 (Figura 08), por meio de um comunicado-protesto.

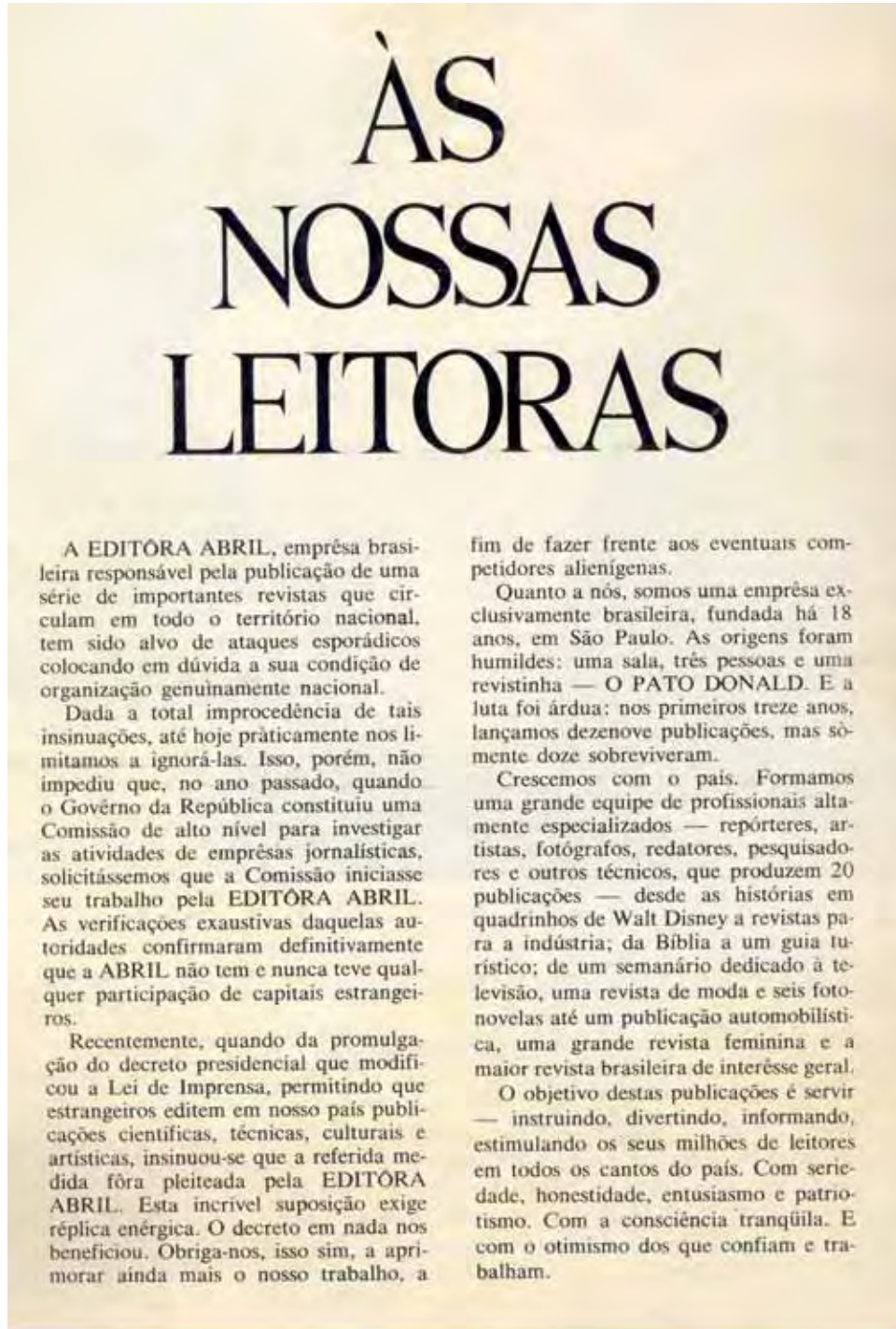


Figura 08: “Às Nossas Leitoras”. *Claudia Apresenta Hollywood*, abril de 1967.¹⁰²

¹⁰² Uma discussão mais aprofundada desses processos com as acusações de existir capital estrangeiro nas empresas jornalísticas brasileiras, bem como um relato das CPIs que se seguiram, estão em SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, pp. 410-449.

É provável, entretanto, que a réplica tenha sido dirigida ao deputado João Calmon que fez uso da televisão para acusar a Abril de associação ao grupo *Time-Life*, assim como Roberto Marinho. Ao contrário da Abril, Marinho não fez segredo da negociata e até defendeu seu empreendimento.

Esta dúvida dos congressistas brasileiros se fundamentava pela proximidade de conteúdo das publicações brasileiras, com matérias que ganhavam versões em português e que denotariam algum tipo de participação acionária na empresa que crescia assustadoramente no período. Colaborava para a estranheza dos deputados denunciando a densa lista de empresas estrangeiras que veiculavam mensagens publicitárias nas revistas.

O aparente ecletismo da editora de *Claudia* se mostrava em matérias ou edições, como nesta edição especial sobre *Hollywood*. A mesma edição veiculou uma série de matérias sobre os bastidores da cidade das grandes produções cinematográficas, bem como tratou de alguns dos seus principais personagens.

Assim que fez uso do espaço nobre da revista, na primeira página, e se defendeu das acusações de ser uma empresa “estrangeira” atuando no Brasil - o que era proibido por lei - no editorial escrito por Thomaz Souto Corrêa, a revista deixou clara a sua aposta no “poder de fogo” da indústria de sonhos estadunidense.

Hollywood não morreu, está renascendo. Nunca, como no ano de 1966 – e 67 promete continuar assim – se investiu tanto dinheiro na produção de filmes, nunca se deu tanto emprego a tanta gente, nunca os estúdios estiveram tão ocupados. (...) ¹⁰³

A seção de moda foi retratada com duas modelos ao lado de alguns personagens famosos (Henry Fonda, Alfred Hitchcock, Glenn Ford, Ricardo Montalban, Gene Kelly e Robert Wagner). Alguns deles foram ambientados em filmes ou seriados, como Batman, Perdidos no Espaço e Túnel do Tempo. (Figura 09)

¹⁰³ *Claudia Apresenta Hollywood*. Abril de 1967, p. 06.



Figura 09 : *Claudia Apresenta Hollywood*. Abril de 1967, p. 95.

Tal seção foi introduzida com os seguintes dizeres:

“À Moda de Hollywood”.

Claudia e a Seleção Rhodia/Moda estiveram em Hollywood. E conheceram muitos dos atôres por quem você talvez ande suspirando. Para quê? Para levar até êles um pouquinho do Brasil e trazer para você o sorriso exclusivo de alguns bonitões – além de mostrar em “avant-première” as coleções para o inverno de 67 das nossas confecções e malharias.¹⁰⁴

Dessa forma, a revista buscou ampliar seu *status* e demonstrar poder de influência ao “trazer” para as leitoras “amigas” alguns personagens dos “sonhos” das telas naquele momento. A associação com a empresa Rhodia, citada na matéria, foi obra do correspondente da revista em Nova Iorque, Odillo Licetti. Foi ele também o responsável pela ideia da série de reportagens nos Estados Unidos e

¹⁰⁴ *Claudia Apresenta Hollywood*. Abril de 1967, p. 83. A seção completa seguiu até a página 98.

pelos contatos de toda a equipe para a realização das matérias apresentadas nesta edição.¹⁰⁵

E, entre as reportagens que compuseram esse número especial da revista, estavam as que se referiam às maneiras que os aspirantes à estrela - homens, mas principalmente mulheres - poderiam adotar. Em “Como se Produz Uma Estrêla”, importantes personagens que cercavam a vida dos artistas foram entrevistados – de acordo com o que informa a revista. Neste rol, apareceram Richard Zanuck, vice-presidente da Fox; Billy Wilder, diretor, entre outros, de “*O Pecado Mora ao Lado*” cuja protagonista foi a *femme fatale* Marilyn Monroe; John Springer, um agente de celebridades e Dorothy Manners, uma colunista social.

“Devo tudo às pessoas que acreditaram em mim e orientaram a minha carreira.” Esta é uma declaração quase constante nas entrevistas dos grandes astros e estrêlas. A maioria atribui isto a uma excessiva dose de modéstia e geralmente não acredita. A verdade é que nestas declarações há um fundo de verdade. Na engrenagem do cinema, beleza e talento perfazem 40 por cento no sucesso de uma carreira. Mas ninguém vai para a frente sozinho. Um astro ou uma estrêla é um produto fabricado, essencialmente, por quatro pessoas: o *big-boss* de um estúdio, que vê qualidades num novo ator, ou atriz, e movimenta a máquina que tem nas mãos para criar uma celebridade; o diretor de filmes, que vai moldar, apurar e explorar o potencial do escolhido; o agente de relações públicas, que vai criar uma imagem para o consumo público; e a colunista, que lidando diariamente com milhões de leitores, pode criar uma carreira.¹⁰⁶

A própria revista com essas informações deixou clara uma de suas estratégias para atingir as massas: tratou de fabricar um mundo à parte, glamuroso e sensível aos desejos humanos de distinção entre os pares. Norma Jean poderia ser qualquer mulher; já Marilyn Monroe tornou-se um ícone a alimentar o desejo de homens e mulheres de serem ou *possuírem* uma figura humana além do comum, algo inatingível: um mito¹⁰⁷ criado pela indústria cultural e divulgado pelos meios de comunicação de massa.

E sobre, ou contra essa industrialização e a produção do *star system*, as produções dos filmes engajados e “de autor”¹⁰⁸ carregavam na crítica social e política e com alcance em telas de várias partes do mundo, para um público, aí sim,

¹⁰⁵ Consta no editorial esta informação. *Claudia Apresenta Hollywood*. Abril de 1967, p. 06.

¹⁰⁶ *Claudia Apresenta Hollywood*. Abril de 1967, p. 48 (grifo no original).

¹⁰⁷ A respeito dos mitos modernos e das personagens que se tornaram mitos pelos meios de comunicação de massas, BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

¹⁰⁸ No caso brasileiro, o exemplo marcante é o Cinema Novo. NAPOLITANO, M. Op. cit., pp. 45-47.

bem mais abrangente. O contato com essa arte engajada, presente na música, no cinema e no teatro, ampliou-se ao fundir-se aos estudantes e, a partir de 1960, deu origem aos CPCs – Centro Popular de Cultura.

Nos anos sessenta, a grande polarização entre arte engajada e arte alienada pareceu ter dado o tom da produção cultural que se seguiu¹⁰⁹. Marcelo Ridenti afirmou ter havido um romantismo das esquerdas atuantes em movimentos sociais antes e depois do golpe de 1964.

O romantismo das esquerdas não era uma simples volta ao passado, mas também modernizador. Ele buscava no passado elementos para a construção da utopia do futuro. Não era, pois, um romantismo no sentido da perspectiva anticapitalista prisioneira do passado, geradora de uma utopia irrealizável na prática. Tratava-se de romantismo, sim, mas *revolucionário*. De fato, visava-se resgatar um encantamento da vida, uma comunidade inspirada no *homem do povo*, cuja essência estaria no espírito do camponês e do migrante favelado a trabalhar nas cidades (...)

A volta ao passado, contudo, seria inspiração para construir o *homem novo*. Buscavam-se no passado elementos que permitiriam uma alternativa de modernização da sociedade que não implicasse a desumanização, o consumismo, o império do fetichismo da mercadoria e do dinheiro. Não se tratava de propor a mera condenação moral das cidades e a volta ao campo, mas sim de pensar – com base na ação revolucionária a partir do campo – a superação da modernidade capitalista cristalizada nas cidades, tidas no final dos anos 60 como *túmulos dos revolucionários*, na expressão do teórico guevarista francês Régis Debray (s/d).¹¹⁰

Ainda de acordo com Ridenti, o teatro da USP (Universidade de São Paulo) encenou uma peça “Os fuzis da senhora Carrar” de Bertold Brecht, na qual os atores seguiam até o público com fuzis e os colocavam nas mãos dos que estavam assistindo à peça. A ideia era uma referência à luta armada e à necessidade do povo em adotá-la para o sucesso do contra-golpe de 1964.

¹⁰⁹ A arte engajada deveria ser levada ao grande público, da forma mais corriqueira, em praças públicas, bem como a organização de peças teatrais que causassem impacto político e social nos espaços criados pelas dissidências do então teatro burguês do TBC. Estes eventos contaram com grande participação dos meios estudantis (UNE e diretórios acadêmicos de universidades. Cf. BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. *Movimentos Culturais de Juventude*. São Paulo: Moderna, 1993, pp. 60-64.

¹¹⁰ RIDENTI, M. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 25. Os CPCs, neste período, foram importantes organizações espalhadas por grandes capitais brasileiras que forjaram uma atuação intelectual juntamente com os comitês culturais pelo PCB.

Em 1967 e 68, o CCC [Comando de Caça aos Comunistas] e outras organizações paramilitares de direita faziam atentados terroristas, que atingiam também teatros. O episódio mais famoso foi a agressão, em 18 de julho de 1968, aos artistas da polêmica peça *Roda-viva*, de Chico Buarque, encenada por José Celso Martinez Corrêa. O teatro Ruth Escobar, em São Paulo, foi invadido por cerca de vinte brutamontes. Eles espancaram os integrantes da equipe, inclusive a atriz Marília Pera. Nova agressão ocorreria quando *Roda-viva* estava em exibição em Porto Alegre. A peça acabou sendo proibida pela censura.¹¹¹

Ruth Escobar, produtora e proprietária de teatro, representou, para o período, se não a maior, uma das mais importantes personagens femininas de resistência da elite cultural contra a opressão do governo ditatorial instalado no Brasil. *Roda Viva*, de Chico Buarque, encenada, de início, em um teatro no Rio de Janeiro, foi um marco da resistência dos artistas envolvidos e da truculência que esses mesmos artistas sofreram do regime de exceção. Teve, como produtores, Ruth Escobar e Joe Kantor, que levaram a peça do Rio de Janeiro para o teatro que leva o nome da produtora.

O enredo era uma alusão crítica à construção de uma espécie de *star system*, um cantor popular, até a sua decadência. Cabe lembrar que a edição especial de *Claudia* sobre *Hollywood* tratou do tema e como o *star system* é produzido, em quais condições e como se mantém. Tratava-se de um produto midiático e não era necessário ter talento inato. Dessa maneira, a reportagem tratou de um tema que, de alguma maneira, fez sentido com a peça de Chico Buarque.

Como o processo retratado na peça se confundia com a própria carreira dos artistas, que, por meio de festivais ou de injeção de recursos pelas gravadoras, surgiam e desapareciam de acordo com os modismos, as referências críticas à indústria cultural do período eram claras. *Roda Viva* foi encenada como uma missa profana, que não estava prevista no roteiro original e provocou, no mínimo, mal-estar entre os que, direta e indiretamente, foram citados pelos artistas que a encenaram.

O lamentável episódio, ocorrido em 18 de julho, no Teatro Ruth Escobar, na cidade de São Paulo, marcaria a vida não apenas dos participantes diretos daquela ação discricionária, mas de todo o segmento artístico que se mostrava simpático às bandeiras das esquerdas.

¹¹¹ Idem, p. 157.

Alguns foram atacar os homens que estavam fechados num camarim maior, e as mulheres foram atacadas por outros, pois ficavam em camarins menores e divididas. Elas ouviram um barulho de briga, e quando saíram para ver, ainda com os figurinos, viram que estavam sendo atacados. Mas era tarde demais, as portas foram forçadas até arrombarem. Os homens saíram todos a base de pancadas. Rodrigo Santiago¹¹² na fuga quebrou o pé. As mulheres tiveram as roupas arrancadas e sofrem (sic) maltratos, beliscões ouvindo: Isso é revolução! Jura Otero teve lesões pulmonares, Marília Pêra¹¹³ foi arrastada até a rua, e só não apanhou mais porque sua camareira interveio e a encobria, mas acabou perdendo um anel que ganhara como herança de seu pai. Margarida Baird que teve até sua calcinha estraçalhada, ao ajudar Eudósia Cunha depois do tumulto a encontrou num canto, em choque, com um cassetete que Antônio Pedro (Anjo da Guarda) usava durante o espetáculo enfiado dentro da roupa. O único a não sofrer dano algum foi Pereio (Mané) que saía assim que o espetáculo terminava, pois fazia um show em uma boate na mesma noite.¹¹⁴

A ação violenta deixou evidente que o conteúdo da peça não agradou aos partidários do governo militar que, por sua vez, passou a rechaçar sistematicamente a liberdade de expressão, perseguindo artistas e intelectuais. E, mesmo que muitos artistas não tivessem diretamente um envolvimento político, passaram a constituir uma categoria perigosa, identificada como comunista por possuírem, de alguma forma, ligação com os setores engajados de esquerda. Diante disso, a polarização ideológica entre engajados *versus* alienados acabou sendo inevitável.

A rebeldia dos grupos “alienados” era encarada pela sociedade mais afeita aos valores tradicionais – família, trabalho, educação esmerada e não contestadora do sistema - como um fenômeno dos tempos e que deveria ser combatida, ou tolerada dentro de certos limites. Ao largo do debate político, a experiência do *rock* nacional buscava traduzir as aspirações de uma juventude mais interessada em aproveitar a vida em festas e desfilar pelas ruas com seus “carrões envenenados”. Apelidada de *iê-iê-iê*, alusão a um refrão de uma música dos Beatles, o movimento cultural influenciado pelo *rock* no ritmo se lançou à temática, por vezes banal, de carros e romances furtivos. Roberto Carlos, Erasmo Carlos, Wanderléia¹¹⁵, Os Vips,

¹¹² Estava substituindo Heleno Prestes como Benedito Silva. (citado no original)

¹¹³ Estava substituindo Marieta Severo para o papel de Juliana. (citado no original)

¹¹⁴ MOSTAÇO, Edécio e SEIDLER JÚNIOR, Egon Hamann “Roda viva” A Encenação no Brasil entre os anos de 1967 e 1974 – O Tropicalismo no Teatro. http://www.ceart.udesc.br/revista_pesquisa/edecio_a_encenacao_no_brasil.htm Acesso em 09/10/2007.

¹¹⁵ A cantora teve seu nome e imagem apropriados pela boneca da Estrela.

Renato e Seus Blue Caps, Wanderley Cardoso, Martinha entre outros, foram os símbolos da “turma” do período.

A Jovem Guarda¹¹⁶ causou furor tanto em relação ao público, quanto à crítica. Foi um movimento extravagante para os padrões de comportamento e, apesar de não haver um engajamento político, demonstrou a sua face mais ousada ao falar em beijos no cinema, garota papo firme que usava minissaia, era bonita e livre e tinha “atitude”.

Apesar dessa ingenuidade aparente, as letras da Jovem Guarda potencializavam as primeiras manifestações do corpo como fonte de prazer para os adolescentes, e o amor, o namoro, os beijos, a minissaia e a dança tornaram-se elementos de transgressão dos valores moralizantes da época, dentro dos limites permitidos pela sociedade.¹¹⁷

A apropriação do grande sucesso que o movimento conquistou pode ser demonstrada com o grande investimento nas vendas de discos e com programa de televisão, entre 1965 e 1968, na TV Record. O movimento criou modismos e foi presença marcante nas revistas que tratavam dos temas sobre a juventude.

Em uma matéria publicada em *Querida*, no ano de 1967, a sociedade jovem carioca foi dividida em alienada, de um lado e de esquerda, de outro, além de ganhar outra componente: a da juventude dos subúrbios. O texto iniciou com clara provocação aos grupos de esquerda denominados *esquerda festiva* alegando, de forma nada lisonjeira que aquele segmento simplesmente alienava-se ao real estado dos jovens da sua sociedade:

A juventude carioca, hoje, pode ser dividida em três alas: a chamada *esquerda festiva*, que possui outras inúmeras denominações, os deslumbrados, que não se engajam tanto nos problemas atuais como os festivos e a quase geração dos subúrbios. Se fôssemos pensar em termos de *juventude brasileira*, diríamos como Paulo Francis que *o que existe mesmo é uma minoria de dinheiro e possibilidades, pois juventude brasileira também engloba aqueles vinte milhões de jovens sêres do interior brasileiro antes de completarem cinco anos, ou se sobrevivem não passam do curso primário*. Nisso, nossa bem intencionada esquerda festiva não pensa, mas procura protestar contra o estado de coisas vigente, fazendo filosofia de beira de praia, de mesa de bar, se engajando alienadamente.¹¹⁸

¹¹⁶ Cf. SILVA, E. M. da. *A Jovem Guarda e os Anos 60: Uma Festa de Arromba* Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 1996.

¹¹⁷ BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. Op. cit., p. 67.

¹¹⁸ *Querida*, novembro de 1967, p. 44 (grifos no original).

As referências aos *deslumbrados* e *festivos* continuava: citando os ídolos de cada grupo (Preferências: Heróis e Anti-Heróis)¹¹⁹, ora diferentes, como José Carlos de Oliveira, Roberto Carlos, Simonal e Caetano Veloso entre os primeiros e Glauber Rocha, Kafka e Felini para os segundos; ora comuns, como os Beatles, Chico Buarque e Elis Regina.

Em “Desenho de alguns tipos”, o “Líder estudantil” também foi citado:

Em cada freqüentador de diretórios há um líder em potencial, seja reacionário, seja esquerdista. Por sua causa, não se incomoda em ser prêso, julgado, perder o ano e ser suspenso por promover passeatas. Em qualquer uma delas, êle está lá, protestando, pois *protestar* é a grande preocupação da juventude. E o que seria do mundo se não houvesse o protesto dos jovens: a mofada acomodação e sabedoria dos mais velhos.¹²⁰

Ao elaborar esses perfis, a revista procurou colocar-se como atual e capaz de ser sensível ao mundo jovem que era seu público-alvo. Entre os comentários, percebeu-se a ironia com que tratou os “tipos” de acordo com certos traços ideológicos e de consumo. Neste item, composto por cinco “tipos”, a sugestão de pré-conceitos em relação ao gênero é clara: dentre os citados como masculinos, seguiram “o lê-iê-iê”, “O Líder Estudantil” e “O Esportivo”. Uma hipótese para tal descrição feita pelo autor da matéria pode estar ligada à menção crítica de alguém que fosse partidário da situação, ou mesmo uma crítica ao sectarismo de grupos de esquerda que se alheavam dos problemas considerados mais concretos e urgentes.

Já as referências no feminino deram conta das duas *categorias* restantes, quais sejam, “A Garôta de Ipanema” e “A Suburbana”. Ao descrever com tamanha propriedade (da forma como o texto se dirige ao leitor) as características dessa figurante de grã-fina, despeja ironias e preconceitos dos mais grosseiros: “a suburbana está cheia de sonhos e ilusões quanto à vida além-túnel”, e ainda, “será fácil chegar até lá, através de um título de beleza, um namorado que more na Zona Sul, uma amiga que venha buscá-la aos domingos para a praia”. E atribui para toda a classe de mulheres e meninas nessa condição, a confissão pública de inveja do poder simbólico e econômico que as garotas da privilegiada Zona Sul, de acordo com que afirma a revista, desfrutam:

¹¹⁹ Idem, p. 47.

¹²⁰ Idem, p. 46 (grifo no original).

Mudar-se para Copacabana e adjacências é o sonho de toda garota suburbana, ansiosa, com justa razão, de gozar de todos os privilégios que um bairro de subúrbios não pode oferecer, com seu cinema pomposo e sua cultura de televisão.¹²¹

Em relação a esse tipo “Suburbana”, destacado pela revista, uma passagem de Siegfried Krakauer¹²² vem imediatamente confirmar a tese de um dentre os pensadores frankfurtianos; apesar de Krakauer haver se formado na periferia do pensamento de Adorno e Horkheimer, ou ao menos, como um “proto-frankfurtiano”.

Ninguém negará que, na maior parte dos filmes atuais, tudo é um tanto irrealista. Eles dão um tingimento cor-de-rosa aos mais negros cenários. Porém, não é por isso que eles deixam de refletir a sociedade. Ao contrário, quanto mais incorreta é a forma que eles mostram à superfície das coisas, mais corretos eles se tornam e mais claramente eles espelham o mecanismo secreto da sociedade. Na realidade não é freqüente o casamento de uma copeira com um dono de Rolls Royce. Porém, não é fato que todo o dono de Rolls Royce sonha que as copeiras sonham em ter o seu *status*?¹²³

Nesta passagem, referente ao trabalho realizado em 1928, Krakauer deixou claro que os meios de comunicação para as massas tenderiam a criar ídolos e ícones de luxo e glamour, mas que não foram eles os inventores da diferenciação econômica e simbólica existente nas sociedades capitalistas do ocidente. A revista, ao colocar um exemplo no feminino, muito caro às gerações de jovens dos anos sessenta e setenta, como símbolo de *status* em grandes cidades, estava colaborando com a propagação dos estereótipos. A força simbólica que reside em diversas cidades, divididas em classes economicamente dominantes, em bairros nobres, de um lado, e proletárias por residirem nas periferias, de outro, deu a tônica da matéria e do projeto da revista como um todo. Não eram as “copeiras”, ou as “suburbanas” ou proletárias o público-alvo da revista. Não era nelas que *Querida* se inspirava. Mas poderiam participar como arremedo do meio, caso adquirissem os produtos nela veiculados, aprofundando a sua dependência proletária e simbólica,

¹²¹ *Querida*, novembro de 1967, p. 46.

¹²² KRAKAUER, Siegfried. De Caligari a Hitler. Rio de Janeiro: Zahar, 1995, apud, HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. V. (orgs.). *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis: Vozes, 2002, pp. 131-150.

¹²³ Idem, *ibid.* Na mesma condição, figurou Walter Benjamin, outro pensador que se antecipou ao repúdio da ideia de cultura burguesa como mistificação, ainda que legassem aos meios técnicos a possibilidade de revolução pelas massas a partir da apropriação dos meios de produção de cultura.

em um período no qual a compra a crédito passou a ser mais difundida e largamente aplicada.

Também foi dos anos sessenta, segundo Antônio Brandão e Milton Duarte, o segmento nas artes plásticas conhecido como arte pop, com influências da Pop Art de Andy Warhol. Este trouxe em telas como *Adoração* (1966), de Néelson Leiner, ícones da cultura popular como uma espécie de crítica e paródia social ao materialismo e ao consumismo da sociedade moderna. Na obra, figuram santos religiosos, adornando a figura de Roberto Carlos, então considerado o “rei da juventude”, como uma comparação entre símbolos pertencentes a um imaginário mistificador, disseminados por uma cultura massificante, por meios tecnológicos e pela própria atuação da Igreja Católica.¹²⁴

Outro movimento de contestação social foi a Tropicália, apesar de não se declarar envolvida politicamente, nem participar das fileiras partidárias dos segmentos com orientação comunista.

Em 1967, no III Festival de Música Popular, na TV Record, Caetano Veloso e Gilberto Gil irrompem no debate cultural da época, causando polêmica com suas músicas *Alegria, Alegria* (quarto lugar) e *Domingo no Parque* (segundo lugar), respectivamente. Acompanhados pelas guitarras dos Beat Boys e dos Mutantes, acabam incorporando dados modernos e atuais dentro da “geléia geral brasileira” realçando a mistura de arcaísmo e modernização, fundindo os elementos tradicionais da música popular brasileira com a modernidade da vida urbana e sua cultura de consumo, a partir de um discurso de caráter fragmentário e descentrado, como num filme de Glauber Rocha.¹²⁵

É Proibido Proibir, bradava Caetano Veloso contra a platéia militante de esquerda em 1968, que repudiava a sua música. A crítica contra a música, utilizando o bordão parisiense pichado em muro, durante a repressão que se seguiu naquele país, em maio de 1968, transformou-se em vaias pela platéia. Um discurso inflamado e contestador contra “o patrulhamento ideológico e o conservadorismo político-cultural das esquerdas”¹²⁶ arruinou a já indigesta relação entre os tropicalistas e os adeptos das expressões militantes das esquerdas.

¹²⁴ BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. Op. cit., p. 135 (grifo no original).

¹²⁵ Idem, p. 71, grifo no original.

¹²⁶ Idem. p. 74.

A tensão que se fez presente, em um tempo em que os festivais de música inflamavam as discussões sobre o tripé MPB, Jovem Guarda e Tropicália, foi a de haver, de um lado, a cultura engajada, motivada pela ideia de transformação social pelos setores envolvidos politicamente com as esquerdas e, de outro, a apropriação pelos meios de comunicação de massa do produto cultural que se encaixava nas propostas capitalistas de difusão de um modismo amparado na tecnologia e no descarte e a respectiva crítica sobre esse processo.

Outra polarização importante foi representativa da relação das mulheres politicamente engajadas, ou simpatizantes, com as esquerdas e o feminismo. Embora, a princípio, muitas mulheres não tivessem as questões femininas como bandeiras feministas, não foram poucas as que atuaram como tal, ainda que identificassem as militantes feministas por individualistas e tendentes às ideias burguesas.

Feminina versus feminista?

Claudia já havia se posicionado sobre sua característica de revista feminina e não feminista, pouco tempo depois do seu lançamento. A explicação explícita surgiu em uma seção inaugurada em janeiro de 1963, “Presença de Mulher” “(...) para informar as ‘moças do norte e do sul’ sobre as mais diversas profissões e aptidões necessárias para exercê-las”¹²⁷. Naquela oportunidade, de acordo com Duarte, *Claudia* demonstrou uma contradição ao se reportar às leitoras como espaço de libertação pessoal e incentivo à aventura de uma vida profissional fora do lar:

“Artigo primeiro: *Claudia* é feminina, não é feminista. Revogam-se todas as disposições de provar a superioridade de um sexo sobre outro. Artigo segundo. *Claudia* não é feminista, mas feminina. Revogam-se todas as disposições de registrar o que não diga respeito à mulher. Abrindo parágrafo, esta seção: Presença da mulher. Nas artes, nas ciências, na política, na indústria, no comércio. O registro da atuação feminina e da necessidade cada vez maior de sua atuação feminina e da necessidade cada vez maior de sua atuação lado a lado com o homem na luta pela sobrevivência.”¹²⁸

¹²⁷ DUARTE, A. R. F. *Carmen da Silva: O Feminismo na Imprensa Brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005, p. 30.

¹²⁸ “Presença de Mulher”. *Claudia*, janeiro de 1963. Apud. DUARTE, A. R. F. op. cit., p. 30.

É possível reconhecer que o recado de *Claudia* às “amigas” leitoras foi o de prepará-las psicologicamente para uma nova ordenação social que dependeria das mulheres no mercado de trabalho. Mas, não apenas neste segmento. A ideia libertadora que um emprego fora do lar e o conseqüente salário para gastar consigo, e/ou ajudar nas despesas domésticas, em si mesmo, já era um convite ao movimento que tendia a libertar a mulher de um passado de dependência masculina.

Continuando com as afirmações de Duarte,

(...) a seção preconizava não a reorganização de papéis e responsabilidades entre o casal, mas assumia, como natural, a acumulação de funções para a mulher que, apesar de estar conquistando o mercado de trabalho, não poderia descuidar também do espaço doméstico. Era a legitimação da dupla jornada feminina.¹²⁹

A análise acima deixou dúvidas sobre as reais intenções da coluna em *Claudia*, porque não explicitou o texto completo. Porém, a autora citou, na sequência, outra passagem do texto inaugural da coluna “Presença de Mulher” e, para uma diferente reflexão a respeito, é válido reproduzir o trecho em questão:

“A função da mulher no lar ou a de puro e simples ornamento está cada vez mais na saudade, embora não se dispense e mesmo não se perdoe nenhuma desatenção sua com qualquer desses aspectos. Daí é fácil depreender o aumento de responsabilidades da mulher moderna, devendo conjugar aquelas funções – as únicas que lhe eram atribuídas – com novos conhecimentos que permitam o exercício das atividades que os homens sempre exerceram em horário integral...(…) O campo é vasto para a mulher, no Brasil de hoje, e esta seção promete vida longa. Em outros tempos só sairia duas vezes – “Todas as informações sobre como ingressar na vida matrimonial” e “Idem ... na vida monástica” – sem mais alternativas. Até a próxima”.¹³⁰

Confrontando-se os discursos de *Claudia*, que deixou claras as suas pretensões de revista feminina, ao de Duarte, o texto em questão apresenta outra possibilidade de interpretação pelas palavras acima citadas: “Presença da mulher. nas artes, nas ciências, na política, na indústria, no comércio”, assim como em “embora não se dispense e mesmo não se perdoe nenhuma desatenção sua com qualquer desses aspectos”.

¹²⁹ DUARTE, A. R. F. Op., cit., p. 30.

¹³⁰ “Presença de Mulher”. *Claudia*, janeiro de 1963. Apud. DUARTE, A. R. F. Op. cit., pp. 30-31.

Uma questão não claramente avaliada foi *quem* não perdoaria a mulher pela desatenção aos afazeres domésticos? Certamente não era a revista.

A dupla jornada já era cada vez mais conhecida de muitas; porém, para aquele momento, foi uma conquista feminina poder trabalhar fora de casa sem a necessidade da permissão do marido¹³¹. Até 1962, as mulheres casadas teriam que contar com essa permissão para poderem desenvolver suas atividades profissionais sem risco de comprometer a sociedade conjugal. Com o “Estatuto da Mulher Casada”, porém, ao menos em relação à Lei, o ritual de submissão dessa finalidade, amparado pelo Estado, estava terminado.

Não ficou claro que a revista estivesse apoiando *as supermulheres* que, de fato, acabaram sendo desejadas pelo capital e pela sociedade. Se a mulher trabalhasse fora, de quem seria a responsabilidade com a casa, uma vez que tradicionalmente o posto “por excelência” era *dela*? Dela ou de outra mulher. O texto de *Claudia* mais pareceu uma crítica a esse sistema que era real e não imaginário, exposto novamente na passagem já citada “Daí é fácil depreender o aumento de responsabilidades da mulher moderna, devendo conjugar aquelas funções – as únicas que lhe eram atribuídas – com novos conhecimentos que permitam o exercício das atividades que os homens sempre exerceram em horário integral.”¹³² Diante disso, caberia às mulheres decidir se adotariam a nova roupagem – mulher independente, que trabalhava, moderna e atenta ao mundo à sua volta – ou manteriam a pseudofragilidade do sexo na prorrogação da dependência marital e filial, ladeada pelos afazeres domésticos e sem o reconhecimento social desejado.

Claro que não se estava propondo que a mulher abandonasse as preocupações com o lar, e muitas, que desejassem escolher ficar em casa, teriam na revista os elementos necessários à manutenção do lar, ao cuidado com as crianças, além dos conselhos de foro íntimo em relação aos “problemas da alma”. Mas não era esse também o objetivo da publicação? Tornar-se um canal de comunicação entre a “amiga real” e o mundo? Essa foi uma estratégia muito precisa de *Claudia* e, pelas informações da própria Editora Abril sobre a sua lucratividade¹³³, demonstrou ter acertado no discurso.

¹³¹ O “Estatuto da Mulher Casada” está discutido com mais propriedade no capítulo II.

¹³² Presença de Mulher”. *Claudia*, janeiro de 1963. Apud. DUARTE, A. R. F. Op. cit., pp. 30-31.

¹³³ Duarte menciona que em pouco tempo, *Claudia* tornou-se a vice-campeã de vendagem do segmento de revistas da Editora Abril. Cf.: DUARTE, A. R. F. Op. cit., p. 19.

A “militância” em *Claudia* a certo tipo de feminismo, logo após seu lançamento, diferia daquela praticada pelos grupos de mulheres, ou por mulheres isoladas, como Carmen da Silva, Heleieth Saffioti ou Rose Marie Muraro, ou mesmo ao feminismo organizado dos anos setenta, com forte inspiração marxista e classista. A revista, pertencente a uma grande empresa de comunicação, deixou sua colaboração, a seu modo, dentro dos limites de uma publicação comercial destinada à mulher casada e dona-de-casa. Não foi incoerente a sua identificação como *feminina* ao convocar as mulheres para colocarem-se em pé de igualdade de direitos civis com os homens. E, entre pesquisadoras/es que historicizaram o feminismo, é consenso que as décadas de sessenta e setenta tenham sido, para o feminismo da “Segunda Onda”, o momento de busca pela igualdade de direitos. O estranhamento entre as militantes feministas e os meios de comunicação, como *Claudia*, perdurou até a década de 1980¹³⁴, quando o movimento feminista reelaborou a sua perspectiva ideológica para o “feminismo da diferença”.

Voltando às questões que polarizaram as feministas nas décadas de 1960 e 1970, conforme o depoimento de Rose Marie Muraro, Ruth Escobar era militante comunista e só mais tarde teria se afiliado às causas feministas que separavam a militância política de esquerda, com o que estas diziam tratar-se de um feminismo burguês:

(...) a Ruth Escobar, que nessa época tinha se tornado feminista, fazia a Frente da Mulher Paulista, que se transforma no Congresso da Mulher Paulista. Sempre com o partido comunista por trás também e perseguindo as feministas. Estas ficavam danadas, porque aí o movimento estava meio rachado, de um lado, as feministas comunistas e, de outro lado, as feministas burguesas, como elas diriam. Só que, quando as comunistas entravam para o movimento feminista, elas se convertiam ao feminismo. Era interessante, porque

¹³⁴ Essa vertente do feminismo da década de 1980, conforme Manini, “resulta do fato de as mulheres não mais lutarem pela igualdade de direitos e papéis em relação ao sujeito masculino; nesse momento, o movimento passa a privilegiar a valorização das diferenças entre masculino e feminino como forma de recuperar a “cultura feminina” e afirmá-la dentro do universo masculino dominante. Por isso, a idéia de brigar pela igualdade de direitos adotando uma postura classista é posta de lado, uma vez que nesse caso a especificidade do gênero feminino submerge em meio a uma ideologia marxista dita revolucionária”. MANINI, D. A Crítica Feminista à Modernidade. CADERNOS AEL: *Mulher História e Feminismo*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH - UNICAMP, 1995/1996, p. 57. Dessa forma é possível afirmar-se que, no limite, *Claudia* em várias oportunidades antecipou-se ao feminismo da diferença sem ter consciência disso, ao reafirmar a feminilidade como um bem que a mulher não deveria abandonar, apesar da militância que tivesse.

elas viam que era uma luta perfeitamente válida. Isso foi em 1978, começávamos as teses sobre a mulher, os livros.¹³⁵

A atividade intensa da arte associada à vida política fez de Escobar uma feminista atuante e mediadora entre os palcos restritos às classes médias e a vida pública. Seguindo a carreira política, tempos depois (década de 1980), a então deputada federal Ruth Escobar tornou-se, em 1985, a primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).

Embora não fosse simpática ao feminismo das esquerdas, *Claudia* tratou do feminismo e das conquistas e reivindicações de grupos de feministas durante o ano de 1975 em uma série especial sobre o Ano Internacional da Mulher. No mês de julho, foram destacadas informações sobre personagens-símbolo do feminismo, como Amandina Dupin, ou *George Sand* e “O Grande Escândalo de 1830”, além de Simone Veil, como grande revelação do ano:

Em 1804 nascia na França, Amandina Lucila Aurora Dupin, mulher de personalidade forte e idéias liberais. Com o pseudônimo de George Sand escreveu obras que desafiaram toda uma época.

Não existe uma maneira de definir George Sand. Se, por um lado, ela foi capaz de escandalizar toda uma época, usando calças compridas, fumando charuto, deixou também sua marca como escritora de muitos atributos. Era uma mãe extremosa, uma boa dona de casa e uma grande amiga, a ponto de ser considerada pelos vizinhos como a “boa senhora de Nohant”, lugar onde morava. Mas em George Sand nada disso podia ser considerado muito estranho. Sua própria família era constituída por duas classes sociais completamente diferentes. O pai, Maurício, era descendente do marechal de Saxe, e a mãe, Sophia Victoria, não passava de uma mocinha do povo, filha de modesto comerciante italiano. (...) Depois de estudar num convento, onde, inclusive, pensou em se tornar freira, Sand decidiu casar com o barão de Dudevant. Ela estava com 18 anos. Deste casamento sem amor nasceu o primeiro filho, que serviu apenas para revelar sua personalidade irrequieta e desencadear sua ânsia pela independência. Seu primeiro e grande amor foi Aurelian de Sèze, depois veio Ajasson de Grandsagnem, a quem se atribui a paternidade de seu segundo filho. Aos 27 anos, ela deixa definitivamente o marido e parte para Paris onde logo se sentiu atraída pelo meio artístico e literário. Tentou a vida como jornalista, mas na verdade não era esse o seu destino. Adotou o pseudônimo de George Sand e passou a escrever livremente. (...) O famoso escritor Alfred de Musset ficou seriamente impressionado com a inteligência e sensibilidade daquela mulher. Mas Chopin foi o único

¹³⁵ TOMITA, Luiza E. Entrevista com Rose Marie Muraro. Revista *Mandrágora*: Ano 7 - No 7/8. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2000. Disponível em meio eletrônico: http://editora.metodista.br/revista_mandragora_7.htm Acesso em 09/11/2007.

que conseguiu prendê-la por mais tempo. Não por amor, mas sim pela doença do compositor. (...)

Ela não foi apenas uma mulher de grandes paixões. *Valentine, Indiana, Janne e História de Minha Vida* fazem parte da obra deixada pela romancista. Sand tinha ainda outras facetas. Foi no seu tempo e a seu modo uma feminista implacável, embora fosse vista como uma mulher extremamente liberal. No fundo, revoltava-se contra os preconceitos e restrições à liberdade da mulher, assumindo atitudes de desprezo pelas convenções e intrigas sociais.¹³⁶

Para qualquer análise semântica do artigo, caberiam algumas observações. Entre elas, adaptar o contexto da personagem abordada a partir do olhar de alguém ligado a uma grande empresa no Ano Internacional da Mulher. Isto posto, são flagrantes as tentativas de feminizar a personagem a partir de uma (pseudo)fragilidade, como a única via possível de se compreender quem foi Amandina Dupin e o que ela representou. Atributos como a mãe zelosa, ciente das obrigações familiares, contrastam com uma mulher que teve uma vida afetiva e sexual fora dos padrões da época. Na finalização do texto, seguiu a informação de que ela havia voltado para a cidade natal aproveitar a serenidade dos últimos anos da vida ao lado da família.

Com Simone Veil, a tentativa de “feminizá-la” também ocorreu. Embora tendendo a humanizá-la como uma cidadã comum, com hábitos comuns quando fora do campo político e profissional.

Ministra da Saúde e mãe de dois filhos, Simone Veil sempre lutou contra injustiças sociais. Por isto, ela foi escolhida a mulher política de maior projeção na França.

Simone Veil, 48 anos, ministra da Saúde da França, fez sua estréia na Assembléia Nacional quebrando o silêncio com sua voz grave. Era a primeira vez que Simone enfrentava, de uma só vez, quatrocentos olhares masculinos. Durante as três horas e meia que permaneceu falando, Simone propôs seu projeto que, para muitos, soava como um tipo de provocação. Simone pedia a aprovação da lei que legalizasse o aborto. Linha por linha, Madame Veil expôs seu ponto de vista, respondendo aos apartes, muitos deles agressivos e desagradáveis, com uma frieza de quem sabe lutar com armas limpas. Quando terminou o debate, os quatrocentos olhares se curvaram: aquela mulher bonita, de olhos cinza e muita discrição, tinha conseguido convencê-los. (...)

¹³⁶ *Claudia*, julho de 1975, p. 110.

Seguiram as considerações sobre a família, cujo pai era de origem judaica e hábitos rígidos. Com a ocupação nazista na França, a família foi enviada à Auschwitz onde sofreram as agruras de um dos mais famosos campos de concentração e de extermínio nazista. Estava com dezessete anos. Sobrevivente à tragédia, mas com marcas indeléveis com as perdas que assistiu, ingressou na carreira política a partir dos estudos que empreendeu: Ciências Políticas e depois Direito. Casou-se com um colega de estudos, Antoine Veil que, segundo a matéria, foi o responsável pelo sucesso na carreira que escolheu.

Somando as experiências de oito anos como diretora de um presídio e sua própria vida como prisioneira de um campo de concentração, Simone se dedica ao problema das mulheres que vivem dentro das prisões. (...) Ela começa a se preocupar com os problemas da família e termina por se apaixonar por um tema complexo: a adoção de crianças. Em 1968, o nome Veil ganha destaque nacional: ela participou da redação de um livro sobre adoção que, apesar de ser um assunto árido, virou best seller na França. (...) Mas quem é a ministra da Saúde fora da sua vida política? Uma mulher tranqüila, de gostos comuns. Seu maior divertimento é ir ao cinema, comer pratos muito temperados, devorar caixas de chocolate, ler no jardim de sua casa. Para a maioria dos franceses ela é uma mulher de inteligência excepcional e, principalmente, a ministra da Saúde que trouxe para a mulher a opção de ter ou não filhos. Mas Simone não se vê como símbolo de igualdade entre homens e mulheres. Simplesmente como um produto do acaso: “Eu tive a sorte de chegar num bom momento e na hora certa”.¹³⁷

É provável que o discurso tenha se dirigido às leitoras como parte da própria estratégia editorial: *Claudia* é a revista “amiga” e falou sobre “amigas” para outras “amigas”. E, nesta perspectiva, os modelos de mulheres, que se notabilizaram em diferentes campos de atuação política e social, foram apresentadas como possíveis de serem vivenciadas por qualquer mulher cujas ambições se projetassem além dos restritos espaços destinados a elas, por uma sociedade hostil aos seus intentos mais ousados.

Entre as reportagens que fizeram alusões diretas à atuação de militantes de esquerda e a liberdade sexual, a já citada matéria veiculada em *Querida*, “Juventude Sem Mistérios”, definiu as militantes de esquerda no grupo dos festivos. Dentre os “preconceitos” que teriam os jovens pertencentes aos grupos de esquerda

¹³⁷ *Claudia*, julho de 1975, p. 111.

ou entre os alienados, denominados “deslumbrados”, destacou-se o item virgindade: “Virgindade é outro preconceito superado entre *festivos* e *festivas*, se bem que muita menina faça cara de pavor se o namorado tenta um convite mais direto.”¹³⁸

A ironia com que a citação foi concluída denotou o profundo desdém para com os limites que uma decisão de se tornar mulher sexualmente ativa pudesse ser definida por um desejo pessoal e não ideológico. Essa forma de subjugar as mulheres, que pretendessem manterem-se castas, ainda que militassem ou, ao contrário, que desejassem livrar-se do estigma de virgens ao tornarem-se militantes, tornava a atividade e escolha sexual feminina um fardo.

Apesar das contradições que se colocavam ao não considerar a questão feminina digna de maiores esforços, dentro da proposta de atuação política das esquerdas, as mulheres que participaram ativamente dos movimentos estudantis, por exemplo, demonstraram a sua rebeldia no comportamento. Liberaram-se sexualmente, utilizaram a pílula anticoncepcional, integraram com homens as frentes de batalha pela mudança radical da sociedade e despertaram a ira dos setores mais conservadores. E não apenas pela revista *Querida*, naquela oportunidade, que a sexualidade das militantes foi posta a prova. Foram, também, dentro dos aparelhos¹³⁹ e nas ações conjuntas, além de sofrerem uma série de estupros e demais violências quando presas pelo Estado opressor¹⁴⁰.

¹³⁸ *Querida*, novembro de 1967, p. 46 (grifos no original).

¹³⁹ Ainda que alguns personagens tivessem galgado posições de prestígio à guisa de heróis, não foram poucos os algozes dentro do próprio movimento. Um triste episódio, ocorrido em um aparelho clandestino, nos anos em que os órgãos de repressão decretaram a caça aos comunistas, vem à mente ao tratar-se da questão sexual das mulheres, junto aos companheiros de luta, e demonstra a importância de se buscar recuperar um tema tabu entre as/os militantes. Darcy Rodrigues e Carmen Jacomini, dois militantes que pegaram em armas, protagonizaram um inquérito interno na organização VAR-Palmares de abuso sexual. Segundo o acusado, um sargento desertor e autoproclamado amigo pessoal de Carlos Lamarca, “A Carmen abriu isso, só que de forma muito filha da puta (sic). Disse que eu tinha currado ela (sic) num aparelho. Ela andava de calcinha e sutiã no aparelho. Eu cheguei pra ela e falei: ‘Ó, assim não dá. Nós estamos sozinhos aqui e você não vai ficar assim’. Acabou que na hora ela falou ‘o que é isso, não sei o quê, blá, blá, blá’, mas foi indo, foi indo, foi indo.” Perguntado se seria mentira da companheira militante, Darcy respondeu a Luiz Carvalho, autor do livro reportagem: “Não. Não foi. Ela ficou se fresqueando (sic). Eu falei: ‘Não tem frescura, não; você fica aí guardando essa merda (sic), fica dizendo que depois do Markito (NA: Marco Antônio Brás de Carvalho, o do trem pagador, que foi namorado de Carmen) você não vai trepar (sic) com mais ninguém, mas comigo você vai trepar (sic), sim’. Foi indo. Aconteceu.” Esse lamentável fato ainda não foi devidamente julgado criminalmente, pois já prescreveu, tampouco costuma aparecer nos relatos heróicos do protagonista Darcy. Hoje, reside na cidade de Bauru, devidamente indenizado pelos maus tratos sofridos pela polícia do Estado repressor e vez por outra é chamado a testemunhar os feitos ocorridos naqueles anos, em nome dos ideais do grupo ao qual pertencia. Carmen, ao contrário, de acordo com o que relataram a Carvalho, não se ressentiu com seu agressor, pois fazia parte do seu caráter alegre não guardar mágoas que pudessem marcá-la mais do que as injustiças sofridas por ser uma mulher independente e livre de preconceitos. O depoimento de Carmen não aconteceu, pois ela já havia falecido. As informações foram prestadas

Dessa forma, a questão feminina abordada pelas revistas, que não se assumiam como feministas, procurou notabilizar a mulher ao adotar um discurso ora conciliador, ao reforçar certas tarefas sociais, sobretudo ligadas ao lar, ora libertador e que reconhecesse que a casa não era o limite para a atuação da mulher moderna.

Mas a violência real e simbólica que muitas mulheres sofreram pelo desejo de serem livres não deixa de ser revelador da permanência do machismo naquela sociedade.

Femme Fatale versus Lolita: Capitalizando as Construções do Feminino.

As possibilidades de divulgação e de venda de diversos produtos, abertas pela publicidade por meio de revistas, surgiram praticamente junto a esses veículos.

Dulcília Buitoni, ao recuperar etimologicamente a palavra revista, constatou que esta é originária do inglês *magazine*, por sua vez derivada da francesa *magazin* e tem a mesma origem árabe de *armazém*. Designava as publicações de conteúdo variado, correspondendo ao que se chamava *revista* em português.¹⁴¹ A classificação dessas publicações, nos seus primórdios, levava em conta a presença de um conteúdo variado que incluía vasta produção ficcional, como os contos, a poesia e os relatos de viagem e entretenimento, pois os nomes e o formato, muitas vezes, assemelhavam-se ao dos jornais.

Mesmo que tenham resistido os contos, de autores estrangeiros, adaptados para as edições mais populares, como *Claudia* e *Querida*, estes remanescentes ficcionais, da virada do século XIX para o XX, foram se adequando aos novos

por outra personagem contemporânea dos envolvidos no episódio e pelo próprio Darcy. CARVALHO, L. M. *Mulheres que Foram à Luta Armada*. São Paulo: Editora Globo, 1998, pp. 137-138.

¹⁴⁰ Em impressionantes relatos sobre as torturas sofridas pelas/os militantes de esquerda encontram-se, em “Brasil Nunca Mais”, declarações de estupros contra mulheres, como a da bancária de 29 anos, Inês Etienne Romeu: “(...) A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. ‘Márcio’ invadia minha cela para ‘examinar’ meu ânus e verificar se ‘Camarão’ havia praticado sodomia comigo. Este mesmo ‘Márcio’ obrigou-me a segurar o seu pênis, enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por ‘Camarão’ e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidade, os mais grosseiros.”, e mesmo da professora Maria Mendes Barbosa que contava 28 anos no depoimento que dera em 1970: “(...) nua, foi obrigada a desfilar na presença de todos, desta ou daquela forma, havendo, ao mesmo tempo, o capitão PORTELA, nessa oportunidade, beliscado os mamilos da interrogada até quase produzir sangue; que além disso, a interrogada foi, através de um cassetete, tentada a violação de seu órgão genital; qua ainda, naquela oportunidade, os seus torturadores faziam a autopromoção de suas possibilidades na satisfação de uma mulher, para a interrogada, e depois fizeram uma espécie de sorteio para que ela, interrogada, escolhesse um deles. (...)” *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Um relato para a História. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 48-49.

¹⁴¹ BUITONI, D. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1986., p. 17.

tempos. Ganham temas mais controversos, como a traição da mulher casada, seguida ou não de arrependimento, o casamento por desejo dos pais, que estava fadado a fracassar, a liberdade para assumir profissões ou mesmo para se dedicar ao lar, por escolha da mulher e não por imposição social. Foi esse formato que teve seu espaço garantido nas redes de televisão que iniciaram, na década de 1960, a migração do público para as telenovelas, elevando os índices de audiência na década seguinte e determinando o fim da publicação de contos nas revistas, bem como das fotonovelas na década de 1980.

Se Ricardo Ramos, em seu trabalho já clássico sobre um histórico da propaganda, advertiu que as revistas “começaram com o século XX”¹⁴², a publicidade foi para elas, sem dúvida, o combustível por excelência. Em *Do Reclame à Comunicação*, o autor buscou recuperar a história da formação do mercado publicitário no país e a sua consolidação em meados da década de cinquenta, sobretudo à época do governo de Juscelino Kubitschek na presidência da república.

A utilização de imagens e a aparente ideia de real por elas produzidas promoveram a adesão do público às mensagens veiculadas, o que facilitou a inserção da publicidade e a criação de marcas para comporem o cotidiano de uma sociedade, que passava a ser consumidora de novidades industrializadas.

No bojo do aparato publicitário, seguiram as estrelas cinematográficas a promover produtos e estilos de vida. A propósito, Doroty Schefer Faux tratou de alguns dos modelos femininos fabricados pela cinematografia e pelas revistas de moda, que se tornaram ícones de beleza e de *merchandising*. Tais ícones representam o que se está tratando nesta oportunidade, como a *femme fatale* e o seu contraponto, o arquétipo da Lolita:

Lançado pelo cinema e pelas revistas de moda, em particular a revista *Elle* de Hélène Gordon-Lazareff, um estilo diferente afirmava-se paralelamente: o das ingênuas. Encarnadas, na versão chique, por Grace Kelly, Vivian Leigh ou Audrey Hepburn, elas apareciam na versão “garota da rua” sob os traços de June Allyson ou Debbie Reynolds. Sua arma: o frescor e a naturalidade. Sobrancelhas levemente sublinhadas, lábios claros, cabelos emoldurando o rosto, esse modelo de beleza iria coexistir com seu contrário, feito de carne e fogo, e encarnado por mulheres como Rita Hayworth, Ava Gardner ou Gina Lollobrigida. Entretanto, esses dois estereótipos iriam unir-se

¹⁴² RAMOS, R., *Do Reclame à Comunicação*. São Paulo: Atual, 1985, p.19.

com Marilyn Monroe. Estrela entre as estrelas, ela seria o símbolo sexual da década trazendo, junto com a provocação ingênua, um erotismo devastador e libertador. Sua maquiagem muito estudada, mais natural do que as sereias fatais, porém mais sedutora do que a das “garotas da rua”, era o resultado de três horas de trabalho; base, pó, sombra, rímel, cílios postiços, delineador, um batom rosa coberto de vaselina para dar à boca um volume voluptuoso, criaram uma imagem sem igual.¹⁴³

A segmentação publicitária que se seguiu aos anos cinquenta e a profusão de cosméticos para a manutenção da juventude, ou para construir uma aparência que enquadrasse as mulheres na sociedade e na vida pública, foi a grande mentora e patrocinadora das revistas destinadas às mulheres, dos anos sessenta e setenta, do século XX.

Assistia-se a uma das mudanças mais importantes da sociedade de consumo, com a chegada maciça de novos cosméticos cada vez mais precisos e diversificados, sempre renovados sob o impulso do gênio criador de três mulheres de proa, mulheres de negócios e monstros sagrados da beleza: Helena Rubinstein, Elisabeth Arden e Estée Lauder. Com elas, a cosmética se tornou uma verdadeira indústria, participando integralmente da economia de mercado.¹⁴⁴

A alusão ao termo *Lolita* se dá pela obra homônima de Vladimir Nabokov (1899-1977) de 1955 e adaptado para o cinema em 1962, com direção de Stanley Kubrick.¹⁴⁵ A adaptação para o cinema contou com a atriz Sue Lyon que, pelo papel desempenhado, foi considerada, à época, a ingênua libertina. Não seria exagero analisar-se do ponto de vista psicanalítico a adesão de homens, mas também de não poucas mulheres, ao ideal da eterna juventude feminina; ainda que homens e mulheres tenham, em princípio, interpretações diferentes e se apropriem de formas diferentes do *arquétipo da Lolita*. Representaria um misto de pedofilia e negação da maturidade adquirida pelos anos que pesam mais nos corpos femininos, que nos masculinos.

¹⁴³ FAUX, D. S. (et alii). Op. cit., p. 171.

¹⁴⁴ Idem, p. 172.

¹⁴⁵ E, em outra versão de 1997, dirigido por Adrian Lyne. O tema ganhou as rádios com a música *Don't Stand So Close To Me* (1980), mais tarde (1986) com o videoclipe, da banda inglesa *The Police*. [“*Young teacher, the subject, of school girl fantasy. She wants him, so badly, knows what she wants to be. Inside her, there's a longing, this girl's and open page. Book marking, she's so close now, this girl is half his age (...) It's no use, he sees her, he starts to shake and starts to cough, just like that old man in that famous book by Nabokov*”].

É válido lembrar que um livro do escritor brasileiro Mário Donato, “Presença de Anita” de 1948, portanto, anterior ao de Nabokov, causou furor entre os críticos, principalmente em um grupo de senhoras de Campinas que, como boas católicas, postaram-se ao lado da Igreja que ameaçou excomungar o autor. Considerado *persona non grata* na cidade em que nasceu, por força de um abaixo-assinado, Donato teve seu livro redimido cinquenta anos depois, com a exibição, em agosto de 2001, da minissérie de mesmo nome baseada em seu livro e adaptada por Manoel Carlos, na Rede Globo.¹⁴⁶

Em setembro de 1968, o anúncio de um novo filme, que estava sendo preparado, trouxe a questão da *Lolita* como um modelo de inspiração para um longa metragem e um recado às/aos leitoras/es sobre as diferenças entre atriz e personagem (Figura 10).

O texto iniciava com a escolha da atriz Linda Hayden, que ocorreu entre centenas de moças entre 14 e 16 anos para protagonizar o filme *Baby Love*.

Linda Hayden conquistou na tela inglesa o direito de ser a mais provocante adolescente de todos os tempos cinematográficos e a mais avançada, em suas experiências amorosas, fazendo desfilar por seus braços nada menos de uma dúzia de apaixonados de tôdas as idades.

Em seu filme de estréia – **Baby Love** – ela baterá facilmente o recorde de Sue Lyon em **Lolita**, apresentando-se ainda mais sedutora, mais carinhosa, mais ardente do que a outra artista, segundo dizem nos estúdios de Twichkenham.

Uma pergunta se impõe, desde logo, antes mesmo do término do seu filme: até que ponto Miss Hayden pode ser identificada com o seu papel? Será ela, na vida real, parecida com a sua personagem?¹⁴⁷

O relato do caminho que a atriz trilhou para chegar ao filme contou, inclusive, com ameaça de suicídio em virtude da negativa do pai da atriz em permitir o teste

¹⁴⁶ <http://www.editoras.com/objetiva/389-9.htm> Acesso em 10/11/2007. É de se estranhar que um tema tão próximo ao livro de Nabokov tenha sido colocado como tributário daquele. As referências aos nomes em ambos *Lolita*; *Anita*, a melodiosidade das palavras citadas nos dois trabalhos pelos protagonistas, a relação entre o escritor de meia idade e o professor de meia idade que ensina literatura e escreve um diário, a idade e a capacidade de ambas (as adolescentes) em arquitetar tramas picantes e ardis provocam, no mínimo, estranheza. Trata-se, na verdade, de uma obra que se tornou referência internacional (*Lolita*) com outra que se manteve no ostracismo, até ser retomada, cinquenta anos depois. Essas questões, porém, não são objeto deste trabalho, apenas provocaram certo incômodo em virtude das citações sobre a minissérie que parece ter sido mais inspirada no livro de Nabokov que no texto que dá nome à minissérie.

¹⁴⁷ ANDRÉA, Zenaide. “Uma Nova Ingênua Libertina Uma Nova Lolita.” *Querida*, setembro de 1968, p. 25.

de seleção para o papel principal. Superado o problema doméstico, Linda Hayden dedicou-se ao trabalho não sem antes prometer ao pai o retorno aos estudos e demonstrou, na reportagem, ser uma adolescente consciente da diferença entre o papel no filme e o seu papel de “filha obediente”.¹⁴⁸

É flagrante, na reportagem, a alusão do arquétipo cuidadosamente preparado para dar lucros certos e a preocupação com a informação prestada pela revista. Esta contou com fotos e com a aproximação da moça ao “mundo real”, que vivenciava os conflitos de uma família burguesa contrária a certos modelos – sobretudo esse - com os quais sua filha poderia ser confundida futuramente.

Era necessário que ficasse claro que a ficção não poderia se misturar com a vida real, ao menos na cabeça das moças que lessem a revista. No entanto, não foram poucas as imagens e os textos que incentivaram justamente o comportamento mais livre, ainda que não tão acentuado quanto o da personagem *Lolita*.



Figura 10 : “Uma Nova Ingênua Libertina Uma Nova Lolita.” *Querida*, setembro de 1968, pp. 24-25.

¹⁴⁸ Idem, *ibid.*

A *Lolita* ou a mulher que guarda o frescor adolescente e que prolonga esta fase da vida por meio de atitudes e/ou de cosméticos foi marcada, no mundo da moda, pela criação da primeira *top model* mundial: Lesley Hornby, ou *Twiggy* (Figura 11).

A menção ao nome artístico da modelo, *twig* em inglês, significa vareta, cujas medidas (1,67m, 42kg, 82-59-82), a levaram ao estrelato aos dezessete anos, por sua magreza e pela associação à fase em que as meninas despontam como protótipos de mulheres.



Figura 11: Twiggy em 1967.¹⁴⁹

As “Lolitas” das capas e das imagens (Figuras 12,13, 14 e 15) haviam se tornado o modelo do desejo masculino pela juventude ousada, que mantivesse latente o que deveria explodir dentro dos limites de um relacionamento mais “sério”.

¹⁴⁹ Uma nota sobre a modelo seguiu em *Claudia* na coluna “O Assunto É...”, que tratava de pequenos comentários com tom irônico e maledicente. O fato relatado era o lançamento de uma autobiografia que, segundo Dirce Martinho, que assinou a coluna ao lado de Benê Pompílio, demonstrava o lado pouco famoso da personagem: a avareza de Twiggy. Porém, o teor do texto não esclarece nada a esse respeito, ao contrário, demonstrava o perfil da coluna em levantar polêmicas pelo prazer de debochar das personalidades O Assunto É...”, *Claudia*, janeiro de 1976, p. 14. Atualmente, a ex-modelo é conhecida por Twiggy Lawson, atriz e cantora inglesa.



Figura 12: *Querida*, abril de 1965.



Figura 13: Twiggy, década de sessenta.

Além, é claro, de se certificarem que tenham sido castas e, portanto, livres de qualquer estória sexual anterior que comprometesse o ideal patriarcal e machista.

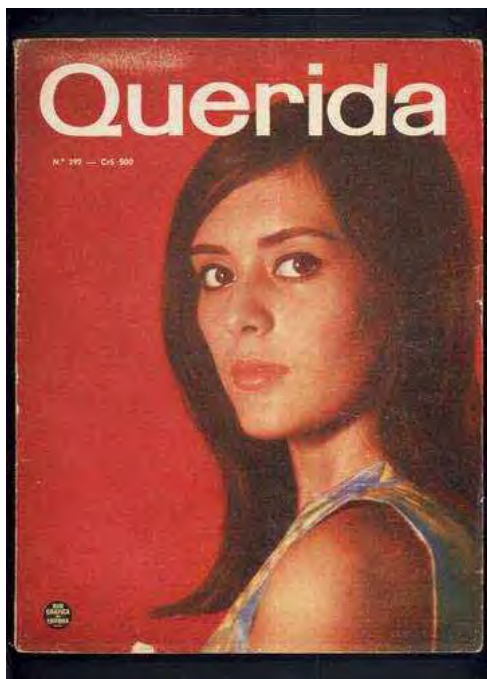


Figura 14: *Querida* junho de 1966.

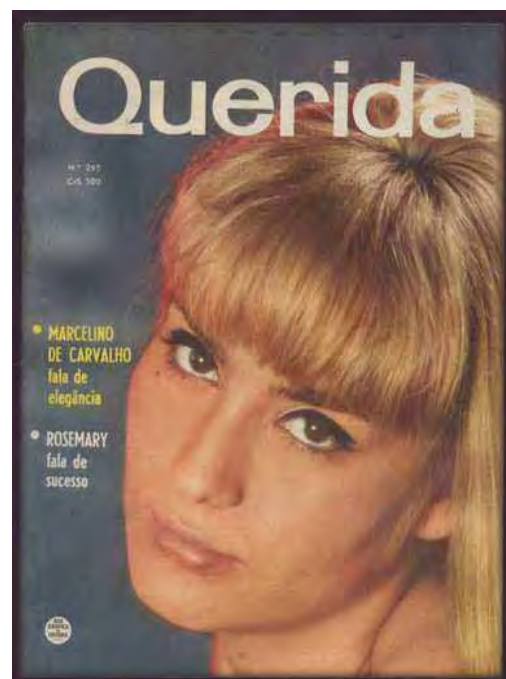


Figura 15: *Querida*, julho de 1966.

Exemplar de uma junção do arquétipo a um fetiche pode ser demonstrada pela capa de *Querida*, de março de 1969: colegiais e mais de uma, três simulando uma representação futura do que e como seria a moda das colegiais no futuro; não sem antes aproximar as modelos ao estereótipo de certo comportamento, criado pela ficção, atribuído aos robôs dos cinemas e das séries televisivas (Figura 16)

Afora a discussão sobre o surgimento da ideia que redundou no conceito de *arquétipo* da adolescente desejada por homens de meia-idade, o desejo pela juventude e a atração que mantêm entre si uma diferença de idade acentuada tem raízes mais complexas e históricas. Parece haver uma lógica entre várias sociedades que destine as mulheres aos homens mais velhos por representarem proteção para si e para os filhos e certo direcionamento na vida material e profissional. E aos homens, ao contrário, tenderiam a preferir as mais moças como símbolo de fertilidade na sociedade conjugal, juventude e certa imaturidade, necessárias para mantê-las sob controle.



Figura 16: Capa de *Querida*, março de 1969.¹⁵⁰

¹⁵⁰ Modelos com apelo visual que remete às colegiais. Os cabelos curtos e coloridos por perucas, as meias coloridas acompanhando as cores dos vestidos, ou dos cabelos, e a necessidade de romper

A maior parte das imagens de mulheres e os textos que as acompanhavam foram, praticamente em todas as revistas pesquisadas, inspiradas no ideal jovem como referência ao moderno, ao novo.

Nas revistas pesquisadas, a incidência de personagens arquetípicas que se referiam à Lolita (ou Anita?) dividiram a atenção com outro arquétipo: o da *femme-fatale*. Tratavam-se das mulheres mais maduras, porém que guardassem a juventude. Eram sensuais e demonstravam suas formas, faziam poses provocantes e usavam roupas que as deixavam “irresistíveis” aos homens. Vários exemplos poderiam ser destacados. Dentre eles, Ursula Andress (Figura 17) em uma peça publicitária do sabonete Lux (Figura 18) e algumas capas da revista *Querida* (Figuras 19 e 20).



Figura 17: Peça publicitária do sabonete *Lux Claudia* – Especial Hollywood, abril de 1967, p. 148¹⁵²



Figura 18: Peça publicitária *Max Factor Claudia*, Abril de 1975, p. 15.¹⁵¹

com os sóbrios e tradicionais uniformes das escolas que identificavam as estudantes há décadas. Nota-se o estereótipo: mulheres imitando uma representação do que seriam e como se portariam as meninas em idade escolar, em uma sociedade do futuro. As luvas brancas foram as únicas que permaneceram iguais nas três modelos e com as posições das mãos, procuraram demonstrar tratar-se de meninas-robô.

¹⁵¹ “Max Factor já maquiou melindrosas, mulheres fatais, estrelas de cinema e muitas mulheres como você”.

¹⁵² “Lux protege a beleza. Perfume marcante – Nova e delicada forma. Em 4 maravilhosas côres. **Preferido por 9 entre 10 Estrêlas do cinema**”. As fotos não eram originariamente coloridas, mas passaram por um processo de colorização posterior. Isso foi bem comum na década de sessenta,

Apesar de ser uma revista destinada a adultos, *Querida* primou pelo modelo da mulher jovem e não a mulher necessariamente casada, como era o caso declarado de *Claudia*. Por isso, raras foram as capas em que as modelos guardassem semelhanças com uma suposta representação de mulher mais madura e que aparentasse fazer parte de uma sociedade conjugal.



Figura 19: *Querida*, outubro de 1965.



Figura 20: *Querida*, abril de 1967.

Talvez por isso a capa de *Querida* de novembro de 1967 (Figura 21) seja tão intrigante.

Trata-se de uma jovem fazendo pose de lado para a câmera e rosto sobre os ombros nus com os lábios entreabertos, que dão a sensação de ser uma mulher fatal. Porém, nota-se a maquiagem acentuada para tornar o rosto juvenil mais provocador. Ao lado da imagem, os títulos das matérias em destaque. Uma delas a já abordada “Juventude Sem Mistérios” e abaixo desta, “Eterno triângulo: ele, ela...e a ‘outra’”. A imagem concentrou os dois arquétipos abordados: *femme-fatale* e

diminuindo na seguinte com o aumento de fotografias coloridas nas publicações, como mostra a outra peça, do sabonete Lux.

Lolita. Porém, sem esconder que a modelo pendia mais para a segunda que, por sua vez, era mais aproximada à identidade da própria revista.

Por se tratarem de revistas com público-alvo pré-determinado, ainda que pudesse variar quem realmente as lia, o padrão de beleza construído para a nova mulher a partir dos anos sessenta foi o da beleza jovem, ousada, “de atitude”.



Figura 21: Capa de *Querida*, novembro de 1967.

As matérias sobre beleza, as indicações de como consegui-la, mantê-la e prevenir os sinais do tempo, ou mesmo como contrariar a própria natureza em nome de uma indústria arquitetada para a construção e a manutenção da beleza feminina, foi sempre uma constante nas duas revistas analisadas.

Em março de 1967 um artigo “Especial para Querida”, assinado pelo médico Dr. Carlos Alberto de Souza, chamou a atenção pela questão “Quando iniciar um tratamento de beleza?”(Figura 22).

No artigo, a precocidade das meninas foi questionada, tanto pela questão hormonal, quanto pela necessidade de muitas delas acompanharem as “precoces por natureza” e, portanto, seguirem um modelo que julgariam ser parecido com o de uma mulher adulta. O tratamento de beleza mencionado, de início, foi aquele resultante de “espinhas e cravos, que podem levá-los a terríveis cicatrizes, que os marcarão indelévelmente para o resto da vida, a não ser que venham a fazer o ‘peeling’ ou as lixas, ou a escarificação”¹⁵³.



Figura 22: “Quando iniciar um tratamento de beleza?”. *Querida*, março de 1967, pp. 24-25.

E, chamando a atenção dos responsáveis pela criação de adolescentes, a postura do “especialista”¹⁵⁴ confundiu-se com a do conselheiro educacional, não

¹⁵³ *Querida*, março de 1967, p. 24.

¹⁵⁴ Outras análises sobre a colaboração deste mesmo autor para assuntos médicos e dos demais especialistas destacados pelas revistas estão mais bem discutidos no III Capítulo.

antes sem levantar a possibilidade da utilização da cosmética em tão jovens criaturas.

(...) Dietas? Sim. Sempre que necessárias e rigorosas.

Maquilagem? Sim. Mas muito discreta. Sem sobrecargas de produtos que desidratem a pele. Sem demasiado uso de rímel, sombras, lápis e cremes.

Ginástica? Sim. Principalmente orientada por especialista. É a época de encurvar as costas, de posições viciosas e ossos muito maleáveis ainda, de formar defeitos permanentes com deformações na coluna. É a época de se pensar nos seios que, aflorando em botão, não poderão ser sacrificados por soutiens ou métodos de tratamento e posições viciosas, que os façam perder forma e beleza.

Dentes? Sim. Necessidade de tratamentos protéticos se são dentuças. Verificar as cáries semestralmente. Não haja mais medo de dentistas. Há a anestesia para os medrosos e uma série de adiantamentos que diminuem ao máximo a dor produzida pelos motores.

Cabelos? Sim. Não exagerar no laquê, nos penteados sofisticados, impróprios para a idade. Vejo-as, às vezes, em festas ou desfiles, ou em fotografias, com o corpo ainda quase impúbere, mas com penteados que seriam próprios para as suas mães, ou para outras mulheres mais velhas e talvez bem sofisticadas. Cabelos curtos, leves e soltos, trazem mais encanto à mocidade, que a rebuscada arquitetura dos mais renomados cabeleireiros.

Pêso? Sim. É a época de se pensar em não ultrapassar os limites entre a estatura e o que a balança mostra. A gordura faz alargar também o esqueleto. Um acompanha o outro e assim como há elefantes aos cinqüenta anos, há verdadeiros rinocerontes com quatorze ou quinze anos. Ensinar a comer o que deve e desprezar o que é impróprio. É sinal de inteligência aceitar êstes conselhos.

(...)¹⁵⁵

A descrição dos itens citados pelo médico foi organizada como uma lista. E mesmo que o assunto fosse vasto, como ele mesmo observou, deixou o canal aberto às leitoras que tivessem mais dúvidas a respeito, informando que responderia às cartas devidamente seladas para o retorno pelo correio. Tratou do assunto publicamente como um serviço de orientação particular a uma questão que cada vez mais angariou espaço nas publicações femininas. Novamente comprovase, aí, a finalidade do veículo como um canal de comunicação direto entre a mulher-leitora-amiga e o mundo. Era pelas revistas que muitas mulheres poderiam ser orientadas com mais propriedade e, como o número de exemplares era significativo, bem como o alcance das revistas era nacional, o discurso da correção e da

¹⁵⁵ *Querida*, março de 1967, p. 24.

adaptação às regras de conduta quanto à beleza, à postura, ao corpo tornavam-se um importante produto da indústria cultural.

Os *sinceros* conselhos do médico especialista não deixam dúvidas quanto ao caráter didático necessário para a persuasão das/os responsáveis pelas adolescentes.

O caminho para a vida adulta tinha deixado de ser um período de penumbra ao ganhar estatuto próprio. A adolescência passou para a agenda de preocupações familiares, médicas e até mesmo do próprio Estado, ao, por exemplo, pretender-se levar a educação sexual para as escolas.

Querida, como um produto estrategicamente pensado para o segmento jovem, não descuidou da possibilidade de a sua leitora estar na fase em que se preparava para ser mãe de uma nova geração de mulheres. E a nova mulher poderia ser bela. Sem exageros, já na infância deveria preocupar-se com o modelo a ser seguido para com ele buscar a sua própria identidade no futuro, que, por sua vez, estaria cada vez mais aparelhado para que as mulheres pudessem lidar com os problemas que a natureza havia trazido, decorrentes das ações do tempo.

Ao menos em relação aos mundos imaginários do mercado publicitário e da moda, como postulou Nancy Etcoff,

A beleza é um sistema monetário, assim como o ouro. Como qualquer economia, é determinada pela política e, na idade moderna no Ocidente, é o último e melhor sistema de crenças que mantém a dominação masculina intacta. Segundo Wolf, as imagens que vemos à nossa volta são baseadas em um mito. Sua beleza é como os contos de Afrodite, o julgamento de Paris, e o pomo da discórdia: fictícia. A beleza é uma ficção conveniente usada por indústrias milionárias que criam imagens do belo e as traficam como ópio para a massa feminina. A beleza conduz as mulheres ao lugar em que os homens as querem, fora da estrutura do poder. O capitalismo e o patriarcado a definem para o consumo cultural, e colam suas imagens em toda parte para instigar a inveja e o desejo. A cupidez que inspiram serve a seus dois propósitos: fazer dinheiro e preservar o *status quo*.¹⁵⁶

Porém, uma observação mais atenta que contrarie a afirmação acima, diria que o conceito de beleza é uma categoria estética, própria dos estetas, portanto do mundo das ideias. A própria autora seguiu em suas reflexões a respeito da beleza

¹⁵⁶ ETCOFF, N. *A Lei do Mais Belo: A Ciência da Beleza*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999, pp. 11-12.

como categoria que, por ser inconsequente, não deveria ter lugar no discurso intelectual:

Fora da esfera das idéias, a beleza governa. Ninguém parou de olhar para ela, e ninguém parou de se deleitar com o que vê. Fazer vista grossa à beleza é tão fácil quanto sufocar o desejo físico ou reagir com indiferença a um choro de criança. Podemos dizer que a beleza está morta, mas isso só consegue ampliar o abismo entre o mundo real e a nossa compreensão dele.¹⁵⁷

E, ao buscar trazer o leitor para a reflexão que apresentou ao longo da obra, Nancy Etkoff deixou um indício para o que se propôs tratar nesse trabalho: segundo ela, ao sugerir o poder que teriam os empresários da moda ou das indústrias de cosméticos em ditar o comportamento e as preferências das mulheres, ter-se-ia, como consequência, a confirmação da apatia e impotência das mulheres como consumidoras capazes de fazer escolhas. Inclusive contra aquilo que poderia ir contra elas. Essa analogia próxima aos estudos frankfurtianos dos anos após-guerra devem hoje ser vistas como dialética.

É possível afirmar-se que existem pessoas, no caso mulheres, dóceis em relação aos estímulos generosos desses periódicos para a sua adesão às regras propostas pela moda e por modismos. Estes últimos, quase sempre didaticamente confirmados por um especialista em análises de tendências, que extrapolam o setor da moda ou dos cosméticos e se pulverizam ao longo das atividades do dia-a-dia. É possível, também, segundo questiona a autora, que muitas estejam cultivando e utilizando a indústria da beleza “para otimizar o poder conferido pela beleza”. Etkoff se pergunta: o “problema não será que as mulheres quase nunca têm a oportunidade de cultivar seus outros atributos?”¹⁵⁸

E se as revistas analisadas não seriam os melhores exemplos para a libertação das mulheres no campo político, por exemplo, certamente se esforçaram para promover discussões sobre alguns desses prováveis atributos de que Etkoff teria feito menção. Como estariam, então, sendo tratadas as novas mulheres por *Claudia* e *Querida* em relação ao exercício da sexualidade, tanto das solteiras quanto das casadas, bem como quais seriam as novas elaborações de família após a concessão de alguns direitos, sem dúvida, avanços em relação ao Código Civil de

¹⁵⁷ Idem, p. 12.

¹⁵⁸ Idem, p. 12.

1916, sobretudo em relação ao trabalho fora de casa? Teriam sido coniventes ou promotoras da dupla jornada para as mulheres? Estas questões serão discutidas no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

A Sexualidade, a Família e o Trabalho em Questão

E foi no intuito de monopolizar a jogada que eles criaram o moderno mito da supermulher (equivalente ao da “mãe sublime” do passado), o desafio de um modelo que, de tão idealizado, na prática é inatingível, por mais que corramos atrás dele de língua de fora. Nunca seremos essa figura sobre-humana de gigantes profissionais, gênios do lar e titãs da cama – além dos outros requisitos menores. (Carmen da Silva)

A epígrafe que abre este capítulo bem representa a angústia das mulheres da atualidade em relação ao acúmulo de responsabilidades, gerado a partir da sua inserção na vida pública, sobretudo como mão-de-obra barata em vários setores econômicos das sociedades capitalistas. Apesar das duras críticas sobre uma desenfreada corrida de abandono do lar e dos filhos para uns, muitas conseguiram superar tais discursos que colocaram as mulheres como as principais algozes da família tradicional, que, por definição, não apenas entre o senso comum, seria exemplar da família e da sociedade sadias. Essas novas mulheres, que ganharam visibilidade na década de 1960, acabaram por se constituir como um grupo potencialmente forte e transformador dos modelos de mulheres dóceis e predispostas à carreira feminina por excelência, ou seja, ser dona de casa, como se fosse um destino natural.

Dentre os tópicos que possibilitaram essa transformação, a pílula anticoncepcional projetou-se de forma singular. O medicamento, esperado por um sem número de mulheres em todo o mundo, surgiu causando o impacto de uma bomba nas sociedades mais ou menos urbanizadas, industrializadas, capitalistas ou não. Seus efeitos imediatos colocariam em xeque a dependência ou destreza (ou falta dela) masculina em evitar a concepção. E nesse sentido pode ser considerado um item transformador da relação homem/mulher, que permitiu à mulher tomar a frente nessa decisão.

Porém, os efeitos desejados, por certo tempo, foram aquém do planejado e, sobretudo, atingiram antes as classes sociais que não estavam previstas inicialmente, ou seja, às mulheres mais abastadas e intelectualmente mais preparadas.

O caminho para a geração da pílula anticoncepcional oral foi longo e dependeu de pesquisas e acasos, até que o método químico e seguro fosse utilizado em humanos. Disponível nas farmácias brasileiras (em 1962), dois anos após seu lançamento, a popularização do medicamento foi rápida e seria possível então a prática do sexo pelo prazer e não apenas para a reprodução.¹⁵⁹

Em 1921, Haberlandt provocou a infertilidade temporária em coelhas nas quais havia implantado ovários retirados de outras coelhas. Ele sugeriu que os extratos de ovários poderiam ser anticoncepcionais eficientes. A noretisterona, um hormônio sintético semelhante a progesterona (daí ser chamado de progestógeno), foi sintetizada em 1950 por Djerassi, a partir da diosgenina, planta derivada da batata-doce mexicana com propriedades esteroidais. Outro investigador, Colton, produziu outro progestógeno, o noretinodrel, que foi combinado a estrogênio sintético, o mestranol na composição da primeira pílula anticoncepcional combinada (contraceptivo oral combinado - COC), em 1960.¹⁶⁰

Para se adentrar ao clima de euforia social e simbólica - propagado pelas revistas *Claudia* e *Querida* - sobre o novo método anticoncepcional, é importante salientar o caminho percorrido pelos cientistas e ligá-lo a um desejo dos Estados mais desenvolvidos em controlar os índices de natalidade em países do então Terceiro Mundo. Após a II Guerra Mundial e a explosão populacional (*baby boom*), sobretudo nas regiões que mais se urbanizavam, a natalidade passou a ocupar a agenda de preocupações de várias nações no mundo.

Haveria produção de alimentos suficiente para tanta gente, visto que a maior parte da população mundial não se encontrava mais nos campos? A busca por métodos que refreassem tal crescimento populacional, além de medidas restritivas e

¹⁵⁹ MASSARO, C. *Revolução Sexual. O Estado de S. Paulo*, São Paulo: 10 de maio de 2000. Texto disponível em meio eletrônico: <http://www5.estado.com.br/edicao/especial/seculo/designer/temas/sexual/sexual.html>. Acessado em: 16/09/2001.

¹⁶⁰ O Nascimento da pílula. http://www.schering.com.br/website/saude_historiaanticoncepcao.asp Acesso em 3/04/2007.

punitivas¹⁶¹, seria, então, urgente, de acordo com aquela mentalidade. E se a pílula foi uma alternativa revolucionária, por que não houve adesão imediata pelas mulheres e mesmo pelos Estados? É possível associar-se com segurança a queda da fertilidade, que de fato aconteceu, em alguns países com o advento da pílula? E em épocas passadas, sem esse medicamento, como foram tratadas as questões do controle ou do incentivo dos nascimentos?

É importante frisar que a contracepção é um fenômeno histórico e a vida reprodutiva das mulheres vem se transformando ao longo do tempo, de acordo com a sociedade e sua respectiva cultura.

Breve Histórico da Contracepção

Ao percorrer a história da contracepção desde a Antiguidade até fins do século XX, Angus McLaren apontou a criação da pílula como um momento tratado por pesquisadores contemporâneos como a segunda das “revoluções contraceptivas”. A primeira teria sido entre os séculos XVIII e XIX, com a utilização pelos homens da interrupção do coito. O autor reportou-se a Martine Segalen e se utilizou do trabalho daquela autora para discorrer sobre o que ele havia apurado a partir das pesquisas históricas mais aprofundadas sobre o controle da natalidade:

“Até esta altura”, afirma Martine Segalen, “as pessoas nem sequer tinham imaginado a possibilidade de influenciarem o acto sexual, que era um acto da Natureza, e foi esta mudança de atitude face aos seus corpos que constituiu uma revolução nas mentalidades.”¹⁶²

Porém, se, para as sociedades ocidentais, esses momentos puderam ser vistos como marcos, certo foi, segundo o estudo desenvolvido por McLaren, que desde tempos imemoriais, já havia a preocupação de se regular ou interferir na progenitura, tanto para o sucesso da concepção, como para evitá-la. O fato de se

¹⁶¹ Como as praticadas na China ainda hoje em limitar os nascimentos para um filho, se menino ou dois, se a primeira gestação que vier a termo for uma menina. Para este caso nota-se o preconceito, que sofrem as meninas e as mulheres, disseminado pelo Estado.

¹⁶² MCLAREN, A. *História da Contracepção: Da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar, 1997, p. 08. Embora o próprio pesquisador tenha tratado da opção da interrupção do coito já entre os gregos na Antiguidade “clássica”, a utilização dos estudos de Segalen serviu para que o autor comprovasse depois o quanto ela havia se comprometido ao ideal etnocêntrico para tratar do assunto, o que, segundo ele, não foi uma exclusividade daquela pesquisadora.

buscar métodos tecnológicos para essas limitações, afirmou, sempre puderam ser produzidos quando se fizeram necessários: “A ideia de controle da fertilidade raramente se encontrava ausente, mas a motivação para actuar a partir dessas ideias variava.”¹⁶³

Para os fins deste trabalho, foi utilizado o texto de McLaren em sua investigação sobre o assunto a partir do século XIX. A justificativa para se recuperar o tema a partir daquele momento é que o padrão de família modificou-se radicalmente naquele século, em virtude de uma série de elementos, como a família nuclear burguesa e também a proletária e urbana (como a *francesa*, de acordo com McLaren). Em vista disso, tal “modelo francês” tornou-se comum no Brasil, ainda que a partir do início do século XX, e, para o período da presente pesquisa (décadas de 60 e 70 do século XX), o modelo burguês (pai como chefe da família, mãe como “rainha do lar” e filhos) ainda que predominante, começou a ser questionado publicamente em suas bases morais e jurídicas indicando caminhos para outra concepção de família, na atualidade.

Para McLaren¹⁶⁴, no século XIX, a América e a Europa ocidental entraram em nova era demográfica. A partir de 1800, a natalidade deu sinais de decréscimo em relação aos séculos XVI a XVIII, acentuando-se após a I Guerra Mundial. Entre as respostas aos estudos sobre a queda da natalidade, parte foi devida ao emprego de métodos contraceptivos, parte ao prolongamento do aleitamento materno, parte à continência e “pela idade cada vez mais baixa em que as mulheres paravam de dar à luz”. O *modelo francês* passou a constituir o ideal familiar que compunha um homem, sua esposa e dois filhos. O período denominado por demógrafos como “transição demográfica”, que compreendeu os anos de 1870 a 1920, experimentou acentuada queda dos índices de fertilidade entre os casais casados.

Várias foram as pesquisas e os estudos realizados ao longo do período em questão, o que demonstra que o fato despertou interesse de diferentes setores da sociedade, além dos demógrafos.

Entre as explicações do fenômeno, estaria uma teoria do “ajustamento”: a família moderna, limitadora da família, que teria sido criada por realidades ambientais novas, a principal das quais, o declínio da mortalidade. Porém, ao lado

¹⁶³ Id., *ibid.*, p. 11

¹⁶⁴ O Neomalthusianismo e a Transição da Fertilidade. MCLAREN, Angus. Op. cit., pp. 201-241.

dessa explicação, ficariam de fora fatores, como o declínio da natalidade antes mesmo do decréscimo da mortalidade infantil.

Em outra perspectiva, havia os “teóricos da inovação” que contemplaram não índices mecanicistas, mas a via interpretativa do que disseram e pensaram homens e mulheres no século XIX. Eram adeptos dos ideais do esclarecimento e da racionalidade dos grupos sociais superiores (elites intelectuais e/ou econômicas) e apostavam que o número de filhos deveria corresponder, tanto às possibilidades econômicas do casal, quanto do desejo de ter filhos. Ou seja, haveria a possibilidade de entendimento do casal quanto aos métodos para controlar a natalidade, ou mesmo para evitá-la de maneira mais consciente e não como fruto do acaso. Para estes casos a premissa teria como ser comprovada, a partir dos índices de natalidade utilizados como parâmetro, conforme justificavam os “advogados da inovação”.

Abortos, preservativos, continência, diafragma¹⁶⁵, pessários¹⁶⁶ foram alguns dos meios empregados com mais sucesso. Mas havia, também, a esponja e a ducha vaginal, o coito interrompido, o espermicida e a tabelinha. Esta última foi adotada de forma errônea até a década de 1920¹⁶⁷, pois, de acordo com pareceres médicos do século XIX, a mulher ovularia imediatamente após o período menstrual, tal qual as fêmeas de alguns mamíferos. Para estes casos, o que ocorreu foi, muitas vezes, o contrário, já que a continência acabaria no período em que hoje, sabidamente, é o período fértil.

O exemplo vindo das classes mais abastadas seria, necessariamente, seguido pelas classes econômica e intelectualmente sem muitos recursos, supunham os teóricos oitocentistas estudados por McLaren. Daí a correspondência dessas teorias, com o difusionismo e determinismo culturais, à medida que acreditaram ser possível disseminar o conhecimento de como constituir famílias pequenas, por meio da sensatez dos casais. Ficariam de fora os argumentos e as atuações políticas da Igreja, bem como dos médicos e mesmo do Estado.

Conquanto Thomas Malthus se opusesse à contracepção, o seu *Essay on Population* (1798) teve uma enorme influência na chamada de atenção para o impacto social da fertilidade. Os Estados

¹⁶⁵ O diafragma surgiu no século XIX. Idem, pp. 208-209.

¹⁶⁶ Aparelho elástico que se apresenta sob formas diversas, de flexibilidade variável, usado para conter órgãos pélvicos (como, p.ex., o útero) e, no passado, como anticoncepcional.

¹⁶⁷ A correção do período fértil foi feita a partir da descoberta por Ogino e Knaus.

ocidentais, tradicionalmente, acolhiam bem os aumentos da população, na crença de que números maiores levavam a maior prosperidade. Malthus apresentou o argumento radicalmente novo de que isto já não era verdadeiro. Como a população exercia sempre pressão sobre os recursos, afirmava, só poderiam alcançar-se melhorias sociais se as classes inferiores manifestassem ‘comedimento moral’, adiando prudentemente os casamentos precoces e impensados. O embate da mensagem pessimista de Malthus, que foi bem acolhida pelos caritativos, tratava-se de um problema causado pelos pobres que teriam de ser eles a resolver. Malthus transformou a tomada de decisões sobre a reprodução num tópico de conversa respeitável. Na turbulenta primeira metade do século XIX, em que os owenistas e os chartistas se interrogavam de que modo poderia a classe trabalhadora inglesa sobreviver melhor à miséria semeada pela revolução industrial, a resposta era-lhes dada pelos primeiros advogados do controle da natalidade. A maioria deles – Jeremy Bentam, Francis Place, Richard Carlile, Robert Dale Owen [filho do socialista R. Owen] e George Charles Drysdale – aceitavam o ponto de miséria social, mas apoiavam-se no exemplo francês para argumentarem que o emprego de contraceptivos oferecia uma saída. O seu público limitava-se essencialmente a leitores de prospectos e jornais radicais. Para espalharem a mensagem os drysdales criaram em 1887 a primeira organização neomalthusiana, a Malthusian League.¹⁶⁸

Portanto, mais forte do que os argumentos de Malthus, o que se notabilizou foi o grupo que adotou seu estudo e a este se adicionou a premissa de controle da natalidade, de maneira contrária a Malthus. A propaganda neomalthusiana surgida na Grã-Bretanha espalhou-se pelo continente europeu, em Estados, como: Espanha, França, Países Baixos e Itália. Prova disso foram os fundadores de clínicas para controle da natalidade e/ou grupos (Ligas) para difusão desse ideário nessas localidades que adentraram ao século XX, a partir da mesma perspectiva. McLaren afirmou que, ainda que fosse pequeno o número de “advogados do controle da natalidade”, os mesmos foram extremamente ativos. Embora reconheça que a influência real daqueles seja de difícil comprovação.

A maioria era composta de malthusianos e via na contracepção uma maneira de dar resposta aos problemas da pobreza colocados pelo excesso de população, uma situação que alienava a mão-de-obra. Outros, como Richard Carlile, abraçaram o controle dos nascimentos por serem livres-pensadores ou libertários, o que teve o efeito de afastar os respeitáveis. A exploração do interesse pelo controle dos nascimentos por parte de curandeiros afugentava os médicos. Os advogados do amor livre interessavam-se pela questão, pelo que as feministas respeitáveis mantinham-se à distância. O facto de a

¹⁶⁸ MCLAREN, A. Op. cit., pp. 205-206.

limitação da família se achar associada na mentalidade do público aos costumes da França revolucionária não a tornava cara aos socialmente conservadores, que acreditavam que 1789 fora em si mesmo um resultado do libertinismo e de hábitos criminosos. No século XIX o controle dos nascimentos nunca era apresentado simplesmente como um meio para limitar o tamanho da família; era retratado como tendo tanto ou mais ainda a ver com a pobreza, a política e a promiscuidade. Os advogados do controle dos nascimentos foram tão responsáveis por nublarem a questão como os seus oponentes.¹⁶⁹

A partir de setores engajados politicamente com as esquerdas, naqueles países, seguindo-se esse raciocínio, não haveria, portanto, a intenção de se lutar contra a proliferação de indivíduos pobres, mas contra a pobreza e a alienação

A questão que sobressai no trabalho de McLaren, para este momento, é: as mulheres já poderiam, como deveriam separar o exercício da sua sexualidade da reprodução. Os problemas de acesso a esses meios, sobretudo aos que dependessem exclusivamente delas (diafragma, pessários), ou mesmo o preservativo de látex, a partir de 1850, eram a ignorância sobre o assunto e o fato de serem caros. No caso das duchas, o entrave maior para a sua utilização era a carência no abastecimento de água dentro das casas, visto que não constituía norma para as sociedades do século XIX, mas uma exceção disponível para as classes economicamente abastadas. A esse respeito, no entanto, afirmou o autor que, talvez assim, tivesse sido melhor devido à real ineficácia das duchas.

No entanto, as “campanhas” informativas sobre as alternativas de contracepção que estivessem ao alcance das mulheres foram realizadas, apesar da notória negativa da Igreja católica sobre o assunto. De maneira análoga, a prática abortiva que, quando necessária sempre foi empregada¹⁷⁰, tornou-se objeto de discussão quando demonstrava ser um recurso melhor que a contracepção.

¹⁶⁹ MCLAREN, A. Op. cit., pp. 206-07. Extrapolando a questão da preocupação de certos pensadores e agitadores políticos, pelo aumento e conseqüente descontrole da população pobre, Jeremy Bentam notabilizou-se pelos estudos na área do Direito sobre a necessidade de se criar uma arquitetura segura para conter os não-respeitáveis, como os prisioneiros. Neste sentido caminhou um estudo de Foucault, a respeito da sociedade disciplinar, surgida entre os iluministas e contrária a muitos preceitos da França revolucionária. Daí a discussão foucaultiana do panoptismo, por exemplo. FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 2007, pp. 162-192.

¹⁷⁰ Desta forma as crenças comuns de que o aborto é um recurso que induz a mulher ao pecado mortal, bem como pela jurisprudência sobre quando passa a existir a vida, o que torna o aborto condenável e criminoso, são questões que foram disseminadas pela associação da Igreja com os setores mais conservadores que elaboraram as leis sobre o assunto no Brasil.

Em 1827 a existência do ovo humano foi estabelecida como facto científico e a idéia de “concepção”, no sentido de um acontecimento instantâneo quando o esperma e o ovo se encontram, cristalizou-se finalmente. Anteriormente, a concepção fora encarada como um processo que só se completava passados vários dias, ou até semanas; na Idade Média fora por vezes equacionada com a infusão da alma. Os médicos serviam-se agora da nova descoberta para condenarem o aborto em qualquer estágio e traçaram uma divisão nítida entre a contracepção e a indução do aborto. Mas para o público em geral a linha divisória continuava a ser vaga e os chás a base de ervas, purgantes e supositórios vaginais continuaram a ser empregues para manter as mulheres “regulares”. Muitos teimavam em ver no aborto simplesmente um passo mais contínuo de práticas de controle da fertilidade. Os médicos informavam, alarmados, que havia mulheres pobres que chegavam a preferir o aborto à contracepção. E havia católicos que acreditavam que ele era menos imoral do que a contracepção, visto que envolvia apenas uma das partes.¹⁷¹

Sendo assim, o aborto demonstrou ser mais um recurso bastante empregado do controle da fertilidade quando os demais não estivessem à disposição ou mesmo quando falhassem. Diante dessa afirmação, é possível inferir que não procedia a ideia de que as mulheres fossem obrigadas a ter os filhos contra a sua vontade, embora a tensão entre a ciência e a religião, permeada pela tradição, confundisse os discursos, até que a ciência tivesse colocado em xeque a ideia corrente sobre o momento da animação do feto.

Na sequência, a Igreja aderiu ao que admitiram os cientistas, tornando o aborto um pecado mortal, não obstante o quadro haver se tornado diferenciado, nos locais onde o poder e a influência da Igreja católica foram mais intensos, como, no caso, de boa parte do Brasil, sobretudo nas regiões em que tivessem um padre que gozasse de prestígio social como guia espiritual e moral da população.

As críticas sobre os contraceptivos também eram dos homens ao utilizarem os preservativos, ou luvas (“camisinhas”). Relatavam serem incômodos, inestéticos e impeditivos do prazer. Outro fato colaborou para a disseminação do preconceito ao método que dependeria dos homens: “Napheys, um médico americano, sugeria que só fossem usados se o marido sofresse de doença venérea. A sua ligação à doença e à prostituição limitava necessariamente a sua aceitação nos lares oitocentistas.”¹⁷²

¹⁷¹ MCLAREN, A. Op. cit., p. 214.

¹⁷² Idem, p. 208.

Já os abortivos passaram a ser anunciados em jornais e revistas em fins do século XIX e vendidos em barbearias, lojas de artigos de borracha e farmácias. Além de figurarem entre os produtos oferecidos de porta em porta, que seguiam com os vendedores ambulantes.

Ocorreu que a natalidade caiu e a associação aos métodos pareceu ser tentadora, como de fato o foi. No entanto, outras pesquisas revelaram que, em regiões da Europa, onde tais métodos eram difíceis de se conseguir, ainda assim, houve redução do número de nascimentos, o que leva à conclusão de que o grande método contraceptivo foi mesmo a abstenção do ato sexual.¹⁷³ Neste caso, a mão da Igreja foi, sem dúvida, providencial.

Outro discurso que acompanhava o da Igreja, conforme McLaren, foi o de feministas, embora a ideia do celibato a partir da religião tenha sido bem mais eficaz pela sua própria penetração nas famílias e nos novos arranjos de família burguesa e urbana.

No século XX, algumas personagens do feminismo, partidárias do controle da natalidade, abriram o caminho para a pílula como método eficiente e seguro contra a gravidez indesejada. Margaret Senger (1879-1966)¹⁷⁴, até meados da década de 1930, atuou publicamente na direção do controle da fertilidade, ainda que embasada nos ideais eugênicos. E, mesmo afastada da cena pública, continuou a perseguir o caminho que a levasse ao contraceptivo ideal. Sanger, informou McLaren, promoveu o encontro de uma feminista abastada com o médico e cientista Gregory Pincus. Katharine McCormick financiou a pesquisa que redundou no aparecimento da pílula de uso oral de progesterona sintética.

A pílula foi desenvolvida por Gregory Pincus e John Rock, este último um católico fervoroso que esperava, em vão, que a Igreja aceitasse o medicamento como um método "natural" de controle da natalidade. Ao bloquear a ovulação, os hormônios sintéticos da pílula mostraram-se 99% seguros na prevenção da gravidez.¹⁷⁵

¹⁷³ Idem, p. 210.

¹⁷⁴ Sanger atuou na Inglaterra e nos Estados Unidos como ativista para o controle da natalidade em virtude da sua luta contra o grande número de mortes maternas e das precárias condições a que as mulheres pobres eram submetidas em hospitais. Criou clínicas de aconselhamento e prevenção à gravidez indesejada e cunhou o termo *birth-control*. MCLAREN, A. Op. cit., pp., 243-284.

¹⁷⁵ Texto disponível em meio eletrônico. Acessado em 16/09/2001. <http://www.estadao.com.br/agestado/internacional/2000/mai/10/40.htm>. "Apesar de só ter sido liberada pelo U.S. Food and Drug Administration (FDA) em 1960, a pílula anticoncepcional foi desenvolvida pelo endocrinologista Gregory Goodwin Pincus na década de 50. Rejeitado como membro permanente do corpo docente da Universidade de Harvard, e chamado por vezes de doutor

Assim que os primeiros resultados demonstraram êxito, de início foram liberados pelo *FDA* (*Food And Drug Administration* – órgão de fiscalização dos Estados Unidos) ao público norte-americano com certas restrições e, na França, apenas em 1967, cinco anos após ter sido lançada no Brasil.

Para o Brasil, especificamente, Joana Pedro esclareceu que o método era anseio de muitas mulheres, apesar de haver sido condenado pela Igreja, como o é até hoje, e, conseqüentemente, ter havido não poucas resistências ao seu uso no país:

O comércio da pílula anticoncepcional teve início no Brasil em 1962, dois anos após ter sido aprovada nos Estados Unidos pelo FDA — Food and Drug Administration — a pílula chamada ENOVID e produzida pelo laboratório Searle. Os jornais e revistas voltados para o público feminino publicaram alguns artigos informando sobre suas potencialidades; porém, muito da divulgação foi realizado por representantes comerciais que atuaram junto aos médicos. Convém destacar que foi em instituições estrangeiras que os médicos buscaram, já na década de 50, conhecimentos sobre a contracepção, a qual até a década de 60 não era ensinada nas faculdades de medicina brasileiras. Foi, entretanto, a partir de 1966, que as revistas médicas brasileiras começaram a difundir, para os ginecologistas e obstetras, as pesquisas e estudos já realizados por médicos tanto brasileiros quanto estrangeiros. Contudo, desde 1962 eram feitas pesquisas isoladas, visando a prestar informações sobre anticoncepcionais para mulheres de camadas populares, com recursos da International Planned Parenthood Federation, em várias cidades brasileiras.¹⁷⁶

Pela informação acima, é possível confirmar a questão da contracepção como um fenômeno histórico e não como fruto do século XX. Ainda assim, a junção de uma série de fatores, inclusive o de controle da fertilidade, mas não apenas este, redundou no aparecimento da pílula anticoncepcional. A sua importância foi menos revolucionária por si só, que pelo contexto em que apareceu e a maneira como foi disponibilizado.

Frankenstein, por, na década de 30, fertilizar óvulos de coelhas em proveta, Pincus criou a fundação Worcester para Biologia Experimental, junto com o também endocrinologista Hudson Hoagland.” Texto disponível em meio eletrônico. Acessado em 16/09/2001. <http://www5.estado.com.br/edicao/especial/seculo/designer/temas/sexual/sexual.html>. Também em MCLAREN, A. *op. cit.*, p. 271.

¹⁷⁶ PEDRO, Joana Maria. A Experiência Com Contraceptivos no Brasil: Uma Questão de Geração. *Revista Brasileira de História* v.23 n.45 São Paulo: jul. 2003, grifo meu. Ver também, MCLAREN, A. *Op. cit.*, p. 271.

Como divulgadoras da “novidade”, aliadas à prestação de serviço, as revistas *Claudia* e, sobretudo *Querida* discutiram à exaustão sobre o método e suas potencialidades, além do que era previsto e mesmo os problemas que poderiam ocorrer. Dependendo do médico consultado, o método tanto foi considerado seguro e necessário de adoção por toda a mulher ativa sexualmente, quanto citado como mais um entre os métodos já existentes e que ofereciam, sim, algumas restrições à saúde das usuárias, ou possíveis usuárias.

Exemplo dessa discussão foi um artigo publicado em *Querida*, assinado por Maria Luisa Bomfim, que não consta nos créditos da revista como repórter ou em outra função declarada. Na introdução do texto, Bomfim discutiu sobre o comportamento da mulher contemporânea em virtude do medicamento revolucionário.

A mulher depois da Pílula

Limitação de natalidade é tema que continua em debate, quer na palavra da cúpula (Igreja, medicina, Estado), quer no diálogo corriqueiro de comadres ou no noticiário leigo da imprensa. Seus prós e contras são debatidos e estudados na lente de aumento pelos “experts”. Suas conveniências e pontos negativos são discutidos e “checados” por mulheres que a adotam, através de um dos diversos métodos anticoncepcionais conhecidos. Embora tenha sido assunto perigoso até bem pouco tempo, uma espécie de tabu hipócrita (mesmo as piedosas senhoras que ainda se escandalizam à simples menção da palavra “diafragma”, sempre utilizaram seus segretos truquezinhos anticoncepcionais...), hoje é conversa das mais populares. É argumento de filme e livro: *Providência e a pílula*. É a base para inúmeras piadas. “Como se chama a mulher que não toma a pílula: Mamãe...” É definição: Mulher A.P. e Mulher D.P. – antes e depois da pílula. Fugindo ao mérito da questão, ser ou não ser pecado, ser ou não ser prejudicial à saúde, ser ou não patriótico – limitação de natalidade, planificação de família, anticoncepção pura e simples, é hábito que se multiplica vertiginosamente; e verdade à qual não podemos fugir. Êste, o motivo que me levou a ouvir, anotar, recordar depoimentos e episódios que relatam, de maneira direta e humana, experiências de mulheres em relação à pílula. Acho que o assunto interessa a tôdas: é real, é controvertido, é cotidiano.¹⁷⁷

Utilizada como epígrafe da matéria “A Mulher Depois da Pílula”, a passagem do poema de Manuel Bandeira introduziu o assunto sobre a mudança cultural ocorrida com o contraceptivo oral no Brasil, a partir de 1962:

¹⁷⁷ “A mulher Depois da Pílula.” *Querida*, maio de 1968, p. 35-39.

Vou me embora p'ra Pasárgada
Lá sou amigo do Rei...

Lá tem método seguro de evitar a concepção.

Sem dúvida, o *método seguro* surgiu como qualquer outro medicamento potente ao ser lançado no mercado: despertando a desconfiança quanto aos seus resultados em médio ou longo prazo.

O artigo foi uma reunião de quatro estórias captadas ou induzidas pela autora em situações diferentes. Em uma delas, o acaso explicou a oportunidade:

Nem sei como a conversa começou: não sou mulher de despertar êste irresistível desejo de confidências em pessoas estranhas, embora as amigas estejam sempre prontas a desabafar comigo. Coisa de que me orgulho, aliás. Talvez tenha sido a atmosfera morna, penumbrosa, tranqüilizante da sala de espera do médico – e a revista especializada que eu lia quando ela chegou, e que passou para as suas mãos, logo após. Como assunto principal, esta trazia reportagem detalhada, com farta documentação, sôbre os mais recentes métodos anticoncepcionais, do DIU à pílula, das injeções às novas experiências masculinas. Sem querer, o assunto nasceu, com os comentários que ela fazia em voz baixa, suave e complacente:

- Muito interessante, tôdas essas pesquisas que os médicos estão realizando em relação à limitação de natalidade, a senhora não acha? Quem diria que uma pílula minúscula viesse resolver o problema de tanta gente!

Sua exultante gravidez fêz com que eu a olhasse de tal forma, que ela percebeu meu pensamento: de tanta gente, mas não o seu, nota-se... Foi então que me contou, com sorriso muito meigo, levemente encabulado, que estava esperando o sexto filho. Que seu marido adorava crianças. Que ela havia tentado alguns métodos anticoncepcionais, dos aprovados pela Igreja (a gente deve ser coerente com suas convicções religiosas), mas êstes acabavam falhando. Ou não sendo seguidos à risca.

- De qualquer forma, vou confessar: tenho mêdo da pílula e não a adotaria, mesmo se fôsse aprovada pelo Papa. Primeiro, sou muito apavorada em relação a remédios novos, principalmente quando penso que vão mexer com hormônios, ciclo menstrual etc. Depois, existe também outro lado do problema: já estou casada há quatorze anos, cheguei a um equilíbrio de vida sexual que não desejo abalar. Estamos acostumados aos meus “dias proibidos”, às “tabelinhas” – isso tudo de maneira bem mais satisfatória, embora um tanto falha. Fico imaginando o que aconteceria se, de repente, com a pílula, tivéssemos todos os dias livres... Sei lá. Acredito que seria difícil reformular nossa vida conjugal, criar nôvo ritmo. Afinal, quatorze anos de “tabelinhas” fazem um hábito difícil de romper. Talvez eu esteja errada, mas é assim que me sinto.

Quando a enfermeira a chamou, desejei-lhe que Nossa Senhora do Parto lhe desse uma boa hora. Muitas boas horas, pelo jeito...¹⁷⁸

Uma interpretação possível, a partir das reflexões da autora, sinalizou as pretensões didáticas do artigo. A situação do encontro, o assunto revelado e o ceticismo da personagem quanto à segurança dos métodos não aprovados pela Igreja limitariam a ação de qualquer agente bem intencionado. Ser coerente com as convicções religiosas significaria dar de ombros ao apelo dos pesquisadores e cientistas favoráveis ao método. Também poderia resultar no aprisionamento da mulher à família e a casa, o que traria dificuldades ou seria impeditivo para desenvolver-se profissional e intelectualmente. Nota-se, também, um dado que confirmaria o que afirmou Joana Pedro sobre o início da divulgação de pesquisas no Brasil a respeito dos contraceptivos orais. Ou seja, desde 1962 e, com mais ênfase a partir de 1966, os esclarecimentos foram comunicados, resultantes de estudos mais consistentes e artigos científicos que, por sua vez, eram consultados pelos médicos. Em vista disso, a revista, a seu modo, atuou para a informação das suas leitoras sobre as novidades.

No depoimento seguinte,

A garôta é fogo. Fogo mesmo, sem gíria: cabelos vermelhos, curtíssimos, rosto sardento, de boca luminosa e olhos faiscantes. Sua agressividade parece ser lugar-comum entre alguns elementos da novíssima geração. Estuda Direito, tem um “volks”, afirma-se “da esquerda”, mas eu a sinto vagamente esnobe. Conhece tudo sobre cinema novo – e quase nada sobre tolerância e calor humano. Deve ter 17, 18 anos. Caminha sempre de queixo erguido, balançando ostensivamente sua bolsa à tiracolo, como se o mundo fôsse realmente uma conquista dos menores de 20 anos. Daí, a solene condescendência com que se digna a responder a esta maior de 40...

- Pílulas? É claro que conheço e tomo religiosamente. E eu sou trouxa? Pela manhã, porque acordo sempre à mesma hora, para o trabalho (é verdade, esqueci-me de dizer que trabalho em uma agência de publicidade), o que me obriga a lembrar-me dela. Quase todas as minhas amigas, que não são “quadradas”, também estão tomando. Algumas pararam logo no comêço: dizem que engorda, que dá enjôo e nervoso, que ficam com medo de esquecer e “entrar pelo cano”. Mas comigo não acontece nada, estou ótima.¹⁷⁹

¹⁷⁸ Idem.

¹⁷⁹ Idem. O comentário sobre a jovem personagem ser de esquerda coaduna-se ao perfil analisado na matéria “Juventude Sem Mistérios”, da revista *Querida*, de novembro de 1967, tratada no Capítulo I.

Bomfim observou que, mesmo sem perguntar à garota sobre liberdade sexual, teve certeza de que *isso* não era problema. Ao longo do texto, a entrevistada demonstrou à autora ser “tão auto-suficiente” que nela provocava arrepios, ou mesmo colocou-se como ingênua perto do conhecimento e experiência de vida que a moça teria com tão pouca idade. E por haver se posicionado desta forma, de acordo com a impressão da autora do artigo sobre a moça, ou sobre a representação que a autora construiu da entrevistada, deixou nas entrelinhas que não se tratava de uma pessoa sem propósitos, “cabeça-de-vento”. Ela trabalhava, estudava, era independente, auto-suficiente, consumidora e, no limite, uma promessa para a área jurídica.

Outras declarações seguidas de diferentes impressões se sucederam. Numa delas, uma mulher, também conhecida da entrevistadora, que havia ficado viúva e contraído outro matrimônio, declarou que, do primeiro relacionamento, teve quatro filhos. Ela e o marido, na ocasião da entrevista, não desejavam filhos, mas apenas cuidar dos que ela já possuía.

Outro relato centrou-se em um jovem casal, igualmente amigos de Bomfim, ambos estudantes de Arquitetura e recém-casados. A segurança quanto aos projetos para o futuro, que compreendiam o desenvolvimento profissional e condições materiais para assegurar o bem estar da futura família foram destacados. Pensavam ter filhos, mas na hora certa.

O último depoimento teria sido fruto de um relato memorialístico de Bomfim.

Lembro-me quando fui visitar minha amiga na Casa de Saúde pela última vez. Estava muito animada: sua coragem sempre foi algo que admirei, mesmo nos momentos menos elogiáveis de sua vida. E eu a conheci bem, muito bem. (...) ¹⁸⁰

A explicação do relato foi a seguinte: a mulher, com vinte e nove anos, estava com câncer terminal. Havia quatro anos que possuía um amante, homem casado e pai de filhos adolescentes. Tinha realizado três abortos no primeiro ano de relacionamento e, pouco antes da internação hospitalar derradeira, conheceu as pílulas.

¹⁸⁰ Idem.

- Está vendo só que azar? Se eu tivesse conhecido a pílula antes, não estava nesta chatice tôda agora. Mas nunca mais vou deixar a “pequenina” de lado, você vai ver.

Ela morreu pouco antes de fazer trinta anos. Na Casa de Saúde mesmo.¹⁸¹

Deduz-se que a matéria procurou incentivar a reflexão das leitoras e delas chamou a atenção para os modelos citados. Cada leitora poderia (deveria?) identificar-se com alguma das personagens e daí tirar suas próprias conclusões sobre como poderia ser a sua vida, caso adotasse ou não a pílula. É provável que a menção da doença, um câncer em fase adiantada, também tenha pesado na narrativa, visto que, segundo alguns estudos em desenvolvimento na época, um dos componentes da pílula poderia até mesmo evitar o câncer de colo de útero, por exemplo.

Dez anos depois do artigo de Bomfim¹⁸², a discussão em *Claudia* apresentou-se de maneira muito diferente e munida de dados que comprovariam a eficiência ou não de cada método contraceptivo a ser escolhido¹⁸³.

Ana Rita Fonteles Duarte, ao tratar da discussão sobre os anticoncepcionais em *Claudia*, e, particularmente, ao citar a mesma matéria descrita a seguir, afirmou o seguinte:

Apesar de abordar a questão da pílula anticoncepcional ainda na primeira metade da década de 60, o enfoque dado não era revolucionário, como a leitura do livro *A Revista no Brasil* (2000), lançado pelo Grupo Abril, pode transparecer. Segundo a publicação, logo após o lançamento, *Claudia* “começava a falar de pílulas anticoncepcionais e a ensaiar a luta pela liberação sexual”
É verdade que *Claudia* trazia matérias sobre a pílula, mas os textos, sobre o assunto, eram extremamente voltados para a preocupação com o controle da natalidade e planejamento familiar, assim como os efeitos dos hormônios sobre o corpo feminino. Esse tom foi mantido em matérias escritas, tanto no início dos anos 60 como na metade e final da década de 70.¹⁸⁴

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Os exemplos destacados, um de cada revista, tiveram o espaço de dez anos entre as respectivas publicações. Foram escolhidos dentro deste intervalo por demonstrarem maior consistência nas abordagens que discutiram e de modo a tecer uma relação comparativa entre o fim da década de sessenta e o fim da década seguinte.

¹⁸³ *Claudia*, abril de 1978, pp. 103-105, 106, 108, 110, 112-115.

¹⁸⁴ DUARTE, A. R. F. *Carmen da Silva: O Feminismo na Imprensa Brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005, pp. 26-27. Grifos no original.

Contudo, não foi essa a impressão que a leitura da matéria “Escolha Melhor o seu Anticoncepcional” (abril de 1978) provocou, apesar (e por isso mesmo) de tratar-se de uma revista dedicada a um público definido, qual seja, as mulheres casadas e/ou donas-de-casa. Era para elas que *Claudia* se dirigia. Está correta a observação de que as preocupações com a sexualidade fossem ligadas ao sexo dentro de uma relação estável; dessa forma, seu discurso buscava ser coerente ao que propunha.

Em dez páginas, a matéria anunciava tratar-se de “informações completas sobre todos os métodos anticoncepcionais” (Figura 23) que existiam à época, para que a leitora pudesse optar com segurança, tanto por conveniência, quanto pela adaptação do organismo.

A matéria iniciava, comunicando que a preocupação em limitar o número de filhos teria registro até mesmo em um papiro egípcio, datado de 1850a.C. Séculos depois, os métodos foram variando de supersticiosos aos de fato eficientes, como pessários de quinino e esponjas vaginais, como visto pelos estudos de McLaren.¹⁸⁵

Os nomes de quem realizou a pesquisa (Graciela Karman) e respondeu às perguntas (Rogério Barros Sawaya, ginecologista), apareceram em letras minúsculas¹⁸⁶ na “capa” da matéria. A linguagem direta e os desenhos simplificados que a ilustraram - aparelhos genitais masculino e feminino, diferentes DIUs, diafragma, vasectomia (Figura 24) e ligadura de trompas (Figura 25), compuseram o texto formado por perguntas e respostas.

¹⁸⁵ MCLAREN, A. *op. cit.*, pp. 207-208.

¹⁸⁶ Estão indicadas com setas ao lado e abaixo da Figura 24.

PLANEJAMENTO FAMILIAR

Atualmente a maioria dos casais quer limitar o número de filhos. Por isso, reunimos aqui, informações completas sobre todos os métodos anticoncepcionais que existem, para que você possa optar com segurança pelo que mais lhe convenha e melhor se adapte a seu organismo.

Escolha melhor o seu Anticoncepcional

1 A pílula: as vantagens e os problemas	4 A tabela: só para quem tem ciclo regular
2 O DIU oferece muitas garantias	5 Ligar as trompas: uma solução definitiva
3 O diafragma não tem contra-indicação	6 Como os homens ajudam a evitar a concepção
7 Os novos métodos: simples e sem riscos	

Figura 23: "Escolha Melhor Seu Anticoncepcional". *Claudia*, abril de 1978, p. 103.

Desta forma, a revista procurou uma interação com as leitoras ao colocar as questões, que muitas delas possuíam, de maneira reunida. Até mesmo o papel dos homens em evitar a gravidez das companheiras foi questionado.

A pílula foi, naquela oportunidade, tratada como ambígua. Ao mesmo tempo em que proporcionaria vantagens, como a diminuição das ondas de calor (fogachos), um desconforto comum ocorrido na menopausa, também despertou a

ira de alguns pesquisadores e personagens contrários ao seu uso, sobretudo o seu uso prolongado.



Figuras 24 e 25: Vasectomia e Ligadura de Trompas. *Claudia*, abril, 1978, respectivamente, pp. 114 e 113.

O consultor-ginecologista foi perguntado por que o medicamento, dentre todos os anticoncepcionais, estava sendo o mais discutido:

Porque representou um fato muito marcante; porque foi símbolo e conseqüência de transformações importantes no plano das relações humanas e na própria sociedade.

Alguém já disse que a mudança fundamental deste século não foi a entrada na era espacial: muito mais significativas foram as modificações trazidas pela era da pílula.

Pode ser uma afirmação exagerada, mas não deixa de ter um grande fundo de verdade. A partir da década de 60, quando começou a ser consumida praticamente em todo o mundo, a pílula representou uma verdadeira revolução sexual: aceitar a pílula foi também aceitar a vida sexual como uma experiência enriquecedora, parte do amor, mas não necessariamente ligada à reprodução. A partir da pílula, ficou bem claro que cada casal podia resolver se os filhos nasceriam de uma decisão tomada a dois ou se seriam fruto do acaso.

Embora existissem anticoncepcionais anteriores à pílula, nenhum foi tão bem aceito e divulgado – inclusive pela própria classe médica. E um grande número de países oficializou o controle da natalidade através da pílula. Essa receptividade se justifica em parte porque

nenhum anticoncepcional anterior oferecia tantas vantagens em termos de eficácia, preço, facilidade de obtenção e de uso. Mas também devido a uma atitude mais aberta com relação ao amor, ao sexo, ao planejamento da família.

Entretanto, nem todos receberam a pílula de braços abertos. Muitos a combateram desde o primeiro momento, baseados em considerações morais, religiosas, psicológicas. Ou chamando a atenção para os possíveis riscos que representa para a saúde.

Essa discussão continua, agora, baseada em dados mais concretos. Se ao ser lançada comercialmente a pílula havia sido testada em centenas de mulheres, hoje já se pode pesar com mais fundamento suas vantagens e desvantagens. A experiência de milhões de mulheres está aí para comprová-las.¹⁸⁷

Nota-se a clareza e a propriedade com que o médico consultado/entrevistado respondeu à questão, de modo diferente do que Duarte afirmou, em seguida, às suas observações sobre a mesma matéria citada em seu trabalho *Carmen da Silva: o Feminismo na Imprensa Brasileira*. De acordo com a autora,

Não se discutiam as possibilidades de liberdade e autonomia sexual representada pelo novo produto na vida das mulheres. A pílula, para *Claudia*, era artigo voltado para casais que desejassem um maior controle sobre o número de filhos. A Revista combatia inclusive o que seria o desvirtuamento da finalidade da pílula, isto é, seu uso por mulheres solteiras, uma “verdadeira ameaça aos bons costumes”.¹⁸⁸

(...) Existiam dificuldades também para a liberação de desenhos e as fotos eram praticamente proibidas. Só na década de 70, as revistas masculinas, como *Playboy*, começaram a romper com essas barreiras. **Com relação à imprensa para mulheres, a iniciativa coube à Nova (1973) e Carícia (1975), ambas do Grupo Abril.**

O interesse das leitoras sobre sexo, no entanto, se dava de maneira crescente, mesmo com a Revista tratando do assunto de maneira limitada.¹⁸⁹

A passagem grifada demonstra o provável desconhecimento de Duarte a respeito da outra publicação aqui analisada: a revista *Querida*. E mesmo a matéria (“Escolha Melhor seu Anticoncepcional”) de abril de 1978 apresentou detalhes e descrições dos aparelhos sexuais masculino e feminino, sem os nomeados pudores ou limitações afirmados pela autora. É provável que tenha se deixado confundir com a questão da historicidade, uma vez que citou, para efeito de comparação, duas

¹⁸⁷ *Claudia*, abril de 1978, p. 104.

¹⁸⁸ DUARTE, A. R. F., Op., cit., p. 27. Grifo no original.

¹⁸⁹ Idem, p. 28.

passagens da revista distanciadas 14 anos uma da outra e de forma isolada, sem maiores análises, de acordo com a reprodução a seguir:

“Por sua formação, muitas vezes baseada em preconceitos, há senhoras que se sujeitam a gravidezes sucessivas. Hoje, porém, diversas famílias, mesmo as de constituição mais sólida e rígidos princípios, acreditam que conforme a saúde e o equilíbrio sócio-econômico do casal – a planificação da natalidade seja realmente necessária” (“Planejamento da natalidade”, *Claudia*, janeiro de 1964.)
 “A partir da pílula ficou bem claro que cada casal podia resolver se os filhos nasceriam de uma decisão tomada a dois ou se seriam fruto do acaso” (“Escolha melhor o seu anticoncepcional”, *Claudia*, abril de 1978).¹⁹⁰

Caberia, aqui, outra observação que, se não contradiz, ao menos ilumina mais a questão controversa sobre o fato de a revista *Claudia* abster-se *completamente* de tratar ou citar questões ligadas à sexualidade da mulher solteira, como afirmou Duarte. Prova disso seguiu na mesma edição da matéria de abril de 1978, na seção de cartas das/os leitoras/es, “*Claudia Responde*”:

Aqui, para os jovens

“Estou com 16 anos e já tive vários namorados, mas nenhum levou a coisa a sério. Eu gostaria demais de me casar e, segundo uma cartomante que visitei, isso vai acontecer daqui a dois anos. Devo acreditar nela?”
Cristina, Assis, SP.

No que a revista respondeu sem identificar o nome de quem o fez:

Todos temos nossos momentos de insegurança e qualquer coisa que venha nos dar uma mãozinha nessas horas é sempre bem recebida. Esta cartomante apareceu justamente quando você enfrentava uma crise de indecisão, na área em que se sente mais incerta, o setor afetivo. Isso acontece com todo mundo e quanto mais insegura você estiver mais dará crédito aos palpites dos outros. Mas tome cuidado porque em geral os conselhos das videntes não resolvem problema de ninguém. Se funcionassem ninguém faria nada sem consultar uma pessoa dessas e as cartomantes estariam milionárias, o que realmente não acontece. Portanto, Cristina, tenha mais confiança em si mesma e procure resolver os seus problemas por conta própria. Se você não se casar até os 18 anos, talvez se case mais tarde ou nem se case. O futuro ninguém pode prever. E a felicidade nem sempre depende de se casar ou não. Procure ser feliz agora e nas suas condições de vida. Não deixe pra depois do casamento.¹⁹¹

¹⁹⁰ Idem, *ibid.* Grifos no original.

¹⁹¹ “*Claudia Responde: Aqui, para os jovens*”, *Claudia*, abril de 1978, p. 06. É incerto assegurar-se que tenha sido Carmen da Silva a responder à questão porque o nome da colunista aparece nesta

Nota-se que o recado foi direto: por que se alienar de ser feliz depois de um casamento e mesmo deixar de se contar com a possibilidade disso nunca acontecer? Por que a jovem – 16 anos - deveria dar ouvidos à cartomante que funcionaria da mesma forma que uma amiga, ou a familiares, ou à própria sociedade que construiu a ideia de casamento como a instituição em que a sexualidade poderia ser exercida sem maiores conflitos? Observa-se, ainda, a especificidade da revista em delimitar um lugar para responder às dúvidas do segmento jovem, sem especificar o gênero e, também, ao se procurar limitar ao seu público-alvo, a própria sustentação da revista – tanto de público como de verbas publicitárias - estaria necessariamente bem encadeada.

De volta à matéria sobre a escolha dos anticoncepcionais, em *Claudia* (abril de 1978), em relação às desvantagens o médico consultado, citou exemplos que eram motivo de controvérsias entre pesquisadores e especialistas no assunto:

após sete anos de pesquisas, uma equipe da Universidade de Oxford, liderada pelo dr. Martin Vessey, concluiu que os benefícios dos anticoncepcionais (entre eles a pílula) são maiores que os riscos. Entre esses benefícios, citam a pequena incidência de gestações não planejadas e de abortos. Em contrapartida, Barbara Seaman, escritora americana, autora de *Livre e Feminina* e de *Mulheres e a Crise de Hormônios Sexuais*, tanto alertou as mulheres contra as complicações da pílula que, por sua influência, muitas a trocaram por outros anticoncepcionais. Enquanto médicos, como o dr. Kifstner, do Hospital de Boston para Mulheres, revelaram que a confiança na pílula vem caindo (de 85% para até 40% de 10 anos para cá, segundo o dr. Kifstner), Jane Johnson, co-diretora do Departamento de Controle da Natalidade da Cidade de Nova Iorque, comentou: “Mesmo que a pílula tivesse 10 vezes mais riscos, causaria menos problemas que a própria gravidez”.

O certo é que, no Brasil, um número crescente de mulheres da classe média e média-alta, moradoras nas grandes cidades, recusam o uso da pílula, especialmente por períodos muito prolongados.¹⁹²

O ginecologista respondeu às 17 questões sobre a pílula com muita clareza e buscou a maior aproximação das condições do que seria o ideal de uma consulta a uma paciente em um consultório médico.

As matérias de *Claudia* e *Querida*¹⁹³ deixaram claro que as décadas de sessenta e setenta foram cruciais para o desenvolvimento da informação sobre a

mesma seção como “Aqui, Carmen responde”. E, para este caso, como dito, não houve identificação de quem efetivamente respondeu à leitora identificada como Cristina, da cidade de Assis/SP.

¹⁹² *Claudia*, abril de 1978, p. 105. Grifos no original.

¹⁹³ “A mulher depois da Pílula”. *Querida*, maio de 1968, p. 35-39, analisada em páginas anteriores.

sexualidade feminina e sobre a necessidade do planejamento familiar àquelas que desejassem outros horizontes que não “a profissão feminina por excelência”, no passado, como uma condenação.

Educação Sexual: Necessidade ou Ofensa à Instituição Familiar?

As revistas se empenharam em “educar” o público leitor, cada uma a seu modo, quanto às discussões sobre questões ligadas ao planejamento familiar, ao exercício da sexualidade sem culpa, à utilização de métodos contraceptivos mais seguros e adaptáveis para cada situação. Todavia, as dificuldades de se trabalhar semelhantes questões se davam justamente entre os setores mais diretamente responsáveis pela educação das massas, pelo seu controle e organização.

Entre as críticas, alguns fizeram ataques extremados em discursos inflamados, como o do Desembargador Cristóvão Breiner, veiculado na revista *Querida*, em abril de 1968:

- Condeno decididamente o trato da sexualidade nas escolas primárias. Sou dos que não aceitam as preocupações com sexualidade. O assunto é profundamente triste e digno de silêncio.

Embora o Estado, representado pela deputada federal Júlia Steinbruch do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) do Rio de Janeiro, tivesse um projeto com essa intenção, provocou grande mal-estar no período seguido de atos institucionais.¹⁹⁴ O projeto apresentado à Câmara dos Deputados em Brasília revelou uma necessidade extremada de cuidados com os segmentos contrários a tudo o que fosse “detonador de ofensa” à moral e aos bons costumes. Tema tido socialmente como um tabu, discutir sobre sexualidade com crianças em fase de formação escolar foi considerado, naquele contexto, uma provocação. A preocupação de Steinbruch, com a redação do texto sobre a educação sexual para as escolas do ensino primário e secundário,¹⁹⁵ bem como a justificativa para a aprovação do projeto, foram importantes indicativos.

¹⁹⁴ O AI – 1 é de abril de 1964 e autorizava a suspensão de direitos políticos por 10 anos e a cassação de mandatos. Com um total de 17, os primeiros quatro Atos Institucionais ocorreram entre 1964 e 1965. O último, AI – 17 é de 14 de outubro de 1969. Sobre os Atos Institucionais, VIEIRA, E. *A República Brasileira: 1964-1984*. São Paulo: Moderna, 1995.

¹⁹⁵ Equivalente hoje aos ensinamentos Fundamental e Médio.

A revista *Querida* abriu um espaço considerável na edição de abril de 1968 em uma matéria intitulada, “Educação Sexual: um Tema em Debate”.

De acordo com a autora da reportagem,

Imediatamente, surgiram os prós e os contras, registrando-se, aqui, uma reação espetacular e sem precedente. O tema foi levado às ruas e dividiu a opinião pública. Eram, assim, ruidosamente abalados os alicerces de um tabu milenar.¹⁹⁶

Chamando a atenção das leitoras para o assunto já na capa (Figura 26) e fazendo questão de se dizer “na vanguarda dos grandes problemas de repercussão social” a revista convocou-as a fazer parte do debate entre as opiniões dissonantes e, “com isso, reunir o máximo de informações para defini-lo com acerto”.¹⁹⁷



Figura 26: Capa de *Querida*, abril de 1968, com a reportagem “Educação Sexual: Um Tema em Debate”.

Para justificar a “ousadia”, a deputada Steinbruch procurou demonstrar que estava ciente das experiências no assunto em países nórdicos, além da Alemanha.

¹⁹⁶ Educação Sexual: Um Tema Em Debate. *Querida*, abril de 1968, pp. 35-40.

¹⁹⁷ Idem.

Por ter se tratado de uma questão claramente controversa, gerou debates naqueles lugares e, conforme informou a reportagem, “tem sensibilizado, sobretudo a juventude de quase todos os países e logo também chegou ao Brasil.”¹⁹⁸

Ao longo da reportagem, algumas opiniões a respeito do debate foram elucidadas, como a que Hélio Pelegrino¹⁹⁹ deixou como defesa do projeto: “Se tudo é belo na criação do homem, a sexualidade dos criadores também o é, não sendo chocante nem ilógico falar de amor sexual com crianças de 2 a 11 anos”²⁰⁰. De forma complementar à colocação de Pelegrino, *Querida* concluiu: “Freud ensinou que o ser humano, desde o seu nascimento, está impelido pela força grandiosa do sexo que não espera maturidade para manifestar-se.”²⁰¹

Ancorada nessas estratégias, *Querida* procurou deixar claro que fazia parte do seu aparato discursivo tratar desses temas e reforçar a sua posição de vanguardista no trato da sexualidade para o seu público, mesmo que os temas discutidos tivessem como suporte a valorização de certas premissas em relação ao “destino de todas as mulheres”. A revista citou a justificativa da deputada por tal *ousadia*:

“É um imperativo da sociedade moderna desmistificar o problema sexual, retirando-o do círculo de ferro com que a moral, erroneamente, o tem limitado através de padrões estereotipados e obsoletos, que as sucessivas gerações nos têm transmitido”.²⁰²

O teor do discurso para compor a defesa do projeto oscilou entre a necessidade vista como urgente de educação das massas e os preconceitos exacerbados sobre os problemas que uma sociedade, sem a devida educação sobre o tema, poderia acarretar:

“Transformar uma lei física irrecorrível” – diz ela -, “a lei básica da reprodução e do amor, num tabu, tem sido clamoroso erro pelo qual temos pago um preço bem caro. Educando negativamente, praticando um falso puritanismo totalmente deslocado diante de um problema natural e fisiológico, ou simplesmente nos omitindo, estamos contribuindo enormemente para que o jovem saia da adolescência desarmado e sem rumo. Dessa forma, somos, sem o

¹⁹⁸ Idem, p. 36.

¹⁹⁹ Cujá importância intelectual e prática para a Psicanálise no Brasil do período já foi mencionada na Introdução deste trabalho.

²⁰⁰ *Educação Sexual: Um Tema Em Debate. Querida*, abril de 1968, p. 36.

²⁰¹ Idem.

²⁰² Idem.

saber a causa do aparecimento dos transviados, transformados nos povos de Amsterdã, nos beatniks de Nova York, nos rockers de Londres, nos houligans de Varsóvia, enfim, nos desajustados de todo o mundo. (...) Desfazendo o tabu do sexo” – prossegue a deputada fluminense – “e apresentando-o como uma das mais altas funções do organismo humano, estamos preparando meninas para o elevado objetivo da maternidade e meninos para a importante missão da paternidade. (...) Dar explicações sobre o sexo” – afirma – “tirando-lhe o caráter proibitivo ou vergonhoso, dando-lhe como característica principal a de ser uma função natural e atribuindo-lhe a verdadeira e nobre finalidade, é criar, em todas as crianças, quer do sexo masculino ou feminino, a noção exata do problema, associando-o sempre aos sentimentos de amor, de carinho e de respeito.(...)”²⁰³

Pela maneira como a deputada explicitou a necessidade de aprovação do seu projeto, nota-se uma flagrante confusão de (pré)conceitos: era necessário driblar o preconceito arraigado entre seus colegas de ofício. No entanto, ao colocar o exercício da sexualidade como “um problema”, cuja ignorância dos praticantes poderia redundar em desvios morais, representados pelos grupos citados, nota-se que a parlamentar buscou no medo e na desqualificação daqueles – também de forma agressiva e preconceituosa - o seu recurso persuasivo.

Steinbruch, que era judia, doutora em direito criminal, casada com o deputado e mais tarde senador Aarão Steinbruch, responsável pela instituição do 13º salário no Brasil²⁰⁴, a partir dessas colocações, defendeu seu projeto, citado a seguir, o quanto pôde, apesar dos ares notadamente tensos em relação à política institucional:

“O Congresso Nacional decreta:
 Art. 1.º - É tornada obrigatória a educação sexual em todas as escolas de nível primário e secundário do território nacional.
 1.º - Dentro de 90 (noventa) dias o Ministério da Educação e Cultura, através do Departamento Nacional de Educação, expedirá instruções regulamentando a nova matéria a ser ministrada e que não terá peso na contagem global dos pontos nem será objeto de provas, mas terá caráter compulsório.
 2.º - Os professores primários e secundários incumbidos da educação sexual elaborarão, anualmente, relatórios a serem enviados ao MEC, nos quais constarão os métodos aplicados, bem como, os resultados obtidos na análise objetiva das reações infantis e dos adolescentes.
 3.º - Para a elaboração, pelo MEC, da Regulamentação de que trata o parágrafo 1.º, será instituído um Grupo de Trabalho integrado

²⁰³ *Querida*, abril de 1968, pp. 36 e 38.

²⁰⁴ SCHUMAHER, S. e BRAZIL, É. V. *Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500 Até a Atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 306.

especialmente por psicólogos de alto nível e de reconhecida experiência em todo o País.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.”

(Íntegra do projeto de lei, de autoria da Deputada Júlia Steinbruch (MDB-RJ), em debate na Câmara Federal).²⁰⁵

Cabe salientar que o peso da responsabilidade com a aplicação da matéria cairia nas/os professoras/es e, no que tangia à Regulamentação, aos psicólogos. Quanto à responsabilidade destes últimos, é possível constatar-se que os desvios de conduta e comportamento citados nada mais eram do que uma má formação familiar e/ou fragilidade ou desequilíbrio mental. Por isso, seriam esses profissionais os mais indicados para cercarem a questão quanto aos métodos e ao programa, independente dos educadores. Outrossim, os médicos e demais profissionais da área médica e da saúde que, de alguma forma, tratassem da questão da sexualidade, ficaram de fora nesta proposta.

Sobre a questão da educação naquele contexto, Marcus Vinicius da Cunha em “A Escola Contra a Família,”²⁰⁶ apresentou indícios que podem ser tomados como inspiradores da proposta e a respectiva negativa do projeto pelo Estado, uma vez que não foi aplicado em nível nacional, nem mesmo revisto.

Ao abordar o tema das relações entre escola e família, devemos notar, logo de início, que lidamos com duas instituições de caráter educacional imbuídas da missão de conduzir pessoas, levando-as do lugar e do estado em que se encontram no presente para um espaço futuro, supostamente melhor, mais desejável, superior. Família e escola são instituições sociais que gravitam em torno de um mesmo centro, o educando, seja ele criança ou jovem ou, em alguns casos, adulto – o ser educável, o indivíduo que se desenvolve da infância à maturidade, o ser social envolvido nas tramas culturais e políticas de seu meio.²⁰⁷

Várias foram as transformações por que passaram as escolas e o próprio ato de ensinar.²⁰⁸

²⁰⁵ Assinou a reportagem Cristóvão Gabínio. *Querida*, segunda quinzena, Abril de 1968, pp. 35-40.

²⁰⁶ CUNHA, M. V. A Escola Contra a Família. In, LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F. e VEIGA, C. 500 *Anos de Educação No Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, pp. 447-468.

²⁰⁷ Idem, p. 447.

²⁰⁸ No século XVII, conforme Cunha, a escola foi pensada como uma agência de apoio à família e que teve em Comênio (COMÊNIO, J. A. *Didactica Magna*: Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996) um sistematizador do processo da arte de ensinar “tudo a todos.”

No cenário educacional da década desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, os “quistos culturais” deveriam ser extirpados para que o país adentrasse o rol das nações mais desenvolvidas. Pesquisas oficiais que deveriam detectar as mazelas familiares por meio de tarefas que os alunos empreenderiam em casa, para se conhecer os hábitos da família, inclusive se havia alcoólatras, foram exemplares da intervenção do Estado, por meio da escola, na vida privada.

Em benefício do desenvolvimento do Brasil, cabia à escola efetivar a aculturação de todos os que iam sendo deixados à margem da nova realidade e produzir mudanças culturais que atingissem toda a população. Nesse empenho, ocuparam posição de destaque as famílias pobres, as famílias do campo, os desocupados e os favelados urbanos, enfim, todos aqueles que fossem identificados como desintegrados, excluídos da vaga modernizante, representantes do país velho e subdesenvolvido que deveria ser ultrapassado. (...) Desse modo, quanto pior fosse o meio, piores seriam as pessoas que ali viviam. Nessa perspectiva, pobreza material ocasionava, automaticamente, pobreza espiritual, má formação do caráter e até mesmo desvio psíquico. (...) Mais do que nunca, cabia à escola lutar contra a família, pois sendo esta a “antítese do meio escolar”, reduzia a pó os bons ensinamentos dos professores. Não havia como fugir dos maus exemplos domésticos, posto que eles “insinuam-se na carne, no sangue das crianças, ditando-lhes formas amorais de reação, comportamentos anti-sociais”, males que a pobreza só fazia agravar. (...) Por intermédio de técnicas provenientes da Sociologia e da Antropologia, os cientistas puderam avaliar sistematicamente a variedade de ambientes culturais existentes no país e constatar que a mentalidade vigente inclinava-se na direção de impor prejuízos às famílias e aos educandos que não se mostrassem adequados ao padrão exigido. (...) se a escola tinha a missão de normalizar as famílias excluídas deveria, ela própria, ser normalizada. Ao lidar com imigrantes, migrantes, famílias do campo e das favelas, seria preciso, em primeiro lugar, compreender o contexto sociocultural em que o educador encontrava-se colocado.²⁰⁹

Portanto, conforme o autor, embora se tratasse de um discurso contrário a família, não era menos contrário à própria escola e mesmo à mentalidade das classes médias de professores e professoras, “contra a discriminação sofrida pelas populações que se encontravam à margem do processo modernizador”²¹⁰.

Este cenário, contudo, cedeu lugar a um acentuado obscurantismo ocorrido nas décadas de 1960 e 1970, em função de o processo haver sido rompido com o Golpe de 1964. Ainda segundo Marcus Vinícius da Cunha,

²⁰⁹ CUNHA, M. V. A Escola Contra a Família. Op. cit., pp. 460-461.

²¹⁰ Idem, *ibid.*, p. 463.

A escola e a ordem social estavam sob crítica, então. Tratava-se de um procedimento bastante diferente do que veio a ocorrer nos anos 60 e 70, quando as teorias de “deficiência cultural” e “educação compensatória” retomaram, de certo modo, o discurso desqualificador aqui analisado. Essas novas teorias encadearam os seguintes argumentos: as crianças de famílias pobres, sem acesso aos bens culturais de classe média, não desenvolvem adequadamente suas capacidades cognitivas, o que impossibilita seu bom desempenho escolar; para evitar os prejuízos daí decorrentes, não só individuais como também institucionais – dispêndio inútil de recursos financeiros -, a educação pré-escolar deveria compensar os supostos déficits dos educandos. O que os defensores das teorias do déficit cultural evitavam discutir na época era o papel da escola como dispositivo produtor das tais deficiências, gerador da desigualdade e da diferença verificada entre crianças pobres e crianças de classe média. Era como se as lições dos pesquisadores dos anos 50 tivessem ficado esquecidas; como se a escola, incapaz de pensar criticamente a sociedade e impotente para normalizar as famílias, centrasse esforços exclusivamente na normalização dos educandos, no espaço delimitado pelos muros da instituição de ensino.²¹¹

O trecho citado demonstra que a questão econômica, por exemplo, sobrepujaria a cultural e, de forma determinista, a família pobre seria incapaz de educar ou de orientar a sua prole; caberia ao Estado fazê-lo, demarcando os limites e viabilizando, de forma institucionalizada, o acesso aos bens culturais produzidos por toda a sociedade. No caso das revistas, percebeu-se a junção desses elementos. De um lado, a necessidade de validar-se o discurso inovador dos anos cinquenta, sobretudo com a maior utilização de pesquisas e métodos fundamentados na Psicologia e na sua aplicação como caminho para se compreender a influência do meio cultural e nele poder intervir – cujos exemplos mais evidentes se expressavam nas seções de cartas. De outro, a intervenção dos veículos de forma individualista, encorajando as mulheres a assumirem as representações construídas para o novo cenário que se formava, ainda que o público que lia as revistas fosse amplo e não necessariamente restrito ao público-alvo dos editores – cujo exemplo mais evidente centrava-se nas sessões de aconselhamento psicológico ou nos consultórios sentimentais²¹².

No entanto, o projeto de educação sexual para as crianças da deputada Júlia Steinbruch, embora estivesse amparado nessa nova maneira de educar,

²¹¹ CUNHA, M. V. A Escola Contra a Família. Op. cit., 463-464.

²¹² Essas maneiras de intervenção das revistas, na formação de uma mentalidade adequada ao novo tempo que se engendrou, na vida das mulheres estão analisadas no Capítulo III.

mobilizando os alunos em detrimento das famílias, não teve andamento em virtude do já citado clima tenso na política brasileira, recrudescido pela instituição do AI – 5.

A propósito do fato ocorrido em dezembro de 1968 e que impediu o seguimento do projeto de Steinbruch, poucos meses após ter sido apresentado:

O Ato Institucional nº5, foi baixado no dia 13 de dezembro de 1968, um dia depois da votação no Congresso. Em muitos pontos o texto reiterava disposições dos dois primeiros atos institucionais, mas havia uma diferença importante: não se estipulava prazo para sua vigência. Seriam permanentes os controles e a suspensão das garantias constitucionais.²¹³

Outra questão não menos importante para as décadas de 1960 e 1970 foi discutir-se a relação entre a opção de se assumir tanto os riscos, quanto o ônus de se criar filhos, ou ainda desejá-los na sociedade brasileira representada nas revistas.

As relações de poder e a cultura de que se fazia parte acabavam por determinar, em certo sentido, a noção de maternidade no nível das representações:

As mulheres ganhavam estatuto através da maternidade, mas o que era muitas vezes o mais importante para as gerações anteriores não era tanto a questão de quantas crianças nasciam como a de quem as dava à luz, quando e porquê. O casamento desempenhava o papel mais óbvio na regulação social da fertilidade. A fertilidade da mulher casada era sancionada como coroação do êxito da família na escolha do cônjuge e em assegurar herdeiros. Mas a comunidade procurava reprimir a fertilidade da mulher solteira, desafiando, como desafiava, o conceito de que a procriação devia servir, não os interesses individuais, mas os familiares.²¹⁴

Em “Conversa com uma Recém-Casada”, na série “A Grande Aventura”, parte V²¹⁵, matéria assinada por um autor que foi declarado especialista em obstetrícia, Dr. J. Williams, seguiu uma confirmação da identificação da mulher como parideira por natureza, ao lado da observação sobre o ato de ter filhos. Primeiro, porque o número de mortes maternas sempre foi alto, antes dos cuidados disseminados pelo acompanhamento pré-natal, cerca de um século antes. Depois,

²¹³ ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005, p. 160.

²¹⁴ MCLAREN, A. Op. cit., pp. 14-15.

²¹⁵ Trata-se de uma série de nome “A Grande Aventura”. O artigo citado consta na Revista *Querida*, segunda quinzena de agosto de 1964, pp. 90-91.

porque as mulheres teriam que ser conscientizadas da sua responsabilidade em buscar os serviços de um especialista para correr menos riscos na hora do parto.

Para o articulista especialista, mesmo que ter o primeiro filho fosse a “mais maravilhosa aventura do mundo”, o evento não só poderia, como deveria, ainda, ser realizado em casa, com a cumplicidade da família.

Sou ainda bastante antiquado para achar que o primeiro bebê é um acontecimento de família e que trazê-lo ao mundo em sua própria casa, junto ao seu marido, causa uma serena felicidade que você não experimentará no ambiente mais frio de um quarto de hospital.²¹⁶

Essa recomendação sinalizava para problemas frequentes de sepsia nos hospitais, pelo contato com outros pacientes com diferentes problemas de saúde, no que corriam riscos a mãe e o recém-nascido. O autor chamava a atenção das mulheres para a importância do pré-natal e do acompanhamento médico. Ainda que nas cidades em que as condições da moradia não fossem consideradas as ideais, como apartamentos pequenos e sem quem pudesse ajudar a mulher na hora do parto, Dr. Williams lembrou às leitoras, de acordo com certo discurso científico e objetivo, que “bebês já nasceram em cavernas, em tendas e nasceriam muito bem em pequenos apartamentos.”

Outra questão, mas em relação às representações sobre o comportamento feminino após o parto, na matéria de *Querida*, foi a seguinte:

Quando tiver seu primeiro filho, deverá acautelar-se contra uma completa transferência de sua afeição do marido para o bebê. O instinto materno pode ser tão pronunciado que todos os pensamentos e ações da mãe ficam inteiramente centralizados no recém-chegado. Se em você o instinto materno for mais pronunciado que o sexual, talvez ache que o marido fez sua parte na realização do milagre e que o resto fica por sua conta. É preciso lutar contra esta tendência, que poderia arruinar seu casamento.²¹⁷

Em tal afirmação, está clara a pretensão herdeira dos tratados de comportamento oitocentistas, de manutenção da harmonia familiar, que corria o risco de ser preterida. A declaração segura de que existiria o instinto materno

²¹⁶ Idem.

²¹⁷ Idem.

reforçava o mito do amor materno²¹⁸, inclusive sobrepondo-se à própria sexualidade feminina. Por outro lado, o exercício da sexualidade da mulher casada não deveria ser desprezado como assunto a ser pesado por ela. A colocação do autor demonstrou a relação confusa travada entre o discurso médico e as mulheres “reais” ou idealizadas que, nas entrelinhas, necessitariam do casamento apenas para satisfazer seu intento de ter filhos.

A alusão da função reprodutora humana com a animal, em que muitas fêmeas abandonam os machos responsáveis pela concepção, demonstrou como o segmento médico entendia a opção das mulheres pela maternidade em detrimento da manutenção do relacionamento com um companheiro.

Assim como no século XIX, muitas relações culturais e sociais deste período tratadas pelas revistas ganharam a tonalidade de um discurso científico com base nas ciências naturais. Com a intenção de humanizar uma relação que aparentemente tenderia a ser “animalizada”, Dr. Williams continuou:

Chegará o dia em que seu filho crescerá, se casará e sairá de casa. No entanto, seu marido continuará ao seu lado. Ele é uma das poucas coisas firmes num mundo eternamente em mudança. Não o abandone, portanto. Dê-lhe a sua parte de atenção e mais ainda: o seu amor. Ele cuidará de você com mais desvêlo naquelas últimas semanas em que seu corpo se tornará tão pesado que será difícil movimentá-lo e quando o café da manhã, tomado na cama, é algo muito bem recebido.

Ficou claro, nesta passagem, o otimismo com que o consultor e articulista Dr. Williams tratou a questão do companheirismo do marido e a adoção de uma linguagem idealizada de casamento. Esse discurso poderia ser eficiente muito mais para confortar a leitora mais romântica, do que propriamente garantir que os acontecimentos ocorressem com tamanha tranquilidade e previsibilidade. A imagem que seguiu com a matéria foi, justamente, de um casal que bem corresponderia às representações de uma família burguesa: a mulher, loura, sentada na cama, com uma bandeja sobre o colo, sendo servida pelo marido (em pé) trajado de roupão escuro. Angus McLaren²¹⁹, a propósito, arriscou uma interpretação para este

²¹⁸ Elisabeth Badinter tratou do tema em seu trabalho, já clássico, sobre o amor materno como um mito: BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível no endereço: [http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf). Acesso em 05/05/2008.

²¹⁹ Autor e obra tratados anteriormente.

fenômeno. A preocupação romântica dessas mulheres, muitas das quais dirigiam-se às redações de *Claudia* e *Querida*, as influenciava-as na aceitação da ideia de que prolongar a paixão significaria prorrogar a felicidade conjugal.

Torna-se claro que fora criado um novo papel novecentista de esposa sensual e mãe conscienciosa, o qual só podia ser desempenhado se o tamanho da família fosse limitado. É evidente que com o declínio do tamanho da família, o papel de esposa tornava-se mais importante e o de mãe menos.²²⁰

Se, de um lado, a maternidade poderia conceder estatuto social à mulher casada, de outro, a ideia não deveria ser adotada à solteira, nas sociedades culturalmente herdeiras das sociedades patriarcais, e que delegavam herdeiros aos bens paternos. A castidade feminina, de abjeta ou indesejável em algumas sociedades primitivas, passou a ser considerada moeda de troca e valorizada por Igrejas, como as cristãs e mesmo a judaica.²²¹

Adotada de forma sistemática pelas culturas que acolheram esse princípio, a castidade feminina cercou-se de mitos e de regras. Poder-se-ia elevar moralmente a mulher como ser superior, como passou a ser a figura de Maria, mãe de Cristo e o reverso da moeda, jogando-a para fora dela, como pecadora ou insubmissa, conforme exerceu a figura de Madalena por muito tempo: a prostituta, a mulher “pública”, a não-mulher. Nesse sentido, a afirmação de McLaren, com a crítica à Martine Segalen²²², ganha sentido, sobretudo ao se afastar do cerco impresso pela cultura ocidental que se impôs como parâmetro central no mundo intelectual e cultural.

Exemplos evidentes dessa discussão e do ora “fardo”, ora virtude que as mulheres carregaram por milênios, foram discutidos em duas matérias separadas por seis anos: a primeira veiculada na revista *Claudia*, em fevereiro de 1963 e a outra em *Querida*, no mês de abril de 1969.

Contrário à discussão do assunto como reflexo dos novos tempos, destacou-se em *Claudia* um artigo/reportagem “O Que Pensam os Homens Sobre a Virgindade”. No contexto imediatamente após a introdução da pílula

²²⁰ MCLAREN, A. Op. cit., p. 250.

²²¹ ARAÚJO, Emanuel. A Arte da Sedução: Sexualidade Feminina na Colônia. In: PRIORE, M. D. (org.) BASSANEZI, C. *História das Mulheres No Brasil*. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997, pp. 45-77.

²²² MCLAREN, A. Op. cit., p. 08, citada anteriormente.

anticoncepcional no Brasil e à guisa de editorial, a matéria iniciou com um texto que ocupou toda uma página e tomando quase toda a outra página, seguiu-se uma foto colocada sobre um fundo preto, de um rosto de mulher com girassóis nos cabelos (Figura 27). A imagem representou claramente uma mulher livre, alegre, feliz. As flores simbolizariam a sua integridade física, leia-se, sua castidade.²²³



Figura 27: “O Que Pensam os Homens Sobre a Virgindade”. *Claudia*, fevereiro de 1963, pp. 38-39.

O texto foi entremeado de frases subliminares, inclusive com a colocação tácita do autor sobre os conflitos psicológicos dos depoentes da pesquisa sobre aceitar ou não uma mulher que “tenha um passado”. De acordo com o autor da reportagem, Alexandre Porro,

Sobre o argumento deste inquérito, entrevistamos mil pessoas nos últimos dois meses. Percorremos o Brasil de ponta a ponta. Ouvimos o parecer de escritores, sacerdotes, médicos, advogados, recolhemos informações que pareciam mais adequadas para ser encerradas no arquivo de um psicanalista, do que para serem

²²³ Entre místicos, o girassol representa a natureza que acompanha e depende da luz, o que gera prosperidade, riqueza e fertilidade. Embora não haja menção ao fato místico e a imagem selecionada, não seria exagero atribuir-se essa relação: a de adesão da mulher como elemento da natureza que segue a luz e promove a continuidade dos ciclos vitais.

guardadas nas gavetas da redação. Muitas vezes nossos entrevistados não se limitaram apenas a expressar as suas dúvidas e as suas incertezas: chegaram a ‘confessar-se’, com honestidade, sem preconceitos. De todas estas pesquisas de cada um dos mil encontros realizados nasce o inquérito que Cláudia oferece às suas leitoras. Um inquérito delicado, difícil, sobre um assunto que no nosso país muitas vezes é considerado tabu, provocando erros, equívocos e contradições. Os homens de nossa época manifestaram o seu juízo sobre a mulher de hoje: querem a mulher – como os seus pais, como os seus avós – sem um ‘passado’.²²⁴

A matéria em si buscou denotar o interesse pelo assunto a partir da própria intenção da pesquisa e pela temática abordada. Tomar pílulas ou fazer uso de outros contraceptivos para evitar-se a gravidez poderia ser adotado pelas solteiras. Mas, como ficaria a relação delas com o preconceito? Ao mesmo tempo, os resultados apontados pela pesquisa poderiam resultar em críticas a esse modelo machista, para que os métodos pudessem ganhar adeptas, sem problemas e mesmo aumentar-se o rol das mulheres emancipadas, conforme eram conhecidas as que exerciam a sexualidade mais livremente e eram independentes. Até mesmo a vinda de Carmen da Silva para a revista foi ao encontro dessa crítica ou desse desejo (?) de criticar o modelo machista demonstrado pela pesquisa²²⁵.

Carmen da Silva ainda não fazia parte do corpo de colaboradores da revista *Claudia* à época da publicação dessa matéria. Este fato pode indicar a fragilidade com que o assunto foi tratado antes da “Era Carmen”²²⁶, visto que sua participação crítica como cronista feminista e como profissional que respondia às cartas das/os leitores, buscou enfrentar essa questão como um tabu que era válido à manutenção do *status* machista.

Ao longo da matéria, expôs-se a pergunta feita a mil (1.000) homens em diferentes cidades brasileiras: “Você exige a integridade física da sua futura esposa?” Deste número, setecentos e cinco (705) se disseram a favor, cento e oitenta e um (181) não sabiam dizer e cento e quatorze (114) não se impuseram ao fato, dizendo não.

²²⁴ “O Que Pensam os Homens Sobre a Virgindade”. *Claudia*, fevereiro de 1963, p. 38.

²²⁵ Como já dito, a realização de pesquisas, com repórteres em campo para o segmento das revistas femininas foi anunciada pela Abril como uma novidade de *Claudia*.

²²⁶ O período em que Carmen foi colunista e consultora de *Claudia* foi de setembro de 1963 a abril de 1965. É importante salientar que o “Estatuto da Mulher Casada”, a ser discutido mais adiante, é de 1962 e foi em algumas oportunidades citado pela jornalista como um pequeno avanço nos direitos civis para as mulheres.

De origem latina, a palavra *integridade* refere-se ao estado ou à característica daquilo que está inteiro, que não sofreu qualquer diminuição, ou ainda, estado daquele que se encontra na plenitude que corresponderia à inteireza. A acepção imposta na pergunta já tendia a direcionar uma resposta, reflexo possível de uma sociedade que não só estranhava e/ou repudiava a novidade sintetizada em pílulas e demais acessórios contraceptivos para proporcionar o sexo livre e, principalmente, a disposição da sociedade em falar mais do assunto publicamente, porque tais possibilidades estavam se abrindo ainda mais.

Outro flagrante que tornou o apelo de imagens enfático quanto à conduta moral das moças não-castas foi a flor despetalada, uma margarida, da imagem seguinte (Figura 28).



Figura 28: Detalhe da imagem com a flor despetalada. "O Que Pensam os Homens Sobre a Virgindade". *Claudia*, fevereiro de 1963, p. 40²²⁷.

²²⁷ Nota-se a alusão à integridade física da mulher maculada por não ser mais virgem.

Ao analisar-se a utilização da margarida na imagem, notou-se a simbolização da fidelidade, ao expressar uma divinação amorosa do popular bem-me-quer, mal-me-quer. Para os casos apresentados, a falta de pétalas representaria a mácula que o corpo feminino, bem como a alma da mulher, carregaria por não ser mais virgem.

Apesar de se tratar de um símbolo conhecido, a frequência com que este ou outros sinais apareceram - ou aparecem - aos leitores de revistas pode indicar a necessidade de conhecimento deste simbolismo para a correta leitura da matéria e da imagem que a acompanha. De acordo com Joly, é válido lembrar-se que:

De fato, a utilização das imagens se generaliza e, contemplando-as ou fabricando-as, todos os dias acabamos sendo levados a utilizá-las, decifrá-las, interpretá-las. Um dos motivos pelos quais elas podem parecer ameaçadoras é que estamos no centro de um paradoxo curioso: por um lado, lemos as imagens de uma maneira que nos parece totalmente 'natural', que, aparentemente, não exige qualquer aprendizado e, por outro, temos a impressão de estar sofrendo de maneira mais inconsciente do que consciente a ciência de certos iniciados que conseguem nos 'manipular', afogando-nos com imagens em códigos secretos que zombam de nossa ingenuidade.²²⁸

Esses artifícios vêm sendo empregados largamente pelos meios de comunicação midiáticos, dentre os quais as imagens aqui selecionadas foram provas incontestes. Costumam chamar a atenção, de início, pela imagem que, conforme especialistas, tende a despertar sentimentos vários antes mesmo da mente ter tempo para racionalizar o que se vê. Isso significa que é possível ter sensações que não são controladas, sofrendo o corpo os estímulos antes que se possa racionalmente controlar a mente²²⁹. É razoável utilizar-se desse argumento para explicar-se o porquê de muitas pessoas se emocionarem, sofrerem, rirem, sentirem palpitações pelos efeitos das imagens estrategicamente preparadas para tanto, através dos meios de comunicação de massas.

No entanto, cabe destacar que cada imagem utilizada deve ser reconhecida pela cultura que a compreenda, pois o conteúdo concreto ou subjetivo não surtirá o efeito esperado se a linguagem não puder ser reconhecida pelo público.

²²⁸ JOLY, M. *Introdução À Análise da Imagem*. Campinas: Papyrus, 2000, p. 10. Grifos no original.

²²⁹ Um estudo que envolveu o autor do texto "A Pele da Cultura" como "cobaia" de uma experiência orientada por Steven Kline nesse sentido, no Laboratório de Análise dos Media da Simon Fraser University, em Vancouver pode ser conferida no trabalho KERCKHOVE, Derrick. *A Pele da Cultura: Uma Investigação Sobre a Nova Realidade Eletrônica*. Lisboa: Relógio D'Água, 1997, pp. 37-43.

Pode-se dizer que, na língua, a ‘imagem’ é o nome comum dado à metáfora. A metáfora é a figura mais utilizada, mais conhecida e mais estudada da retórica, à qual o dicionário dá ‘imagem’ como sinônimo. O que se sabe da metáfora verbal, ou do falar por ‘imagens’, é que consiste em empregar uma palavra por outra, em virtude de sua relação analógica ou de comparação. (...) Todavia, a ‘imagem’ ou a metáfora também pode ser um procedimento de expressão extremamente rico, inesperado, criativo e até cognitivo, quando a comparação de dois termos (explícita e implícita) solicita a imaginação e a descoberta de pontos comuns insuspeitados entre eles.²³⁰

A violência simbólica com que trataram as mulheres, que foram utilizadas como pretexto para condenar a sociedade moderna, bem como as ações violentas concretas de alguns deles, descritas na matéria de *Claudia*, são bem sugestivas.

Um rapaz, com vinte e seis anos, filho único, cometeu suicídio e deixou uma carta aos pais ao descobrir, dias depois do casamento, que sua noiva era “impura”: “descobri que a mulher com quem me casei não merecia a minha confiança nem a de vocês”.

Outro depoimento foi o de um pedreiro que narrou *seu* infortúnio: desferiu uma facada no rosto da então noiva, quando, antes de se casarem, ela “confessou” um ato de “fraqueza”. Novamente foi fortalecida a aceção de ausência de algo desejável, remetendo o leitor às oposições binárias fraqueza x firmeza; pureza x impureza; integridade x mutilação; mulher x não-mulher.

Menos alucinante, porém igualmente trágico, o caso referente a Maria Aparecida S., jovem mineira de dezoito anos residente no Rio de Janeiro. Ia casar com um operário de Niterói, logo depois das festas do Natal. Estava noiva há dois anos. Somente três dias antes do casamento encontrou a coragem e a força de contar ao futuro marido a história penosa de uma hora de fraqueza. Acontecera muito tempo atrás, ela era quase uma menina. Por isso deixara a sua terra e se mudara para o Rio. Queria esquecer. Esquecera. Havia acontecido – jurava – uma só vez. Aquela vez. Ela – repetia – era quase uma menina. E enquanto falava (e chorava) a faca do operário desenhava-lhe no rosto uma horrível ferida. Os médicos da Cruz Vermelha tiveram que dar vinte e seis pontos.²³¹

²³⁰ JOLY, M. Op. cit., p. 22.

²³¹ “O Que Pensam os Homens Sobre a Virgindade”. *Claudia*, fevereiro de 1963, p. 40.

Um terceiro depoimento referia-se a uma moça rica de Salvador que foi posta à prova pelo noivo (jovem médico do Recife). “Ela cedeu, muito depressa, com muita facilidade, gritou – depois – o médico do Recife”. Em seguida, o artigo citava um resumo das atividades que a moça gostava de realizar, lia Arthur Miller, via *nouvelle vague*, enfim, era culta. Morreu por overdose de tranquilizantes.

São três casos recentes. Três casos comuns. Ajudam-nos – na sua dramaticidade nua – a abrir a conversa sobre um tema difícil e delicado. Que, na nossa terra, é com demasiada freqüência considerado tabu. Trata-se da integridade física da mulher. Da castidade. Da virgindade. Matéria tabu, como dissemos. Descobriremos facilmente, sob esse silêncio, uma ponta de ignorância e de hipocrisia? Em primeiro lugar ignorância. As múltiplas cartas que recebemos diariamente na redação, e que se referem a esse tema, denunciam com grande freqüência confusões, equívocos e contra-sensos. Há quem se apresse a acrescentar, após referir que se deixou levar a ‘concessões muito ousadas’, até com diversas pessoas: ‘Mas ainda sou como quando era menina’. E há outras que, recordando a sua infância maltratada pela malvadeza de um adulto, se perguntam com angustiada preocupação se não terão perdido a pureza. Tais cartas não diferem muito daquelas que os jornais recebiam há cinqüenta anos. No entanto, muita coisa mudou à nossa volta. A vida é outra. A ciência fez progressos monstruosos. Estamos com a Lua ao alcance da mão. Estamos em 1963, o ano que deverá reservar-nos surpresas ainda mais sensacionais. As mulheres ocupam lugares de primeira plana em todos os terrenos. Dirigem laboratórios espaciais, presidem a conselhos administrativos, tornam-se ministros, inventam complicados aparelhos eletrônicos, ensinam matérias abstrusas (sic), constroem diques. Os tempos não mudaram

Nesta altura, a pergunta que fazemos (e que é o tema-base deste inquérito) é a seguinte: ‘O homem brasileiro ainda exige, com a mesma firmeza de cinqüenta ou trinta anos atrás, a integridade física da futura esposa?’ Em outras palavras, queríamos saber se a emancipação da mulher (que nos dez últimos anos atingiu cumes altíssimos) influiu de algum modo sobre a relação ‘homem-mulher’, em confronto com uma ou duas gerações atrás.²³²

Ao informar que a redação da revista recebia “múltiplas cartas”, *Claudia* demonstrou o interesse público que a questão suscitava no início da década de sessenta, o que a tornaria um canal “obrigatório” de discussão e de comunicação com as leitoras²³³.

²³² *Claudia*, fevereiro de 1963, pp. 40-41.

²³³ As seções de cartas que visavam a um aconselhamento individual, de foro íntimo, foram analisadas mais detidamente no capítulo III.

Quanto a moça que teve o rosto cortado pelo noivo, outra possibilidade é que pode ter havido abuso sexual contra ela na infância. Essas estórias deixaram claras e de forma estarrecedora a permanência da expressão “vítima do ciúme” como indicativo da culpabilização da verdadeira vítima. Até mesmo juridicamente a lesão ou o assassinato de mulheres seria “permitido” para lavar a honra masculina.

Mais adiante, um padre, os escritores Jorge Amado e Érico Veríssimo deixaram seus depoimentos a respeito. Cada um opinou a seu modo e, ao contrário do autor da matéria, foram mais “progressistas”. Este deixou claro que se sentia feliz em nome da grande maioria dos brasileiros:

Os dados que colhemos são tranqüilizantes. O Brasil, não obstante tudo, não mudou. Era o que queríamos demonstrar aos céticos. E se os casos policiais que citamos na abertura desta pesquisa podem ser tomados como pretexto para condenar este nosso aprazimento, não nos resta senão lembrar que homens e mulheres como os protagonistas dos casos mencionados, existem e sempre existiram em todos os quadrantes da terra. Mesmo na Dinamarca. A diferença é que entre nós esses indivíduos passam por vítimas do ciúme e da paixão. Na Dinamarca – sempre que haja tempo para essa providência – são confiados aos cuidados do psiquiatra.²³⁴

Em seguida, continuando o comentário sobre a pesquisa realizada, o veredicto de que as mulheres tinham na conservação do seu hímen mais do que um valor a ser trocado em um casamento; mais do que a comprovação de uma suposta honestidade filial e marital: era um atestado moral que as habilitaria a serem felizes e livres, independentes do destino ou história de vida que as tomasse como personagens:

Esta é, na realidade, uma vitória para as mulheres: para aquelas mulheres que olham para a vida não apenas como se olha para uma máquina complicada e cansativa, mas como para uma época rica, pródiga, quando no ar há o perfume das flores.

A que “vitória” das mulheres seu autor estaria se referindo? Uma leitura ligeira poderia indicar ser a própria realização da pesquisa, que daria a elas maiores provas de que a maioria dos homens ainda não estaria preparada para aquele momento. No entanto, é aceitável concluir-se que, mantendo-se *virgens*, manteriam seu corpo *virgem*, sua mente *virgem* e sobre esta *tabula* rasa traçar-se-iam os desígnios ditados pelos homens e pela sociedade que ainda insistia em reprimi-las.

²³⁴ *Claudia*, fevereiro de 1963, p. 43.

A ideia da reportagem foi, sem dúvida, esclarecedora em relação ao fato de que a “revolução sexual”, dentro das grandes transformações culturais ocorridas nas décadas de 1960 e 1970, dependeu não apenas das mulheres, mas dos poucos homens que se posicionaram íntima e/ou publicamente de maneira contrária aos pais e avós. O tom irônico do articulista bem demonstrou essa relação. Resta saber se foi essa também a avaliação que fizeram as leitoras à época da publicação da matéria.

Claro que não poucos homens criaram para si um lema muito utilizado, ainda hoje, nos meios sociais. Existiria a mulher certa para se casar. E, nesse caso, é possível concordar-se com o autor da matéria quanto ao fato de precisarem aqueles homens de um psicanalista. Contudo, ficaram claras as intenções da matéria sobre a tranquilidade que deveriam manter os brasileiros (homens?) sobre o país não ter mudado: ainda prevalecia no contexto do advento da pílula, segundo a pesquisa realizada e divulgada por aquele meio de comunicação de massas, o preconceito de gênero sobre o direito ao próprio corpo das mulheres.

A outra matéria, de *Querida* publicada em abril de 1969, trazia em letras garrafais o título “Quanto Vale a Virgindade” (Figura 29), seguido do seguinte comentário:

Antes não valia nada, ou melhor, era sinônimo de má fama entre os grupos primitivos, pois as mulheres se orgulhavam de sua fertilidade, e gravidez antes do casamento constituía motivo para regozijo e aumento de popularidade. Os noivos podiam anular o matrimônio se encontrassem virgens as suas noivas, e em algumas tribos chegavam ao ponto de alugarem homens para o defloramento pré-nupcial. Perfurar o hímen das meninas recém-nascidas, e para isto existia até um profissional competente, era prática muito comum. Mas a civilização veio e valorizou a virgindade e nos códigos morais a encontramos sagrada e protegida. Tudo começou quando as mulheres virgens passaram a alcançar melhor preço no mercado dos casamentos. Começou também com o sentido patriarcal de propriedade, a mitificação do homem com toda autoridade sobre um sexo rotulado de inferior. Agora a mulher se iguala e se eleva, e em seu progresso derruba os velhos conceitos. Virgindade deixa de ser um tabu. Ela é discutida e está sendo seriamente ameaçada.²³⁵

A revista demonstrou, com clareza, que não se tornou alheia ao clima eufórico de liberação sexual feminina que vinha ocorrendo e que o discurso sobre a

²³⁵ *Querida*, abril de 1969, pp. 23-25.

sexualidade havia se modificado drasticamente, tampouco que desconhecesse o fato de ser cultural e histórico o tabu a respeito da himenolatria.

Perspicaz na abordagem, *Querida* tratou de um tema espinhoso para a sociedade mais tradicional, meses depois de decretado o AI-5.



Figura 29: “Quanto Vale a Virgindade”. *Querida*, abril de 1969.

Afora o pessimismo com que a questão da virgindade costuma ser tratada por aqueles que defendem o referido discurso como indutor de interesses maiores,

o que de concreto se pode observar foi uma radical oposição ao discurso da mesma revista anos antes sobre o casamento²³⁶.

A Pílula: Arma (Capitalista) Contra os Pobres, ou Conquista Feminina?

Como visto, as discussões morais e religiosas sobre a virgindade ou castidade, o sexo antes do casamento e o exercício da sexualidade feminina sem tabus tomaram de assalto a sociedade burguesa da década de 1960. Na década seguinte, as contendas se acirraram entre grupos de feministas brasileiras. E, mesmo que tenha havido fusão entre Igreja e grupos de mulheres, que deram início às organizações feministas brasileiras, estas últimas não foram capazes de assumir o discurso de suas pares estrangeiras, tal qual as francesas, em relação ao consumo da pílula.

Para as mulheres da França, assim como para as de outros países ditos desenvolvidos — as quais poderiam usufruir de sua cidadania —, a possibilidade de controlar a reprodução foi um dado muito importante na busca de autonomia e dos direitos reprodutivos. Assim, além do direito à educação, ao salário igual por trabalho igual, direitos políticos, etc., as mulheres reivindicavam contraceptivos. A liberação dos contraceptivos para a comercialização, conquistada pela Lei Neuwirth em 1967, foi fruto da atuação de inúmeras mulheres e homens na defesa pelo direito de controlar a sexualidade.

²³⁷

Entre as brasileiras, as amarras sociais e morais sobre a utilização do medicamento foram menos determinantes que a ideia disseminada por grupos de esquerda em uma provável associação entre laboratórios e governos, na contenção numérica da população mundial.

Foi fato que o discurso de setores progressistas da Igreja católica no Brasil, depois de 1964, estivesse ligado a uma formulação socialista que agradava às esquerdas. Entre os grupos de mulheres, para que obtivessem espaço de atuação e apoio da população – ou ao menos não tivessem problemas com o Estado -, era necessário maquiagem o discurso, suprimindo os itens mais polêmicos para levarem a cabo parte de suas reivindicações.

²³⁶ “A Grande Aventura”. *Querida*, segunda quinzena de agosto de 1964, pp. 90-91.

²³⁷ PEDRO, J. M. A Experiência com Contraceptivos no Brasil: Uma Questão de Geração. *Revista Brasileira de História*, v.23 n.45 São Paulo jul. 2003. Disponível em meio eletrônico.

Entretanto, no Brasil, a possibilidade de usar os novos métodos contraceptivos não foi resultado de reivindicação ou luta coletiva, e por isso não consta da memória das mulheres como tendo grande significado para a sua autonomia. (...) A pílula é pensada como algo necessário para definir uma família de menor porte e, ao mesmo tempo, um perigo constante para a saúde. (...) Assim, ao ressurgir o movimento feminista no Brasil em meados dos anos setenta, tornou-se inicialmente e em razão das circunstâncias aliado da Igreja Católica na crítica aos contraceptivos hormonais, chegando inclusive algumas vezes a repetir alguns dos discursos da Igreja Católica, coisa impensável no movimento feminista europeu. Afinal, este era o espaço abrigado do terrorismo de Estado implantado com o Golpe Militar de 1964, no interior do qual muitas militantes feministas ganharam lugares de proteção, discussão e articulação. De forma sintética sobre os novos métodos contraceptivos, o movimento feminista afirmava: a) que a solução para o problema demográfico era o desenvolvimento econômico com justiça social; b) que os métodos artificiais disponíveis traziam problemas de saúde; c) que as políticas do Estado em relação à natalidade visavam ao corpo das mulheres e pretendiam acabar com a miséria, não deixando nascer os pobres. Algumas, todavia, criticavam apenas a falta de acompanhamento médico no uso de contraceptivos.²³⁸

Neste ponto, encontra-se outra especificidade desta vertente do feminismo brasileiro da Segunda Onda. De um lado, possuía um discurso formalmente ligado às esquerdas que combatiam o estado de ditadura militar. Pretendia que a libertação da mulher de todas as formas de opressão e exploração fosse conquistada ao se encaixar dentro de um projeto maior: a revolução socialista que se encarregaria de libertar todos os seres humanos. De outro, perceberam que, mesmo dentro das mais avançadas sociedades, as mulheres ainda eram preteridas de direitos básicos, inclusive em relação à proteção da maternidade e da mulher trabalhadora. Eram exploradas e não tinham reconhecidos as suas potencialidades e os seus direitos básicos, inclusive salário igual para trabalho igual.

Claro que os riscos acompanharam os direitos adquiridos, menos por uma escolha e mais por uma adaptação extremamente mal-intencionada da classe empregadora. Se as mulheres não possuíssem as amarras de uma gravidez indesejada ou se poderiam escolher quando ter filhos, tanto melhor para serem aceitas e bem aproveitadas no mercado de trabalho.

No entanto, a fragilidade da afirmação, que misturou o combate à miséria à redução do nascimento de pobres, pode ter sido um dos entraves da aceitação pelas mulheres dessa proteção contra a gravidez indesejada. Criou-se uma cultura

²³⁸ Idem.

do medo dos contraceptivos, aliado ao projeto castrador e intervencionista do Estado de exceção. Sendo assim, a afirmação do ginecologista que prestou o serviço de consultoria à *Claudia*²³⁹ soma-se à ideologia política perpretada pelos grupos envolvidos.

Ciente dessa artimanha e possuindo um espaço de grande monta entre o público feminino, Carmen da Silva deixou sua colaboração nesse sentido ao fazer um balanço das décadas de 1960 e 1970. Na oportunidade, demonstrada a seguir, a jornalista rememorou o contexto das mulheres dos anos sessenta, no momento em que começaram a lutar contra o *status quo* repressivo ao seu direito de escolha por uma atividade fora do lar; ou, ainda, manterem-se em casa cercadas dos afazeres domésticos.

O problema da mulher de 1979 é, pois, conviver bem com seu homem sem renunciar a conviver bem consigo mesma, com sua pessoa, sua dignidade, sua auto-estima. E aqui já não cabem mais os antigos rituais de sedução, as fórmulas sedições de feminilidade, as receitas pré-fabricadas de sucesso conjugal. Superadas, aliás, pelas próprias condições de vida atual. Hoje em dia só podemos rir quando alguém nos diz que “mulher deve esperar o marido assim ou assado, criar tal ou qual clima em torno do seu regresso”. Acontece que mulher também trabalha, muitas vezes é a última a chegar; e mesmo que chegue antes não é para simplesmente “ficar esperando”, armando o cenário para o encontro: é para se ocupar da casa, dos filhos, das compras, dos afazeres cotidianos que todas conhecemos muito bem.

Trabalho feminino: outro ponto que, no passado, provocou grandes divergências entre nós. Dezesseis anos atrás o mundo quase vinha abaixo quando eu afirmava que as mulheres deviam trabalhar mesmo sem terem necessidade econômica. Como eles se ofendiam, como eles se incomodavam! Acusavam-me de extravagância, fanatismo, materialismo grosseiro. (...)

E havia as outras, as que não tinham mesmo mais remédio. Essas desdobravam-se entre o emprego, a casa, os filhos, com um senso de inferioridade e revolta como se houvessem caído numa armadilha: não tinham casado para isso! – e nem sequer lhes ocorria fazer da necessidade virtude. Excetuando algumas poucas, bem realizadas em atividades vocacionais, o sonho da maioria era que a situação material do marido melhorasse, permitindo-lhes abandonar o jugo e reassumir em tempo integral o reino do lar.

Não se tratava de um protesto objetivo contra os aspectos iníquos do trabalho feminino: sub-remuneração, acumulação com as tarefas domésticas, falta de creches etc. E menos ainda de que as mulheres

²³⁹ Especificamente no seguinte trecho do comentário anteriormente reproduzido: “O certo é que, no Brasil, um número crescente de mulheres da classe média e média-alta, moradoras nas grandes cidades, recusam o uso da pílula, especialmente por períodos muito prolongados”. Escolha Melhor Seu Anticoncepcional” *Claudia*, abril de 1978, p. 105.

de então fossem frívolas ou preguiçosas: postas à prova, seu desempenho demonstrou o contrário. Muitíssimas delas, hoje em dia, desquitadas e com filhos a criar, tiveram um período de comer o pão que o diabo amassou, mas deram a volta por cima, não só no plano econômico, mas também no tocante a estudos, abertura intelectual, amadurecimento em todos os sentidos. O motivo era outro. (...)

A geração atual já superou esta etapa. (...) A mudança de mentalidade é recente e foi, em certa medida, provocada pelo próprio sistema: quando o mercado de trabalho precisou da mão-de-obra feminina, passou a “vender” uma nova ideologia, uma imagem diferente da mulher, valorizando a atividade, a eficiência, a capacidade realizadora. Aliás, podemos ter certeza de que o propósito da campanha da limitação à natalidade desencadeada no Brasil não é somente diminuir a população, mas também – ou sobretudo – afastar a mulher do lar e torná-la economicamente produtiva. Assim nos manipula o sistema; mas com consciência, lucidez, inteligência tática, conseguiremos utilizar essas manobras em nosso próprio benefício.²⁴⁰

Aguçada observadora do seu próprio tempo – e não adiante dele - Carmen foi além das inquietações dos grupos esquerdistas quanto à limitação dos nascimentos de pobres a partir do controle da natalidade. Embora não colocasse em dúvida as lutas das mulheres em fazerem a “sua própria revolução”, cujas transformações e conquistas estão sendo abordadas neste trabalho, não deixou de observar que as classes produtoras capitalizaram a emancipação feminina ao saírem do jugo doméstico e marital: se elas trabalhassem, teriam salários e com estes poderiam consumir para si mesmas, para a casa e para os filhos. E, porque estavam sendo aproveitadas para diversas atividades econômicas, restaria às mulheres lamentarem – o que Carmen desaprovava com veemência - tornando-se vítimas ou, ao contrário, tirarem proveito disso rumo à realização pessoal e profissional.

Um depoimento que merece ser mencionado e que foi publicado em *Claudia* dois anos antes de “Lá se vão 18 anos...” foi o de uma entusiasta da revista e que bem demonstra a afinidade que o veículo conseguiu criar com as leitoras “amigas”.

O trabalho salvou meu casamento

A amizade de Claudia e Maria de Lourdes Michelon começou em 1962, quando Claudia era uma revista de alguns meses de existência. Com o passar dos anos, a amizade tímida foi se solidificando e, hoje, soubemos com grande alegria que, desde

²⁴⁰ Seção: *A Arte de Ser Mulher*. “Lá Se Vão 18 Anos... E Nós Aqui, Brigando, Debatendo, Crescendo”. Dezoito Anos da Revista *Claudia*. *Claudia*, dezembro de 1979. in. CIVITA, L. T. (org.). *O Melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, pp. 51-56.

nosso primeiro contato, ocupamos um lugar de muita importância na vida de nossa querida leitora de Erexin, no Rio Grande do Sul.

Leia a carta que recebemos de Maria de Lourdes:

“Hoje, após nosso encontro tão querido, pensei em escrever-te. Antes de mais nada, minha amiga, tenho duas revelações importantes a fazer. A primeira diz respeito a nossa velha amizade, por isso te digo que desde aquele nosso primeiro encontro em 1962, eu, que era uma romântica mocinha de dezoito anos, vibrei ao receber aquele exemplar ‘autografado’ pelo mais charmoso dos namoradinhos e hoje não menos ‘pão’ dos maridos.

“Naquele primeiro número confesso-te que os artigos não me diziam muito. Só as páginas coloridas.

“Noivamos, casamos e os exemplares se sucederam aos meses e anos. O enxoval ‘bolei’ quase todo com o auxílio de Claudia. As primeiras receitas de forno e fogão, idem.

“Quando nasceu nossa primeira filhinha, quase a chamamos de Claudia, mas, por uma grande devoção de Santa Rita, pusemos o nome de Rita de Cássia. A Tica nasceu linda de morrer.

“Do mesmo modo, Claudia me ajudou nas primeiras roupinhas.

“Mas algo me irritava na amiga Claudia (agora, a ‘terrível’ confissão).

“Os artigos de Carmen da Silva me causavam irritação. Imaginava ser a mais complexada das mulheres (veja o disparate) a dar ordens as mais estapafúrdias. *A mulher não deve ser bibelô. Deve trabalhar fora e se emancipar! A esposa não deve ater-se a fraldas e bumbuns de bebê!*

“Eu discordava inteiramente de Carmen. Mensalmente eu lia e discordava. Mas lia.

“Quando nossa filhinha fez dois anos, eu achei que deveria lecionar, mas em casa. Recomecei a estudar, pois largara o Curso Normal no segundo ano.

“Enquanto isso, Carmen, através de Claudia, me dizia coisas, e suas idéias já não me pareciam tão estranhas e agressivas.

“A transformação foi se dando aos poucos.

“Eu via perfeitamente que podia conciliar o papel de mãe, esposa e mulher atuante. Quando nosso segundo filho nasceu, o Marcelino, Carmen já entrara definitivamente no rol de minhas amigas.²⁴¹

Esse tipo de manifestação elogiosa mais pareceu uma inteligente jogada de *marketing*. Porém, não era incomum que a própria Carmen da Silva mencionasse sobre a grande quantidade de cartas que recebia e, segundo Laura Civita, lia todas.²⁴² Também não eram poucas as cartas que seguiam para a redação da revista e o espaço privilegiado de publicação das cartas funcionaria como atestado de fidelidade entre “amigas”. O que sobressai da carta da leitora é a narrativa de superação de uma condição de mulher alienada, romântica e despreziosa em

²⁴¹ “Como Resolvi Meu Problema.” *Claudia*, maio de 1973, pp. 231 e 233. Grifo no original.

²⁴² CIVITA, L. T. (org.). *O Melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, p. 05.

relação à sua própria independência e a fundamental prestação de serviço educacional, que preparou o terreno para as mulheres, nas décadas de 1960 e 70.

Em *Querida*, em uma reportagem cujo título é “Limitação: Problema Mundial”, o aconselhamento médico serviu de justificativa orientadora do planejamento familiar nos moldes do neomalthusianismo, com o propósito regulador do tamanho das famílias em países do Terceiro Mundo:

O médico Válder Rodrigues, secretário-geral da Sociedade de Bem-Estar da Família (BAMFAM), assim se manifestou a respeito do problema:

- Só vemos um meio de se combater êsse mal social, que tanto inferioriza a mulher: o uso consciencioso dos métodos anticoncepcionais. Êsses métodos porém, devem ser cada vez mais estudados e aperfeiçoados, para que se possa obter melhores e maiores resultados. Respeitadas as contra-indicações e selecionando o método para cada caso, os resultados são altamente satisfatórios. Pelos trabalhos publicados no mundo inteiro e pelas pesquisas a que estamos procedendo, podemos afirmar que, sob o ponto de vista médico, é legítimo o uso dêsses processos. Não há, por exemplo, um só caso publicado, em toda a literatura médica mundial, de câncer provocado pelo uso das pílulas anticoncepcionais. Os dispositivos intra-uterinos estão bastante divulgados e, quando aplicados por especialistas, os resultados são excelentes. Devemos lembrar que essas pílulas são compostos hormonais e que, além da ação anticoncepcional, têm seguramente mais oito indicações na ginecologia, sobretudo para o tratamento da esterilidade.²⁴³

Nota-se, na fala do médico, no mínimo, um otimismo de quem era partidário do uso do contraceptivos orais pelas mulheres. No limite, porém, a possibilidade de ter havido uma associação da revista ao poder econômico dos laboratórios que fabricavam as pílulas não pode ser descartada.²⁴⁴ Confrontando as fontes, a afirmação deste médico contradiz a longa descrição exposta na matéria de *Claudia*, onze anos depois.²⁴⁵

Mais adiante, o autor da reportagem citou o seguinte:

Esclarece o médico Válder Rodrigues que a idéia aventada por alguns sôbre a proibição do fabrico e, conseqüentemente, da venda dêsses produtos, têm o mesmo sentido da proibição e venda da

²⁴³ *Querida*, fevereiro de 1967, p. 22.

²⁴⁴ É comum que as/os médicas/os tenham exemplares de medicamentos, as amostras grátis, nos consultórios e os ofereçam às/aos suas/seus pacientes.

²⁴⁵ Matéria já analisada neste capítulo. “Escolha Melhor seu Anticoncepcional” *Claudia*, abril de 1978, pp. 103-105, 106, 108, 110, 112-115.

penicilina, quando esta apareceu, por haver determinado certos acidentes:

- Todos os medicamentos, sem exceção, - disse – têm suas indicações, contra-indicações e efeitos secundários. O combate aos anovulatórios feito por médicos significa sempre ignorância ou má fé. O aborto provocado é sempre pior do que o uso de qualquer anticoncepcional. Aconselhamos a se deixar de lado a hipocrisia e fazer, para os doentes de ambulatório, aquilo que oferecemos às pacientes no consultório e dar às mulheres pobres as mesmas facilidades que têm as ricas. Enfim, dar aos outros aquilo que praticamos em nossa casa.²⁴⁶

Neste caso, ficou patente a colocação crítica da questão crucial que uniu segmentos de feministas à Igreja católica como uma hipocrisia, pois aquelas não apenas conheciam os métodos, como faziam uso dele. Em vista disso, *Querida* esteve na vanguarda da discussão e do apoio às mulheres que desejassem livrar-se daquele “mal social, que tanto inferioriza a mulher”.²⁴⁷

De modo a ilustrar a reportagem, uma imagem no início da matéria (Figura 30) mostrava uma casa humilde, feita de pau-a-pique que, aparentemente, abrigava uma grande família. A personagem feminina se destacou por ser, provavelmente, a mãe das cinco crianças ao seu redor. Não se vêem expressões que demonstram contentamento, ao contrário. O choro de uma criança, a curiosidade e inquietação de outra, a apatia do que está sendo arrumado e o sono aparente da de olhos fechados indicam o acúmulo de responsabilidade sobre a mulher que está com eles e o desconforto de todos pela obrigação do “ritual”.

Em uma cena contendo crianças, não foi comum – aliás esta foi uma quase exceção - esse tipo de apelo visual.

²⁴⁶ *Querida*, fevereiro de 1967, pp. 22-23.

²⁴⁷ *Idem.*, p. 22.



Figura 30: “Limitação: Um Problema Mundial”. *Querida*, fevereiro de 1967, pp. 20-21.

Ao final da matéria, encontra-se outra imagem dessas crianças, “amontoadas” ao lado da mulher e as mesmas expressões desoladoras. (Figura 31)



Figura 31: “Limitação: Um Problema Mundial”. *Querida*, fevereiro de 1967, p. 25.²⁴⁸

²⁴⁸ A imagem finalizou a matéria sobre a limitação do número de filhos pelas famílias.

A composição de imagens deixou claras as pretensões do artigo ao comunicar que não se estava em campanha para o fim da família com filhos. Mas, as benesses da sociedade de consumo e os hábitos burgueses, cujo modelo deveria assemelhar-se ao da *família francesa* oitocentista, só poderiam ser usufruídos em sua plenitude com um número reduzido de pessoas sob um mesmo teto.

O reverso da moeda se deu com as seguintes imagens: a primeira, de um homem, provavelmente o pai, dando atenção a um bebê e, à guisa de título, a frase “procriar é complementar o amor” (Figura 32).



Figura 32: “Procriar é Complementar o Amor”. *Querida*, fevereiro de 1967, p. 24.

A paternidade controlada proporcionaria à criança usufruir da atenção do pai. Na reportagem, a imagem indicaria ser um homem que trabalha (camisa social e gravata) e, mesmo assim, rouba um pouco do seu tempo para dividi-lo com o filho pequeno.

Em outra imagem, a de uma mulher que lê junto a uma criança, há a sugestão de que o menino frequentava uma escola ou que aprendera a ler com sua mãe (Figura 33). Diferente da “capa” da matéria, esta imagem aproveitou-se de um apelo ideológico burguês. E a frase acima da imagem “antes de tudo o amor total”

reforçava a ideia de que ter filhos sim, porém com reservas. Ambos (“pai” e bebê e “mãe” e “filho”) demonstraram afeto e o que seria resultado do que se espera de uma relação harmônica, não conflituosa, por não ser tumultuada pela competição entre muitos irmãos. E a competição pelas riquezas produzidas seria o caminho mais curto para a indignância, ou o contrário do que seria desejável às mulheres leitoras e para todos os *cidadãos de bem*. Ao menos foi essa a intenção que a composição de texto e imagem procurou induzir.



Figura 33: “Antes de Tudo o Amor Total”. *Querida*, fevereiro de 1967, p. 22.

É provável que uma leitura equivocada de parte das feministas, engajadas que estavam em uma perspectiva socializante e que não deveria segmentar-se por diferenças de gênero, tenha contaminado a relação já antipática das revistas com as militantes.

Ressalte-se o caráter científico como regulador das atividades reprodutivas, visto que, desde o início do projeto que originou a pílula, que recebeu o nome de Enovid, os responsáveis eram católicos praticantes. A aceitação de boa parte da categoria médica ao método, por razões científicas, portanto, pode comprovar a não ligação ao movimento feminista que previa outras formas de controle da fertilidade:

Foi o aparecimento da pílula anticoncepcional – e não uma conversão a raciocínios feministas, neomalthusianos ou eugênicos – que levou a profissão médica a apoiar o controle da natalidade. A contraceção bioquímica e hormonal agradava à idéia que os médicos faziam da “verdadeira” ciência médica e complementava a sua opinião acerca da necessidade de serem peritos científicos a controlar os nascimentos. O desejo dos cientistas médicos de higienizarem a reprodução era expresso claramente nos seus textos de embriologia; as metáforas empregues para descrever a concepção e o desenvolvimento haviam sido habitualmente tiradas de actividades domésticas terrenas comuns (semear, cozer e fermentar), mas os médicos desdenhavam agora associações tão comezinhas e tiravam as suas metáforas da ciência da engenharia.²⁴⁹

A Atitude Extrema: o Aborto

O controle da natalidade como tema de preocupação mundial (entenda-se dos países capitalistas desenvolvidos sobre os em desenvolvimento) teve grande destaque, como já foi salientado, nas revistas, já na década de 1960. O aborto tido como última saída pelas mulheres para o controle dos nascimentos recebeu nomes como “chaga social” e “epidemia do crime”.

A associação da miséria e da ignorância do povo brasileiro foi tratada em matéria de *Querida* de fevereiro de 1967 como o cenário propício para o golpismo comunista:

O Professor Otávio Rodrigues Lima, catedrático da Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Brasil, prestou o seguinte depoimento:

- Será muito mais fácil a subversão comunista em um povo miserável e faminto do que em uma comunidade que goza de aceitável gabarito sócio-econômico. Entre os povos subdesenvolvidos, as condições sócio-econômicas se fazem sentir de tal forma que o desespero leva à destruição de novas vidas, já iniciadas. É o abôrto provocado, que deixou de ser “endêmico” para ser “epidêmico”. Para

²⁴⁹ MCLAREN, A. Op. cit., p. 272.

essa epidemia só podem existir duas soluções: ou o contróle honesto da natalidade, aconselhado por técnicos experimentados, ou a “legalização” do crime. Nos países ocidentais, procura-se combater o abôrto provocado pelo contróle da natalidade. Mais uma vez diremos que controlar não é extinguir. Controlar é orientar uma fôrça em um sentido benéfico e útil.²⁵⁰

Nota-se uma série de elementos no trecho citado, que deixam claros os propósitos da necessidade de uma política neoliberal mais contundente no trato da sexualidade das famílias brasileiras. De um temor comunista, a mensagem seguiu como um discurso normatizador e científico, melhor dizendo, de elementos que tiveram legitimidade para se colocarem em nome da ciência. O aparente desconhecimento do grande público sobre a questão, sobretudo em relação aos “países ocidentais” elevou a importância do debate. Este previa a educação das massas para um modo de vida menos carregado de responsabilidades resultantes de uma família numerosa, ainda que nuclear.

Se, em 1960, o índice percentual brasileiro de fecundidade estava em torno de 6,28 filhos nascidos por mulher entre quinze e quarenta e nove anos (idades hipotéticas), em 1970, caiu para 5,76. Dez anos depois, o percentual total estimado foi de 4,35 filhos.²⁵¹

Uma explicação constante na matéria de *Querida*, dada por Mário Henrique Simonsen, à época diretor da Pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas, foi o grande crescimento do país entre os anos de 1957 a 1961, crescimento que foi acompanhado de um aumento populacional em virtude da diminuição das taxas de mortalidade, aliado ao aumento da natalidade. As reservas econômicas, ou de riquezas, produzidas no período haviam sido esgotadas em pouco tempo, gerando o efeito contrário de perda de empregos e aumento da dependência dos recursos do Estado²⁵².

Como justificativa da vaga *neomalthusiana*, adaptada à década de sessenta, esse discurso foi de encontro ao movimento de aumento populacional que se seguiu ao Pós-Guerra. Prova desse medo estadunidense e que previa a intervenção política no aconselhamento de governos dos países do Terceiro Mundo se dá com a citação a seguir:

²⁵⁰ *Querida*, fevereiro de 1967, p. 23.

²⁵¹ Fonte IBGE: http://www.ibge.gov.br/series_estatisticas/exibedados.php Acesso em 15/09/2008.

²⁵² *Querida*, fevereiro de 1967, p. 22.

O “boom de bebês” interno foi bem acolhido pelos governos ocidentais; o rápido crescimento populacional do Terceiro Mundo que o acompanhou, originado por um declínio da mortalidade, foi encarado por eles como uma ameaça à ordem social do globo. Os Rockefeller, apoiantes financeiros do Conselho da População, eram apenas os chefes corporativos mais conhecidos preocupados com que a Ásia, a África e a América do Sul, empobrecidas pelo excesso de população, caíssem nas mãos dos comunistas. (...) Os novos malthusianos declaravam que havia um “problema” populacional que só podia ser resolvido por meio de um contraceptivo seguro e barato. Uma vez considerado que a fertilidade colocava perigos “reais”, médicos e burocratas podiam, finalmente, racionalizar a canalização de todas as suas energias para atacarem o problema.²⁵³

Outro fator que pode ser acrescentado, de acordo com Lasch, foi o aumento da instrução de mulheres que, em pouco tempo, não mais se contentariam com a rotina que as tarefas ligadas ao lar e ao cuidado dos filhos as “condenavam”.

As mulheres instruídas cansavam-se rapidamente de uma domesticidade concentrada. De fato, a dona-de-casa instruída revelava-se a maior vítima e exemplo do treinamento excessivo, e seu crescente ressentimento com seu status inferior – tão conflitante com suas expectativas e com o status a que o treinamento acadêmico lhe dava direito – contribuiu para um renascimento em grande escala do feminismo no final dos anos 60.²⁵⁴

O “problema” do aumento populacional gerou debates constantes nas revistas e demonstrou estar afinado aos propósitos de grupos econômicos, capazes de inculcar, de maneira eficiente, os valores das famílias de classe média. Famílias menores significariam melhores condições de gozar dos recursos provenientes do trabalho dos pais. A divisão da renda entre menos cabeças resultaria no aumento de consumo *per capita* também de bens mais variados, como artigos de luxo e supérfluos, não se limitando aos essenciais para a sobrevivência.

A questão discutida diante de dados apresentados sobre o número de abortos provocados demonstrou que, já à época, tratava-se de um assunto de saúde pública:

A incidência do aborto provocado no Brasil é, por exemplo, um dos mais graves. Além dos problemas de saúde pública que isto acarreta, temos que considerar os de ordem econômico-financeira, pois cerca de 25 por cento das verbas de internação das maternidades são

²⁵³ MCLAREN, A. Op. cit., p. 270.

²⁵⁴ LASCH, C. Op. cit., p. 177.

desviados para atender os casos de complicação de abortos provocados.²⁵⁵

Em matéria publicada na revista *Querida*, de abril de 1968, com o sobrinho título “Os Trinta e Dois”²⁵⁶, só depois explicado, um médico que assinou a matéria (Dr. Carlos Alberto de Souza) expôs, na forma de um texto franco e direto, seu estranhamento e sua desaprovação em relação ao emprego do aborto.

(...) Todo este intróito vem a propósito de uma moça de vinte e oito anos, casada, e bem casada, mãe de seis filhos e que apesar disto já fez trinta e dois abortos! Pode parecer exagero, mas coisas semelhantes são freqüentes, embora mais em solteiras de vida independente. Desquitadas e viúvas, já que nestas, não havendo família constituída, o responsável pela paternidade nem sempre assume as suas responsabilidades.²⁵⁷

O teor das palavras do Dr. Souza soaram próximas a uma condenação. Tratando o corpo da mulher como máquina pré-programada do ponto de vista puramente científico, destoou do linguajar psicologizante que imperava nas matérias que lidavam com o que se relacionava ao comportamento das leitoras. Esta particularidade das revistas analisadas as tornam importantes fontes de informação para diferentes perspectivas. Por sua vez, são exploráveis do ponto de vista da recuperação de aspectos simbólicos e das representações que trazem os temas ligados ao comportamento.

A matéria em questão seguiu imediatamente antes da matéria já citada do projeto de educação sexual²⁵⁸ com as seguintes observações:

A perda do viço, brilho, beleza e elasticidade da pele correm paralelos com este hábito. Os seios sobretudo são muito prejudicados, pois que solicitados a produzir leite desde o princípio da gravidez, de uma hora para outra são obrigados a parar suas funções, porque sua dona resolveu não ter mais o filho. (...) Esta relação é um mapa ligeiro do que ocorre na gravidez desde os primeiros dias. Imaginem que após um ou dois meses, alguém resolva libertar-se do estôrvo. E daí, bah! Mais um anjinho no céu.²⁵⁹

²⁵⁵ *Querida*, fevereiro de 1967, p. 22.

²⁵⁶ *Querida*, abril de 1968, pp. 32 e 33.

²⁵⁷ *Idem*, p. 32.

²⁵⁸ *Querida*, abril de 1968, pp. 35-40.

²⁵⁹ *Idem*, p. 33.

Com a autoridade de que dispunha o médico especialista, não seria forçada a associação dessa matéria com a seguinte, visto que a ideia disseminada de uma educação sexual para as massas resultaria na diminuição do número de abortos. Como afirmado anteriormente, esses procedimentos eram condenáveis por grande parte dos médicos. Ao engrossar o coro dos contrários à prática, a(s) revista(s) acabou(aram) por contribuir para a defesa da manutenção da proibição legal da interrupção da gravidez.

Ao ler o texto, disposto ao redor da imagem de uma mulher com aparência desolada, com a cabeça entre as grades de um berço vazio (Figura 34), certamente o apelo visual foi direto ao ponto. A primeira impressão interpretativa da imagem é a de “condenação” daquela mulher pela sua incapacidade reprodutiva, como se aparecesse no próprio texto, com a seguinte colocação:

Sei que muitas vezes êle é imprescindível para salvar situações. Que é terapêutico para mulheres que não podem ter sequer um filho. Sei que é fator econômico para os que já têm filhos demais. Mas tudo isto atualmente não tem razão de ser. Não há atenuantes. E, principalmente, numa época em que meninas dão lições de sexo às avós, que muitas vezes ficam de cabelo em pé. Não há motivos para esta prática, com todos os elementos de que dispomos. E, principalmente, um fator deve ser primordial. Tôda a mulher no seu ciclo tem um período de extrema fertilidade, começando e terminando próximo ao período menstrual, por dois outros em que não há perigo. Fazer do sexo fonte de prazer é óbvio e natural. Delicioso e perigoso. Principalmente se usá-lo sem cautela que demanda por parte da mulher de gerar conseqüências que afetem sua saúde e seu futuro. E mais ainda, para que não se entreguem a mãos afoitas, inexperientes e desavisadas, que podem causar-lhes prejuízos de natureza imprevisível, duradouros e incorrigíveis.²⁶⁰

Cumprê destacar a colocação equivocada do médico em relação ao ciclo menstrual, cujo corpo feminino funcionaria tal e qual uma máquina e, portanto, os ciclos deveriam ser regulares.

²⁶⁰ *Querida*, abril de 1968, p. 33.



Figura 34: “Os Trinta e Dois”. *Querida*, abril de 1968, pp. 32-33.

A figura feminina de semblante desolado na imagem leva as leitoras à interpretação de que se trata de uma mulher que perdeu um filho, ou que não conseguiu levar adiante uma gestação plena e feliz, provavelmente porque foi incapaz de segurar em seu ventre o fruto do amor maior entre um homem e uma mulher. Enfim, o apelo visual foi claro e preciso e a condenação àquelas que fossem na contra-mão de situações, como a demonstrada através da imagem, deveria ser implacável.

Em um tempo no qual a Psicologia havia angariado adeptos não apenas entre as classes médias, mas também nos projetos pedagógicos, como visto na preocupação da deputada Júlia Steinbruch, com seu projeto de educação sexual para as escolas brasileiras, os consultórios sentimentais gozaram de grande sucesso nas publicações analisadas. Oferecidos “no varejo”, os aconselhamentos ganharam formas diferenciadas e específicas para *Claudia* e *Querida*. No próximo capítulo, estas questões serão tratadas com mais propriedade.

CAPÍTULO III

PSICOLOGIA NO VAREJO: Consultórios Sentimentais e Prestação de Serviços nas Seções de Cartas

Iniciei esta seção com certa angústia: era minha primeira tentativa de contato com uma entidade abstrata chamada “público feminino”. Mais especificamente, “público feminino da classe média brasileira do início da década de 60”. Um longo rótulo que, entretanto, não definia o rosto do fantasma – e eu o imaginava ora desafiante, talvez até hostil, ora cético e desdenhoso, ora simplesmente ignorando-me com olímpica indiferença. (Carmen da Silva em “A Arte de Ser Mulher”, dezembro de 1979)

As cartas. Seria impossível mensurar, com relativo acerto, a quantidade das que seguiram às redações das revistas *Claudia* e *Querida* nas décadas de 1960 e 1970. As fontes analisadas utilizaram os espaços destinados à manifestação do público como forma de obtenção de visibilidade e credibilidade – existiam pessoas que as liam - e prestação de serviços. Ambas buscaram, cada uma a seu modo, a pretensa objetividade no trato das questões abordadas, ainda que muitas tivessem a subjetividade como a temática principal.

Tomando-se as referências sobre as cartas enviadas às redações de *Claudia* e *Querida* como verdadeiras, é preciso deixar claro que se está admitindo que existiram materialmente e em quantidade. Igualmente válidas são as ressalvas em relação a todas, ou a quase totalidade das cartas mencionadas e/ou respondidas publicamente, terem sido editadas para exemplificarem somente o que foi considerado necessário esclarecer, aos demais leitores, pelos redatores. Tal tratamento as tornou um produto diferente do original e, portanto, passível de análises circunscritas ao conteúdo publicado, que, por sua vez, foi portador de representações e ideologias específicas. As missivas compreenderam as mais variadas questões e observações e, por diversas vezes, pautaram os redatores na busca por melhores tratamentos das solicitações do público leitor, dentro dos limites impostos pela direção das publicações.

Carmen da Silva, a mais importante colunista feminista do segmento de revistas, da grande imprensa destinada às mulheres, atuou durante 22 anos com inegável talento em uma coluna que já existia antes de ela fazer parte do corpo de articulistas de *Claudia*. No espaço destinado às suas observações, geralmente generoso em relação às matérias de consultório sentimental, eram prestados serviços psicológicos e apoio moral às mulheres que desejassem libertar-se do jugo machista. Ela própria diria, em depoimento tempos depois, não haver concordado com o nome da seção por lhe parecer “horrorosamente piegas”²⁶¹. No entanto, sabia a dimensão de “tribuna” para a divulgação das suas ideias feministas que o espaço proporcionaria e dela fez bom uso.

Tal como as homilias, porém, sem o caráter religioso, as seções “A Arte de Ser Mulher”, em *Claudia* e “Você e Sua Vida”, em *Querida*, ostentaram um razoável espaço ao lado dos contos que, ao longo da década de 1970, foram perdendo espaço. As vidas de “mulheres reais” estavam, como dito acima, pautando as redações e, aos poucos, as seções que privilegiavam o atendimento no varejo de assuntos levantados em carta ganharam a chancela dos veículos e do próprio público.

Mas uma questão que contou com significativa atenção em diversos exemplares das revistas pesquisadas, tanto nas seções de cartas, quanto em assuntos mais específicos, era a relação afetiva entre namorados ou mesmo entre os casados. Ainda que tivesse havido leis para amparar e redimensionar as condutas relativas aos direitos das mulheres casadas no início dos anos sessenta e, depois, com a possibilidade do divórcio, na segunda metade da década de 1970, teria lugar para a mulher separada naquela sociedade? E se tivesse filhos? Como seriam educados e quais valores uma mulher sozinha poderia inculcar para a sua formação, a mais adequada possível, já que as questões recônditas dos conflitos entre casais não eram bem-vindas como assunto do domínio público?

Phillips²⁶², em seu trabalho sociológico sobre a história do divórcio em sociedades ocidentais (América do Norte e Europa ocidental, por exemplo), ao refletir sobre o papel dos estudos sobre o divórcio e a ruptura do casamento, para as décadas de 1960 e 1970, afirmou que, de modo geral, as explicações para o aumento do número de casais que recorreram ao divórcio tiveram início já em fins

²⁶¹ DUARTE, A. R. F. Op. cit., p. 38.

²⁶² PHILLIPS, R. *Desfazer o Nó: Breve História do Divórcio*. Lisboa: Terramar, 1996.

do século XIX, com o trabalho remunerado feminino e com as mudanças de atitudes sociais, além do acesso menos oneroso e burocrático que este recurso passou a conformar. Mas a conjunção destes foram, sem dúvida, exemplares nas décadas de sessenta e setenta.

No Brasil, a opção de dissolução do casamento só foi possibilitada com a Lei do Divórcio, de dezembro de 1977. Antes disso, de acordo com o Código Civil de 1916, embora o casal pudesse desquitarse, manter-se-iam unidos até a morte de um dos cônjuges perante a Igreja e o Estado.

Mas o fato considerado um avanço à caminhada das mulheres por mais direitos nas relações maritais foi o surgimento do “Estatuto da Mulher Casada”, em 1962. *Claudia* iniciou o trato do tema (Figura 35), citando a opinião de um jurista, Washington de Barros Monteiro, professor da Faculdade Paulista de Direito.



Figura 35: “Os Novos Direitos da Mulher Casada”. *Claudia*, julho de 1963, pp. 38-39.

É notório que a ciência jurídica brasileira se amparasse em forte discurso positivista. O jurista consultado pela reportagem não destoou da premissa de que o que está nas leis é para ser aplicado em detrimento do que a realidade possa

dificultar a sua aplicabilidade e, no limite, ter o efeito contrário do que é determinado.

Cristo E Onu

“Foi o cristianismo que, glorificando a maternidade, iniciou o processo de dignificação da mulher – afirma o eminente professor (...). A civilização, no estágio atual, procura completar essa redenção. Hoje pode-se dizer que a incapacidade da mulher casada é vista como instituição arcaica, abandonada pela maior parte das legislações. Segundo Savatier, a mulher é maior e de compleição que lhe permite proteger-se a si mesma, conceito “revolucionário” que empolga os corações feministas.

O movimento pela emancipação da mulher já obteve o reconhecimento formal de sua vitória, pois a Comissão Social das Nações Unidas, a 8 de novembro de 1948, aprovando a Declaração dos Direitos Humanos, estabeleceu, em seu artigo 14, que os homens e mulheres devem gozar dos mesmos direitos, não apenas durante o casamento, mas também após a sua dissolução.

Da mesma forma, os Estados Americanos deliberaram outorgar à mulher todos os direitos civis de que goza o homem (Convenção Interamericana, assinada em Bogotá, a 2 de maio de 1948), o que entre nós se transformou em Decreto (n.º 31.643, de 23 de out. de 52) expurgando do nosso Código as disposições que contêm limitações à capacidade civil da mulher casada. Eis porque a atual Lei 4.121, de 27 de agosto de 1962, estabelecendo os direitos da mulher casada, é um novo marco para o Direito brasileiro, uma iniciativa que dignifica nossos legisladores e coloca nosso País em um plano alto no conjunto das Nações.”²⁶³

A leitura apressada da fala do jurista poderia induzir o/a leitor/a a admitir que a revista, ao noticiar o fato, concordaria com a opinião por ele adotada. Neste caso, *Claudia* estaria a confirmar o que o senso comum e mesmo alguns pesquisadores já afirmaram ao se tratar de uma revista-vitrine²⁶⁴, que se preocuparia com as verdadeiras questões femininas, ou seja, que cercassem o universo das donas-de-casa. Em seguida, a repórter Lena Maria, que assinou a matéria, reproduziu a conclusão do jurista entrevistado:

A Conclusão Do Jurista

Finaliza o prof. Washington de Barros Monteiro:

“Na hora presente, ante as conquistas jurídicas da mulher, torna-se ridículo falar em poder “marital”, dever de obediência”, “fragilidade do sexo”. São expressões superadas, sem mais sentido.

²⁶³ *Claudia*, julho de 1963, p. 41. Grifo meu.

²⁶⁴ DUARTE, A. R. F. Op. cit., p. 19

É certo que ao marido deve caber a chefia da sociedade conjugal, a qual lhe é atribuída para que haja unidade na direção da família. Mas essa unidade não ficará comprometida com o nivelamento jurídico da mulher no mesmo plano de capacidade civil do homem, pois a autoridade judiciária está presente para dirimir os conflitos que acaso se manifestem na solução dos problemas domésticos.

A mulher é, nos termos da Lei, a companheira, a consorte e a colaboradora do marido. Não está, pois, sob a autoridade d'ele, a quem a Lei não confere poder algum neste sentido. Ou melhor, como diz Ricardo León, em "Los Centauros": "Só é dono o marido pelo amor, pela dignidade; só é escrava a mulher pela ternura".²⁶⁵

Nota-se a concordância do jurista sobre a manutenção masculina da liderança da sociedade conjugal. Não era item a ser questionado, pois, segundo ele, ser o homem o chefe do núcleo familiar era condição inconteste de ordenação da sociedade, pois os homens já deram provas de que reconheciam o posto e dele se compraziam. A construção do discurso do jurista pareceu amornar a questão dos direitos adquiridos pelas mulheres casadas, uma vez que, antes dessa Lei, de acordo com o artigo 6.º do Código Civil, aquela equiparava-se "aos menores de 21 anos, aos que habitualmente desperdiçam seus bens por imoderação nos gastos e aos índios (!) como pessoa relativamente incapaz".²⁶⁶ Para esse caso, a Lei foi um avanço, pois "suas reivindicações na Justiça podiam ser eventualmente anuladas. Êste absurdo foi eliminado".²⁶⁷

Na oportunidade, a revista expôs, de maneira clara, as mudanças ocorridas e como eram antes da Lei, de forma que a leitora pudesse comparar onde especificamente as mulheres casadas estariam amparadas pelas leis que diziam respeito aos seus interesses. E, com o claro reconhecimento de que tinham sido preteridos vários dos objetivos no projeto que tramitou durante uma década²⁶⁸, a autora apontou as seguintes observações:

Os Esquecidos E Um Bem Lembrado

²⁶⁵ *Claudia*, julho de 1963, p. 41. Grifo meu.

²⁶⁶ *Claudia*, julho de 1963, p. 41.

²⁶⁷ *Idem*.

²⁶⁸ "Lei aprovada e incorporada ao Código Civil em 1962, elaborada pela jurista Romi Medeiros, propunha a plena igualdade entre os cônjuges, mas depois de dez anos de tramitação nos poderes legislativos foi aprovado um texto muito diferente do proposto que apenas distinguia a mulher casada dos indígenas, dos incapacitados e menores e lhe permitia o exercício de atividades remuneradas sem necessitar da permissão do marido. O homem continuava a ser o chefe da sociedade conjugal. Ver Goldberg (1987)." Apud, DUARTE, A. R. F. Op. cit., p. 17.

Embora a Lei 4.121 represente um passo decisivo para a libertação da mulher, muita coisa escapou desta primeira peneirada. O artigo n.º 186, por exemplo, determinando que em casamento de um filho menor, se um genitor dá o consentimento e outro não, a opinião que deve prevalecer é a do pai. Por quê à opinião materna não é conferido o *mesmo* pêso? Seria de justiça, mas ainda não é da lei. Os artigos 409 e 454 são outros dois senhoriais artigos que dão preferência em caso de nomeação de tutores e curadores aos parentes do sexo masculino. Sem outra razão aparente senão a de que o sexo é forte, pela própria natureza. Para resumir: em diversos trechos do nosso Código ainda se deparam traços do tratamento desigual recebido pela mulher em face do Direito Positivo. Esperamos que a filosofia que o inspirou e que, para a mulher, de positiva só tem o nome, pois é em muitos pontos a própria negação dos seus direitos de igualdade, seja afinal corrigida por um pensamento mais atualizado. Temos a certeza de que não ficaremos só na esperança, pois novas reformas vêm aí, já se encontrando em mãos do Ministro da Justiça um ante-projeto do novo Código Civil (...).²⁶⁹

Com grande dose de ironia, Lena Maria finalizou o artigo “espremido” em uma página e com a fonte tipográfica diminuída,²⁷⁰ relembrando às leitoras de que não se tratava de uma revista feminista, mas feminina, pois, de acordo com a sua concepção de feminismo²⁷¹, a emancipação feminina em si encurtaria o caminho para um matriarcado, o que não era a causa defendida pela revista:

Apreciação Final

A palavra nova, incorporada ao artigo 233 do Código Civil – colaboradora – é a base de tôda a reforma. Como colaboradora do marido, a mulher não só caminha para a conquista de iguais direitos, como também para a partilha das responsabilidades.

Neste ponto, não será de admirar a reação:

- Está-se vendo que essa é uma lei feita por homens... Pois dizem que nos dão novos direitos e jogam em nossas costas responsabilidades que eram deles.

Sim, ainda é uma lei feita por homens, mas que já não consideram a mulher um ser inferior, incapaz de gerir-se a si mesmo. E se a mulher não comprovar esta sua capacidade (de que está farta de dar os

²⁶⁹ *Claudia*, julho de 1963, p. 41

²⁷⁰ Em relação ao corpo da revista, o tamanho da fonte da matéria em questão foi bem diminuído, apesar da “capa” ter sido diferenciada e com uma imagem que chama a atenção pela criatividade e pela angústia provocada pela representação da alga aberta na mão da mulher casada – indicada pela aliança no dedo anular.

²⁷¹ A observação é interessante porque a revista se colocou nesta e em outra oportunidade como feminina e não feminista. Não enxergavam como “feministas” as mulheres que buscavam a igualdade de direitos e oportunidades. E foram na contra-mão do seu próprio discurso, pois ao longo dos anos em que a pesquisa se centrou foi essa a diretriz que muitos dos textos – sobretudo os de Carmen da Silva -, de fato mostraram. Daí a importância de se falar em diferentes expressões do feminismo ou em *feminismos* para as décadas de 1960 e 1970.

maiores exemplos) como pretende a igualdade? (...) Nas atuais condições em que a mulher brasileira se encontra, mesmo após a Lei 4.121, isto ainda é lutar pela sua elevação... (...).²⁷²

E, mesmo com o “Estatuto” a “proteger” as mulheres que fossem contrair o matrimônio, bem como as casadas, não se mostravam suficientes as leis existentes de intervenção do Estado e da Igreja nos assuntos da intimidade de um casal. A citação abaixo, veiculada nesta mesma edição de *Claudia*, seguiu em um modesto espaço no final da revista, na seção de cartas intitulada “Aqui entre Nós”. Ressalte-se que o texto em questão foi publicado em julho de 1963, portanto, oito meses depois do lançamento da revista e dois meses antes do início da atuação de Carmen da Silva em *Claudia*.

Porque sou divorcista

Tenho profunda consideração pelo ser humano. A felicidade de cada criatura me diz respeito, pois entendo que somos os elos de uma só cadeia, que se chama humanidade. Logo o que afeta a um deve afetar aos demais. Considero, portanto, uma atitude egoística ignorar a desgraça alheia, negando ao próximo a possibilidade de liberação. É o que acontece no Brasil com o problema desquite e divórcio.

Se um menor cometer um assassinato, após cumprir o tempo regulamentar da pena estará livre para recomeçar a vida. E no casamento? (Um menor ou uma menor poderão ser induzidos a casar-se. E que sabem eles da vida? Onde está a maturidade para discernir entre o certo e o errado, quando os maduros também erram?) O menor que se casou, se falhar, estará condenado perpétuamente.

Um crime de morte é então menos sujeito à punição do que o “crime” de errar no casamento? Pois a sentença neste caso é inapelável. Será para servir de exemplo? Então, por que o número de desquites aumenta dia a dia, a despeito de tôdas as escolas de preparação para o matrimônio? Chegaremos certamente ao amor livre, se o divórcio não fôr instituído no Brasil para moralizar a situação, para colocar todos os desajustados matrimoniais e seus filhos à sombra da lei e da sociedade. E depois, nossa Constituição assegura a liberdade religiosa. Por que então condenar aqueles que não são católicos a seguirem os cânones da Igreja Católica Apostólica Romana? É um absurdo, uma vez que o Estado e a Igreja são separados. Que se institua portanto o divórcio para os não católicos. Os católicos sob hipótese alguma deverão divorciar-se ou mesmo desquitar-se, porque estariam indo contra os preceitos da Igreja.

Se vivemos numa democracia, devemos ter leis democráticas.

Josefina Rodrigues da Silva. Jundiaí, SP.²⁷³

²⁷² *Claudia*, julho de 1963, p. 41.

²⁷³ Seção: “Aqui Entre Nós”. *Claudia*, julho de 1963, p. 115.

Diante de todo o cuidado que a revista teve em preservar a sua imagem, como o espaço da dona-de-casa, da mulher casada, buscou, já nos seus primórdios, o envolvimento pessoal expresso no próprio nome da publicação: *Claudia*, a revista amiga. E, se entre amigas que têm projetos e assuntos em comum, confiança e cumplicidade são fundamentais. Entre amigas, não existem segredos. Por que haveria de ser proibido ou indigno tratar-se de um assunto como a separação, o desquite ou o divórcio? Desta forma, discutir-se sobre um relacionamento que vai mal, ou que terminou também é assunto de mulher casada ou de mulher que deseja fazê-lo; também é assunto da dona-de-casa. Os espaços abertos pelas seções de cartas a essas manifestações são, sem dúvida, ricos para se empreender pesquisas sobre comportamento e a maneira como os veículos costumam, historicamente, tratar dessas questões.

O caminho para a aprovação da Lei do Divórcio foi árduo²⁷⁴; movimentou as mulheres e não poucos homens. O impedimento de contrair novas núpcias afetava também aos homens e a relação de direitos aos filhos fora do casamento legalizado era um impeditivo para o reconhecimento da igualdade entre filhos legítimos e bastardos. Apenas em dezembro de 1977, a Lei foi aprovada como uma emenda à Constituição de 1967.²⁷⁵

²⁷⁴ De autoria do então senador Néelson Carneiro "O divórcio não passava por causa de um movimento nacional comandado pela Igreja. Nosso congresso era liderado por representantes do interior do Brasil que àquela época respondiam aos ditames do catolicismo. Se o padre fosse do púlpito e dissesse que fulano de tal era a favo arneiro, viúva do senador. "O divórcio foi rejeitado inúmeras vezes e somente em junho de 1977 é r à lei do divórcio, aquele parlamentar saia arrasado de sua base", explica Carmem C que o Congresso aprovou, por 226 votos contra 159, a proposta de emenda constitucional. Em entrevista que concedeu na ocasião, Carneiro afirmou: 'Foram 26 anos de luta constante, mais de mil debates na tribuna parlamentar, nas faculdades, na imprensa escrita, falada e televisada e houve até mesmo uma comédia teatral que percorreu o País expondo ao que resultava a situação conjugal obrigatória'. A sessão do Congresso que aprovou a emenda do divórcio foi tumultuada e teve de ser interrompida duas vezes por causa da manifestação das cerca de 1.500 pessoas que ocupavam as galerias." LESSA, A. *A Dama do Divórcio*. Texto disponível em meio eletrônico: http://www.jornaldaimprensa.com/noticias.php?not_codigo=5789. Acesso em 10/01/2009.

²⁷⁵ Lei nº. 6.515 de 26 de dezembro de 1977 que "Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências" instituído pela Emenda Constitucional nº.9, de 28 de junho de 1977. Antes disso, a Constituição de 1967, informava no artigo 175, §1º que o casamento era indissolúvel. "Até então, havia o desquite, prescrito no artigo 267, III do Código Civil de 1916, que significava a dissolução da comunhão e conseqüentemente o fim dos deveres de coabitação, fidelidade recíproca e do regime matrimonial de bens, mas os desquitados não podiam contrair novo casamento. Significava dizer que se uma pessoa desquitada resolvesse iniciar um novo relacionamento, essa convivência não era, à luz da legislação brasileira, considerada uma família, pois esta, de acordo com o antigo texto constitucional ("caput" do artigo 175), era constituída pelo casamento, que merecia, inclusive, pelo preceito sob comento, a proteção dos poderes públicos. Essa relação fora do casamento trazia, também, conseqüências para os filhos que dela nascesse, quanto ao obstáculo ao reconhecimento da paternidade, como previsto no antigo Código Civil (artigo 337 e seguintes), preceitos considerados discriminatórios e punitivos à criança, que, aliás, classificava os filhos em legítimo, ilegítimo, adulterino, incestuoso e adotivo."

O contexto já não era mais o da década de sessenta, no qual as mulheres ansiavam por maior reconhecimento por parte do Estado e da sociedade machista. E o próprio casamento vinha acumulando críticas entre a juventude que já admitia postergar a ida ao altar. O cenário político encontrava-se no período de “abertura lenta e gradual” do governo Geisel. Na coluna “Giba Um – Rio/São Paulo”, de 1978, um colunista social de *Claudia* comentou a respeito da Lei recém-promulgada.

Divórcio em baixa

A lei do divórcio não foi, pelo menos em São Paulo e Rio, o sucesso que muita gente esperava que fosse: até agora, quase cinco meses após sua instituição no país, os pedidos em cada uma das varas da família no foro paulista e carioca não chegaram mesmo a um por dia (média), para surpresa de juízes e advogados, que esperavam que nessas alturas 30 por cento dos 200.000 desquitados já tivessem entrado com pedido de divórcio. As causas apontadas são muitas, mas a principal seria mesmo o alto custo dos serviços profissionais dos advogados. Pra se ter uma idéia como o preço alto corre por conta dos advogados mesmo, o fórum só cobra taxas, que não chegam a Cr\$250,00. Além disso outro fator seria o artigo 14 (sic), que reza que qualquer pessoa só pode se divorciar uma vez. Tudo isso dificulta a decisão... E já há quem afirme que esse artigo deve cair logo, logo, uma vez que o seu lobo não anda lá muito alto. Daí, quem sabe, a coisa muda...²⁷⁶

Ao mesmo tempo em que “profetizou” a modificação do artigo que impedia a/o divorciada/o de utilizar-se desse recurso mais de uma vez²⁷⁷, apontou o porquê da Lei até aquele momento não ter surtido o resultado esperado. Era caro porque dependeria da contratação de um advogado, cujos honorários superavam as únicas despesas forenses necessárias.

Diante dessas considerações, ficaram mais claras as regras que teceram o contexto a que foram submetidos os casais, entre as décadas de 1960 e 1970, e lançou luz às queixas das leitoras sobre a desejada, mas difícil arte de se viver em harmonia com um companheiro. As análises, a seguir, buscaram encontrar os

AMMA (Associação dos Magistrados do Maranhão). *Divórcio, Desquite e Separação*. Texto disponível em meio eletrônico. <http://www.amma.com.br/conteudo.php?cat=2&id=0000000613> Acesso em 10/01/2009.

²⁷⁶ “Divórcio em Baixa.” *Claudia*, abril de 1978, p. 17. O Art. 38 previa originalmente: “O pedido de divórcio em qualquer dos seus casos, somente poderá ser formulado uma vez.” No entanto, foi revogado pela Lei nº 7.841 de 17 de outubro de 1989. A respeito da Lei do Divórcio, Presidência da República – Casa Civil, Subchefia para assuntos jurídicos. Texto disponível em meio eletrônico: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm Acesso em 10/01/2009.

²⁷⁷ Na verdade o artigo em questão, diferente do que está citado pelo colunista, é o de n.º 38, revogado pela Lei n.º 7.841 de 17/10/1989. Portanto, quase doze anos após a Lei original. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm Acesso em 06/02/2009.

dados que demonstraram a construção de uma nova mulher por meio das revistas analisadas neste período, de forma mais direta, a partir das cartas respondidas e das seções que se apropriaram de questões de leitoras para comporem os artigos.

Antes das análises mais específicas sobre a importância de Carmen da Silva em *Claudia* e do outro “especialista” da revista *Querida*, no que se está aqui considerando como consultórios sentimentais, é necessário traçar-se uma descrição breve de outras seções que recebiam/utilizavam cartas de leitoras/es e as respondiam. Observou-se que esses espaços também serviram como termômetro dos assuntos mais instigantes para cada época, os mais ousados ou ainda os críticos que poderiam colocar em xeque a popularidade das próprias revistas.

Pergunte à *Querida*

Alguns exemplos ilustrativos da variedade das questões podem ser demonstrados pelas seguintes reproduções de missivas enviadas à revista *Querida*:

“Venho acompanhando, com interêsse, a série “Minha Vida Daria Um Romance”, e gostaria de escrever-lhes. Mas como não tenho pendor para as letras, desisti”. – Rita de Passos – Manaus, AM.

Escreva-nos, Rita, e conte-nos o que quiser, numa simples carta, mesmo que manuscrita. Se a sua história fôr realmente interessante, Lâsinha Luís Carlos a romanceará e nós a publicaremos.²⁷⁸

“A reportagem sôbre mulheres em armas foi espetacular, mas não acham que a idéia é um exagêro?” – Fátima dos Santos – São Paulo, SP.

Os tempos mudaram muito, Fátima, e hoje a mulher tem de participar de todos os setores da vida. Até mesmo da caserna.²⁷⁹

“Por que não reservam algumas páginas de QUERIDA para apresentação de notícias que interessem à mulher?” – Serize Mattos – Recife, PE.

Sua carta chegou-nos às mãos no momento exato em que estamos lançando a nova seção “A Mulher...a Notícia”, a qual, esperamos, venha a ser do agrado geral.²⁸⁰

²⁷⁸ *Querida*, março de 1967, p. 04.

²⁷⁹ *Querida*, março de 1967, p. 04.

²⁸⁰ *Querida*, março de 1967, p. 04.

“Gostaria que me informassem como proceder para adquirir o livro “O Que é Que Há Pussycat?” – Rosina Alves – Botucatu, SP.

Se não encontrar o livro em sua livraria, escreva para um dos dois endereços seguintes e peça-o pelo Reembolso Postal: Editôra Civilização Brasileira, Rua 7 de Setembro, 97, Rio de Janeiro, GB, ZC-21, ou Agência Siciliano de Livros, Jornais e Revistas Ltda., Caixa Postal 30.059, São Paulo, SP. E bom proveito. É um livro realmente delicioso.²⁸¹

“Como fazer para adquirir o livro “Por Um Momento de Amor?” – Fernanda Araújo – Brasília, DF.

Sugerimos que leia a resposta a Rosina Alves, à qual demos explicações detalhadas.²⁸²

“A novela “A Sombra de Rebeca” está despertando tanto interesse, que me lembrei de sugerir-lhes a apresentação de como se preparam pratos típicos japoneses.” – Diana Uzeda – Rio de Janeiro, GB.

Sua sugestão já foi encaminhada a Maria Thereza Weiss.²⁸³

As seções que publicavam dúvidas e respectivas respostas às cartas surgiram a partir da demanda sempre generosa de opiniões e questionamentos das leitoras e, ainda que menos frequentes, também de leitores. Nos exemplos acima, a variedade pode ser confirmada, pois figuraram sugestões, como a de se criar espaço para tratar-se de fatos noticiosos que, por ventura, fossem do interesse feminino. Ato contínuo, a revista mostrou-se adiante ou sincronizada com a leitora, já avisando que uma seção que trataria do assunto solicitado estava disponibilizada. Supondo que a seção fosse uma invenção arbitrária, e a carta com a solicitação igualmente inventada, as questões ali colocadas teriam tido sustentação por longo tempo e indicado que era necessário ampliarem-se e diversificarem-se, como, de fato ocorreu, dois anos depois.

Restaria saber o que seria considerado assunto de interesse das mulheres, tanto pela leitora citada, quanto pela revista. No caso de *Querida*, a seção de estréia abordou assuntos diversos. Grande parte de pequenas notas sobre mulheres que se notabilizaram no cinema, na televisão e demais artes, até mexericos, os mais variados.

²⁸¹ *Querida*, março de 1967, p. 04.

²⁸² *Querida*, março de 1967, p. 04.

²⁸³ *Querida*, março de 1967, p. 04.

Destacaram-se a “exportação” de manequins (modelos para passarela) para Paris, ao referir-se sobre a participação de uma modelo brasileira em desfiles do costureiro Guy Laroche. É interessante observar que a maneira como as modelos eram citadas, pelos articulistas, de acordo com a linguagem da época, era “o manequim”, no masculino, reforçando o sexismo da linguagem presente em vários termos na Língua Portuguesa que não flexionavam o gênero e os mantinham como referência linguística e social²⁸⁴. Outras notas referiram-se à moda em Paris, algumas delas anunciadas como “cortesia de L’Oreal de Paris”. Seguiram-se, também, referências sobre atrizes de Hollywood, atrizes brasileiras e seus respectivos trabalhos, além de nota informativa sobre a saúde da rainha Elisabeth e sua irmã:

O Retorno Ao Lar – Elegante, como de hábito, e sorridente, a princesa Margareth deixa o Hospital Rei Eduardo VII, em Londres, após submeter-se a um check-up de rotina, a caminho de seu Palácio de Kensington. Enquanto isso, a Rainha Elisabeth era acometida, em fins de fevereiro, de forte crise, de gastroenterite, inspirando cuidados médicos especiais.²⁸⁵

Em outras edições, onde ocorreu esta seção, o espaço destinado aos textos foi visivelmente diminuído, bem como aumentados a quantidade e o tamanho das imagens²⁸⁶. A importância e a frequência das menções sobre atrizes estrangeiras

²⁸⁴ Termos como “homem público”, representando pessoa de negócios, político ou pessoa influente e o feminino, “mulher pública”, cuja conotação é considerada pejorativa por fazer referência à prostituta. E mesmo Homem como correspondente para humano são ainda fortes marcas do sexismo na linguagem da Língua Portuguesa do Brasil.

²⁸⁵ “A Mulher – A Notícia”. *Querida*, março de 1967, p.88 (Itálico no original). Nota-se a linguagem mais próxima de seções que se convencionou tratar por coluna social. A alusão de retorno ao lar poderia significar que a princesa estaria de volta ao seu lugar por excelência, o que, por extensão, caberia a toda mulher fosse ela princesa ou “plebéia”.

²⁸⁶ No número de estréia, foram 23 notas apresentadas em duas páginas, permanecendo por pouco tempo com número próximo a este ao longo do ano de 1967. Já no ano seguinte, a média foi de 7 notas que contaram com imagens para ilustrá-las: *Querida*, julho de 1968, pp. 76-77; *Querida*, setembro de 1968, pp. 76-77. Em março de 1969, a revista alterou o formato da publicação para tablóide e as medidas aumentaram. Neste número, a seção foi incorporada pelo suplemento *Jornal de Querida*, com oito páginas, que agremiou as antigas seções de livros, discos, cinema, teatro e uma coluna de turismo. Outra observação relevante foi a estréia de uma coluna de guia de compras com indicações de produtos, com os respectivos valores e onde poderiam ser encontrados. Antes, como já analisado em capítulos anteriores, não havia essa “prestação de serviço” por *Querida*, o que obrigava as leitoras a copiarem os modelos apresentados ou improvisarem os acessórios que acompanhavam as seções de moda, por exemplo. Ou, ainda, a dirigirem-se à Londres ou Paris, cujos endereços eram divulgados em “A Mulher ... A Notícia”: “(...) Para as interessadas a ‘Boutique’ funciona nos números 11/12 da Dover Street, London W. 1, e seus preços são camaradíssimos”. *Querida*, julho de 1968, p. 76-77. Para estes casos, o privilégio era para poucas, certamente, mas não era necessariamente o grande público da revista.

criaram à proporção que diminuíram outros assuntos, aparentemente mais polêmicos.

De volta aos exemplos da seção de cartas, outras leitoras solicitaram serviços de informações sobre aquisição de livros. Muitos deles eram sugeridos pela própria revista, que elaborava um breve resumo e os destacava em uma coluna específica. A leitora que arguiu a revista sobre a possibilidade de que seus dramas pessoais fossem publicados, levantou tal possibilidade para outras leitoras que, como ela, não teriam talento para a tarefa. *Querida* publicou durante algum tempo a coluna “Minha Vida Daria um Romance”, na qual, supostamente, leitoras enviavam cartas à redação, direcionadas a Lâsinha Luís Carlos, autora e tradutora de romances que, por longo tempo, figuraram na publicação.

Em outra oportunidade, um serviço de consulta jurídica foi solicitado por uma mulher que teve apenas um trecho do pedido publicado:

“. . . se a genitora fugir com a filha para outra cidade, onde estão suas irmãs, estará ela raptando? E o que lhe poderá fazer o Juiz de Menores?” - Janine Veiga
Barreiras, BA.

Se o Juiz determinou que sua filha ficasse em companhia de sua irmã casada é porque ele observou no transcorrer da ação que você não tinha condições para poder prover, sozinha, a subsistência da filha. Isto não quer dizer o seu banimento como mãe, mas em casos assim, quando os pais não chegam a um denominador comum, o bom senso do magistrado faz com que a criança seja entregue a uma terceira pessoa, quase sempre da família, que tenha condições morais e financeiras para criar e educar o pequenino. Não procure ir de encontro à decisão legal. Se há inteira liberdade (como afiança em sua carta) para ver sua filha, na hora que deseja, sem dia marcado ou outra qualquer restrição, está parecendo que seu gesto de levá-la para outro Estado, é de puro capricho, para demonstrar que saiu vencedora, ou um egoísmo que não fica bem num coração de mãe. Você ainda não entendeu que a decisão do Juiz foi apenas para dar uma satisfação aos dois, evitando atritos, e que você continua de posse de fato de sua filha? Raciocine um pouco mais e deixe de lado as paixões, que será muito feliz. Leia a carta mais acima e guarde como lição.²⁸⁷

A autoridade de que se valia o especialista, somada ao estado geralmente sensível de quem escrevia, solicitando uma solução para o problema, garantia às revistas a notoriedade de porta-vozes de uma “verdade” que se pretendia reconhecida universalmente. Ao confiar no “bom senso do magistrado”, o autor da

²⁸⁷ *Querida*, novembro de 1967, p. 65.

resposta delegou ao meio jurídico poderes superiores ao da família da criança em clara colaboração à ideia apresentada no capítulo anterior sobre o projeto de educação das massas com fins normatizadores, apesar de contrários à família.

Isso comprovaria a eficiência do veículo em agremiar, ao lado de farta publicidade de cremes e lingerie, uma resposta para a angústia pessoal das leitoras. A suposição de que fossem verdadeiras as questões enviadas não alteram a importância dos aconselhamentos, uma vez que procuravam a aproximação individual com a leitora missivista, portadora de questões “reais”, que, de alguma maneira, poderiam ser comuns a outras leitoras. Nestes casos, a aproximação se daria em outras circunstâncias e não com uma, mas com várias leitoras ao mesmo tempo.

Tais seções comprovariam o viés supostamente interativo dos espaços de aconselhamento do público, pelo veículo de imprensa, uma vez que se constituíram lugares de exposição de opiniões e da intimidade e subjetividade das/os leitoras/es. Como são fartos os exemplos, alguns foram destacados por apresentarem ou consistência pela pergunta, ou pela representatividade da resposta; ou, ainda, por demarcarem a relação de cumplicidade entre a leitora e o veículo. Salienta-se, entretanto, que este último representou uma entidade investida de confiabilidade, portando-se como mediador dos conflitos pessoais, mediante aconselhamento “gratuito”.

"Em 1963 contraí matrimônio em uma certa capital, no norte. Tudo feito legalmente: meus documentos em ordem, bem como os de meu noivo... vim a saber pelo meu próprio marido que êle era desquitado, com mulher viva em Belo Horizonte e seis filhos desta." - G. Mendes - Juiz de Fora, MG.

Seu casamento é nulo, segundo as leis de nosso país, já que seu "marido" é desquitado e, portanto, impedido de contrair novo matrimônio. Não entendi como foi feito êsse segundo casamento com você, e, pelo que parece, êle cometeu o crime previsto no Código Penal de Bigamia. Isto se a cerimônia se realizou realmente, usando êle documentação falsa que o dava como solteiro. Se apenas fingiu o enlace, a configuração criminosa deixa de existir sob êsse aspecto, não sendo você mōça menor e não havendo aproveitamento material por parte dêle. É um ponto que sua carta deixa em dúvida. Diz você que êle hoje é pessoa de grandes recursos materiais, o que não acontecia quando "casou". Esses recursos êle conseguiu enquanto vivia em sua companhia? Em caso positivo, segundo a jurisprudência dos Tribunais, você tem direito a uma boa parte de seus bens, o que poderá conseguir através de uma

ação judicial. Outro esclarecimento vai por carta. Comunique assim que recebê-la.²⁸⁸

A resposta foi amparada na legislação em vigor que ainda não previa o divórcio. E, como informou o consultor responsável, alguns pontos ficaram sem conclusão por falha da leitora missivista em não ter dito mais sobre o que era necessário para a avaliação correta da situação. Ficou clara a simulação de uma situação “real”, via de regra, circunscrita aos escritórios de advogados empenhados em trabalhar com problemas referentes à esfera cível. Notou-se, também, a linguagem objetiva, como simulacro, respaldado pela autoridade de um advogado que não orientou a leitora que procurasse, pessoalmente, um profissional da área para acompanhá-la.

Embora tenha se dirigido à função jornalística de informação de fatos e de formadora de opiniões, o que cita Alexandre Soares poderia ser verificado nas revistas analisadas, na medida em que, de acordo com as análises aqui empreendidas, procuraram assumir discursos supostamente objetivos, utilizando-se do discurso do conhecimento científico:

De uma prática discursiva que atua na construção e reprodução de sentidos, prática essa realizada a partir de um efeito ilusório da função do jornal como responsável apenas por uma transmissão objetiva de informações. O discurso jornalístico constrói-se, dessa forma, com base em um pretense domínio de referencialidade, pois baseia-se em uma concepção de linguagem que considera a língua como instrumento de comunicação de informações. Decorrem daí vários efeitos de sentido constitutivos dos sentidos veiculados como informações jornalísticas: objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade.²⁸⁹

Uma possibilidade de análise da grande ocorrência desses auxílios, cuja validade, entretanto, não é possível asseverar-se por completo, seria porque advogados não eram ou não se mostravam acessíveis para boa parte das leitoras que reclamavam alguma solução por meio das revistas. Ao responder à G. Mendes, o consultor indicou caminhos a essa pessoa em particular, mas cujo espaço da publicação, notadamente era público. E isso proporcionava à revista a credibilidade

²⁸⁸ *Querida*, novembro de 1967, p. 65.

²⁸⁹ SOARES, A. S. F. Cartas: A Teatralização do Eu? *Revista Trama*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, volume 02, n.º 3, 1º semestre de 2006, pp. 12-13.

necessária a um veículo de informação e prestação de serviços às mulheres, seu público alvo.

*Querida*²⁹⁰, que já dispunha de uma seção destinada a responder às questões de cunho psicológico, apresentou como matéria de capa, em junho de 1968, a questão: “Psicanálise: Mania ou Necessidade?” De forma esclarecedora para o que se propunha a revista e bastante direta, a matéria chamou atenção por iniciar uma discussão que, à época, era bastante importante nos meios acadêmicos e que, hoje, tem tido espaço garantido nas áreas de comunicação. A reificação do ser humano e a perda da individualidade, a massificação da sociedade e o embrutecimento das relações humanas para se atender às exigências da produção. Em vista disso,

o grande aumento de neuroses e outras doenças mentais decorre do desequilíbrio entre as aspirações do homem, como indivíduo, e suas possibilidades de se realizar no coletivo, de novo gente, integrado, não um mero consumidor. Aí é que entra a psicanálise. Procurando mostrar a cada um sua própria realidade emocional, até então desconhecida, permite ao homem o caminho da autenticidade, o maior crescimento interno, o prazer de estar vivo e de criar.²⁹¹

Ficaram claras, ao mesmo tempo, o discurso auto-referente e a sintonia com o contexto vivido pelos autores da matéria: o primeiro, ao procurar legitimar a prática profissional da “análise”, em franca expansão entre as camadas alta e média da população dos grandes centros urbanos, e o seguinte, com certa prepotência, elaborou uma relação causal que justificaria, inclusive, as diferenças sociais e o tratamento adequado às frustrações originárias dessas diferenças. Devido à impotência do indivíduo, era menos viável modificar a sociedade injusta, com tão claras desigualdades econômicas e cada vez mais consumista. A melhor solução seria a da coexistência pacífica, cada um buscando ajustar-se à “realidade”, em vez de criar uma outra.

O artigo seguiu discutindo questões como o método da Psicanálise, a maneira de proceder em relação ao número de sessões e ao tipo de estratégia adotada por cada profissional. Questionou a dificuldade de se conseguir o tratamento em virtude de não ser financiado pelo Estado de forma eficiente e que, portanto, atuaria como um procedimento excludente, destinado aos “ricos”. De

²⁹⁰ *Querida*, junho de 1968, pp. 48-50.

²⁹¹ *Idem*.

forma didática, expôs os passos de um tratamento, da detecção do problema, até o seu término.

Mas já que fazer análise com um profissional habilitado não era para todos, caberia um espaço cativo na revista a fim de solucionar os “grilos”²⁹² das leitoras.

Em seção fixa da revista, “Você e Sua Vida”, os atendimentos às cartas eram realizados de forma dirigida, “no varejo”. As leitoras enviavam as questões e destas, eram publicados trechos, de modo a confirmar a existência da leitora e expor os problemas que bem poderiam se encaixar com os de outras/os leitoras/es. As respostas seguiam na sequência e poderiam requisitar maiores detalhes das leitoras para confirmar o sentido de “tratamento rápido”:

Seção VOCÊ E SUA VIDA
Prof. José Augusto Pereira

“estou muito triste por essa infelicidade que me atingiu logo no começo de minha vida de casada, ainda mais que meu marido é louco por crianças...” - Esperando Ser Mãe - São Paulo, SP.

Infelizmente a noticia que ouviu ainda não tem fundamento. A medicina chegará, não tenha dúvida, a resolver esse problema; mas ainda é cedo. Use essa instituição maravilhosa do nosso Direito que se chama adoção. Verá que com o tempo tôdas as angústias serão afastadas com a presença e o sorriso daquele pequenino ser em seu nôvo lar. Mas faça isso já, participando os resultados. Seja feliz!²⁹³

Na citação acima, percebe-se de que forma a revista acreditava aconselhar uma mulher que declarava ter problemas para ter filhos. Não ficou claro para os demais leitores se a incapacidade era dela ou do marido. A ligeireza com que a questão foi tratada demonstrou a pouca seriedade e profissionalismo sobre o trato de questões de foro íntimo por meio da revista, nessas seções.

Dessa forma e além, a capitalização das questões atinentes à vida privada das leitoras funcionou como moeda de troca entre “amigas”. No entanto, essa simulação de “amizade”, a qual, para o caso acima citado, configurou certa apropriação do espaço privado mediante consulta – a leitora solicitou, por carta, um

²⁹² A palavra refere-se a uma gíria comum à época, sinônimo de problemas, frustrações e outras questões de cunho emocional.

²⁹³ Ao final da seção, seguiam os endereços para envio de cartas e a seguinte informação: “Tôdas as quartas-feiras, na TV-Tupi, canal 6, a partir de 16 horas, estaremos com uma seção de psicologia. ao dispor. de nossas leitoras.” *Querida*, novembro de 1967, p. 65.

aconselhamento e o caminho para a “solução” de um problema pessoal - via de regra ficaria comprometida, caso extrapolasse a relação revista-leitora. Dito de outra forma, a “amizade” era possível, era fato entre *Querida* e leitora X (ou entre *Claudia* e leitora Y), apenas enquanto as personagens mantivessem seus restritos papéis de leitoras, de um lado e revistas, de outro. Tanto revista(s), quanto leitora(s) são entidades supostamente “reais”. Materialmente existem; porém, não têm, uma para a outra, o mesmo sentido além da relação estabelecida entre leitora e veículo/revista no espaço criado para esse tipo de “interatividade”.

Outra questão relevante refere-se à pretensa objetividade e a busca pela veracidade e confiabilidade dos veículos de imprensa, dentre os quais as revistas femininas se incluem. Para os casos dos consultórios sentimentais e demais conselhos de foro íntimo, a subjetividade poderia ser tanto uma estratégia, quanto uma falha no ritual da imprensa, de acordo com Bethania Mariani:

Seria possível considerar, então, que essas colunas constituem uma brecha, uma rachadura, uma falha no ritual ideológico jornalístico de apresentação da “verdade” de fatos que falam por si, cujo suporte seria a língua entendida como instrumento de comunicação de informações. O que provoca a falha é a irrupção de uma subjetividade, de uma personalidade: a carta apresenta um problema pessoal, um sofrimento particular e singularizado. Assim, as colunas estariam fomentando duas fraturas nesse ritual: a irrupção de uma subjetividade, de uma personalidade, como já foi dito, e, também, o acolhimento do discurso psicanalítico como lugar de respostas para os problemas apresentados.²⁹⁴

Continua Mariani, afirmando que essa pretensa característica informativa do jornalismo se ampara sobre uma “ideologia utilitária”, ao pressupor que haja necessidade social de se conhecer os fatos relatados.

Estes, dessa forma, já figuram nas páginas impressas pré-significados por uma relevância constituída pelo imaginário: se o jornal publicou é porque é importante ou só é importante o que aparece no jornal. Fica apagado para o leitor o fato de ter havido uma seleção das notícias (a pauta), ficando igualmente apagado que as manchetes também resultam de tomadas de decisão realizadas pelos editores e assim por diante.²⁹⁵

²⁹⁴ MARIANI, B. *Para Que(m) Serve a Psicanálise na Imprensa?* Disponível em: http://www.geocities.com/gt_ad/bethania.doc. Acesso em 10/02/2009.

²⁹⁵ Idem.

Ressalte-se a importância da existência de consultórios sentimentais – desde a primeira revista considerada feminina segundo Buitoni, em 1693, na Inglaterra²⁹⁶ - até as demais seções (de cartas) direcionadas, em que especialistas responderiam a questões tão variadas quanto ter ou não direito à pensão alimentícia, ou como conseguir afinar a cintura para se usar um biquini. Havia consultores eventuais e fixos que, ao responderem às leitoras, demonstravam o poder e a autoridade em assuntos individuais e íntimos, mas que pretendiam à universalidade.

A citação abaixo é bem representativa por vários elementos que possibilitam compreender a importância das revistas como canais de comunicação com as leitoras para questões, em princípio, sérias e que direcionassem as moças à socialização e ao desempenho de determinados papéis sociais. A idade da leitora, o tom de desabafo de uma adolescente, que parecia estar descrente da vida com tão pouca idade; a comparação do afeto que as amigas receberiam dos respectivos pais, em detrimento do que ela alegava não receber do seu, ou do que acreditava ser importante como demonstração de afeto para se sentir querida; as idades mencionadas sobre as primeiras experiências com namorados aos 9 e 10 anos de idade, que não foram esmiuçadas quais seriam as ações e trocas que já desempenhava; a frustração amorosa e o desejo de sufocar a sexualidade e a negação do casamento:

Tenho 14 anos. Não sou muito feliz, pois meu pai não é como o das minhas amigas: bom, carinhoso, compreensivo, amigo. Quando fiz 9 anos tive o meu primeiro namorado...aos 10, tive outro...acabei e nunca mais quis saber de namorar...comecei a sentir o desejo de ser freira...Já pensei estar apaixonada por meu professor, meu oculista, meu motorista, um primo de 22 anos, e outros. Acha que devo sair do colégio de freiras? Aconselhe-me como se eu fôsse sua filha...
ADGRAY – Brasília, SF.

Na verdade, a sua maturidade é extraordinária, muito acima do que se poderia esperar para uma menina de 14 anos. Os seus problemas não são propriamente seus, mas de seus pais, que não estão sabendo aproveitar êsse notável material humano que é você. Essas paixões que tanto a atormentam representam um reflexo da total ausência de seu pai. Sua tendência será procurar fora do lar um substituto no afeto que gostaria de dar a seu pai; dar e receber. Naturalmente que o aborrecimento que sentiu nas experiências amorosas que teve, deveu-se a que sua maturidade era bem superior à dos seus namorados, daí o choque inevitável. Não é o caso de real vocação para entrar para um convento e seguir a vida

²⁹⁶ Chamava-se *Lady's Mercury*. Cf.: BUITONI, D. H. S. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.

religiosa. Tudo se resolverá com o tempo. Continue estudando no colégio de freiras, pois isto não lhe poderá fazer mal algum. Escreva sempre que quiser uma orientação, pois a estaremos atendendo como se fôsse nossa filha, como é seu desejo...²⁹⁷

Nota-se a aparente preocupação do “profissional-especialista” para com o caso da jovem missivista e a tentativa de recuperar a auto-estima, tão cara aos adolescentes que passassem por dificuldades de adaptação, nessa fase de suas vidas. Porém, algumas possibilidades de análise vêm à tona sobre práticas como essa, que foram a pedra de toque das seções de aconselhamento psicológico nas revistas pesquisadas²⁹⁸.

Pode-se notar certa prepotência do especialista, Prof. José Augusto Pereira, ao dirigir a sua resposta, publicamente, à menina a partir de uma única carta. Pereira rompeu com o que de fato poder-se-ia justificar como atendimento terapêutico profissional. Na verdade, não se tratava de uma consulta e o respectivo tratamento individual, ou mesmo em grupo, mas a simulação de outra ação em nome da Psicanálise que pressupunha esses tipos de atendimento.

A apropriação indevida e contrária à ética profissional, de se lançar qualquer diagnóstico sobre os pais, a respeito da queixa apresentada pela jovem missivista, apenas com os elementos apresentados e em uma única oportunidade, ficou clara. Ao adjetivar a garota como extraordinariamente madura, apesar da pouca idade, ou asseverar que o problema não era dela, mas sim dos pais; ao assumir uma figura de “pai” para atender ao desejo da “paciente”, o responsável pela resposta acabou por ultrapassar os limites da própria atuação profissional em flagrante simulacro. Agindo assim, a hipótese levantada anteriormente, sobre o vínculo de “amizade” e “cumplicidade” entre veículo e leitor/a se confirma, pois não houve indicação alguma de continuidade de relacionamento além dos limites estampados nas páginas de *Querida*. Tratar a menina como se fosse filha de quem respondeu à carta significaria, portanto, ocupar um espaço que estaria vago, no entender do Prof. José Augusto Pereira, responsável pela resposta.

Uma segunda possibilidade de análise do papel da revista em abrir e perpetuar espaços como esse, e que não exclui a análise anterior, poderia servir

²⁹⁷ “Você e Sua Vida”. *Querida*, setembro de 1968, p. 88.

²⁹⁸ Certa ressalva deve ser feita a Carmen da Silva que empreendeu um novo paradigma neste segmento. A referida autora, bem como sua participação em *Claudia*, estão analisados mais adiante.

como justificativa dos veículos para tais ações e do sucesso que obtinham do público feminino.

Em um momento no qual a cientificidade parecia apoderar-se dos discursos menos especulativos e mais “objetivos” sobre o conhecimento humano, porque comprovados, entre outros, por meios tecnológicos, não mais dialogando com as teorias e dogmas religiosos, mas em confronto direto, o caminho para muitos saberes foi o de adesão ao discurso científico sob certas condições. Assim, por exemplo, Einstein foi apropriado ao lado de Darwin, e os discursos religiosos e científicos passaram por nova orientação: agora não como enfrentamento direto, mas com adoção do primeiro ao segundo por meio de justificativa científica da existência de Deus e da ordenação deste do mundo natural.²⁹⁹

A menina, ao dizer que estaria se submetendo a uma educação confessional, tanto poderia ter provocado espanto às leitoras – porque não parecia que seria o caso de se tornar freira, apenas por ter manifestado o insucesso de relacionamentos ainda quando criança - quanto alívio às pessoas mais ligadas às tradições que aprovavam o resguardo da mulher contra os “males” das tentações da carne. A resposta dada pelo “especialista”, cuja condição expressada por professor, e, portanto, supostamente douto no assunto, diminuiu o valor moral e de reclusão que a permanência da menina na escola de freiras teria, indicando que, para ela, seria bom e que não faria mal algum. Seria aquela apenas uma etapa na formação intelectual e social da menina e não o início de uma vida sacerdotal.

Os discursos científicos pautados pela pretensa objetividade dos seus mentores e divulgadores - os cientistas pesquisadores, médicos e psiquiatras - tenderiam a ser avessos à subjetividade expressa nos conteúdos das seções de aconselhamento psicológico/psicanalítico. O contato médico-paciente, iniciado pela etiologia e cumprindo o ritual médico de avaliação e proposição de cura por meio medicamentoso, muitas vezes poderia parecer inatingível às leitoras na solução de problemas “da alma”. Estar padecendo de males que não se apresentassem visualmente, ou que não se diagnosticassem com a utilização da tecnologia disponível³⁰⁰ não condenaria a mulher ao isolamento social, ou ainda, não mais

²⁹⁹ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. Op. cit., pp. 513-514. O autor afirma em “Feiticeiros e Aprendizagens: as ciências naturais”, p. 504, que as ciências naturais conheceram no século XX a maior dependência de seus métodos e resultados nos demais campos do conhecimento, bem como, igualmente, incomodaram esses campos em um paradoxo sem precedentes.

³⁰⁰ Por meio de exames mais detalhados, como investigação genética e raios-X.

poderiam ser considerados como problemas menores, caprichos ou fraqueza do sexo feminino. Dessa maneira, não a Psicologia ou Psicanálise como ciência ou método, mas um psicologismo estava sendo utilizado por pessoas – profissionais ou em nome deles - nas redações das revistas como mediador de conflitos de natureza íntima, que, por sua vez, estariam extrapolando o âmbito privado das leitoras.

Outros relatos parciais que foram publicados denotam o que se está tratando aqui como uma apropriação indevida do conhecimento científico dirigido ao senso comum. A linguagem mais direta, sem explicações esmiuçadas sobre a necessidade de se manter uma ligação mais regular entre o profissional e o paciente, além da exposição do veredicto a respeito de uma solução individual da leitora, ou de uma possível patologia, bem demonstram a autoridade na questão difundida pela revista (*Querida*, neste caso). Dessa maneira, o veículo dispôs-se a agir na direção do que Foucault analisou como a dispersão dos elementos de poder de disciplina e coerção sobre instituições e pessoas, não necessariamente ligadas às esferas tradicionais de poder, como o Estado e as forças armadas.³⁰¹

Enquanto por um lado os estabelecimentos de disciplina se multiplicam, seus mecanismos têm uma certa tendência a se desinstitucionalizar, a sair das fortalezas fechadas onde funcionavam e a circular em estado “livre”; as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar.³⁰²

Outras evidências presentes na coluna de cartas “Você e Sua Vida” de *Querida*, cujo responsável foi o já referido Prof. José Augusto Pereira, deixaram claras as pretensões do veículo em apropriar-se dos mecanismos terapêuticos, a partir de uma abordagem destinada a um público leigo. No entanto, os riscos de uma orientação equivocada pelo consultor da revista seriam menores do que o valor de condução moral desejável ao público feminino e às mulheres mais jovens em particular:

Meu caso é muito triste. Tenho somente 15 anos e já estou cheia, cansada, enjoada de olhar para os homens... todos os que eu encontro nunca dão certo. Não querem nada com a responsabilidade. Só sabem é pedir essa estúpida prova de amor sexual. Será que não existe amor sem desejos sexuais; ou as pessoas de côr não têm valor, principalmente nós, as “escurinhas”?

³⁰¹ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 2007.

³⁰² FOUCAULT, M. Op. cit., p. 174.

CARNEIRINHO DESESPERADO – Flamengo, GB.

Você ainda tem muito tempo pela frente, até realizar-se como qualquer môça deseja. É natural que os homens, movidos por uma atração sexual que deve despertar nêles, tentem determinadas intimidades. Não deve ser pela sua côr, que pouca importância tem nesses casos. Todos eles tentam obter certas facilidades. Cabe à mulher resguardar-se contra suas investidas maliciosas. Isso não deve traumatizá-la. Essa história de pedir uma prova de amor, apelando para o sexo, já está muito “manjada”. Você, que já tem noção de esperteza, não deve temer o convite... Na verdade, não existe amor sem desejo sexual; mas quem ama respeita, porque tem mêdo de perder o ser amado. Aguarde com paciência, pois ainda vai aparecer aquêle que vai amá-la respeitosamente.³⁰³

Nesta firma conheci um rapaz, pelo qual me apaixonei... é casado e tem dois filhinhos lindos e uma espôsa adorável... sei que o amor que ele vem me dedicando é sincero... acho que não tenho direito a êsse amor; sinto-me culpada e infeliz... nunca me possuiu, mas sei que mais dia menos dia isso acontecerá... perdi tôdas as minhas amizades, não posso falar com ninguém...

POLIANA – São Paulo, SP.

Nem é preciso alinhar argumentos para convencê-la da impropriedade dêsse amor. Você mesma os relacionou na carta. Essa intranqüilidade que a atormenta, êsse sentimento de culpa, êsse gosto amargo que sente tôda vez que está a sós com êle, sabendo que uma espôsa adorável o espera em casa, com dois lindos filhinhos... Será que pode haver sinceridade no amor de um homem, na situação dêle? Suportará você essa vontade absurda de dominá-la, impedindo que fale com seus colegas de trabalho, mesmo que seja assunto de serviço? Êsse rapaz, é lamentável ter de dizê-lo, está doente. Quer fazer de você o que, provavelmente, não conseguiu fazer com a espôsa. Procure outro emprêgo, afaste-se do perigo que ronda sua vida e aguarde o rapaz de que falou em sua carta, que poderá lhe dar o lar com que tôda a mulher sonha...³⁰⁴

Na primeira missiva, a jovem que se disse negra, embora não se identificasse como tal, de modo a orgulhar-se da sua cor, mas colocando-se como vítima dela, depôs contra os homens que, segundo ela, não seriam confiáveis como companheiros. Apenas aproveitadores do sexo frágil.

Neste sentido, caminhou a resposta. De fato, seriam os homens interesseiros e todos tenderiam a ultrapassar os limites que poderiam levar à desonra da mulher, ou seja, ao praticar sexo ou se deixar tocar por carícias mais comprometedoras. Sendo assim, caberia à môça, ciente da cobiça inapropriada pertinente ao sexo forte, desviar-se do perigo iminente. A responsabilização da mulher em relação às

³⁰³ “Você e Sua Vida”. *Querida*, 28/09/1968, p. 88.

³⁰⁴ “Você e Sua Vida”. *Querida*, setembro de 1968, pp. 88-89.

ofensivas masculinas, na direção de uma forma de relacionamento que não provocasse arrependimento futuro, representou a norma pretendida pela sociedade em disciplinar a sexualidade feminina, nos limites de uma relação estável e saudável.

Outro flagrante descuido com o conhecimento sobre o amor, ou o que se entendia por esse sentimento, desnudou a inapropriada afirmação como se fosse uma verdade insofismável. A afirmação taxativa de que não haveria amor sem desejo sexual, provavelmente, mais confundiu do que clareou a questão, tanto ligada ao desejo, quanto às diversas formas que o “amor” poderia assumir.³⁰⁵

Na mesma direção, caminhou a outra resposta. Nota-se o repúdio como a questão foi exposta, a impiedade com que foi tratada a leitora, como alguém em vias de cometer um crime. É perceptível, no entanto, a personalização da resposta em nome de um conhecimento que se pretendia universalizante. A seção parecia ser, em princípio, respondida por um profissional de Psicologia, um professor. Porém, o teor moralizante, a necessidade de disciplinar a conduta, que estava sendo repartida com um público maior e, portanto, possivelmente julgada por esse público, deixou claro que antes da “ciência”, valeu a opinião de quem respondeu. E isso, certamente, dificultou uma análise mais apropriada pelas leitoras do que seria um limite entre a opinião pessoal e o tratamento profissional da questão.

Se as ciências vinham ganhando adeptos, em virtude da maior escolarização de parcelas da população mundial e cada vez mais se ampliava também no Brasil, em razão do aumento de vagas em universidades e faculdades³⁰⁶, é razoável deduzir-se que os espaços para essas mediações estivessem ganhando o respaldo desses profissionais. Tanto poderia ser uma forma de visibilidade da área da Psicologia, na captação de clientes e de recursos, quanto dos espaços das revistas femininas em propiciarem a discussão dos dramas da intimidade. Por isso, as seções de aconselhamento sentimental tiveram – e têm -, tanta importância, seja para os editores das revistas, seja para as leitoras. É o mundo da intimidade que é avaliado, colocado em público e foi nesse mesmo mundo que esse psicologismo tomou força para ganhar a adesão das pessoas.

³⁰⁵ No entanto, o professor Pereira destinou um ano antes a seção para tratar do tema. O mesmo está descrito e analisado mais adiante.

³⁰⁶ HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos*. Op. cit., pp. 292 e 506.

A atribuição da sensibilidade mais exacerbada às mulheres sempre gozou de livre trânsito entre o senso comum. Portanto, o caminho para a sensibilização de maiores segmentos da sociedade para os dramas da alma, inclusive dos homens, passou, primeiramente, pelas mulheres, por meio dos veículos de comunicação de massas. Em especial pelas revistas que poderiam ser guardadas e relidas quantas vezes fosse necessário.

Mariani, cujas investigações na área linguística, primam pela análise do discurso em seções deste tipo, na atualidade, assevera que

escrever em nome da psicanálise na imprensa e, mais especificamente, nessas colunas de consultório psicanalítico, é construir discursos utilitários, servindo como reforço para estereótipos socialmente aceitos. São palavras prêt-a-porter que funcionam para formar uma ilusória constituição de subjetividade.³⁰⁷

Todavia, há que se relevar em análises sobre a oferta de respostas “no varejo”, pretensamente amparadas no metiê do profissional em Psicologia, perpetrado pela grande maioria das revistas dirigidas ao público feminino, a possibilidade aberta por Freud, na década de 1920, de se atender a grupos utilizando a Psicanálise.

É razoável, portanto, admitir-se que as revistas, em particular *Claudia* e *Querida*, apropriaram-se dessa possibilidade para internalizarem normas comportamentais, maneiras de lidar com dificuldades geradas pela dinamicidade cultural, que indicava novas formas de convivência familiar e social, tanto nos grupos familiares, quanto na esfera pública. E, nessa direção, a proposta de Foucault sobre disciplinar os corpos em ações que visassem à aceitação de regras em uma sociedade e o respectivo controle dessa sociedade por “especialistas”,

em certo sentido, o poder de regulamentação obriga à homogeneidade; mas individualiza, permitindo medir os desvios, determinar os níveis, fixar as especialidades e tornar úteis as diferenças, ajustando-as umas às outras. Compreende que o poder da norma funcione facilmente dentro de um sistema de igualdade formal, pois dentro de uma homogeneidade que é a regra, ele introduz, como um imperativo útil e resultado de uma medida, toda a gradação das diferenças individuais.³⁰⁸

³⁰⁷ MARIANI, B. Sentidos de Subjetividade: Imprensa e Psicanálise. Revista *Polifonia*. Cuiabá: Ed UFMT, 2006, Vol. 12, nº. 1, p. 22.

³⁰⁸ FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Op. cit., p. 154. Essa vigília se estenderia à educação e mesmo atuaria como observadora presente e atuante, na medida em que esses meios se apropriavam da “fraquezas” das consulentes, ofertando as soluções consideradas mais adequadas.

Estes casos representam a confirmação de serviço prestado pela revista. Falando sempre em “nós”, tanto o profissional, quanto a revista acabavam por ser responsáveis pelo direcionamento do “tratamento” terapêutico, pelo qual as leitoras passariam. Isso, como já foi discutido, contrariava as normas profissionais que previam o atendimento particularizado, em cujas sessões os pacientes/clientes seriam avaliados até que se pudesse concluir por uma alta médica.

Na esteira dos conselhos psicanalíticos no varejo, os sonhos seguidos da respectiva série de interpretações, costumavam buscar respaldo em Freud³⁰⁹, ou o que se apropriou deste autor:

"Tenho 15 anos e não sei se é por causa da idade que todos os dias (noites) eu sonho" - Elizabeth - Copacabana, GB.

Sua resposta, atendendo ao pedido, vai pelo correio, já que teve a gentileza de mandar envelope selado sobrescritado para a resposta, segundo nossa solicitação às leitoras.

"Por duas vêzes vejo em meus sonhos um castelo que está muito alto, subo a montanha e me instalo nêle e quando olho para onde estava vejo um avião muito antigo que passa sôbre um grupo escolar e o destrói, matando tôdas as crianças..." - Maria de Lourdes Pissoto - São, Paulo, SP.

Necessitamos de maiores detalhes para poder estudar o seu sonho. Faça um histórico de sua vida, procurando contar o máximo possível, que nós a atenderemos com todo o prazer. Aguardaremos sua segunda carta.

"Quase tôda a noite sonho que estou em lugar muito importante, junto com pessoas importantes, mas acontece que estou completamente nua ou sem sapatos, não obstante em minha volta encontrar muitos sapatos e vestidos, que não me servem. Outras vêzes sonho que fui despedida do emprêgo e imploro a volta, ao meu chefe, coisa que nunca faria, pois sou muito orgulhosa. Sonho que estou novamente trabalhando como doméstica e fico desesperada. Mesmo que durma 10 ou 8 horas por noite, sempre levanto cansada e com dor de cabeça." - Marty - Rua Teodoro Sampaio - São Paulo.

O sonho de nudez, como já tratamos tempos atrás nestas páginas, segundo Freud, representa a satisfação a nossos desejos infantis de exibição e que estiveram reprimidos durante o estado de vigília. É um sonho muito freqüente nas mulheres e êsse estado de angústia que sempre o acompanha (representado no seu caso pelos muitos

³⁰⁹ Como no trabalho *Interpretação dos Sonhos*, deste autor, publicado pela primeira vez na Europa em 1900.

sapatos e vestidos que não lhe servem) é a reação da censura interior que não conseguiu deformar suficientemente os desejos exibicionistas, demonstrados claramente através do sonho. Quanto ao outro sonho, nada mais é do que o medo que você tem de voltar àquela condição anterior de empregada doméstica, muito inferior a sua condição atual de secretária-executiva de uma grande companhia americana. A partir do momento que sentir maior confiança em si mesma (e não há razão para pensar diferente), este tipo de sonho a abandonará. Procure o seu médico, para saber por que acorda cansada e com dor de cabeça. Será alguma preocupação excessiva?³¹⁰

A preocupação do Prof. José Augusto Pereira em encaminhar respostas pela revista ou publicar que a questão estaria sendo mais bem discutida particularmente, reforçava a ligação e cumplicidade entre leitora e veículo. Ambos portaram-se como personagens de uma trama criada pela comunicação de massa e possibilitada pela necessidade de notoriedade ou reconhecimento recíproco de fidelidade e cumplicidade.

As leitoras que desejarem servir-se desta seção devem enviar suas cartas para Professor José Augusto Pereira – Redação de Querida – Rua Itapiru, 1209 – ZC-14 – Rio de Janeiro. Resposta pelo correio, só com envelope selado. Aguarde com paciência a solução de seu problema, pois a nossa correspondência é muito grande. Se não quiser seu nome publicado, mande pseudônimo, junto com o nome verdadeiro. Não respondemos cartas anônimas.³¹¹

Foram comuns, ainda, as cobranças de um retorno por parte das leitoras, reforçando, ainda mais, a afirmação de que tratar-se-ia de um trabalho “sério”, no qual simulava-se um vínculo entre “leitora/paciente” e “consultor/terapeuta”:

... gostaria que o senhor interpretasse meu sonho...
LILA FONSECA – Leme, GB.

Nossa resposta foi devolvida pelo correio, pois você havia mudado. Escreva nova cartinha, mandando seu novo endereço.³¹²

Há muito tempo venho desejando escrever-lhe, mas sempre protelando, porém hoje, com o que aconteceu, tive de escrever, e o fato de fazê-lo alivia tôdas as minhas tensões...
LENA – Jacarepaguá, GB.

³¹⁰ *Querida*, novembro de 1967, p. 65.

³¹¹ “Você e Sua Vida”. *Querida*, setembro de 1968, p. 89.

³¹² “Você e Sua Vida”. *Querida*, setembro de 1968, p. 88.

Mandamos, há muito tempo, resposta pelo correio a tôdas as suas dúvidas, fazendo também, algumas indagações. Até hoje, não respondeu. O que houve?³¹³

...encontrei o apoio que ansiava e já me sinto outra. Chorei de alegria e gratidão por tudo que me dizia. Esta carta eu guardarei por toda a minha vida...

REGINA – Leblon, GB.

Nossa satisfação foi imensa em saber que mais uma vez nosso objetivo de tranquilizar alguém em crise foi alcançado. Esperamos que sempre que possa, faça uma cartinha, participando como vai vivendo. Felicidades.³¹⁴

Destarte, em mais essa oportunidade, confirma-se a cumplicidade esperada pelo veículo em relação às leitoras. Ficou evidente que a utilização do aparato terapêutico, ou ao menos o que pressupunha um atendimento imediato, como no citado caso de crise, ligava quem respondia ao conhecimento da rotina de um profissional da área. Cumpria-se, assim, o ritual proposto pela revista de ser a amiga sábia, a confidente e aquela com quem a leitora poderia confiar até mesmo suas deficiências psicossociais, seus sonhos, expondo as minúcias da intimidade, muitas vezes velada até aos mais íntimos.

As revistas analisadas cumpriram, o quanto possível e à sua maneira, o papel de formadoras de opinião e educação da conduta das novas mulheres. Constantina Xavier Filha denominou de “dispositivos pedagógicos”, a partir do conceito de dispositivo de Foucault, que compreenderia

“um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (...) o dito e o não-dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode estabelecer-se entre esses elementos.”³¹⁵

A possibilidade aberta, a partir do apoio em Foucault, portanto, conduziu a presente análise na seguinte direção: o disciplinamento das mulheres leitoras, ao mesmo tempo em que ofereceu subsídios educativos, pedagogicamente

³¹³ “Você e Sua Vida”. *Querida*, setembro de 1968, p. 88.

³¹⁴ “Você e Sua Vida”. *Querida*, setembro de 1968, p. 88.

³¹⁵ FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993, p. 244. Apud, XAVIER FILHA, C. *Imprensa Feminina – Entre modas, bordados, cuidados com a prole e o casamento: dispositivos pedagógicos de revistas femininas*. Anais do IV Seminário “Práticas de Leitura, Gênero e Exclusão”. Campinas: UNICAMP, comunicação oral, julho de 2007. Disponível em <www.alb.com.br/cole06/semin/comunicacoes/003_generoexclusao-com.asp> Acesso em 20/07/2008.

arquitetados e previamente testados. Ao dirigir os conselhos às personagens que os requisitaram, a revista, em certo sentido, atuou como “educadora” em nome das condutas desejáveis, punidora dos interditos, direcionadora da moral e provedora de afeto às suas “amigas” leitoras.

O Prof. Pereira também utilizou o espaço da coluna para explorar temas que surgiam nas cartas enviadas pelas leitoras, assim como Carmen da Silva em *Claudia*. No entanto, ao contrário de Carmen, não havia discussão possível, mas a descrição de “verdades” ditas pelo especialista no assunto, como nos trechos da matéria citada abaixo:

Você e Sua Vida (Seção de Querida, por Prof. José Augusto Pereira)

Amor: o eterno tema

O AMOR é o eterno tema para discussões sem conta. Em seu nome cometem-se os maiores pecados, mas se fazem as coisas mais sublimes. É a grande fôrça propulsora do Universo, gerando o progresso da civilização e causa do declínio de uma vida, no caso de uma paixão não correspondida. Querer ou não querer, eis a questão. Em tôrno dela falaremos sôbre o amor, à luz sem fantasias da Psicologia.

AMOR QUE PASSA, AMOR QUE FICA – Faz-se às vêzes uma curiosa divisão do amor em passageiro e duradouro. No primeiro encontramos a característica do “fogo de palha”, da aventura sem compromissos, do arrebatamento instantâneo e violento, mas que passa. No segundo, dizem, há o verdadeiro amor com características de estabilidade e espiritualidade. Esta classificação popular é totalmente errada, porque a qualidade de um amor não pode ser medida pelo tempo de duração. Um amor instintivamente carnal pode durar tôda uma vida, enquanto que um amor espiritual pode se apresentar com valôres morais e afetivos muito mais importantes e verdadeiros do que um que se arrasta por uma vida inteira. O que é importante é o ser humano com todos os seus valôres, positivos e negativos, gerando amôres bons ou maus.

A lista de prováveis tipos de amores continuou a ser descrita. Ao falar do egoísmo que cercaria o sentimento, procurou explicar que não haveria amor se esse fosse egoísta, pois o amor seria representado pelo ato da entrega e da dedicação ao outro, ainda que não na anulação de si mesmo. Outros tipos foram o amor mortal, amor sádico, amor intelectual e amor de adolescente. Segundo a classificação do Professor Pereira, este seria

êste tipo que vamos descrever, porque êle é muito comum nesta fase de nossa vida, embora possa (o que acontece com uma freqüência impressionante), aparecer também na fase adulta. Começa por um período bastante longo, onde o homem se interessa ao máximo pela mulher, que resiste ao assédio, deixando-se apenas, querer. Em certo ponto, o homem passa a se desinteressar, porque se vê atraído por outras figuras femininas. Lança-se então a mulher a sua conquista, pondo em jôgo tôda sua arte de sedução. Depois de algum tempo, talvez por seu espírito conservador, volta ao estado anterior. Então é o homem que, incendiado, volta a tomar as iniciativas amorosas. E prosseguem assim nesse vaivém a vida inteira, mesmo depois de casados.
(Continua no próximo número)³¹⁶

O autor da seção extrapolou o sentido de modelar o sentimento ao apresentar como concebia o amor, partindo de categorizações superficialmente observadas. Essa modelização é facilmente encontrada em descrições de traços de personalidades, aptidões e dificuldades que um consulente possui em relação ao seu signo zodiacal, por exemplo. Sem pretender discutir a validade ou não dos astros e suas respectivas influências na vida das pessoas, ou desmerecer os que estudam Astrologia, a maneira como o professor procurou dirigir suas análises sobre o amor, de início, foi anunciada como tendo base na Psicologia e, portanto, respaldada cientificamente. Mas, ao traçar os perfis acima mencionados, nota-se a predisposição de misturar uma categoria de análise válida entre os que estudavam tal sentimento e a elaboração de uma fórmula determinista de personalidade que caberia à leitora identificar em si mesma ou nos que a rodeassem ou, ainda, afastar-se das inclinações que considerasse perigosas para si mesma ou de quem pudesse contrariar as suas expectativas.

Ainda que essa análise pudesse comprovar a manutenção de certas representações sobre temas considerados preferenciais para o público feminino, em *Querida*, a seção assinada pelo Prof. José Augusto Pereira distanciava-se, e muito, do teor ideológico de Carmen da Silva em *Claudia*.

***Claudia* Responde**

³¹⁶ “Você e Sua Vida” *Querida*, março de 1967, p. 17

Carmen demonstrava uma aguda percepção do seu próprio meio. Como psicóloga e jornalista, recebia cartas de milhares de leitoras que versavam sobre os mais variados assuntos. A grande maioria, no entanto, mostrava-se carente de conselhos sentimentais, cujas queixas afligiam a mulher que se dizia moderna, mas não sabia bem o que fazer com as novas perspectivas abertas às mulheres. Casar ou trabalhar? Viver um romance ou primar pela estabilidade financeira? Optar pelos filhos, apesar do casamento fracassado? Escolher entre a família ou a profissão? Assumir uma religião ou apenas cultivar a espiritualidade? Acreditar em Deus ou ser adepta de certo ceticismo? Ser “quadrada” ou “moderninha”? Também pôs em questão a atividade exercida por outros colegas de profissão jornalística e que desautorizava a pretensão de serem levados a sério como “consultores sentimentais”.

Rara é a revista feminina que não tenha o seu **consultório sentimental**, onde milhares de mulheres descarregam suas mágoas, incertezas, medos e complexos. E é tão grande o número das que acreditam nesse tipo de **consultório**, que já o adotaram os suplementos femininos, os cadernos dominicais e até os jornais diários de grande tiragem.

(...) Em geral a coluna é feita por um redator ou equipe de redatores que se revezam: ‘Tereza está farta de fazer receitas de cozinha, vamos pô-la para responder cartas do consultório.’ Ou: ‘Ei, você já acabou seu trabalho? Então ajude no consultório que está atrasado.’ Romântico ou maternal, o pseudônimo é importante. Nomes que sugerem cenas domésticas são precedidos de **mãe ou tia**: Mãe Carlota, Tia Joana. Para sensibilizar os românticos, nomes como Íris, Regina, Célia, Ana Rosa, Margô, Alvor Del Rio. (...)”³¹⁷

Carmen participou com essa colocação na revista *Realidade*, em um número especial sobre a mulher brasileira. Na oportunidade, fundamentou suas críticas aos consultórios disseminados entre a imprensa dirigida às mulheres e a consequente defesa do seu papel como profissional e mulher ideologicamente forjada no feminismo. Justificou que as cartas realmente eram numerosas, que as consulentes se dirigiam aos consultórios por diversas razões e classificou-as em grupos, apontando as peculiaridades que denotavam certo tipo de tratamento. Esse número especial de *Realidade* (Figura 36) contou com mais de 1200 entrevistas de mulheres de todo o país e tratou de temas, como: aborto, desquite, divórcio e

³¹⁷ SILVA, Carmen. “Consultório Sentimental”. Revista *Realidade*, janeiro de 1967, p.84. Grifos no original.

sexualidade. Foi mal recebida por determinados setores da burocracia estatal, sob a alegação de atentar contra a moral.³¹⁸

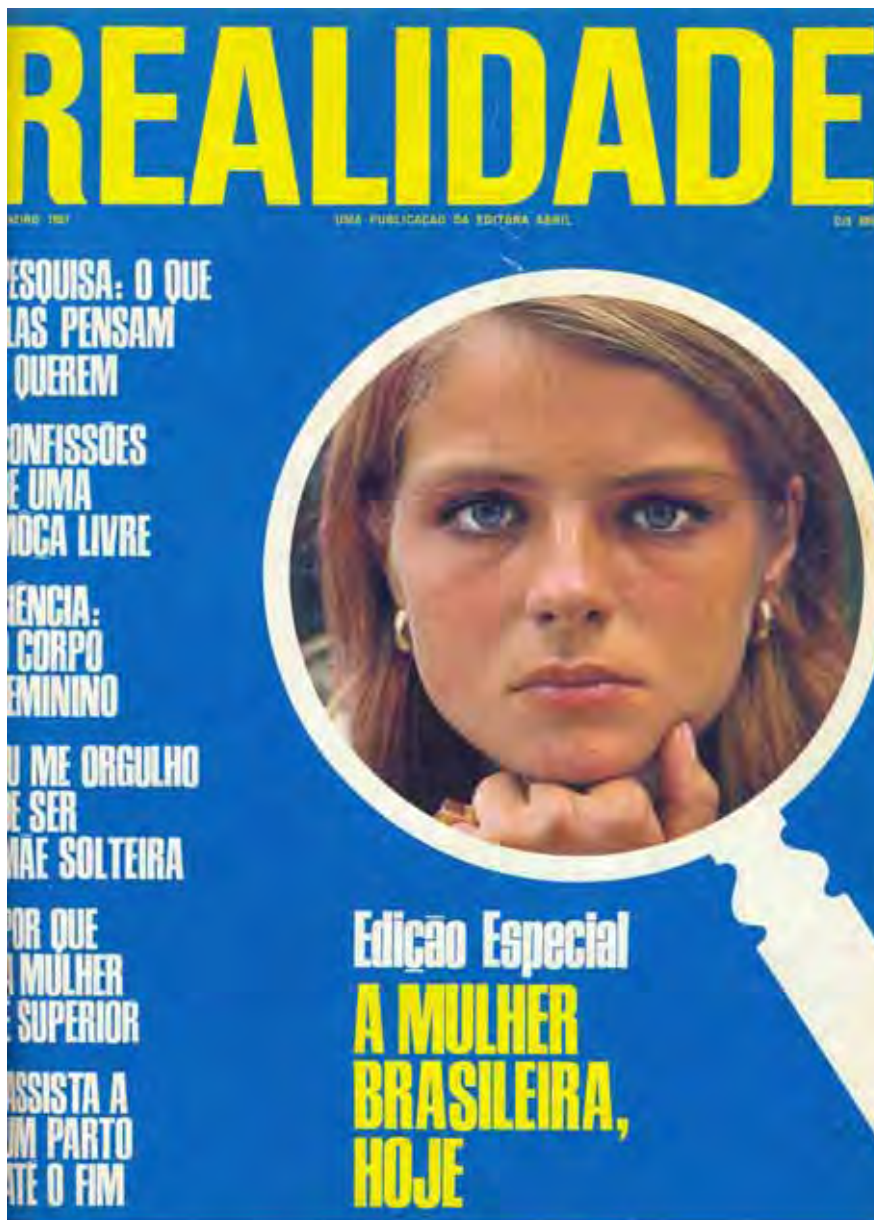


Figura 36: Capa da Revista *Realidade*, Editora Abril.³¹⁹

Pela riqueza dos detalhes e pela forma direta com que se expressava, aliadas à formação profissional, Carmen sabia das possibilidades e dos dramas que traçavam o caminho a ser percorrido pelas leitoras na busca por aconselhamento, os mais variados. Já as respectivas respostas, não raro, mais confundiam,

³¹⁸ Revista *Realidade*, Janeiro de 1967, pp. 82-87.

³¹⁹ Parte dessa edição foi apreendida pela censura pelo teor considerado ofensivo à moral e à sociedade. A informação sobre a apreensão consta no editorial do número seguinte da revista, que era de periodicidade mensal.

sublimavam ou desdenhavam da consulente sem a menor complacência. Tampouco raras foram, como visto até aqui, as respostas que procurassem discutir com as leitoras sobre os motivos encobertos que cercavam a queixa.

Com vistas a manter a proximidade com o texto original da fonte, reproduzem-se alguns trechos,³²⁰ em que Carmen discute a questão dos consultórios e dos respectivos tratamentos dados aos consulentes. A articulista adotou alguns perfis de tipos de missivistas, expôs como agiam e como ela costumava tratá-los ou despistá-los, além de comporem seu material para pesquisa e objeto de análise nas páginas das seções que assinava.

(...) Após a leitura de umas quinze mil cartas, dirigidas a três revistas femininas que mantêm consultório, creio que posso fazer uma classificação ampla das (e dos) consulentes. Os motivos pelos quais se recorre aos conselheiros sentimentais podem ser enfeixados em três grandes grupos: a) dificuldades de comunicação; b) imaturidade; c) exibicionismo.

Perspicaz crítica do meio, infelizmente não citou os nomes das publicações em que ocorreram, tampouco deixou claro se uma delas era a revista *Claudia*:

As **dificuldades de comunicação**, por vêzes, são bastante objetivas. Nos lugares do interior onde todos sabem da vida alheia, há coisas que a prudência manda calar. Por exemplo, mulher casada com conflitos conjugais ou ligações extra-matrimoniais, consumadas ou apenas platônicas, não se anima a fazer confidências às amigas, também casadas: estas contariam aos maridos, e êles espalhariam a **novidade** pela cidade.

Mais numerosos são os casos de dificuldades de comunicação puramente subjetivas. A consulente não confia nos outros, não crê na sinceridade dos amigos, não espera encontrar compreensão ou teme ser “bem compreendida demais”, tornando-se vulnerável: por razões que ela mesma inventa, sente-se obrigada a “manter a fachada” trancar as aflições dentro de si; ou receia, ainda, que ao abrir as comportas jorre uma torrente incontível e ela venha a perder o contrôle de suas emoções. Fundamentalmente, é no interior de seu

³²⁰ O texto completo seguiu em 04 páginas, mais as duas iniciais com imagens e uma pequena introdução. A fonte utilizada era pequena e o texto muito longo, como era costume de Carmen e da própria seção “A Arte de Ser Mulher”, em *Claudia*. A opção pelas grandes citações aqui apresentadas permite, a meu ver, avaliar com mais clareza o conteúdo dos textos e as opções de análise propostas nesta pesquisa. Desta maneira, pretendeu-se recuperar documentos que possam ser avaliados mais apropriadamente com base efetiva nos textos originais. A própria Carmen da Silva deixou, em muitos dos seus textos, os indícios de como avaliar seu próprio trabalho. Dessa maneira, há que se fazer certa justiça à autora pela percepção de que o que dizia ficaria marcado e poderia ser constituído um documento para orientações futuras. SILVA, Carmen. “Consultório Sentimental”. Revista *Realidade*, janeiro de 1967, pp.82-87.

próprio **eu** que estão as raízes da incomunicação, são seus próprios sentimentos profundos que ela não quer descobrir.

A consulta às colunas sentimentais é a solução conciliatória entre o desejo de abrir-se e o de fechar-se. Remoto, idealizado o consultor “não é gente”; e a mediação de uma carta, que despersonaliza o contato e a resposta, faz dêle um confidente menos perigoso do que qualquer pessoa “real” e próxima.

As consultas dos adolescentes costumam reunir os três fatores: imaturidade (justificada, no caso); exibicionismo; e dificuldades de comunicação subjetivas (pudor, excesso de sensibilidade) e objetivas (barreiras de incompreensão erguidas pelos mais velhos, reconhecimento de que os companheiros de geração são também inexperientes e inseguros). Quanto mais lúcidos, mais inclinados se mostram os mocinhos a contestar os valores do passado; e se a orientação dos pais e educadores não os auxilia na tarefa, eles recorrerão a um conselheiro que se tenha revelado capaz de fazê-lo.

Diante dessa constatação da articulista, que também possuía conhecimento e prática psicanalítica e era jornalista, a junção do caráter empírico do contato direto com a/o paciente, mais o talento de se fazer entender e escrever com grande sensibilidade permitiram a ela fazer bom uso desses elementos a seu favor e em favor do veículo para o qual trabalhava.

Muitas cartas demonstraram a angústia das leitoras, muitas delas jovens, ou ainda mulheres que viam o dilema de não poderem, naquele momento, dirigir-se a alguém realmente digno e capacitado para resolver essa angústia. E, ao afirmar que o consultor “não é gente”, confirma o que se está tratando neste trabalho como sendo a própria revista uma entidade “amiga”, que “fala” em nome dos especialistas destacados para responder às cartas e que se dirige a outra “amiga”, apenas enquanto mantiverem contato entre o veículo revista.

Já sobre as imaturas,

As imaturas jogam seus fardos sobre os ombros do conselheiro e dêle esperam soluções mágicas. O amado não as ama? O marido as trai? Estão sem dinheiro? Meteram-se em complicações? O conselheiro ou conselheira arranjará tudo. E põem-se em suas mãos com dependência cega e infantil. Suas cartas têm a tocante ingenuidade das que as crianças mandam a papai Noel: “Quero que êle me ame”; “Farei o que você me ordenar”; “Me desquito ou não me desquito?”; “Desejo sair de casa, consiga-me um bom emprêgo”; “Diga a meus pais que me dêem liberdade”; “Envio minhas crônicas para que você as faça publicar”. Frequentemente acrescentam o signo astrológico: “Sou de Gêmeos, êle é de Touro: combina?” Pretendem que o conselheiro adivinhe o futuro: “Conheci-o há uma

semana, será que vamos nos casar? E se casarmos dará certo?” Desfiam rosários de disse-me-disse das coleguinhas, namoradinhos, rivais, tôda uma turma angelical de incorrigíveis mexeriqueiros.

Outro tipo de imaturo é constituído pelos fantasistas e ociosos que escrevem a quanta pessoa tenha certa notoriedade, a quanto nome esteja mais ou menos em evidência: “Vamos ser amigas, tá? Gostaria de bater longos papos com você”; Roberto Carlos não me respondeu, espero que a senhora não me decepcione também”. Incomunicados com a realidade, tratam de enganar-se mediante uma ilusória participação no mundo de seus heróis.

A idade dos imaturos oscila entre 13 e 65 anos.

A ironia com que tratou das/os “imaturas/os”, cujas idades compõem uma generosa família de gerações tornou sua análise risível. De fato, o futuro assusta. Se os meios midiáticos proporcionam toda a sorte de pesquisas que desvendam os traços de personalidade, poderiam determinar quais seriam as pessoas mais indicadas para a convivência sadia entre as/os consulentes. Notou Carmen, também, que, além de imaturos, trariam certa familiaridade com os exibicionistas ao procurarem ser notabilizados pelas pessoas que tivessem canais de comunicação abertos e representariam modelos de conduta.

Os exibicionistas escrevem com petulância, provocação e desafio, fazendo o relato minucioso e complacente de seus defeitos e virtudes. Por imposições neuróticas – necessidade de se defender, de agradar, de receber amor, de repetir a aproximação dos outros, de manejar problemas de culpa – criaram uma personalidade falsa e querem convencer-se de sua autenticidade... convencendo o conselheiro. Tratam de encobrir o caráter forçado de suas atitudes apresentando-as com singularidades interessantes, como escolha livre e orgulhosamente assumida: “Tenho um gênio insuportável, dou as maiores broncas”; Sou terrivelmente namoradeira e vaidosa”; “Não sei odiar ninguém”; Nas entrelinhas sente-se o tímido, velado, comovente apêlo: “Não sou assim, não gosto de ser assim mas não me atrevo a mudar; ajuda-me.”

Às vezes, eles estão simplesmente suplicando umas lambadas (verbais): é melhor recebê-las de um estranho que da própria consciência. É o caso de pessoas que cometeram transgressões secretas, ou que encontraram no seu ambiente mais tolerância do que estão em condições de suportar. Procuram chocar e escandalizar o conselheiro para ouvir dêle os sermões que suas consciências reclamam. Tais cartas são cheias de maiúsculas e grifos: “NÃO ME IMPORTO com a mulher e os filhos dêle, é a MIM que êle ama e tenho o DIREITO de ser feliz.”

Mas coitado do colunista que entra no jôgo e aceita a projeção: sôbre êle recairão, uma a uma, tôdas as alfinetadas de consciência do consulente.

Também estão entre os exibicionistas os que inventam problemas para “gozar” o conselheiro sentimental. Naturalmente, sempre há em

suas fábulas um fundo de verdade inconsciente, que o exibicionista não admite. Um consultor bem treinado dificilmente cai nas ciladas.

Com esse comentário, Carmen responderia à questão controversa sobre os especialistas de *Querida*, por exemplo, das matérias citadas sobre o aborto, sobre a beleza, sobre os sonhos ou outro conselho de cunho sentimental. Muitos “especialistas” o eram em diferentes áreas, como por exemplo, médicos. Desta forma, valeriam as opiniões pessoais dos consultores que, obviamente, não saberiam como lidar corretamente com as/os missivistas. No entanto, a possibilidade de muitos leitores terem se aproveitado dos espaços para zombar do “serviço”, não diminui a validade das cartas, tampouco das respostas, pois o que foi publicado é que se toma como matéria para análise de outras/os leitores e demais pesquisadores e interessados no assunto.

Ao fechar a caracterização de tipos, Carmen reuniu os “grupos”, demonstrando que não se furtava a seguir uma determinação única para melhor avaliar seu material de trabalho, ou seja, as cartas. Essas cartas representariam pessoas, igualmente criadas para o momento da “consulta” no varejo.

Os três grandes grupos, como se observa, não são absolutamente fechados: incomunicação subjetiva e exibicionismo são formas de imaturidade; tanto o imaturo como o exibicionista sofrem transtornos de comunicação. Em psicologia, os rótulos só têm valor relativo ante a imensa complexidade da natureza humana. Seria mais exata a profunda classificação dos problemas segundo suas características histéricas, obsessivas, maníaco-depressivas, esquizo-paranóides; mas isto já escapa à alçada dos conselheiros sentimentais.³²¹

Ao afirmar ter lido as milhares de cartas, Carmen demonstrava haver se dado por tarefa estudá-las, esmiuçá-las para poder tratá-las a contento. Não apenas como autora de uma coluna, mas como alguém que tomava as questões e confissões das leitoras de forma a compor a matéria-prima para seu próprio trabalho. Com bastante propriedade, disse que a coluna sob a sua responsabilidade tratava-se de uma tribuna.

Através das páginas da revista **Claudia** venho realizando há três anos a experiência de substituir o consultório **sentimental** pelo **consultório de orientação psicológica**.

³²¹ SILVA, Carmen. “Consultório Sentimental”. *Realidade*, janeiro de 1967, pp.84-86. Grifos no original.

A princípio só recebia as cartas clássicas sobre problemas do coração. Pouco a pouco, já conhecido meu **tom**, mais ou menos 50% da correspondência passou a versar sobre relações humanas em geral, dificuldades de ajustamento sexual ou social, conciliação do papel biológico e social da mulher, adaptação ou rebeldia às normas e instituições vigentes, conflito de gerações, orientação existencial e até perturbações psicossomáticas. A diferença entre os dois tipos de consultório, entretanto, não é determinada pelo conteúdo das consultas, mas sim pelo modo de focalizá-las e respondê-las. Sei, por exemplo, que não adianta recomendar à insone que tome um cházinho antes de se deitar e só pense em coisas agradáveis; procuro nas entrelinhas de sua carta, na escolha das palavras, nas vacilações, nas contradições, nas ocultações (mais evidentes do que se supõe), nos fatos apenas sugeridos, o conflito ou sentimento que sua consciência está evitando tão tenazmente a ponto de ela não poder abandonar as defesas e dormir. Não fujo de dizer a uma ingênua que a lábria de seu sedutor é antiga como andar a pé, mas o que devo descobrir e mostrar-lhe também são seus próprios impulsos psíquicos que a levaram a inclinar-se pelo galanteador. Não cometo a tolice de recomendar: “Abandone este homem casado”, pois isso é a solução que a interessada poderia achar sozinha, se quisesse; examino os antecedentes e os pormenores do caso para ver que vestígios de infância, que fixações, que mecanismos profundos estão em jogo nesse vínculo que ela não se anima a desatar nem a atar de todo. Nunca digo: “Seu marido é um crápula”, o que só serviria para aumentar a agressividade da mulher: faça-a procurar o que está errado, em **si mesma**, pois só escolhe um crápula quem dêle precisa. Não recomendo condutas nem atitudes: ninguém age pela cabeça alheia. Também não mimo preconceitos e autojustificativas. Se fôr o caso, dou o serviço em termos bem claros: às vezes, a técnica de choque é eficaz. Descobrimo “segredos” que o próprio consulente ignora, através de pistas que êle nem sabe que deu, meu propósito é despertar-le o maior grau possível de **consciência de si mesmo no mundo**.

As referências que Carmen utilizava demonstraram o reconhecimento das metodologias citadas por Marcos Cunha³²², para se reconhecer a variedade de ambientes e situações em que as/os consulentes vivenciariam antes e depois das respostas às cartas. A limitação do espaço, assim como da própria ação do consultor, reduzido a uma entidade idealizada e normatizadora, possuidora de certo conhecimento e autoridade, por vezes distante do problema “real” do consulente, constituía um entrave tanto para o consulente/paciente, quanto a quem respondia às cartas.

A comunicação com o público no nível da psicologia nas páginas de uma revista apresenta desoladoras limitações. Só posso fazer o consulente olhar para dentro de si, analisar-se tanto quanto êle puder. Aponto caminhos, abro perspectivas, mas a possibilidade de

³²² CUNHA, M. V. A Escola Contra a Família. Op. cit., pp. 460-461, citado no Capítulo II.

seguí-los e aproveitá-las depende da extensão e profundidade de seus problemas íntimos.

Às vezes percebo, com alegria, que basta orientar o desorientado, desmanchar equívocos mais intelectuais que afetivos, desatar um nózinho aqui outro ali, dar um empurrãozinho, enfim. Mas outras vezes tenho a consciência de que minha ajuda não modificará nada. Por correspondência não se cura uma neurose, não se altera um padrão de reações já estruturado em bases mórbidas. A uma jovem de 18 anos, jogada de mão em mão desde o nascimento, órfã e pobre; estuprada aos sete anos pelo “tutor responsável”; ávida de carinho mas, é claro, incapaz de crer que ele exista; ansiosa por estudar, mas sem meios para fazê-lo; que posso dar-lhe? Um diagnóstico inútil? Palavras de conforto e simpatia? Só a psicoterapia lhe permitiria superar tais traumas e viver, após certo tempo, a “experiência corretiva” de ser amada, compreendida e respeitada.³²³

Novamente, comprova-se o importante papel que tais colunas desempenharam na construção de uma nova mulher pelas revistas analisadas, pois demonstraram que os problemas variavam na forma e na intensidade, mas, de alguma maneira, havia espaço para um “diálogo” possível que se encaminhasse para uma solução. A avaliação positiva que Carmen atribuía ao poder da Psicoterapia, de um lado, conferia a ela a posição de autoridade no assunto e, de outro, não a eximiu da responsabilidade que teve como “aconselhadora sentimental”, ainda que não concordasse com o rótulo. A apropriação dos conselhos e dos longos discursos sobre as angústias, os desejos e as conquistas das mulheres certamente tomaram rumos diversos aos que foram pretendidos por Carmen.

São exemplares como as questões sobre Psicologia e Psicanálise estavam extremamente ancoradas nas revistas femininas. Todas elas possuíam uma coluna ou alguma indicação que o assunto deveria ser abordado. No caso de Carmen da Silva, ao longo dos vinte e dois anos em que esteve à frente de “A Arte de Ser Mulher”, tanto foi enfática ao tratar criticamente de um assunto que se considerava mais do que autorizada a falar, os consultórios sentimentais, como se tornou referência em palestras sobre comportamento feminino, família e novos arranjos sociais para as mulheres do período.

³²³ SILVA, Carmen. “Consultório Sentimental”. Revista *Realidade*, janeiro de 1967, p. 86. Grifos no original.

Segundo depoimento de Thomaz Souto Corrêa³²⁴ e de outros profissionais que com ela trabalharam, Carmen lia todas as centenas de cartas que recebia. As que não respondia, por meio da revista, na coluna “Claudia Responde”, ou indiretamente em “A Arte de Ser Mulher”, ela o fazia, diretamente, por carta.

Importante salientar, novamente, que esse dado foi tomado como verossímil. As cartas eram devidamente identificadas e a articulista tinha o cuidado de omitir ou adotar um pseudônimo à leitora que temia ser identificada ou não desejava fazê-lo publicamente. Desta feita, a importância que os profissionais da área de Psicologia adquiriram redimensionou boa parte das revistas que passaram a prestar esse serviço de forma mais organizada e, em tese, idônea.

Não apenas em “A Arte de Ser Mulher” Carmen respondia ou tratava de questões que machucavam a alma das mulheres. A partir do sucesso que logo alcançou, assim que começou a fazer parte do corpo da revista, Carmen tratou de responder às cartas em um pequeno espaço, no início dos exemplares de *Claudia*, em uma seção “Claudia Responde” subdividida em diversos temas.

Como já dito, antes do início dos trabalhos de Carmen em *Claudia*, as colunas que já existiam – e que ela assumiu - eram tratadas por pessoas não identificadas³²⁵, tampouco era possível saber-se, ao certo, qual papel desempenhavam na revista:

A Última Infidelidade

Amarga Cruz - ? : “...uma palavra que me oriente nesta situação tão velha quanto o mundo, mas dolorosa para mim: meu marido me engana e não tem a menor delicadeza em disfarçar. A Outra, como êle mesmo diz, “é um bijuzinho, pena que fale errado, mas acha bacanudo...” Tem ainda êste fator negativo: é um gabola, prêsã fácil de qualquer inescrupulosa. De algum tempo pra cá, êle vem me humilhando – mesmo na presença dos nossos filhos – e na intimidade, evita-me, dizendo-me que sou velha, feia, que está enjoado da minha cara etc. Sua educação e instrução são inferiores à minha, mas mesmo assim eu o quero. Depois das minhas zangas, encerro o assunto, e só Deus sabe como sofro, faço por viver como se nada houvesse acontecido. Meu diagnóstico é que êle não se

³²⁴ Trata-se do articulista e um respectivo trecho citado na Introdução deste trabalho. Thomaz Souto Corrêa, na introdução do livro CIVITA, L. T. (org.). *O Melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994, pp. 05-06.

³²⁵ Duarte cita um trabalho em que o de Dona Letícia aparece como responsável pela coluna “A Arte de Ser Mulher”. Apesar de controversa a afirmação pode ser verdadeira, uma vez que levantou a hipótese de não ser uma, mas várias pessoas a responder às cartas em nome desse provável pseudônimo. Cf.: DUARTE, A. R. F. Op. cit., pp. 38-39.

conforma de termos entrado em idade madura. Que atitude devo tomar?...”

A atitude elevada de sua própria educação. A atitude lúcida – que no momento ele não pode ter – de quem se sabe em idade madura. Portanto, uma atitude de maturidade mental. Não procurá-lo com subserviência, nem evitá-lo como uma adolescente arrufada: manter as relações com maturidade. E, principalmente, não dar muita atenção às suas gabolices. Você já deverá ter percebido que nessa idade, para ele conta mais o que ele conta, do que propriamente o que ele vive. Suporte-o, pelos seus filhos. Procure apenas controlá-lo, exercendo uma discreta mas firme defesa de seus direitos, enquanto dura essa fase lamentável na vida de todos os homens e que um dia – da noite para o dia – assim como a noite, de repente passará.³²⁶

A resposta à leitora traída pelo marido deixa claro que o tipo de conselho dado não partiu de um/a especialista na questão. Tampouco se distanciava muito do que os homens que escreviam nas revistas tomariam como resposta possível, para, entre outros, justificar certo determinismo masculino em passar pela experiência da traição da companheira, como uma fase absolutamente normal.

Outro item, que depõe contra o consultor, foi o fato de tratar a questão da preservação dos direitos da mulher apenas enquanto se mantivesse casada. No entanto, pelo Estatuto da Mulher Casada, de 1962, portanto no ano anterior ao da carta da consulente, já estava discriminado que a ela caberia maior paridade nas decisões sobre os filhos menores, inclusive com o direito à guarda e à posse de parte dos bens comuns do casal. Diante disso, a revista que, apesar de haver noticiado o fato no mesmo número³²⁷, em uma matéria já citada, e criticado algumas das injustiças em relação da necessária equiparação de direitos e deveres, reforçou a docilidade feminina em acatar as decisões e idiossincrasias dos cônjuges varões.

Ainda na mesma edição (julho de 1963), na seção destinada a responder às cartas, “Claudia Responde”, no item “Mulher, Lei e Direito”, duas leitoras tiveram suas perguntas respondidas por alguém que assinou Dr. Claudio. O nome em si chama a atenção por ser a “versão masculina da revista”. Curioso que tenha sido

³²⁶ “Claudia Responde”. *Claudia*, julho de 1963, p. 05.

³²⁷ “Os Novos Direitos da Mulher Casada”, reportagem de Lena Maria. *Claudia*, julho de 1963, pp. 38-39 e 41.

um advogado, homem a fazê-lo, ainda que a personagem não constasse nos créditos do número analisado.³²⁸

SECRETÁRIA – Rio de Janeiro, GB – Em regra, no caso de desquite por mútuo consentimento (que é, aparentemente, o que pretende a consulente) a partilha dos bens do casal é feita em juízo e homologada por sentença. (...) Você quer saber também se é mais conveniente separar-se apenas ou desquitar-se. Como já tivemos oportunidade de expor várias vèzes nesta coluna, o desquite é um remédio extremo. E sòmente os cônjuges poderão avaliar se a situação em que se encontram não lhes dá outra idéia. A verdade é que as conseqüências de um desquite são muito piores do que se imagina. E geralmente é a mulher que se arrepende em primeiro lugar.

(...)

ALMA FRUSTRADA – (...) Quanto às questões legais que a senhora suscita, vejamos. Em primeiro lugar, é preciso que a senhora saiba que, sendo casada em regime de comunhão de bens, no caso de um desquite os bens do casal serão reunidos em um todo e, ao ser feita a partilha dos bens entre os cônjuges, as dívidas serão compensadas. Dêste modo, a mulher também responde indiretamente pelas dívidas contraídas pelo marido. (...) Finalmente, quanto à guarda dos filhos, se o desquite fôr litigioso, será entregue à parte inocente; se for amigável, as partes poderão fazer um acôrdo a respeito. No caso de um desquite amigável, também a pensão será objeto de acôrdo entre as partes.³²⁹

A informação de que “várias vezes” foram publicadas respostas às questões enviadas pelas leitoras sobre desquite, bem como separação e mesmo sobre o divórcio, confere com a análise de outros exemplares da revista. A seção persistiu, modificando o título - “Aqui sobre Lei e Direito” - e respondendo a essas e a outras questões, como: pensão alimentícia, guarda dos filhos e direitos (ou ausência de direitos) da mulher não casada legalmente. É inegável que a revista atuou como prestadora de serviços às suas leitoras ao esclarecer tais questões de maneira dirigida.

³²⁸ De acordo com os créditos da publicação, primeiro vinha o nome de Victor Civita, então Editor e Diretor, depois, Luís Carta que foi o responsável pela direção. Na redação, apenas uma assistente, uma secretária e uma diretora de moda, Nella de Giovanni, eram mulheres. Entre os colaboradores, apenas uma mulher, Julieta de Godoy Ladeira. Não apareceu nos créditos o nome da repórter sobre o “Estatuto”, o que indica que nem todos os colaboradores e repórteres das matérias assinadas seriam nomeados naquele espaço. E isso se repetiu nas demais edições da revista, de acordo com a análise das fontes.

³²⁹ “Mulher, Lei e Direito”. *Claudia*, julho de 1963, p. 17.

“A Arte de Ser Mulher”, surgida no início de *Claudia*, contemplava as representações do universo feminino domesticado, educado e maternal. A mulher, como propunha a revista, seria a encarnação da mãe zelosa, com a senhora educada nas atitudes com a família e no trato com o mundo exterior, a mulher moderna ciente dos seus direitos de esposa e mãe e, caso necessário, colaboradora do marido; jamais igual ou superior a ele. Atrelada à modernidade significaria, também, a maneira correta de lidar com os mais jovens, filhos e filhas em idade posterior à adolescência. Ser o exemplo antes de reivindicar qualquer atitude dos filhos; deixá-los viverem à sua maneira, sem interferências abusivas que pudessem comprometê-los e marcá-los com “complexos” e outras dificuldades desnecessárias. O que diferisse dessa norma seria patológico e passível de acarretar transtornos irreparáveis na vida de todos os envolvidos. Enfim, uma gama de conselhos como o descrito a seguir:

Minha senhora, os jovens necessitam de compreensão e de assistência, mas também de autoridade. E a autoridade só tem efeito se nós próprios formos autorizados, isto é, inatacáveis pela crítica. A jovem Elisabeth pôs o dedo na ferida. A mãe é uma mulher entediada e nervosa, vasculha as gavetas e lê as cartas endereçadas à filha. Que conclusão tira a mãe? Que a mãe não está à altura de suas tarefas porque não cumpre por obrigação em vez de fazê-lo com calor, e que não é leal. Nestas condições a educação não é possível, porque não se pode falar em deveres quando se demonstra que o dever é um aborrecimento, e porque não se pode pretender a sinceridade e a coragem quando não se sabe ter a coragem da sinceridade. Os nossos filhos, esteja certa, olham para nós e querem orgulhar-se de nós. Indo ao encontro desse legítimo desejo, obteremos aquilo que é a nossa mais viva aspiração: entrar nas suas almas. Mas não como senhores. É preciso libertar-se dos lugares comuns. É preciso recomeçar desde o início, convencer-se de que os filhos não têm obrigação de amar-nos só porque somos seus pais, mas que hão de amar-nos se soubermos ser os pais que eles querem ter. A família, disse alguém, é uma república fundada sobre o amor. República, aí, não é sinônimo de confusão, mas de estado democrático, em que a liberdade de palavra é expressão de uma clara consciência dos próprios direitos e deveres e de relações reciprocamente leais.³³⁰

A grande disparidade entre a proposta anunciada por Carmen da Silva em relação ao tratamento dado à missiva acima citada bem demonstra a atuação militante que a articulista tomou ao assumir a coluna “A Arte de Ser Mulher”, além de responder às cartas da seção “Claudia Responde” com outra visão do assunto:

³³⁰ “A Arte de Ser Mulher”, escrito por Dona Letícia. *Claudia*, fevereiro de 1963, pp. 72-75.

Aqui, Carmen Responde

“Uma dúvida me atormenta e gostaria que você me ajudasse: amo um rapaz, tenho muitas afinidades espirituais com ele, mas seu nível cultural é inferior ao meu. Quando estamos entre amigos, ele fica caladão e isto me deixa aliviada, pois tenho medo que diga bobagens. Além do mais, meu namorado vai tentar o vestibular neste ano, enquanto eu já estou me formando em odontologia. Acha que este casamento dará certo?”

Mada, Recife, PE.

Seu problema, Mada, parte de um preconceito encampado por você e de uma realidade não assumida. O preconceito é o seguinte: você logo estará recebendo um diploma universitário, enquanto ele estará apenas acabando o vestibular. Pergunto: e daí? Por que ele deve ser mais adiantado, superior, capaz de tomar a seu lado a atitude patriarcal típica? Isso é puro tradicionalismo: o essencial é que os *dois cresçam e evoluam na mesma direção*, sem importar o fato de que um vá um pouco adiante do outro. O segundo aspecto se reflete em sua frase: “Ele é calado, fala pouco; aliás é melhor assim, pois diz muita bobagem quando conversa muito”. Você dá a entender que adora um papo inteligente, mas garante também que tem grandes afinidades com o seu namorado. Em que ficamos? Ele é ou não o homem que corresponde a seus desejos? Esses desejos são reais ou mera fabricação intelectual, reflexo de uma imagem de si mesma que você inventou? Enfim, você o ama com suas deficiências, ou só pode amá-lo tratando de fechar os olhos a elas (mantendo-o calado)? Essa é a pergunta que você tem que formular a si mesma, respondendo *honestamente*, antes de tomar qualquer decisão. Ou ele é o *seu* amor e o resto não tem importância, ou você o *fabricou* para amá-lo só porque ele é o que está à mão? Sem a resposta sincera a essa interrogação, você não poderá se decidir. Um grande abraço.³³¹

Nota-se a astúcia em pormenorizar a própria fala da leitora, discutindo valores, como o desejo de se corresponder com alguém superior ou, ao menos, de quem a leitora pudesse se orgulhar. Ou, ainda, problematizar certa tradição ainda vigente, que tornava as mulheres inferiores aos homens e, portanto, pouco à vontade em relação a alguma dificuldade daqueles em serem superiores na educação e no quesito econômico, por exemplo. Também comprova a coerência do que ela havia dito, na revista *Realidade*, anos antes, sobre os consultórios sentimentais:

(...) Não recomendo condutas nem atitudes: ninguém age pela cabeça alheia. Também não mimo preconceitos e autojustificativas.

³³¹ “Claudia Responde”. *Claudia*, maio de 1973, p. 07. Grifos no original.

Se fôr o caso, dou o serviço em têrmos bem claros:  s vezes, a técnica de choque é eficaz. Descobrimo “segredos” que o próprio consulente ignora, através de pistas que êle nem sabe que deu, meu propósito é despertar-lhe o maior grau possível de **consciência de si mesmo no mundo**.³³²

Carmen, por seu turno, costumava tratar as questões das leitoras analisando os discursos e, não poucas vezes, citando passagens escritas nas cartas para demonstrar como avaliava cada pensamento expresso, cada possibilidade aberta. Desta forma, agindo como psicóloga e cientista, além de exteriorizar suas predilec es feministas em defesa da auto-estima e dos direitos das mulheres, tornou-se a única profissional com quem as leitoras poderiam confrontar seus pontos de vista publicamente.

Estou casada há dois anos, sou advogada, tenho uma filha de um ano e procuro dividir meu tempo da melhor forma possível, sendo mãe, esposa e profissional. Tenho tudo para ser realizada, mas o relacionamento afetivo com meu marido esfriou um pouco, desde o nascimento da menina. Ele é amoroso comigo apenas em circunstâncias especiais, quando viajamos sozinhos em férias. Vivo insatisfeita e com medo de perdê-lo. Será que deixei de ser atraente? Ou   o trabalho exaustivo dele que provoca o afastamento? **Doutora**, São Paulo, SP.³³³

A questão levantada pela leitora, advogada e, portanto, exercendo atividade profissional tanto quanto seu marido, do qual não se mencionou a atividade, referiu-se a um tipo de preocupa o muito comum entre as cartas que foram publicadas pela revista. A insegurança de leitoras como essa, sobre o papel de mãe e companheira, ao lado das atividades profissionais, levavam as mulheres a confundirem as suas escolhas como elementos potencialmente perigosos para o bom andamento do casamento.

Ao propor analisar a situa o juntamente com a consulente, Carmen ampliava a possibilidade de tratar da questão: não de forma individualista, partindo do seu aparato ideológico para avaliar a queixa; ou de forma objetivista, como pressupunha o restante das ciências que minimizavam a importância da subjetividade. Procurava abrir o caminho para a reflexão de quem consultava, de modo que demonstrasse conhecimento terapêutico ao lado da sensibilidade em

³³² SILVA, Carmen. “Consultório Sentimental”. Revista *Realidade*, janeiro de 1967, p. 86. Grifos no original.

³³³ “Claudia Responde”. *Claudia*, maio de 1973, p. 05. Grifo no original.

desvendar – ou procurar fazê-lo - o que não seguia nas linhas escritas através das missivas.

Querida Doutora, analise comigo a sua situação: você teve uma educação rígida, convencional, condicionada para se defender de qualquer intimidade antes do tempo. Seu marido também foi ensinado a ver na esposa “a futura mãe dos seus filhos”, isto é, um retrato da própria mãe. O que aconteceu depois da lua-de-mel? Você ficou grávida e se tornou mãe, passou a ser “sagrada”, intocável. Felizmente, seu marido não está completamente estragado por essa fantasia de mãe intocável, pois se saem de férias os dois sozinhos (sem os filhos), sem o peso do cotidiano, ele é capaz de reencontrar um (sic) sensualidade satisfatória. Veja se, no dia-a-dia, você não está se portando como *mãe devota*; veja também se fora das férias, ele não está trabalhando de forma desgastante. Enfim, depois de procurar as possíveis falhas no seu próprio comportamento, trate de dialogar com ele francamente. Afinal, se ele pode ser um excelente “marido de férias” é porque tem aspectos positivos no relacionamento e uma capacidade de reação que vale a pena estimular. Não o humilhe fazendo com que ele sinta a própria deficiência como “marido de todos os dias”, mas procure incentivá-lo exaltando a sua condição de “marido de férias”. Acho que esta atitude dará resultado. Boa sorte.³³⁴

Apesar do esforço em se fazer compreender, várias foram as críticas que Carmen recebeu e algumas fez questão de noticiar. Sobretudo as dirigidas por homens nas oportunidades em que compareceu para defender a causa feminista.³³⁵

Em “A Arte de Ser Mulher”, no seu artigo de estréia, Carmen já desfiaria a proposta de impacto, claramente diferente das seções do gênero nas demais revistas femininas que tivessem relativa notoriedade. Ana Rita Fonteles Duarte, que pesquisou as edições da coluna, entre a estréia até dezembro de 1979, discutiu a participação mais “moderada” de Carmen neste artigo como uma “possível estratégia para evitar futuros ataques das leitoras e a forma de preservar-se diante da revista em que acabava de estreiar”³³⁶.

Ao analisar o artigo na íntegra, contudo, não pareceu essa a intenção de “A Protagonista”, de setembro de 1963. É importante considerar qual era o veículo, o

³³⁴ *Claudia*, maio de 1973, p. 05. Grifo no original.

³³⁵ “Chegou a ser ameaçada por um grupo de maridos em 1967, em Goiânia, onde foi falar para mulheres”. DUARTE, A. R. F. Op. cit., p. 94.

³³⁶ DUARTE, A. R. F. Op. cit. Apesar de haver algumas divergências em relação às análises da autora e o que aqui se está tratando, muito do que Duarte levantou sobre Carmen é digno de nota. Seu trabalho, fruto de uma dissertação de mestrado, demonstrou grande afinco para vasculhar diferentes fontes para traçar um perfil de Carmen da Silva, à guisa de uma biografia intelectual da psicóloga e jornalista feminista. Por isso o livro é uma excelente fonte de pesquisa para futuras incursões sobre a contribuição de Carmen da Silva para a formação do feminismo brasileiro e, por que não, de uma nova mulher a partir das páginas de *Claudia*.

contexto e como agiram as demais publicações no período avaliado para se aferir a grande mudança de paradigma em relação às seções de aconselhamento sentimental e mesmo em artigos que, provavelmente, teriam o germe das publicações motivacionais. Não que isso comprometesse a atuação de Carmen e a vinculasse diretamente a um tipo de sistema que previa a adesão de mais mulheres no mercado de trabalho, na condução de suas vidas, sem a interferência masculina ou familiar. Mas que o seu trabalho e a maneira como avaliava as missivas, tomando-as como mote para justificar os longos discursos estampados na referida seção, acabaram por ser apropriados pela revista e não o contrário. Prova disso foi a série de críticas de Carmen em relação à docilidade feminina, aos determinismos biológicos e culturais de uma tradição de manutenção, ao invés de revolução; de conformismo no lugar da possibilidade de mudar, por desejar e se permitir a novas experiências mudando conceitos arraigados, gostos e até mesmo “verdades” sedimentadas:

Empreendamos uma aventura: vamos olhar o quadro, a película ou a opinião até agora repudiados, com olhos novos, livres de preconceito, como se os examinássemos pela primeira vez. Sem prévios ceticismos, sem prévias credulidades. Não se trata de aceitar ou recusar nada em primeira instância, mas somente de aprender a ver como as crianças, com a mirada inocente e receptiva que descobre o mundo.

O melhor aliado da rotina mental é o conformismo, o apego à fórmula: “Se as coisas sempre foram assim, não há motivo para que sejam diferentes”. Tudo pode ser diferente a partir de agora, deste preciso minuto. Quem sabe os livros que até ontem lemos já não são os que hoje queremos ler; quem sabe essa pintura tão insólita e complicada tem alguma mensagem para nós; quem sabe os ensinamentos de nossos pais, tão sensatos e bem intencionados, já não tenham total vigência no mundo tal como ele é hoje.

Abramos a mente aos estímulos que a vida está constantemente oferecendo, aceitemos os desafios de cada dia, sacudamos as traças e teias de aranha que podem ter se alojado sub-repticiamente em nossa inteligência. Os resultados podem ser assombrosos. Mesmo se nossos pontos de vista não mudarem, mudará nossa atitude com relação a eles: saberemos que são realmente nossos.³³⁷

Se *Querida* privilegiou tratar das questões de foro íntimo de maneira objetiva, fazendo vista grossa ao tom subjetivo que as cartas que solicitavam aconselhamento ensejavam, *Claudia* abriu um espaço ímpar por meio de alguém

³³⁷ “A Protagonista”. *Claudia*, setembro de 1963. In: CIVITA, L. T. (org.). Op. cit., pp. 22-23.

que se comprometeu a levar mais longe o ofício para o qual havia se preparado. Apesar de ter tido a experiência dos consultórios físicos, Carmen abriu uma nova expectativa de “tratamento” por correspondência das dores e aflições das mulheres que a procuraram solicitando ajuda. E, possivelmente, teria inaugurado uma “tendência” de diálogo como o público feminino que certamente se findou com ela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho, observou-se que uma “nova mulher” foi forjada nas páginas de *Claudia* e *Querida*, nas décadas de 1960 e 1970. Por terem sido pensadas para este segmento do público de leitoras/es, primeiro, cronologicamente, *Querida* e depois *Claudia*, engendraram representações que ora se aproximavam, ora se afastavam uma da outra.

Um olhar panorâmico permite avaliar ambas como produtos que circularam entre os meios de comunicação de massas, no segmento de revistas, com métodos diferentes para a captação do conteúdo, mas com discursos e intenções mercadológicas, muitas vezes, semelhantes. Pertenciam, naquele momento, a duas grandes empresas no ramo de revistas e rivais no mercado: a Abril, da família Civita, no grande centro econômico que São Paulo já era na década de sessenta e a Rio Gráfica e Editora de Roberto Marinho, do grupo Globo, no Rio de Janeiro. Ambas contribuíram para a difusão de diversas informações que pretenderam ilustrar o cotidiano privado das mulheres, quais fossem, das donas de casa e das mulheres casadas, para *Claudia* e das mulheres jovens em *Querida*, sem uma definição específica do estado civil que apresentassem.

No conjunto, as matérias, reportagens e colunas de cartas, as mais variadas, versavam sobre leis e direito, conselhos de cunho sentimental, além das sempre presentes seções de moda, culinária e cuidados com a casa. O casamento e as relações das mulheres com filhos e marido foram os assuntos preferenciais em relação à quantidade de matérias.

Porém, tanto as equipes, quanto a disponibilidade em se fazer um material que representasse as mulheres brasileiras de classe média atuaram em direções diferentes. *Claudia* com a “novidade” das reportagens locais, da consultoria e da prestação de serviços – endereços, por exemplo - devidamente elencados e de farto material ilustrativo, aliado ao formato grande da revista, nos primeiros anos de circulação. *Querida*, com a importação ou a adaptação de boa parte das matérias e, conseqüentemente, de valores, muitas vezes, ainda estranhos à boa parte do público leitor da geração mais jovem da década de sessenta. A família burguesa modelar, do ponto de vista sociológico, foi tratada como outra possibilidade na sua configuração até então estranha e/ou indesejável.

As mulheres retratadas pelas revistas deveriam se adaptar ao ideal de modernidade vigente no país, no início da década de 1960. Deveriam aprender como agir diante dos novos ares culturais que as convidaram a sair de casa para tornarem-se livres financeiramente, a estudar para conhecer as novas regras que deveriam enterrar os mitos e as crendices do passado. Sim, elas seriam capazes de se transformar em mulheres modernas e livres, mesmo que alheias à movimentação política vigente no país, como o golpe civil-militar, que manteve o Brasil mergulhado em um regime político ditatorial entre os anos de 1964 a 1985.

Os conselhos sobre trabalho e carreira profissional estiveram ao lado de orientações sobre como cuidar da beleza das meninas sem que estas perdessem o viço da juventude. Igualmente emparelhados estiveram os aconselhamentos sobre leis e direitos das mulheres em questões como à guarda dos filhos e mesmo o aborto.

As seções de moda, sempre presentes, tenderam a certificar as mulheres de que deveriam acompanhar o ritmo de desenvolvimento desejado ao país ao internalizarem ideais contidos nos textos carregados de noções subjetivas, como modernidade e praticidade, sem, contudo, perderem a feminilidade. Entre as influências sofridas pelas revistas, algumas demonstraram refinamento e afetação pela mistura de propostas provenientes das artes gráficas que, por sua vez, também encontravam eco nas fitas cinematográficas. De modo diferente de *Claudia*, que disponibilizava os endereços dos locais onde se encontrariam as peças expostas nas seções de moda, em *Querida*, sobretudo na década de sessenta, a ideia era criar um ambiente propício às mulheres que desejassem copiar os modelos retratados, indicando os tecidos e as estampas, mas sem oferecer os endereços dos locais onde se encontrariam tais peças.

O farto conteúdo sobre o casamento, as venturas e desventuras do relacionamento, os mistérios que cercavam um sentimento como o amor, seguiram variando os discursos de acordo com a orientação de quem assinava uma ou outra seção ou coluna.

Com vistas à proposta de se encontrar e analisar os indícios e os resultados de uma “revolução” no comportamento, sobretudo no feminino, as matérias selecionadas das revistas que foram analisadas demonstraram, com clareza, tais questões como uma constante tensão. De um lado, era necessário manter-se um discurso normativo, que agradasse ao segmento mais tradicional, tanto das próprias

mulheres, quanto dos anunciantes e editores que privilegiavam esse tipo de ideário; de outro, notou-se um discurso mais progressista e libertador às mulheres. O ideário feminista, ou de um certo tipo de feminismo, procurou direcioná-las rumo a atuação política que as beneficiasse, educando-as no reconhecimento dos direitos ao trabalho sem a necessidade da permissão do marido, ou mesmo para a redução do número de filhos a partir do controle da natalidade e as respectivas informações sobre métodos contraceptivos. E, para que se sentissem amparadas nas novas decisões a serem tomadas, que contrariavam o modelo da mulher doméstica afeita aos trabalhos manuais e cercada de filhos, ganhou grande espaço nas publicações analisadas a produção fecunda de um discurso psicologizante do cotidiano que atuou na elevação da auto-estima das mulheres.

Mas as diferenças mais visíveis se deram nos discursos que seções de cunho psicologizante, que foi tratado por Psicologia “no varejo” como “Você e Sua Vida” em *Querida* e “A Arte de Ser Mulher”, em *Claudia*, propuseram refletir sobre as atitudes das mulheres em diferentes setores da vida afetiva e prática. A primeira era de responsabilidade de um “especialista multidisciplinar”, que contribuía com discursos colados à objetividade científica, calcados em aspectos moralizantes a respeito do aborto, do casamento e, até mesmo, da maneira como as mulheres deveriam se comportar diante das insistentes solicitações de “provas de amor” dos namorados. A segunda, sob o comando de Carmen da Silva, modificou o paradigma das seções de aconselhamento psicológico a partir de uma leitura feminista da condição feminina e dos papéis que as mulheres de *Claudia* deveriam exercer, assim que reconhecessem o sistema que as acorrentava e suas potencialidades em superá-lo.

Outra especificidade que caracterizou a diferença entre uma revista destinada às mulheres casadas e a outra, às mulheres jovens, foi a produção das capas e das matérias que poderiam ser consideradas mais ousadas, sobretudo na década de sessenta, como foi o caso de *Querida*. E, em relação a esta publicação, o conceito de *arquétipo da Lolita* demonstrou ser uma via de avaliação do desejo dos editores em prolongar a juventude feminina, mantendo-a refém do desejo masculino de subserviência sexual, ainda que livre para decidir com quem ou quando manteria relações sexuais saudáveis.

Objeto e agente, mãe e mulher livre, trabalhadora e dona-de-casa, educada para o mundo fora do lar e conhecedora do universo da moda, da culinária e da

decoração das casas. A nova mulher, ciente dos seus direitos, ainda aquém dos direitos dos homens e conhecedora dos artifícios que manteriam seu homem e seu casamento a salvo, foram discutidas de maneiras diversas e, muitas vezes, conflitantes nas duas publicações. Dessa forma, Carmen da Silva atuou tanto na prestação de serviços psicológicos, quanto na educação das mulheres ao ideário feminista militante, em uma grande publicação no segmento de revistas femininas de uma poderosa empresa comercial.

Querida, por outro lado, indicou, às mulheres jovens já na década de sessenta, o caminho para a prática do sexo sem culpa, com a utilização de métodos anticoncepcionais considerados seguros e demonstrando estar a par dos discursos médicos que previam o controle da natalidade sem muitos riscos à saúde das mulheres.

Dois publicações que serviram, sem dúvida, a um público carente de informações mais dirigidas ao seu cotidiano e, de forma direta, ora apoiando, ora rechaçando suas escolhas, mas procurando educá-las em um novo modelo cultural que se apresentava não apenas como possibilidade, mas como uma necessidade.

REFERÊNCIAS

- ACERVO. *Revista do Arquivo Nacional*. Volume 09, nº 01/02 - Jan/dez 1996.
- ALVES, M. H. M. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. Bauru: Edusc, 2005.
- ANDRÉ, J. *As Origens Femininas da Sexualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.
- ANTUNES, R. *Adeus ao Trabalho? Ensaio Sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP, 2000.
- AQUINO, M. A. de. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário: O Exercício Cotidiano da Dominação e da Resistência – O Estado de São Paulo e Movimento (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.
- ARAÚJO, P. C. de. *Eu Não Sou Cachorro Não: Música Popular Cafona e Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- AZEVEDO, L. H. de. *Mulher em Revista: Representações Sobre o Feminino nas Revistas Paulistanas “O Pirralho” e “A Cigarra” (1914-1918)*. Dissertação de Mestrado. Assis: FCL/UNESP, 2000.
- BARTHES, R. *Mitologias*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BASSANEZI, C. *Virando as Páginas, Revendo as Mulheres: Relações Homem-Mulher e Revistas Femininas, 1945-1964*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BRANDÃO, A. C.; DUARTE, M. F. *Movimentos Culturais de Juventude*. São Paulo: Moderna, 1993.
- BUITONI, D. H. S. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1986.
- _____. *Mulher de Papel: A Representação da Mulher Pela Imprensa Feminina Brasileira*. São Paulo: Loyola, 1981.
- BURGUIÈRE, A. *História da Família*. 4º. Volume. O Ocidente: Industrialização e Urbanização. Lisboa: Terramar, 1999.

_____. et. al. (orgs.) *História da Família*. 3º volume. O Choque das Modernidades: Ásia, África, América, Europa. Lisboa: Terramar, 1998.

BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

CADERNOS AEL: *Mulher História e Feminismo*. Campinas: Arquivo Edgard Leuenroth/IFCH - UNICAMP, 1995/1996.

CADERNOS PAGU: *O Risco do Bordado*. Nº. 22. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004, pp. 201-246.

CADERNOS PAGU: *Desafios da Equidade*. Nº 17/18. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001/2002, pp. 9-79.

CALDAS, W. *Cultura de Massa e Política de Comunicações*. São Paulo: Global, 1986.

CANEVACCI, M. *Antropologia da Comunicação Visual*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CAPELATO, M. H. *Imprensa e História do Brasil*, São Paulo: Contexto, 1988.

CARVALHO, L. M. *Mulheres que Foram à Luta Armada*. São Paulo: Editora Globo, 1998.

CHARTIER, R. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

COMÉNIUS, J. A. *Didactica Magna: Tratado da Arte Universal de Ensinar Tudo a Todos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

CUCHE, D. *A Noção de Cultura em Ciências Sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DEVEREUX, G. *Mulher e Mito*. Campinas: Papyrus, 1990.

DIAS, M. O. L. da S. *Novas Subjetividades na Pesquisa Histórica Feminista: Uma Hermenêutica das Diferenças*. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/Escola de Comunicação UFRJ, Vol. 02, n.º 02, 1994, pp. 373-382.

DUBY, G. e PERROT, M. (orgs.). *História das mulheres no Ocidente: vol. 5, O Século XX*. Porto: Edições Afrontamento / São Paulo: EBRADIL, 1995.

ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. Vol. 26, número especial: *Mulher Hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

ESTUDOS DE GÊNERO. Universidade Católica da Goiás. Goiânia: Editora UCG, 1998.

ESTUDOS FEMINISTAS. Ano 8. Santa Catarina: CFH/CCE, 2000, pp. 12-41; pp. 77-89.

ESTUDOS FEMINISTAS. Rio de Janeiro: CIEC/Escola de Comunicação UFRJ, Vol. 02, n.º 02, 1994.

ETCOFF, N. *A Lei do Mais Belo: A Ciência da Beleza*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1999.

FARO, J. S. *Revista Realidade, 1966-1968: Tempo da Reportagem na Imprensa Brasileira*. Porto Alegre/ Canoas: Editora da ULBRA/ AGE, 1999.

FAUX, D. S. (et alii). *Beleza do Século*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2000.

FICO, C. Versões e Controvérsias Sobre 1964 e a Ditadura Militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: v.24, n.47, 2004, pp.29-60.

_____. Com o Rosário na Mão. *Revista Nossa História*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n.º 05, março/2004.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. História da Violência nas Prisões. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. *História da Sexualidade Vol. 1: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FREITAS, M. C. de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas* (ed. revista e ampliada). São Paulo: Ática, 2003.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do Desejo*. Petrópolis: Vozes, 1999.

GUTIERREZ, R. *O Feminismo é Um Humanismo?* Rio de Janeiro: Edições Antares/São Paulo: Nobel, 1985.

HAHNER, J. E. *A Mulher Brasileira e Suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HALL, S. *Identidades Culturais na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HERNANDO, A. *Cunnus: Repressão e Insubmissões do Sexo Feminino*. Lisboa: Edições Antígona, 1999.

- HIRATA, H. Globalização e Divisão Sexual do Trabalho. ARAÚJO, A. M. C. de (org.). *Cadernos Pagu: Desafios da Equidade*. Campinas: UNICAMP, 2001/02.
- HOBBSAWM, E. *Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- HOHLFELDT, A., MARTINO, L. C., FRANÇA, V. V. (orgs.). *Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- HUNT, L. (org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- JOLY, M. *Introdução à Análise da Imagem*. Campinas: Papyrus, 2000.
- KERCKHOVE, D. *A Pele da Cultura: Uma Investigação Sobre a Nova Realidade Eletrônica*. Lisboa: Relógio D'Água, 1997.
- LAGE, N. *Estrutura da Notícia, Série Princípios*, São Paulo: 2ª edição, Ática.
- LASCH, C. *Refúgio Num Mundo Sem Coração. A Família: Santuário ou Instituição Sitiada?* São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- LE GOFF, J. (org.) *A Nova História*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LIMA, L. C. *Teoria da Cultura de Massa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LIPTON, L. *A Revolução Erótica: O Nascimento de uma Nova Moral?* São Paulo: IBRASA, 1975.
- LOPES, E. M. T.; FILHO, L. M. F. e VEIGA, C. *500 Anos de Educação No Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- MAGALHÃES, A. de A. *Histórias de Mulheres: Considerações Sobre a Privação e a Privacidade na História das Mulheres*. São Paulo: Editora Altana, 2001.
- MARIANI, B. Sentidos de Subjetividade: Imprensa e Psicanálise. *Revista Polifonia*. Cuiabá: Ed UFMT, 2006, Vol. 12, nº. 1, pp. 21-45.
- MCLAREN, A. *História da Contracepção: da Antiguidade à Actualidade*. Lisboa: Terramar, 1997.
- MICHAELIS. *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.
- MURARO, R. M. e P., A. B. (orgs.). *Mulher, Gênero e Sociedade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2001.
- NAPOLITANO, M. *Cultura Brasileira: Utopia e Massificação (1950-1980)*. São Paulo: Contexto, 2004.

- NETO, M. I. d' A. *O Autoritarismo e a Mulher. O Jogo da Dominação Macho-Fêmea no Brasil*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.
- NOVAES, A. (org.). *Libertinos libertários*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- PADILHA, M. *A Cidade Como Espetáculo: Publicidade e Vida Urbana na São Paulo dos Anos 20*. São Paulo: Annablume, 2001.
- PEDRIALI, J. A. *Guerreiros da Virgem: A Vida Secreta na TFP*. São Paulo: EMW Editores, 1985.
- PEDRO, J. M. *Narrativas Fundadoras do Feminismo: Conflitos e Poderes (1970-1978)*. Texto de Comunicação apresentada no XV - Simpósio de História: Etnia, Gênero e poder, 2005, Vitória: UFES.
- _____. *A Experiência com Contraceptivos no Brasil: Uma Questão de Geração*. Rev. Bras. Hist. v.23 n.45 São Paulo jul. 2003.
- PERROT, M. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- _____. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PHILLIPS, R. *Desfazer o Nó: Breve História do Divórcio*. Lisboa: Terramar, 1996.
- PRIORE, M. D. *Histórias do Cotidiano*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. (org.) BASSANEZI, C. *História das Mulheres No Brasil*. São Paulo: UNESP/Contexto, 1997.
- _____. *A Mulher na História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1988.
- RAGO, M. "De Eva a Santa:" A Dessexualização da Mulher no Brasil. In: RIBEIRO, R. J. (org.) *Recordar Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RAMOS, R. *Do Reclame à Comunicação*. São Paulo: Atual, 1985.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA, v.24, n.47 São Paulo: ANPUH, 2004.
- REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA: *A Mulher e O Espaço Público*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 9, n.º 18, 1989, pp. pp. 09-18;19-28.
- Revista MOVIMENTO, Volume 12 - número 1. Porto Alegre: UFRGS, Jan/Abr 2006.
- RIDENTI, M. *Em Busca do Povo Brasileiro: Artistas da Revolução, do CPC à Era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- RIOUX, J.-P., SIRINELLI, J.-F. *Para Uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

SAFFIOTI, H. I. B. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. *A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

SCAVONE, Lucila. *Dar Vida e Cuidar da Vida*. Feminismo e Ciências Sociais. São Paulo: UNESP, 2004.

SCHIEBINGER, L. *O Feminismo Mudou a Ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SCHUMAHER, S. e BRAZIL, É. V. *Dicionário Mulheres do Brasil: De 1500 Até a Atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SCHWARCZ, L. M. (org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da Intimidade Contemporânea*. V. 04. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

SILVA, E. M. da. *Indústria Cultural e Música Popular Brasileira nos Anos 70 (século XX)*. Tese de Doutorado. Assis: UNESP, 2001.

_____. *A Jovem Guarda e os Anos 60: Uma Festa de Arromba* Dissertação de Mestrado. Assis: UNESP, 1996.

SOARES, A. S. F. Cartas: A Teatralização do *Eu?* *Revista Trama*. Marechal Cândido Rondon: UNIOESTE, volume 02, n.º 3, 1º semestre de 2006, pp. 11-26.

SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

SOIHET, R. e MATOS, M. I. S. de (orgs.) *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

STUDART, H. *Mulher: Objeto de Cama e Mesa*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1979.

VIEIRA, E. *A República Brasileira: 1964-1984*. São Paulo: Moderna, 1995.

VENTURA, Z. *1968: O Ano que Não Terminou*. A Aventura de Uma Geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WILLIS, S. *Cotidiano: Para Começo de Conversa*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

Textos em Meio Eletrônico:

ALMEIDA, L. M de. *Betty Friedan (1921-2006): A Animadora da Mística Feminina*. Disponível no endereço: <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=367MEM001>

BADINTER, E. *Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível no endereço:

[http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20\(pdf\)%20\(rev\).pdf](http://www.redeblh.fiocruz.br/media/livrodigital%20(pdf)%20(rev).pdf) . Acesso em 05/05/2008.

BRINQUEDOS ESTRELA: <http://www.estrela.com.br/susi/> Acesso em 30/03/2009.

CADERMATORI, L. *Períodos Literários*. São Paulo: Ática, 1987. Disponível no endereço: <http://www.ornela.com.br/contemporaneidade.htm>. Acesso em 17/09/2001.

CARVALHO, M. J. e PRÁ, J. R. Feminismos, Políticas de Gnero e Novas Institucionalidades. *Labrys: Estudos Feministas*. Brasília: UNB, janeiro/julho 2004. Disponível no endereço: <http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys5/textos/mariejanep.htm> Acesso em 10/05/2007.

FANTÁSTICO. *A Um Passo da Intervenção*. Disponível no endereço: <http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,AA1355999-4005,00.html>. Acesso em 19/11/2006.

FERNANDES, L. Disponível no endereço: http://www.revistainonline.com.br/ler_noticia_cultura.asp?secao=13¬icia=1260 acesso em 25/07/2008.

IBGE: *As Mulheres no Alvo das Políticas Públicas Brasileiras*: Disponível no endereço: www.ibge.gov.br publicado em 22/05/2006. Acesso em: 22/05/2006.

LESSA, A. *A Dama do Divórcio*. Texto disponível em meio eletrônico: http://www.jornaldaimprensa.com/noticias.php?not_codigo=5789. Acesso em 10/01/2009.

LIMA, L. O. *A Pílula Faz Quarenta Anos*. O Estado de São Paulo, edição eletrônica. Disponível no endereço: <http://www5.estado.com.br/edicao/especial/seculo/designer/temas/sexual/sexual4.html> Acesso em 10/05/2000.

LIMA, P. Realidade em Revista: Os Bons Tempos da Grande Reportagem. Publicada em 14/09/2004. Disponível no endereço: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=294MCH001> . Acesso em 10/06/2007.

MARIANI, B. *Para Que(m) Serve a Psicanálise na Imprensa?* Disponível em: http://www.geocities.com/gt_ad/bethania.doc. Acesso em 10/02/2009.

MASSARO, C. *Revolução Sexual, O Estado de S. Paulo*, São Paulo: maio de 2000.
Disponível no endereço:
<http://www5.estado.com.br/educacao/especial/seculo/designer/temas/sexual/sexual.html>

Acesso em: 16/09/2001.

MATOS, O. C. F. *Enciclopédia de Filosofia da Educação*, São Paulo: USP, 17 de julho de 1999. Disponível no endereço:
<http://beethoven.demac.ufu.br/espec/pt/industrialcultural.html>. Acesso em:

17/09/2001.

MIGUEL, S. M. A Política de Cotas Por Sexo. Um Estudo das Primeiras Experiências no Legislativo Brasileiro. Texto disponível em:
<http://www.cfemea.org.br/pdf/apoliticadecotasporsexo.pdf> . Acesso em 28/07/2008.

MIRANDA-RIBEIRO, P.; MOORE, A. *Já Nas Bancas: A Saúde Reprodutiva das Adolescentes Vista Através das Revistas Querida e Capricho*. Disponível no endereço:

http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol19_n2_2002/vol19_n2_2002_15artigo_p263a276.pdf Acesso em 01/03/2008.

MOSTAÇO, E. e S. JR. “Roda viva”¹ A Encenação no Brasil Entre os Anos de 1967 e 1974 – O Tropicalismo no Teatro. Disponível no endereço:
http://www.ceart.udesc.br/revista_pesquisa/edecio_a_encenacao_no_brasil.htm.

Acesso em 09/10/2007.

NOGUEIRA, W. *América: Um Uivo Desesperado*. Jornal *O Povo*. Disponível no endereço: <http://www.noolhar.com/opovo/vidaearte/491988.html> . Acesso em 24/10/2006.

SANTOS, J. F. dos. *Essas Mulheres!* www.no.com.br . Acessado em 09/03/2001.

Secretaria Especial de Políticas Públicas Para as Mulheres. Disponível no endereço:
http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sepm/ .

SCHERING. *O Nascimento da pílula*. Disponível no endereço:
http://www.schering.com.br/website/saude_historiaanticoncepcao.asp Acesso em 3/04/2007.

Novo endereço:
<http://www.bayerscheringpharma.com.br/site/mulher/controldefertilidade/metodoscontraceptivos/brevehistoriadaanticoncepcao.fss>

TOMITA, L. E. Entrevista com Rose Marie Muraro. Revista *Mandrágora*: Ano 7 - No 7/8. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista, 2000. Disponível no endereço: http://editora.metodista.br/revista_mandragora_7.htm Acesso em 09/11/2007.

XAVIER FILHA, C. *O Autoconhecimento Produzido Pelos Testes da Imprensa Feminina* – Décadas de 50 a 70 do século XX. Disponível no endereço: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT23-2007--Int.pdf>.

_____. *Imprensa Feminina – Entre Modas, Bordados, Cuidados com a Prole e o Casamento: Dispositivos Pedagógicos de Revistas Femininas*. IV Seminário “Práticas de Leitura, Gênero e Exclusão”. Campinas: UNICAMP, comunicação oral, julho de 2007. Disponível em www.alb.com.br/cole06/semin/comunicacoes/003_generoexclusao-com.asp Acesso em 20/07/2008.

FONTES:

Carta Final da Semana de Pesquisa Sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira. Documento disponível em meio eletrônico: <http://www.clam.org.br/publique/media/cartafinal.pdf> Acesso em 06/09/2007.

CIVITA, R. (org.). *A Revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

CIVITA, L. T. (org.). *O Melhor de Carmen da Silva*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.

CLAUDIA. São Paulo: Editora Abril, nºs. 17 - fevereiro de 1963; 22 - Julho de 1963; *Claudia Apresenta Hollywood*, nº. 67 - abril de 1967; 115 – abril de 1971; 125 – fevereiro de 1972; 137 – fevereiro de 1973; 140 - maio de 1973; 163 - abril de 1975; 166 - julho de 1975; *Claudia Moda*, nº. 168-A, setembro de 1975; janeiro de 1976; março de 1977; 199 - abril de 1978; 206 – novembro de 1978.

DUARTE, A. R. F. *Carmen da Silva: O Feminismo na Imprensa Brasileira*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005.

ÉPOCA. São Paulo: Editora Globo, N.º465

_____. Edição Especial: *Mulher*. Rio de Janeiro: Editora Globo, setembro de 2005.

ISTO É GENTE. Edição Extra. *100 Mulheres do Século XX*. São Paulo: Editora Três, maio de 2000.

“LEI DO DIVÓRCIO”. Lei nº. 6.515 de 26 de dezembro de 1977 que “Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências”
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6515.htm Acesso em 06/02/2009.

O CORREIO DA UNESCO. *Ano Internacional da Mulher*. Ano 03, n.º 5. Rio de Janeiro: FGV, maio de 1975.

NOSSA HISTÓRIA. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, ano I, n.º 05, março/2004

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS – Um Relato Para a História. Prefácio de D. Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 2000.

QUERIDA. Rio de Janeiro: Rio Gráfica Editores, nºs. 186 – 2ª quinzena de fevereiro de 1962; 190 – 2ª quinzena de abril de 1962; 200 – 2ª quinzena de setembro de 1962; 224 – 2ª quinzena de setembro de 1963; 235 – 1ª quinzena de março de 1964; 246 – 2ª quinzena de agosto de 1964; 273 - outubro de 1965; junho de 1966; julho de 1966; 309 - fevereiro de 1967; 311 e 312 - março de 1967; 315 - abril de 1967; 316 – maio de 1967; 321 – julho de 1967; 328 – outubro de 1967; 330 - novembro de 1967; 331 - dezembro de 1967; 333 e 334 – janeiro de 1968; 337 – 1ª quinzena de março de 1968; 339 e 340 – abril de 1968; 342 – 2ª quinzena de maio de 1968; 344 – junho de 1968; 346 - julho de 1968; 349 e 350 - setembro de 1968; 351 – setembro de 1968; 356 – dezembro de 1968; 357 – *Especial Natal*, dezembro de 1968; 358 – janeiro de 1969; 360 - março de 1969; 361 - abril de 1969; 362 – maio de 1969.

REALIDADE. São Paulo: Editora Abril, Ano I, nº. 10, janeiro de 1967.

VEJA. Edição Especial, *Mulher*. São Paulo: Abril, junho de 2006.